

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Samir Ahmad dos Santos Mustapha

“A voz do dono e o dono da voz”: o jornal *O Estado de S. Paulo* e a criação do ensino primário municipal na capital paulistana (1956-1960)

DOCTORADO EM EDUCAÇÃO:

História, Política, Sociedade

SÃO PAULO

2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Samir Ahmad dos Santos Mustapha

“A voz do dono e o dono da voz”: o jornal O Estado de S. Paulo e a criação do ensino primário municipal na capital paulistana (1956-1960)

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, para a obtenção do título de DOUTOR em Educação: História, Política, Sociedade, sob a orientação do Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves.

SÃO PAULO

2019

BANCA EXAMINADORA

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 00

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha esposa Renata, pela paciência e carinho ao longo dos últimos quatro anos. Obrigado pelo norte, apoio e cuidado. À minha família, que cresceu nos últimos anos, minha querida mãe Regina, minhas irmãs Samira e Jamila, meu sobrinho Isaac, minha cunhada Fernanda e meus sogros, José Carlos e Elisete.

Ao professor Dr. Mauro Castilho Gonçalves, meu orientador na longa jornada do mestrado e doutorado, uma pessoa que sempre me apoiou, acreditou em minhas pesquisas e interesses de estudo, sempre deu o aval para que voasse longe na pesquisa. Obrigado por acreditar no aspirante a pesquisador!

Um agradecimento especial ao professor Dr. João do Prado Ferraz de Carvalho, que me acompanhou desde os primeiros passos no meio acadêmico, meu orientador ainda na graduação e que, em todos esses anos, foi sempre a minha inspiração como pessoa e profissional da educação. Agradeço por participar também desse momento de conclusão de pesquisa e por sempre ter me incentivado e provocado.

Agradeço também ao professor Dr. Daniel Ferraz Chiozzini que acompanhou meu desenvolvimento de pesquisa e sempre trouxe contribuições ao longo da trajetória. O professor Dr. Bruno Bontempi Júnior pelos apontamentos críticos que foram essenciais no meu amadurecimento acadêmico e na continuidade da pesquisa.

Faço menção também a todos os professores que atuam no programa Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Profissionais que não fogem à luta e que admiro. Tenho orgulho de ser filho desse programa. Agradeço em especial a nossa querida Betinha, por todo seu acolhimento e simpatia, nos deixando sempre tranquilos no caminhar acadêmico. E agradeço o ambiente pelas muitas amizades e vínculos construídos nesses últimos anos, em especial aos amigos Denise, Samuel, Daniel, Geane, Michelle, Amanda e Marilya.

Agradeço aos profissionais do Memorial do Ensino Municipal de São Paulo, da Memória Documental da Secretaria Municipal de Educação, da Biblioteca Pedagógica Prof.^a Alaíde Bueno Rodrigues, da Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade e do Arquivo do Estado de São Paulo.

Aos professores da Rede Municipal de São Paulo, meu espaço de atuação e aprendizagem.

Agradeço a CAPES, pela concessão da bolsa.

Nada há tão parecido como o pirata antigo e o jornalista moderno: a mesma fraqueza de meios, servida por uma coragem de salteador; conhecimentos elementares do instrumento de que lançam mão e um olhar seguro, uma adivinhação, um faro para achar a presa e uma insensibilidade, uma ausência de senso moral a toda a prova... E assim dominam tudo, aterram, fazem que todas as manifestações de nossa vida coletiva dependam do assentimento e da sua aprovação... Todos nós temos que nos submeter a eles, adulá-los, chamá-los gênios, embora intimamente os sintamos ignorantes, parvos, imorais e bestas... Só se é geômetra com o seu placet, só se é calista com a sua confirmação e se o sol nasce é porque eles afirmam tal coisa... E como eles aproveitam esse poder que lhes dá a fatal estupidez das multidões! Fazem de imbecis gênios, de gênios imbecis; trabalham para a seleção das mediocridades, de modo que...

— *Você exagera, objetou Leiva. O jornal já prestou serviços.*

— *Decerto... não nego... mas quando era manifestação individual, quando não era coisa que desse lucro; hoje, é a mais tirânica manifestação do capitalismo e a mais terrível também... É um poder vago, sutil, impessoal, que só poucas inteligências podem colher-lhe a força e a essencial ausência da mais elementar moralidade, dos mais rudimentares sentimentos de justiça e honestidade! São grandes empresas, propriedade de venturosos donos, destinadas a lhes dar o domínio sobre as massas, em cuja linguagem falam, e a cuja inferioridade mental vão ao encontro, conduzindo os governos, os caracteres para os seus desejos inferiores, para os seus atrozes lucros burgueses... Não é fácil a um indivíduo qualquer, pobre, cheio de grandes ideias, fundar um que os combata... Há necessidade de dinheiro; são precisos, portanto, capitalistas que determinem e imponham o que se deve fazer num jornal...*

(Lima Barreto, Recordações do Escrivão Isaias Caminha, 2001, p.177).

RESUMO

A pesquisa retrata a cobertura jornalística do O Estado de S. Paulo (OESP) na criação do ensino primário municipal na cidade de São Paulo, em 1956, apresentando a opinião oficial da publicação e a forma como o impresso elaborou seu material informativo de maneira contrária à medida, promovida pelo prefeito Wladimir Toledo Piza (1956-1957), do Partido Trabalhista Brasileiro, e que teria continuidade na gestão posterior, de Adhemar de Barros (1957-1960), do Partido Social Progressista, opositor do órgão. Trabalhando com diferentes cadernos e seções do jornal, a pesquisa apresenta a crítica do OESP à municipalização do ensino, como uma forma de também se opor a seus adversários políticos e defender a manutenção da exclusividade do ensino estadual, administrado à época por aliados políticos da publicação. Além disso, compara-se a forma distinta que outros jornais da capital deram projeção à nova oferta de ensino. Tomando-se por base referencial teórico que contextualiza a história da imprensa paulista e o papel do jornalismo, é possível detectar uma coerência no discurso do jornal que, ao longo da década, procurou ser porta-voz das políticas públicas no campo educacional, dentro de uma tendência política mapeada nessa pesquisa. Evidencia-se que as estratégias e discursos na publicação objetivariam desenvolver uma oposição partidária aos chefes do executivo municipais que buscariam empreender a nova modalidade de ensino, tornando parcial o tipo de jornalismo praticado sobre a municipalização.

Palavras-chave: O Estado de S. Paulo (jornal); ensino primário municipal; imprensa paulistana

ABSTRACT

This study depicts the journalistic coverage of newspaper O Estado de S. Paulo (OESP, The State of Sao Paulo) in the creation of municipal primary education in the city of São Paulo in 1956, presenting the official opinion of the publication and the way in which the newspaper elaborated its informative material in a contrary way to the measure, promoted by the mayor Wladimir Toledo Piza (1956-1957), from the Partido Trabalhista Brasileiro (Brazilian Labor Party), and that would continue in the later administration, of Adhemar de Barros (1957-1960), from the Partido Social Progressista (Social Progressive Party), opposition of the organ. Working with different sections of the newspaper, the research presents the OESP's criticism to the municipalization of education, as a way of also diverging from its political opponents and defending the maintenance of the exclusivity of state education, administered at the time by political allies of the publication. In addition, it compares the different way that other newspapers of the capital provided projection to the new proposal of education. On the basis of the theoretical reference that contextualizes the history of the Sao Paulo press and the role of journalism, it is possible to detect a coherence on the discourse of the newspaper that, throughout the decade, sought to be an advocate for public policies in the educational field, within a political tendency further described in this research. It emphasizes that the strategies and discourses in the publication aimed to develop a partisan opposition to the municipal executive leaders that would seek to undertake the new modality of education, making partial the type of journalism practiced on the municipalization.

Keywords: O Estado de S. Paulo (newspaper); municipal primary education; São Paulo city press

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - “Uma onça foi morta na Fazenda do Toca”: Propaganda publicada no jornal O Estado de S. Paulo.....	58
Figura 2 - “Discurso de Vicente de Paula Lima”: Reportagem publicada no jornal O Estado de S. Paulo.....	81
Figura 3 - Quadro de diretores do Departamento Municipal de Ensino nos últimos 20 anos ...	93
Figura 4 - “I Congresso de Educação”: Reportagem publicada no jornal O Estado de S. Paulo	109
Figura 5 - “Assinado o decreto criando o ensino primário municipal”: Reportagem publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	113
Figura 6 - Reportagem publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> sobre a criação do ensino municipal.....	114
Figura 7 - “Assinado ontem o decreto que institui o sistema municipal de ensino primário”: Reportagem publicada no jornal <i>Folha da Manhã</i>	115
Figura 8 - “Assinado ontem pelo prefeito o decreto que institui o ensino primário municipal”: Reportagem publicada no jornal <i>Correio Paulistano</i>	116
Figura 9 - “Prejudicial ao ensino primário o choque entre município e Estado”: Reportagem publicada no jornal <i>Diário de S. Paulo</i>	121
Figura 10 - “Assinado ontem o decreto que dispõe sobre a municipalização do ensino primário na Capital”: Reportagem publicada no jornal <i>Diário de S. Paulo</i>	122
Figura 11 - “Instituído o ensino primário municipal”: Notícia publicada no jornal <i>Última Hora</i>	126
Figura 12 - “Estado e Município Disputam o direito de manter escolas”: Notícia publicada no jornal <i>Última Hora</i>	127
Figura 13 - “Ensino Municipal”: Artigo publicado no jornal <i>Última Hora</i>	130
Figura 14 - “Municipalização do ensino primário”: Reportagem publicada no jornal <i>A Gazeta</i>	131
Figura 15 - Notícias Diversas “Demagogia com o ensino”: Artigo publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	134
Figura 16 - “Por falta de vagas muitas crianças ficarão sem escola em São Paulo”: Reportagem publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	143
Figura 17 - Filas para matrícula nas escolas públicas.....	148
Figura 18 - Filas para matrícula nas escolas públicas.....	148
Figura 19 - Fila para matrícula nas escolas públicas	149
Figura 20 - Escolas Municipais Agrupadas Prof. Lineu Prestes (1958).....	152
Figura 21 - Escola Municipal de Vila Curuçá (1958)	153
Figura 22 - Manifesto de Professores Municipais à População. Documento publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	155
Figura 23 - “Pesa Séria Ameaça sobre o Ensino Primário da Capital”. Reportagem publicada no jornal O Estado de S. Paulo	163
Figura 24 - Um ano de realizações populistas. Reportagem publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	179
Figura 25 - Escola Municipal de Vila Formosa – 1959	180
Figura 26 - “O prefeito da Capital não cumpriu a promessa”. Reportagem publicada no jornal O Estado de S. Paulo	184

Figura 27 - “Ao professorado paulista”. Carta de Adhemar de Barros publicada no jornal <i>Folha da Manhã</i>	185
Figura 28 - Escola Municipal do Canindé (1959)	189
Figura 29 - Escola Municipal do Canindé (1959)	190
Figura 30 - Escola Municipal do Canindé (1959)	190
Figura 31 - Escolas Municipais Agrupadas do Tatuapé (1959)	191
Figura 32 - Grupo Escolar Dona Leonor Mendes de Barros (1959)	191
Figura 33 - Grupo Escolar Vila Alpina (1959)	192
Figura 34 - Escolas Municipais Agrupadas do Parque Sevilha (1959)	192
Figura 35 - “Descaso da Municipalidade Sacrifica os Estudantes”: Reportagem publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	203
Figura 36 - “Desinteresse da Prefeitura pelo Convênio Escolar com o Estado”: Reportagem publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	204
Figura 37 - “Cerca de 1.600 professores punidos indiscriminadamente pelo prefeito”: Reportagem publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	204
Figura 38 - “Denunciado o Prefeito da Capital pelos Professores”: Reportagem publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	204
Figura 39 - “Manobra do Prefeito no episódio dos prédios escolares”: Reportagem publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	205
Figura 40 - “O governador pede ao prefeito a entrega dos prédios dos colégios”: Reportagem publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	212
Figura 41 - – Ginásio Municipal do Tucuruvi	219
Figura 42 - Ginásio e Escola Municipal de São Miguel (1959)	223
Figura 43 - Maquete do Ginásio e Escola Municipal de São Miguel (1959)	223
Figura 44 - Ginásio Municipal Dom João VI	224
Figura 45 - Colégio Cidade de São Paulo	224
Figura 46 - “Estuda-se a requisição judicial do prédio do ginásio em S. Miguel”: Reportagem publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	225
Figura 47 - “Importantes Inaugurações no 1º Aniversário do Governo Carvalho Pinto”: Reportagem publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	229
Figura 48 - “Entusiasmo Popular nas Comemorações do 1º Aniversário da Administração”: Reportagem publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	230
Figura 49 - “Carvalho Pinto: Um ano de governo”: Reportagem publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	231
Figura 50 - “49 municípios visitados pelo governador em 2 dias”: Reportagem publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	233
Figura 51 - “Dez bilhões para a construção de prédios escolares no Estado”: Reportagem publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	234

SUMÁRIO

Introdução	12
1. Entre a Opinião e a Informação: A estrutura do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> na década de 1950.....	23
1.1. O OESP na década de 1950.....	30
1.2. Temas e colaboradores	43
1.3. Elementos opinativos no jornalismo informativo	54
2. O discurso educacional do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> nos anos anteriores a criação do ensino primário municipal (1950-1955).....	63
2.1. O final da administração de Adhemar de Barros e o governo de Lucas Nogueira Garcez (1950-1954)	63
2.2. O governo de Jânio Quadros e a mudança de posicionamento do OESP.....	78
2.2.1. Vicente de Paula Lima na Secretaria Estadual de Educação.....	79
2.3. A criação do ensino primário municipal: elementos históricos.....	86
2.4. Carlos Correa Mascaro, voz recorrente no tema	94
2.5. A criação do ensino primário municipal na cobertura da imprensa paulista.....	105
3. A cobertura jornalística do OESP pós-municipalização do ensino em São Paulo (1956-1960).....	141
3.1. Adhemar de Barros à frente da Prefeitura de São Paulo	141
3.2. A eleição de Carvalho Pinto e o otimismo do jornal com o novo governador.....	186
4. Considerações Finais.....	238
Referências	242

Introdução

O interesse e estudos sobre a educação na década de 1950 começou em minha graduação e teve continuidade no mestrado, pois tive, em ambas as situações, a oportunidade de analisar a atuação intelectual de Fernando de Azevedo e sua circulação política na rede de sociabilidade que pertencia.

As pesquisas realizadas detectaram grande efervescência política e cultural na referida década, o que possibilitou o estudo das atuações dos intelectuais da educação vinculados ao campo educacional em São Paulo. A dissertação desenvolvida por mim retratou o Centro Educacionais de Pesquisas Educacionais de São Paulo – CRPE/SP em sua primeira fase, sob a direção de Fernando de Azevedo (1956-1961).

Na pesquisa (MUSTAPHA, 2014), foi apresentado o núcleo de técnicos que atuaram no CRPE/SP e que estruturaram, por meio da organização cultural, experiências que projetaram suas carreiras acadêmicas. Além disso, foram retratados os conflitos políticos dentro da instituição no bojo das estratégias de promoção intelectual e ocupação de espaços públicos dentro das disputas simbólicas nas cátedras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, sobretudo as Cadeiras de Sociologia I e Sociologia II.

Uma das fontes da pesquisa foram arquivos de jornais, noticiando o surgimento e ações da instituição. O jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP) recebeu com entusiasmo o empreendimento, vinculado à Universidade de São Paulo (USP). Porém, sua cobertura jornalística foi protocolar, trazendo discursos oficiais em eventos da instituição.

Analisando os arquivos do CRPE-SP¹, localizados no Centro de Memória da Educação da USP, foi encontrado uma edição do jornal *Correio Paulistano* com matéria sobre a instituição. A reportagem entrevistou diretor Fernando de Azevedo e os chefes de Departamento de Pesquisa, Joel Martins e Renato Jardim Moreira. Além disso, apresentava detalhes do prédio e fotos da instituição. Comparado com a cobertura realizada pelo OESP, o tratamento jornalístico, nesse caso, foi bem diferente.

O jornal dirigido por Júlio de Mesquita Filho fez uma cobertura protocolar do lançamento da importante instituição, que surgiria em parceria entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e a Universidade de São Paulo. O OESP abordou a importância do novo órgão, mas sua narrativa foi formal, apresentando os objetivos

¹ Sobre a criação e produção intelectual do CRPE-SP ver Gonçalves (1997), Xavier (1999), Ferreira (2001) e Mustapha (2014).

exibidos no documento oficial do CRPE e transcrevendo os depoimentos das autoridades na cerimônia.

Ao longo da gestão de Fernando de Azevedo à frente do órgão, o jornal apresentaria pouca projeção do espaço. Mas, uma crise institucional em 1960, levou ao afastamento de um dos diretores do CRPE, Renato Jardim Moreira, e, nesse momento, a crise política na instituição teve divulgação no jornal, em clara campanha de oposição à administração de Azevedo. Assim, o jornal traria à tona o centro de pesquisas em um momento de atuação do OESP em solidariedade a um dos intelectuais da instituição, como na publicação da notícia em destaque de jantar em homenagem ao profissional afastado do núcleo de pesquisa².

O tratamento jornalístico detectado permitiu pensar uma abordagem do jornal *O Estado de S. Paulo* em uma pesquisa buscando conhecer e compreender melhor os escritos presentes em seu fazer jornalístico nos assuntos educacionais, em diferentes espaços da publicação. O que resultou neste trabalho de doutorado.

O título da pesquisa, tomado de empréstimo de uma música de Chico Buarque, na qual o personagem-cantor se vê em conflito com seu próprio meio de produção, a voz, presa a um contrato com uma gravadora que exigiria do mesmo uma atuação que tiraria a autonomia de criação, fez-me criar um paralelo ao meio industrial e cultural da imprensa e seu papel na sociedade. Poucos são os jornalistas com autonomia de criação, produção e articulação política dentro do meio da grande imprensa, muitas vezes atuando em surdina, nos bastidores, nas relações de amizade com outros quadros para participar de empreitadas conflituosas com a concepção de mundo do dono do órgão de imprensa. Uma voz imponente, destacada em seus editoriais, mas presente também em outros meios na publicação, nos escritos de outros jornalistas, nas pautas veiculadas.

Essa reflexão fez-me analisar o importante jornal *O Estado de S. Paulo*, órgão conhecido por seu pensamento e atuação conservadora ao longo da história, que traz a marca de uma elite paulista, muitas vezes prepotente a se achar melhor que o restante do país. Marcado também pelas suas derrotas políticas no século XX e o brado de seu editorial, é marca de uma família à frente do periódico que, ao mesmo tempo, deu espaço para diferentes quadros da elite intelectual, com diferentes concepções políticas, para produzirem e formarem o pensamento de uma cultura geral na sociedade. Todavia, mesmo com a variedade de vozes dentro do impresso, a “voz do dono” ecoou em

² Ver Mustapha (2014).

importantes assuntos considerados estratégicos, como na educação pública. Assim, por questões políticas, o órgão interviria em diversos assuntos e emitiria sua opinião nos espaços oficiais, mas também na produção de notícias, tema que me interessou a explorar na pesquisa.

Optou-se em abordar o histórico jornal paulistano, o mais antigo em circulação em São Paulo, tomando-se por base os diversificados elementos e camadas que compõe a publicação e seu corpo textual. Foram realizadas a leitura, a organização e a análise de todos os exemplares do OESP no período de 1950 a 1960. Esse recorte cronológico possibilitou acompanhar as mudanças e os diferentes destaques que assuntos educacionais foram ganhando no impresso em seus diferentes espaços de publicação: notícias, seções, reportagens e colunas.

Analisar o jornal revelou a importância e a tradição presentes no pensamento da publicação, expressas principalmente nos editoriais. No entanto, detectou-se que as opiniões também aparecem em matérias, em fotos, em legendas e na composição profissional dos colaboradores que atuaram no impresso.

O trabalho de pesquisa com as fontes do OESP permitiu detectar informações sobre as ações universitárias, tema inicial da pesquisa. Mas apresentou, também, enorme acervo de informações variadas sobre a educação. A organização desse material permitiu conhecer fatos educacionais fartamente noticiados no período, em especial as variações na cobertura jornalística. O material coletado fez que o enfoque do estudo fosse alterado.

Analisando o jornal ao longo de uma década, foi perceptível a mudança que o mesmo passou ao longo do período, bem como as diferentes formas de tratamento das notícias que aconteciam no cotidiano da cidade.

Um tema em especial apareceria em destaque no material coletado do período em análise: o surgimento do ensino primário municipal paulistano, em 1956. O OESP, inimigo político de autoridades que deram forma a nova oferta de ensino, criticou e atacou duramente ações educacionais dos políticos que criaram a nova modalidade de ensino.

Como professor da Rede Municipal de São Paulo desde 2010, e atualmente trabalhando na Secretaria Municipal de Educação, o tema interessou-me, em especial, por encontrar lacunas na historiografia do ensino primário municipal paulistano, principalmente o tratamento dado pela imprensa ao tema, com o marco do decreto 3.206, de 25 de agosto de 1956 e seus desdobramentos.

Sobre o jornal *O Estado de S. Paulo*, foi encontrada na historiografia importante produção que dedica suas análises ao estudo do “pensamento” e atuação política e educacional do órgão de imprensa, com um projeto nacional definido em sua ação³.

O trabalho com as fontes, somado ao estudo de pesquisas que abordaram o jornal, permitiram detectar novas possibilidades de estudo no tema, como o acompanhamento dos fatos apresentados de forma contínua nas opiniões e informações publicadas.

Dessa forma, procurou-se apresentar as variações da cobertura jornalística ao longo da década de 1950, em seus diversificados cadernos e espaços de publicação opinativos e informativos em sua estrutura e a extensão do pensamento oficial na editoria e outras abordagens, dentro da dinâmica das notícias publicadas de forma selecionada pela redação do jornal.

Importantes pesquisas sobre o OESP apresentaram análises dos editoriais educacionais do jornal, por ser esse espaço uma voz que se impôs no debate público e, por ter, a partir de 1947, um importante quadro da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Laerte Ramos de Carvalho, à frente da incumbência da criação do pensamento pedagógico do jornal. Trabalhos sobre o tema dedicaram sua abordagem ao pensamento oficial do jornal, por ser essa publicação um espaço atuante ao longo da história do país e de São Paulo.

O jornal marcou presença de maneira incisiva em temas educacionais e políticos ao longo das primeiras décadas do século XX, como na publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), a idealização do projeto e surgimento da Universidade de São Paulo (1934), no apoio à Revolução Constitucionalista de 1932, na oposição ao presidente Getúlio Vargas, em especial no Estado Novo, que levaria, até mesmo, ao exílio da família Mesquita, dona do jornal, e a intervenção e empastelamento da publicação, em 25 de março de 1940.

O OESP passou cinco anos e meio sob intervenção, dirigido pelo jornalista Abner Mourão. *O Estado* é devolvido à família Mesquita após o Estado Novo, em dezembro de 1945⁴.

³ Destaca-se, em especial, os trabalhos de Capelato e Prado (1980); Capelato (1989); Cardoso (1982); Larizzatti (1999), Carvalho (2003), Maia (2013); e Bontempi Jr. (2015).

⁴ O jornal, em sua página oficial, não reconhece os números editados pelos interventores de Vargas. Após a retomada do comando, a contagem das edições voltou ao último jornal de 1940, com o nome de Francisco Mesquita na capa. As edições feitas no período de cinco anos e meio de intervenção não entraram na história oficial do jornal, mas estão disponibilizadas no acervo digital do OESP. Sobre o tema ver Sodré (1983), Pilagallo (2012) e Severiano (2012).

Ao retomar o controle do jornal, seus proprietários ignoraram o registro da primeira página e repetiram o número 21.650, que marcara a primeira edição feita com a ocupação da ditadura. Júlio de Mesquita Filho apareceu no cabeçalho como diretor, ao lado de Plínio Barreto.

A partir de 1945, o OESP teve importante ação de oposição ao trabalhismo, ao getulismo e ao político Adhemar de Barros, interventor paulista de 1938 a 1941, responsável pela autorização da intervenção militar e eleito governador de São Paulo, em 1945. O político seria figura marcante na política paulista e, na década de 1950, seria alvo de constantes ataques no jornalismo da publicação.

Compreendendo o contexto político que motivaria as “batalhas” travadas pelo jornal, a pesquisa buscou desenvolver uma análise de todas as edições do *O Estado de S. Paulo* (OESP), no período de 1950 a 1960, considerando o espaço opinativo, os artigos e editoriais, e apresentando também uma análise de outras expressões do jornal que, certamente, trazem uma sintonia com o discurso oficial, e muitas vezes, até mesmo, são notícias que geram o editorial. Esse método, partindo do todo e selecionando temas, reportagens e páginas dentro do tema, permitiu empiricamente compreender variadas nuances do pensamento e informações geradas pelo jornal. A pesquisa procurou compreender os entrelaçamentos e distanciamentos entre a informação e opinião dentro de seu próprio corpo documental.

Considerou-se que o jornal não é um catalogado de informações sem uma diretriz do corpo político que o dirige. A imprensa tem suas estratégias de veiculação, representando um sentimento político retratado na página oficial. No entanto, a dinâmica do jornal favorece que, dentro de uma equipe consolidada de profissionais, exista também margem para outras impressões, fruto dos quadros que compõe a equipe, ou ainda o reforço com outras palavras da essência do pensamento dos donos do veículo.

A transitoriedade das notícias diárias leva alguns fatos ao esquecimento ou pouco se observam as estratégias de veiculação, que podem ser manipuladas por um viés dos interesses da corporação jornalística. Por esse motivo, preferiu-se trabalhar com um levantamento sistemático da publicação ao longo da década. Porém, existe uma sintonia entre o orgânico das edições as quais buscou-se retratar na pesquisa em tela. Pois:

[...] juntamente com as grandes reportagens, pode-se captar o jornal como um todo, como uma totalidade sutil em que acontecimentos

efêmeros, sem importância aparente, insinuam-se por entre as páginas do jornal tecendo uma rede de sentido que dá fôlego e suporte às reportagens principais, orientando a percepção do leitor sobre a realidade. (ROMERO, 2011, p.32).

O jornal é um portador de informação e um ambiente de atuação política, sujeito de ação em seu meio. Por esse motivo, considerou-se plausível analisar seus elementos veiculados em diferentes seções. Fugindo de abordagens fragmentadas, como sugere Cruz e Peixoto (2007, p. 260):

Uma primeira lembrança é que não é possível lidar com qualquer fragmento de um veículo da imprensa – um editorial, notícias esparsas reunidas em pasta na hemeroteca, cartas aos leitores –sem o reinserir no projeto editorial no interior do qual se articula, ou seja, sem remetê-lo ao jornal ou à revista que o publicou numa determinada conjuntura. Qualquer que seja nosso caminho de aproximação com jornais e revistas em suas diferentes formas históricas, não se pode esquecer que o objetivo de nossa leitura e análise é a de indagar sobre a configuração de seu projeto editorial, desvendando sua historicidade e intencionalidade. É imperativo, portanto, transformá-los em fonte. Assim, nossas perguntas iniciais e centrais são relativas a como determinada publicação se constitui com força histórica ativa naquele momento, isto é, como se constitui como sujeito, como se coloca e atua em relação à correlação de forças naquela conjuntura, quem são seus aliados ou amigos? Que grupos ou forças sociais são identificados como inimigos, adversários ou forças de oposição?

Existe, dentro da dinâmica de uma publicação, a construção do alinhamento do programa editorial e a elaboração do pensamento produzido pelos jornalistas nos excertos noticiosos, veiculados ao longo das páginas do jornal, de acordo com a circunstância política que constitui a atuação da imprensa enquanto sujeito histórico em ação na sociedade.

Os diversificados jornais de São Paulo tinham abordagens e estratégias diferentes, com equilíbrio variado entre opinião e informação nos impressos. A linha editorial, a atuação dos jornalistas, o núcleo de colaboradores e cronistas, que produziram fatos, direcionaram de maneira distintas o ideário educacional nas páginas do órgão de imprensa. Ou seja, uma análise pode ir além do “pensamento oficial do jornal”, pois

[...] prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhar universais. Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 258).

Como explica Melo (2003, p.25), existe uma dupla ação do jornalista à frente da empresa que se desenvolve no narrar dos fatos e expressar das ideias. Mas existe um “limite que o jornalista se move: circulando entre o dever de informar (registrando honestamente o que observa) e o poder de opinar, que constitui uma concessão que lhe é facultada ou não pela instituição que atua”. Existe uma dinâmica que varia de cada profissional no exercício intelectual de interpretar os fatos sociais e torná-los elementos informativos ou opinativos, bem como a abertura para opiniões dentro do território da publicação, que não esbarrem na “voz do dono”.

Existem elementos-chave para a compreensão da movimentação das ideias e das forças de adesões aos projetos culturais na veiculação do meio jornalístico e também nas vinculações do meio científico, com a ascensão de quadros do meio acadêmico ao ambiente da imprensa no início da década de 1950.

Segundo Luca (2005), a produção técnica dos periódicos não deve ser analisada como meros receptáculos de informações, e sim como um material com pensamento, ideologia e concepções implícitas e explícitas. A pesquisa buscou, assim, analisar o jornal como estrutura complexa com veiculações nas opiniões, na consolidação de equipe variada e na projeção de notícias.

Importantes trabalhos sobre o jornal *O Estado de S. Paulo* dedicaram-se à análise do pensamento e atuação do matutino como sujeito político nas primeiras décadas do século XX. Tais estudos contribuíram para desmistificar a imparcialidade dos meios de comunicação ou do mesmo como uma verdade histórica. Essas pesquisas são referências para a compreensão da tradição do pensamento do jornal e foram fundamentais para a compreensão do seu papel histórico e o perfil da publicação.

Consideram-se fundamentais os estudos sobre a identidade do jornal exposta na base opinativa, porém, procurou-se trazer uma abordagem sobre esse instrumento de veiculação de fatos informativos do cotidiano da sociedade acrescidos de opiniões em sua cobertura.

Para Abreu (2008, p.8) uma razão que pode explicar o desinteresse, que perdurou por muito tempo, em pesquisas históricas sobre a imprensa é a consideração apressada que os meios de comunicação são subordinados e reprodutores de um discurso ideológico dominante, ou seja, pouco confiáveis como verdade histórica. Essa perspectiva compreendia o jornal como fonte que representa as instituições detentoras de poder e os interesses organizados. Não lhe era atribuído o papel de construtor do próprio fato que divulga. Nessa concepção, baseada na teoria da dominação, perde-se de

vista os casos em que a mídia tem a iniciativa do processo de definição e é provocadora de um acontecimento.

O jornal é uma leitura de mundo, uma abordagem construída. Compreender e detectar as incongruências, manutenções e desequilíbrios exige pesquisas que tratem o cotidiano da publicação em um determinado período. Como explica Discini (2012, p.61), os jornais se consolidam na ordem da efemeridade e também na reiteração, edição após edição, de determinados padrões culturais entre o trabalho escrito e os leitores consumidores. Para a autora, se constitui um contrato de confiança envolvendo quem participa da edição e da leitura do jornal:

Esse contrato de confiança envolve crenças, aspirações e memória. É justamente por isso que as pesquisas que se utilizam de jornais não especificamente pedagógicos para falar sobre a história da educação trabalham, na verdade, com um conceito de educação mais abrangente do que o da educação escolar. Trata-se de uma concepção que remonta e se mistura à própria ideia de cultura [...].

A opção de pesquisa de análise da década de 1950 deve-se, entre outros fatores, por ser um período de expansão do ensino público na cidade e no estado de São Paulo, de massificação dos centros urbanos, gerando novas demandas, entre elas as empreitadas jornalísticas, e também por ter uma gama de profissionais adentrando na imprensa paulista nesta fase de transição, como caracteriza estudos historiográficos, como Gama (1998) e Arruda (2001).

O material coletado gerou cerca de cinco mil documentos⁵, constando no acervo artigos, editoriais, notícias, seções específicas que aparelham o espaço dado à educação por parte do jornal nas suas páginas. Entre as opções de análise, o estudo dedicou-se a um tema recorrente ao longo da década e que o OESP destinaria espaço destacado em suas páginas: a expansão do ensino primário na capital e o surgimento do ensino primário municipal na cidade de São Paulo.

De início foi apresentada a relação entre a informação e a opinião presente nas páginas do jornal, à luz da historiografia e de teóricos que debatem a ciência jornalística. Considerou-se fundamental apresentar essas duas vertentes e o espaço educacional pautado nas informações e opiniões.

⁵ Importante salientar que a seleção do material considerou também artigos que não pressupõe diretamente temáticas educativas, mas que, no contexto, contribuíram para o esclarecimento sobre o clima e cotidiano na década.

Apresentou-se também uma crítica ao olhar linear que distingue o jornal *O Estado de S. Paulo* como uma empresa de jornalismo moderno na década⁶, sendo que, a análise de sua estrutura jornalística permite que seja detectado um modelo jornalístico pertencente a uma tradição opinativa em suas páginas. Ou seja, era moderno na concepção material do jornal, mas conservador em seus valores e opiniões expressadas.

Detectou-se no estudo um jornalismo pautado no ataque político aos opositores do jornal, acrescidos de duras críticas nos editoriais. A criação do ensino primário municipal seria um novo motivo para tecer críticas ao andamento da política de expansão do ensino em São Paulo que, para o jornal, seguia de forma improvisada, desordenada e sem a garantia da qualidade.

O jornal ficaria marcado na década por suas derrotas políticas nas eleições para presidente e governador. O matutino tinha o anseio de reverter a tendência de expansão “populista e demagógica”, fruto das candidaturas do PTB, de partidos nânicos, que originariam candidatos como Jânio Quadros e, principalmente, o PSP, partido de Adhemar de Barros, com grande expressão na capital paulista. O partido ao qual o OESP mantinha relação de apoio, a União Democrática Nacional (UDN), diminuiria seu tamanho no legislativo paulista na década de 1950 e seus candidatos enfrentariam constantes derrotas nas eleições diretas, chegando ao poder em circunstâncias de apoio a outros candidatos, como seria o caso dos governos de Lucas Nogueira Garcez, Jânio Quadros e Carvalho Pinto. A única vitória que o partido teria seria na eleição municipal de 1960, que levaria ao poder o prefeito Francisco Prestes Maia. O status de oposição partidária geraria o perfil dos textos da publicação.

A pesquisa sobre o jornal *O Estado de S. Paulo* enfoca, então, as circunstâncias políticas em São Paulo e como o casuísmo o levaria a produzir um tipo de jornalismo nos temas educacionais de combate ou apoio, de acordo com a conveniência.

O OESP acompanhou detalhadamente a municipalização do ensino na capital paulista, mas com um jornalismo crítico que, em seus primeiros anos, teria inimigos políticos à frente tanto na Prefeitura, como na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Acompanhar como se deu a cobertura jornalística é também detectar a narrativa construída dos fatos históricos. Para tanto, foram utilizados arquivos complementares

⁶ Essa referência se deve, em especial, ao fato de a publicação criar espaços para suplementos temáticos, como o Suplemento Literário (1956) o que levaria importantes nomes do meio acadêmico a produzirem, de forma remunerada, artigos para o jornal em cadernos especiais. Sobre o tema ver Lorenzotti (1997) e Abreu (2008).

para compreender elementos da História do Ensino Municipal, objeto de polêmica e disputas na década. A documentação utilizada abre possibilidades para conhecimento de sujeitos que atuaram para a criação da rede municipal e a forma que a cidade se transformou também com as novas escolas que iriam surgir em ritmo acelerado no período de 1956 a 1960, em diferentes regiões da capital paulista, com a configuração de novos bairros nas periferias de São Paulo.

Mesmo considerando que o marco da municipalização seria em 1956, foram utilizados arquivos do jornal dos anos anteriores para acompanhar o aumento de pautas pedagógicas nas páginas do jornal – refletindo a expansão do ensino ao longo da década como um fato a ser explorado – mas também pela mudança do seu estilo jornalístico, sendo menos protocolar nos textos apresentados e abrindo oportunidade para outras seções desenvolverem opiniões e informações, como seria o caso, em especial do espaço intitulado *Notícias Diversas*.

Assim, concluído o levantamento bibliográfico e documental sobre o tema, algumas questões ficaram a serem compreendidas: Qual a motivação do OESP na oposição ao ensino primário municipal? E, ao mesmo tempo, quais estratégias o órgão utilizou para fomentar a opinião pública do problema de a prefeitura criar escolas na capital? E, por fim, o jornalismo praticado no tema teria compromisso com o interesse público ou tinha caráter particular dentro dos compromissos políticos do OESP?

A tese está organizada em três capítulos. O primeiro destaca a estrutura do jornal *O Estado de S. Paulo* no período analisado e problematiza a falta de dissociação dos elementos opinativos e informativos em sua escrita jornalística.

O capítulo dois destaca elementos anteriores a municipalização, tecendo uma análise do tratamento que o OESP deu ao tema da expansão do ensino público nas gestões dos governadores Adhemar de Barros, Lucas Nogueira Garcez e Jânio Quadros, havendo uma mudança de posicionamento neste último período.

O terceiro capítulo destaca o conflito político entre a administração municipal e estadual e o surgimento do ensino primário municipal e seu desenrolar ao longo das administrações dos prefeitos Lino de Mattos, Wladimir de Toledo Piza e Adhemar de Barros, o último, em especial, sofrendo uma oposição sistêmica do jornal, contando com inúmeras reportagens negativas a sua administração nos assuntos educacionais. Apresenta, também, uma guinada do jornal em apoio ao governador Carvalho Pinto, que substituiria Jânio Quadros, e que teria um projeto educacional que, à luz do OESP, seria uma transformação no ensino paulista.

A pesquisa em tela pertence ao Grupo de Pesquisa: História das Instituições e dos Intelectuais da Educação Brasileira e ao projeto de pesquisa História das Instituições Educacionais: intelectuais, políticas e práticas, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade (EHPS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) que visa a compreender o itinerário de formação e atuação dos intelectuais que elaboraram ideias e viabilizaram ações relacionadas ao campo da educação brasileira, dentre outras temáticas.

Os estudos realizados foram fruto de produções, leituras, debates, eventos dentro da proposta de estudo. Compreender a atuação educacional de instituições, como um órgão da grande imprensa, e os quadros intelectuais dentro dessa dinâmica são elementos que inspiraram a pesquisa, ao analisar o OESP como um sujeito histórico em atuação ao longo de sua história. O trabalho coletivo do grupo contribuiu consideravelmente para a expansão das possibilidades da pesquisa, bem como inspiração no foco apresentado.

1. Entre a Opinião e a Informação: A estrutura do jornal *O Estado de S. Paulo* na década de 1950

O jornalismo paulista na década de 1950 apresentou diferentes técnicas de produção e circulação, bem como distintas formas de garantir equilíbrios entre opinião, informação e publicidade, o que ajudou a construir espaços de debates públicos e novas sociabilidades⁷. Para Cruz (2000, p.21) a imprensa deve ser analisada na qualidade de prática social que desenvolve formas de abordar o fazer urbano. Nesse sentido, é fundamental examinar a “reflexão sobre os ambientes, práticas e projetos dos grupos letrados, seus vínculos com diversos setores da população, a formação dos públicos e as significações sociais da leitura”.

É recorrente na historiografia sobre a imprensa que o período após a Segunda Guerra Mundial foi marcado por transformações que geraram mudanças no estilo jornalístico e na estrutura profissional⁸. Nas décadas subsequentes, aconteceram alterações nas gráficas, novos aparelhamentos, inovações nas estratégias de abordagem na escrita, migração de profissionais do ramo científico à imprensa e novas demandas populares tendo acesso às publicações.

A década de 1950 é considerada um período de transição para os grandes veículos de comunicação, com novas campanhas empresariais dos grandes núcleos e mudanças no estilo jornalístico nas páginas impressas, reflexo de maior profissionalização da atividade. O padrão francês, mais literário, então hegemônico, começa a dar espaço para informações mais objetivas, aos moldes da imprensa norte-americana.

O estilo então vigente compreendia o jornalismo como subproduto da arte da escrita das belas letras:

Concentrávamo-nos, então, no estilo, na frase, na palavra. O beletismo, na ocasião, não era ainda restritivo (como tudo muda!), e o jornal vivia como o repositório de uma atitude geral e natural que considerava o bonito e o bem acabado como meta final.

Esta fase, no Brasil, estendeu-se até depois do segundo conflito mundial, quando aqui chegaram os seus resultados: a sociedade

⁷ Entre os trabalhos que apontam esse marco nos anos 1950, encontramos Luca (2005), Bontempi Jr. (2006), Lorenzotti (2007) e Martins (2013).

⁸ Entre os trabalhos, citamos Sodré (1983) e Bahia (1990a) e Bahia (1990b).

politicamente aberta, a industrialização, a equidade urbana. Nossos jornais, banhando-se na experiência da objetividade e dependendo diretamente do noticiário telegráfico, apreenderam um novo estilo, seco e forte, que já não tinha qualquer ponto de contato com o beletismo. (DINES, 1986, p.25-6).

O novo estilo jornalístico, emergente na década de 1950 e trazido pelas agências de notícia norte-americanas, empregaria a funcionalidade, a eficiência na valorização da construção da notícia de maneira objetiva. As matérias começariam a ser escritas dentro das perguntas sistematizadas na *lead*, técnica criada pelo escritor inglês Rudyard Kipling⁹ conhecida pela pirâmide invertida, ou seja, apresentação dos fatos relatados em ordem decrescente de importância dentro das questões: “O Quê, Por Quê, Quando, Como, Onde e Quem”.

A técnica construída no primeiro parágrafo do texto, somada às novas formatações das publicações com o aumento do uso de fotografias, manchetes com grandes destaques e notícias curtas, favoreceu a mudança do perfil dos textos.

Além disso, as emergentes faculdades colocaram no mercado um novo contingente de profissionais, com formação mais especializada, determinando um novo jornalismo, voltado para a informação (ABREU, 2008, p.10).

A dinâmica dos jornais, a partir da nova tendência, ganhou traços complexos:

[...] que se propõe acrescentar os dados à notícia. E nessa fermentação, a mensagem jornalística se multiplica em formas ou manifestações. O relato noticioso, a reportagem, a entrevista, o editorial e outros comentários opinativos, a pesquisa de reconstituição histórica (biográfica) dos focos do dia, a crônica, a crítica de espetáculos de arte. A mistura de tudo isso é um resultado colorido – não mais páginas uniformes compostas, mas um festival de títulos, seções, editoriais, recursos gráficos. Informação/distração/opinião se inter-relacionam de tal forma que montar um esquema de classificação não é fácil (MEDINA, 1978, p. 77).

Segundo Dines (1986, p. 28), o repórter então começou também a se preocupar com a forma do texto escrito, trabalho antes exclusivo do redator ou editor, considerados os intelectuais do órgão de imprensa.

O período foi fruto de metamorfose no jornalismo, com o declínio da tradição pautada pela abordagem estritamente literária para uma fase técnica. Sobre a tradição anterior, Martins e Luca (2006, p. 40) explicam sua característica no início do século XX:

⁹ Joseph Rudyard Kipling (1865-1936), autor e poeta britânico.

Em geral, foram literatos que se improvisaram em profissionais da imprensa, tornando-se figuras influentes no cotidiano urbano. Paladinos da Ordem e do Progresso na República dos cidadãos convertem-se, quase sempre, em agentes a serviço de grupos, classes e, sobretudo, de partidos políticos, numa imprensa que tinha o poder de tendenciosamente selecionar políticos, fazer governos, decidir eleições.

Essa transição não foi automática, cada jornal, ao seu estilo, atravessou as décadas construindo sua identidade em busca de novos leitores e anunciantes. Porém, além da questão estética, a alteração vigente intensificou a empreitada jornalística na movimentação empresarial, diante do aumento populacional nos grandes centros urbanos e a ampliação da sociedade de consumo (entre esses o próprio consumo de informação) e, conseqüentemente, a ampliação da publicidade nos impressos, aumentando o grau de investimento, o acréscimo de páginas nas edições, contratação de novos profissionais, surgimento de seções especiais etc.

Nesse contexto, a tradição literária começa a migrar para seções especializadas das publicações, normalmente em cadernos publicados aos fins de semana. A objetividade da notícia ganha destaque nos anos 1950, com a nova lógica empresarial. Entretanto, por essência, nunca tenha se constituído na imprensa paulista a aceção de neutralidade, imparcialidade e objetividade, almejada no modelo, pois o caráter ideológico das gazetas predominava na percepção e construção da informação desenvolvida pelos profissionais que redigiam as notícias dentro de uma linha política da publicação.

O trabalho de Sodré (1983, p. 417), importante obra para a compreensão da segmentação empresarial na imprensa e o vínculo profissional do jornalista dentro do meio de produção, aponta que o núcleo profissional tem sua produção carregada de ambigüidades, variante do interesse do detentor do grande veículo na qualidade de empresa de informações:

E aqui, convém lembrar, que a imprensa industrial da fase capitalista é bem diversa da imprensa artesanal que a antecedeu; nela, a divisão do trabalho ampliou-se consideravelmente, e a divisão em classes tornou-se clara. Numa empresa jornalística operam elementos de três camadas ou classes sociais: os proprietários, que pertencem à burguesia; os trabalhadores intelectuais, que pertencem à classe média ou pequena burguesia; e os operários, que pertencem à classe operária, ao proletariado. Esses elementos são diferentes por origem de classe, e tem interesses contraditórios. Embora assalariados, os elementos intelectuais não têm situação proletária e sofrem injunções e vacilações de sua posição intermediária, que se presta à ambigüidade.

A ambiência e os sujeitos que constituem o periódico refletem nas informações cotidianas que formam o material jornalístico. O caráter de uma publicação também é organizado pelo formato comercial do veículo, como explica Gramsci¹⁰ (1968, p. 179):

O problema fundamental de todo periódico (cotidiano ou não) é o de assegurar uma venda estável (se possível em contínuo incremento), o que significa, ademais, a possibilidade de construir um plano comercial (em desenvolvimento, etc.). Por certo, o elemento fundamental para a sorte de um periódico é o ideológico, isto é, o fato que satisfaça ou não determinadas necessidades intelectuais, políticas. Mas seria um grande erro crer que este seja o único elemento e, notadamente, que este seja válido tomado “isoladamente”. Só em condições excepcionais, em determinados períodos de boom da opinião pública, ocorre que uma opinião tenha sorte independente da forma exterior na qual seja apresentada. Habitualmente, o modo de apresentação tem grande importância para a estabilidade do negócio; e a importância pode ser positiva, mas também negativa.

Para o teórico, o meio “exterior”, que compreende a informação, a opinião e os meios de projeção financeira de uma publicação deveriam ser cuidados com a mesma atenção que o conteúdo ideológico e intelectual; as duas coisas são inseparáveis.

O período é marcado por nova configuração da vida urbana, traçada por contradições na sociedade oriundas, sobretudo, das condições precárias originadas pelo aumento populacional e a criação de novos bairros de forma improvisada¹¹. Para parte da imprensa, essa ampliação geográfica orientou a nova forma de captação de leitores de amplos setores da população, graças à diversidade de assuntos apresentados nas páginas dos diários, que começaram a dedicar parte da pauta ao cotidiano da vida na cidade.

Em um período de emergência de novos públicos leitores, é importante analisar as configurações e estratégias utilizadas pelo jornal para atender a outras camadas sociais interessadas em temas do cotidiano. A análise da imprensa em transformação diante das mudanças estruturais na sociedade é fundamental por ser um:

[...] campo privilegiado de formulações, articulação e expressão dos modos de pensar das elites paulistanas, ao projetar-se sobre a cidade em transformação e, principalmente, seus terrenos populares, a cultura letrada expõe-se a inúmeros embates e desafios. [...] Valorizada na prática social dos diversos grupos, construindo-se como um importante veículo de formulação e difusão de imaginários sociais no período, no seu fazer-se a imprensa constitui um campo de disputa

¹⁰ Grande parte dos escritos do teórico se referia às estratégias produção de periódicos partidários e a análise das veiculações da grande imprensa. Consideramos que a estratégia de veiculação comercial, que o intelectual acompanhava em suas anotações, serve também para a grande imprensa em seu diálogo com a opinião pública.

¹¹ Destacam-se trabalhos clássicos sobre a história da cidade de São Paulo, como Azevedo (1958), Hutchinson (1960) e Morse (1970).

extremamente dinâmico de diferentes projetos sociais. (CRUZ, 2000, p. 165).

Dessa forma, a imprensa não é um conglomerado de informações soltas, mas uma força ativa na história, oriunda do modelo constituído pelo detentor do jornal, somado também ao fruto da ambiência e criação por parte do corpo jornalístico, que compõe o núcleo da publicação em constante diálogo com seu meio social:

Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 258).

Tendo por base um roteiro de análise histórica da imprensa, sugerido por Cruz e Peixoto (2007), procurou-se compreender que a estrutura do jornal exige que vários aspectos sejam considerados, como as *capas e primeiras páginas*, as quais funcionam como vitrine da publicação que – por meio de “chamadas” de matérias, fotos, manchetes e slogans – indicam ênfase em determinados temas e questões e atingem o interesse do leitor.

As *partes e cadernos* desenvolvem uma diferenciação, hierarquização e ângulos de abordagem dos conteúdos de acordo com a cultura interna estabelecida no jornal. Os *cadernos especiais e suplementos* indicam a emergência de constituição de novos campos temáticos, a secundarização de conteúdos, ou ainda, a abertura de espaço para interesses de grupos específicos de diferentes áreas (agricultura, economia, cultura, esporte etc.). As *edições comemorativas* indicam movimentos explícitos de produção e atualização de memórias que dialogam com as proposições do jornal.

As *seções diversas*, como editoriais, parte noticiosa e reportagens, artigos da redação, carta de leitores, publicações de outros jornais e os anúncios denotam uma articulação específica dos “conteúdos” ao projeto gráfico/editorial. As *colunas fixas assinadas* por colaboradores trazem a recorrência de temas e de vozes autorizadas pelo “caráter” do jornal em interlocução com as vontades expressas pelo público leitor. As *manchetes e legendas* organizam e destacam conteúdos e propõem uma maneira de ler de acordo com o tipo de destaque que o diário almeja alcançar com o fato noticiado.

A *Iconografia*, desenvolvida por ilustrações, fotos, caricaturas, charges, desenhos, gráficos, traduzem a posição editorial em outra linguagem, e ainda podem complementar ou, por vezes, entrar em tensão com a abordagem da parte textual. Por fim, a *publicidade* e seus espaços de veiculação indicam a articulação da publicação

com determinados interesses empresariais e comerciais naquela conjuntura (CRUZ e PEIXOTO, 2007).

A pesquisa sobre o “todo” da publicação trouxe a evidência do processo de expansão do ensino e a criação de escolas municipais. A atenção para diferentes espaços no impresso foi fundamental para compreensão da orientação de determinadas veiculações e sua dinâmica de projeção aos interlocutores do jornal.

Assim, não foi privilegiado, no estudo em tela, o direcionamento do posicionamento oficial da publicação legitimada em seu editorial, que responde à “voz do dono” do empreendimento. Esse elemento opinativo será um dos objetos de análise da publicação em diálogo com as demais frentes de opinião e informação.

A perspectiva de análise sobre o “pensamento do jornal” detecta o clima político de uma época e as ideias em circulação no jornal diante de um contexto social, mas perde outras vertentes na mesma publicação que compõem o “corpus” do material veiculado, e podem ser problematizados como um “reforço” da “voz do dono” ou até se contrapõe a linha programática da editoria oficial.

O jornal contemporâneo é composto por editorias distintas, em empreendimentos que buscam se aproximar do seu público, colhendo colaboradores para seções fixas ou artigos pontuais que respondam a esses anseios em camadas representativas da sociedade (meios literários, núcleos políticos, religiosos e acadêmicos etc.) ou do interesse imediato do pensamento que a publicação representa. Na década de 1950, o jornal OESP, em especial, contaria com núcleos de profissionais responsáveis a construir o pensamento do jornal em temas estratégicos nos editoriais e nas pautas de reportagem.

Assim, as reportagens, matérias, entrevistas e notas esporádicas que veiculam o cotidiano nos fatos sociais, também influenciam e norteiam à geração de novas “vozes oficiais” no jornal em seus editoriais. Sobre os comentaristas dentro da estrutura opinativa no jornalismo, explica Melo (2003, p. 115) quanto à narrativa do cotidiano nesse espaço:

Trata-se de um gênero que mantém vinculação estreita com a atualidade, sendo produzido em cima dos fatos que estão ocorrendo. Vem junto com a própria notícia. Por isso é difícil de ser realizado, exigindo muita argúcia no sentido de evitar prognósticos não confirmáveis.

O comentarista explica as notícias em suas circunstâncias, nem sempre com uma opinião explícita, às vezes se constrói dentro da linha de argumentação criada, que pode atingir elementos literários, como a crônica.

Buscamos analisar diferentes edições e espaços informativos do jornal, considerando diferentes estratégias de formulação do “pensamento” da publicação. Pois os profissionais do jornalismo, em geral

[...] negociam um produto muito especial, capaz de formar opiniões, (des) estimular comportamentos, atitudes e ações políticas. Elas não se limitam a apresentar o que aconteceu, mas selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar até o público (MARTINS e LUCA, 2006, p, 11).

O jornal não representa o vivido, é uma leitura de um período desenvolvida por um grupo de pessoas com determinadas proposições no meio ao qual estavam inseridos. O jornalista é também um mediador, que forma opiniões, projeta e vulgariza noções políticas, científicas e culturais. Sirinelli (2003, p. 242) apresenta abordagem ampla e sociocultural da noção dos intelectuais que envolve a articulação de criadores e “mediadores” culturais, abrangendo os jornalistas, escritores e professores.

Para Darnton (2010, p. 10), as matérias jornalísticas precisam caber em concepções culturais prévias relacionadas com a notícia. O contexto do trabalho na imprensa faz o molde do texto noticioso e da forma de contar as histórias dos fatos, provocando, assim, o imaginário do leitor e, conseqüentemente, o lucro de venda por parte do jornal. O autor desenvolve em seus estudos as correlações entre o texto literário e difusão da informação propondo a realização de uma história social e cultural da comunicação impressa. Para o historiador, a interpretação dos leitores deve ser considerada no seu processo de recepção e apropriação das informações em circulação.

[...] os jornalistas têm pouco contato com o público em geral e não recebem quase nenhum retorno dele. A comunicação pelos jornais é muito menos íntima do que pelos periódicos especializados, cujos redatores e leitores pertencem ao mesmo grupo profissional. (Darnton, 2010, p.10).

Dessa forma, a partir dos textos publicados em diferentes esferas do jornal, será apresentada, a seguir, a forma que temas educacionais relativos à expansão do ensino e a municipalização foram representados nas abordagens jornalísticas dos veiculadores de informações na década de 1950 no *OESP*.

1.1. O OESP na década de 1950

A análise do *O Estado de S. Paulo* na década de 1950 exige a compreensão das forças políticas que se rearticulavam em uma nova conjuntura pós-Estado Novo com a instalação do partido de representação liberal dessa frente, a UDN (União Democrática Nacional). No período, novos grupos de intelectuais, os quais circulavam no meio político e acadêmico – como era o caso da USP – encontraram nas páginas dos jornais espaço para veiculação, legitimidade e novas proposições. Como explica Bontempi Jr. (2015, p.155), o jornal buscava no período novas perspectivas de incorporação de intelectuais formados na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, visando garantir a antiga tradição de OESP de ser uma veiculação de intelectuais, em uma nova fase acadêmica. A geração anterior, que compôs a base intelectual da publicação, nas primeiras quatro décadas do século XX, era formada por nomes da elite cultural paulista, como Plínio Barreto, Monteiro Lobato, Léo Vaz, Paulo Duarte, Fernando de Azevedo, Mário Pinto Serva, Sérgio Milliet, Luis Martins, Amadeu Amaral, entre outros.

Sobre o ambiente do jornal, constituído sob a direção de Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo relembra em livro de memórias:

Aliás, por menos que possa aparecer aos que nunca lhe entraram na intimidade, o grande jornal de Júlio de Mesquita foi sempre uma escola de liberdade e de independência, e se há um culto que sempre se manteve aceso nas salas de redação do “O Estado de S. Paulo”, é o da inteligência e da cultura que dele tem feito, através de mais de meio século, o centro de convergência de trabalhadores intelectuais, de poetas e escritores, de homens de pensamento e de ação. Foi ali que travei a maior parte de minhas relações com homens de ciência, pesquisadores e profissionais eminentes do país e do estrangeiro; e na mesma sala, em que à volta de Júlio de Mesquita Filho, se discutiam com elevação, problemas culturais e científicos, se assestavam as baterias das campanhas políticas. (AZEVEDO, 1973, p. 102-3).

Pode-se considerar que *O Estado de S. Paulo* era, no período, a mais importante voz da imprensa paulista, na condição de representante da elite política organizada em diferentes esferas públicas. Porém, compreende-se que a opinião pública no meio do século XX era composta de outras importantes frentes jornalísticas que contrapuseram ou dialogaram com as veiculações cotidianas do impresso. Para tanto, serão alargadas as abordagens do OESP, organizando e traçando as diferentes formas de expressão sobre os assuntos de ensino que foram apresentadas em suas páginas. As campanhas ou

causas que o jornal não incorpora recebem pequeno espaço na veiculação e, em muitos casos, ganham projeção em outras gazetas.

Por esse motivo, a pesquisa faz um comparativo da abordagem de outras publicações sobre a oficialização do ensino primário municipal, como um paralelo da importância do fato e os tipos de recepções do acontecimento.

À época, a imprensa paulista contava com outros jornais importantes com estratégias de expansão no mercado jornalístico ascendente que começara a se instaurar. Os jornais *Folha da Manhã* e *Folha da Noite* (unificados na *Folha de S. Paulo*, a partir de 1962), *Diário de S. Paulo* (do conglomerado *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand), *A Gazeta*, *Diário Popular*, *Última Hora* e *Correio Paulistano* estavam cotidianamente nas bancas e, cada qual, com seu rol de colaboradores, repórteres, tipos de seções e abordagens políticas.

Com o aumento de parcelas sociais alfabetizadas, a informação de assuntos cotidianos, como por exemplo, problemas na cidade, vagas em escolas, informações esportivas, culturais e humorísticas se tornavam cada vez mais relevante que a opinião veiculada para extratos sociais definidos. A cultura do editorial, como porta voz da publicação, traz o caráter de vinculação dos grandes impressos à filiação a órgãos políticos dedicados à determinada elite, que era alimentada pelos debates promovidos no veículo.

Assim, uma análise depurada da forma como as notícias educacionais foram apontadas no principal jornal da cidade faz aparecer outras opiniões pouco exploradas, tendo a subjetividade de um fotógrafo, de um repórter, a abordagem do jornalista responsável por determinado tema ou porta-voz de uma sucursal apresentando sua sensibilidade aos temas recorrentes, que não necessariamente eram o formato oficial do editorial do veículo. Pelo contrário, muitas vezes o texto editorial surge em resposta a um assunto ou fala ventilada nas páginas do jornal com outra faceta que não a “opinião da casa”. Os valores contidos nos acontecimentos assumem identidades diversas a partir da autoria dos profissionais mediadores da informação.

Existe uma clara distinção entre a crítica dos fatos desenvolvida pela produção analítica e interpretativa dos dados empíricos no ato da reconstrução jornalística e uma tendência de jornalismo opinativo, que ainda vigorou por muito tempo nas matérias do jornal e será analisado nas reportagens organizadas na pesquisa.

Analisando na pesquisa outros jornais, como, por exemplo, *Folha da Manhã* e *Folha da Noite*, emergentes na década, percebemos que, nas matérias apresentadas, o

trabalho de reportagem no local dos fatos com registros e fotos é bem mais evidente que o noticiário muitas vezes protocolar do OESP. Os jornais, administrados por Nabantino Ramos¹², valorizavam a publicação de trabalhos científicos e acadêmicos em suas páginas, como a coluna de psicanálise, denominada “Nosso mundo mental”, assinada pela professora Virgínia Leone Bicudo¹³, pioneira na psicanálise no país. (PILAGALLO, 2012, p. 150).

No OESP notamos que, existiam tradições conservadoras nas reportagens que foram sendo alterados de forma lenta, na década de 1950, a partir das inovações tratadas por Cláudio Abramo¹⁴.

Abramo assumiu a secretaria da redação do OESP em 1953 e, ao longo da década, desenvolveu reforma no jornal que envolveu a redução do tamanho das páginas, transferência da sede, organicidade na publicidade e matérias com reportagens no local dos fatos:

Começa a cooptação de universitários para o jornalismo, mandando buscar alunos que se destacaram nos cursos de filosofia, ciências sociais, matemática, física. Um dele é Vlado Herzog. A reforma se completa no início da década de 60. Nessa altura, alguns grandes nomes do jornalismo atual trabalhavam na Redação, como repórteres ou redatores. (ABRAMO, 1989, p. 19).

O termo “cooptação”, que o jornalista utiliza em suas memórias, combina com o formato de vinculação jornalística do período, tendo em vista que os intelectuais que atuaram em determinada publicação tinham aproximação com os responsáveis do veículo, mesmo que herdassem orientações ideológicas distintas ou mesmo discordassem do jornal.

¹² Nabantino Ramos (1908-1979) é considerado um dos modernizadores da imprensa brasileira. Nasceu em Queluz (SP) e estudou em Bauru e São Paulo e se formou em 1934 pela Faculdade de Direito, em seguida incorporada à USP. Fez parte do grupo que em 1945 comprou as “Folhas”. Vendeu o controle dos jornais, em agosto de 1962, aos empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Sobre a trajetória do jornalista ver Arruda (2007) e Pilagallo (2012).

¹³ Virgínia Leone Bicudo (1915-2003) era natural de São Paulo. Socióloga e psicanalista brasileira. No campo da Sociologia foi pioneira ao tratar do estudo das relações raciais. Iniciou o curso de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política em 1936. Realizou em 1945 o Mestrado em Sociologia pela Escola Livre de Sociologia e Política, na mesma turma de Oracy Nogueira e Gioconda Mussolini, defendendo a dissertação Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo, primeiro trabalho de pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil a tratar de relações raciais. Participou do Projeto UNESCO no Brasil, coordenado por Roger Bastide e Florestan Fernandes. Foi uma das primeiras professoras universitárias negras no Brasil, lecionando na Universidade de São Paulo, na Santa Casa e na Escola de Sociologia e Política.

¹⁴ Cláudio Abramo (1923 -1987), natural de São Paulo, jornalista responsável por mudanças no estilo, formatação e conteúdo em dois dos maiores jornais paulistas, *O Estado de S. Paulo* (1952-1963) e a *Folha de S. Paulo* (1963-1977). Em 1953, assume o cargo de secretário de Redação de *O Estado de S. Paulo*, sendo o jornalista mais jovem a assumir essa posição. Mais informações em Abramo (1989).

Vale ressaltar, como exemplo, que o principal editorialista de política no OESP, de 1957 a 1974, foi o português Miguel Urbano Rodrigues¹⁵, um comunista combatente do salazarismo, mas amigo de Júlio de Mesquita Filho. O caso de Cláudio Abramo e outros intelectuais, que aqueceram a dinâmica da publicação, mesmo com posicionamento político distinto do “bravo matutino”, reforça a ideia do acolhimento por afinidades de quadros profissionais no jornal dirigido por Júlio de Mesquita Filho.

Na dinâmica do impresso, o jornalista responsável organiza sua equipe dentro de um campo que abarque influentes pensamentos e profissionais versáteis para dinamizar o impresso, a fim de acompanhar e formar os interesses da opinião pública, retratando seu projeto editorial à classe leitora. É o caso da diversidade de opiniões acolhidas por Júlio de Mesquita Filho nas páginas da publicação que dirigia.

A ação complexa que envolve o trabalho dos jornalistas no órgão de imprensa recebeu importante reflexão de Cláudio Abramo. O autor compreende a distância da atuação desses sujeitos escritores dentro da publicação jornalística ante a visão oficial do periódico, empenhada por um núcleo mais restrito, detentor das palavras veiculadas no editorial:

Quando um jornalista entra para um jornal sabe que aquele jornal tem uma determinada linha. A eventual coincidência de pontos de vista entre o jornal e o jornalista é limitada no tempo e no espaço. E nesse aspecto quero salientar que não existe jornalismo objetivo. Isso é uma ilusão que se tenta passar para os jornalistas e deve ser expurgada do espírito dos profissionais. Não existe jornalismo objetivo, existem vários. [...]

No jornal, a notícia tem aquela objetividade que foi optada pela empresa e cooptada pelo jornalista. Ainda que às vezes, de acordo com um entendimento prévio, o repórter também possa interpretar a notícia. A interpretação não é opinião. [...] A opinião fica um passo além. [...] A necessidade que os jornais têm de limitar a interpretação e a opinião dos jornalistas vem, primeiro, do fato de a opinião ser centralizada na cúpula do jornal; e, segundo, porque a interpretação e a opinião estão às vezes muito próximas. (ABRAMO, 1989, p. 117)

O jornalista explica também o processo de renovação no jornal ao qual era vinculado na década de 1950:

Quando entrei no Estado, o jornal estava num período de decadência jornalística, não por falta de imaginação, mas porque os quadros haviam envelhecido. O dr. Julinho já era um homem de certa idade, os meninos eram muito jovens – e naquele tempo os jovens não davam muito palpite. Profissionalmente eu ia muito bem, mas não ligava a

¹⁵ O português Miguel Urbano Rodrigues (1925-2017) foi jornalista, escritor e político comunista. Viveu refugiado no Brasil de 1957 a 1974, durante a ditadura salazarista. No período foi o editorialista principal de *O Estado de S. Paulo*.

mínima, embora fizesse algumas matérias com muita paixão. (ABRAMO, 1989, p. 29-30).

A renovação dos quadros do OESP gerou mudanças na configuração e principiou novas abordagens nos artigos, matérias e temas retratados.

Uma vez no posto, comecei a promover uma mudança total nos critérios de recrutamento de pessoal, treinamento e adestramento. [...] Fomos aos poucos substituindo os jornalistas de tipo antigo, boêmios, jogadores e pessoas esquisitas, por jovens animados, saídos das universidades. [...] O pessoal novo criou um desnível brutal, não só com relação aos outros jornais, mas também dentro da própria redação do Estado. (ABRAMO, 1989, p.33).

Fernando Pedreira¹⁶, profissional que trabalhou por três décadas no jornal, relembra que nesse período a publicação demorou a conseguir empreender mudanças estruturais no modo de fazer jornalismo:

Quando entrei para O Estado de S. Paulo, em 1957, participei do grupo que modernizou e reformou o jornal, a partir do começo da década de 50. [...] A tradição dos grandes repórteres e grandes reportagens manteve-se sempre no Estado, mas o que quero assinalar aqui é que, nos anos 50, o jornal não tinha um corpo de repórteres organizado. O Estado publicava as informações que lhe chegavam e que lhe pareciam merecer publicação; informações provindas do governo, de agências, de pessoas amigas do jornal e de fontes diversas. (PEDREIRA, 1985, p. 6).

Sendo uma transição, houve rupturas e continuidades oriundas da migração de novos profissionais na empreitada jornalística. Mas o caráter opinativo continuou tendo sua mesma evidência devido às campanhas políticas do jornal. Esse padrão favoreceu que muitas pesquisas se dedicassem a seções oficiais de opinião, como artigos e editoriais.

O jornal *O Estado de S. Paulo* gerou estudos que situaram a história do veículo, que se consolidou por um século como o principal porta-voz dos fatos históricos do estado de São Paulo. O trabalho de Capelato e Prado (1980) apresenta as constâncias e coerências na trajetória do posicionamento do “bravo matutino”, nas primeiras décadas do século XX, em análise feita por meio dos editoriais do jornal. A atuação do órgão é retratada como uma força dirigente, representando interesses de uma identidade coletiva: o “grupo Estado”.

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de

¹⁶ Jornalista e escritor, Fernando Jorge Pedreira é carioca e nasceu no Rio de Janeiro em 1926. cursou a Faculdade Nacional de Direito, na Universidade do Brasil, que abandonou no último ano. Trabalhou por trinta anos no *O Estado de S. Paulo* e foi embaixador brasileiro na UNESCO em 1999.

manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 19).

Apresentando o sentimento coletivo da publicação e a valorização dos vultos históricos paulistas vinculados à história do grupo, as autoras apresentam um maniqueísmo consolidado entre a filiação da elite do núcleo, em contraposição aos “políticos demagógicos” de outras esferas:

Expressão clara de seu pensamento – de que se serve o jornal na caracterização dos dois campos em luta: “liberdade, constituição, democracia, ordem, hierarquia, civismo, patriotismo, tradições liberais” definem o polo paulista, ao passo que “tirania, despotismo, ruína, subversão da ordem social” conotam a ditadura (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 50).

Parte da elite intelectual paulista do começo do século XX estava vinculada a sociedade secreta Burschenschaft, a Bucha, que defendia ideias liberais e republicanas na Faculdade de Direito de São Paulo, como apresenta Bandecchi (1982).

Severiano (2012, p. 55-8) especifica uma lista de “bucheiros” famosos e a forma como consolidaram espaços de memórias em São Paulo pela influência e vinculação ao grupo. O autor apresenta nomes de logradouros que levaram nome das figuras do grupo, mas a lógica pode ser estendida à vinculação a espaços de consagração, como Academia Paulista de Letras, Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, nome de escolas e, sobretudo, projeção que tiveram na grande imprensa, em especial no OESP nas primeiras décadas do século¹⁷.

O legado do grupo favoreceu a construção de um imaginário histórico regional paulista. Em distintos momentos, foi acionada a supervalorização coletiva do legado destes intelectuais:

Ocasões que “a simbologia épico-paulista foi acionada por políticos, instituições ou grupos intelectuais, com a finalidade de celebrar feitos do passado e justificar ações do presente. As comemorações do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, em 1954, talvez tenham se constituído como o exemplo mais eloquente dessa apropriação”. (FERREIRA, 2002, p. 26).

¹⁷ Entre os nomes apresentados destacamos: Altino Arantes, Américo Brasiliense, Antônio Carlos de Abreu Sodré, Antônio de Sampaio Dória, Bernardino de Campos, Bia Fortes, Campos Sales, Cândido Mota, Carolino da Mota e Silva, Francisco Mesquita, Francisco Morato, Frederico Steidel, Julio de Mesquita Filho, Paulo Nogueira Filho, Plínio Barreto, Prudente de Moraes, Rodrigues Alves, Spencer Vampré, Waldemar Ferreira e Washington Luís.

O sentimento de pertencimento ao grupo será reconfigurado nas décadas subsequentes pós-Estado Novo, com a retomada do jornal à família Mesquita. O “grupo Estado”, na qualidade de produtor de um legado, irá legitimar seu status nos editoriais, nas matérias, na memória e no chamamento de novos intelectuais para atuação nas causas do grupo político.

Cardoso (1982) apresenta o projeto de iniciativa de criação da Universidade de São Paulo dentro da premissa da “Comunhão Paulista”, representada por elementos de afinidades com o grupo do jornal paulistano, que seria legitimada no discurso fundador ao longo das décadas¹⁸:

[...] a expressão “grupo do Estado”, que é uma denominação que dá a si mesmo um grupo de políticos e intelectuais reunidos em torno do jornal O Estado de S. Paulo, e simultaneamente a denominação, muito utilizada nesta época, por representantes de entidades partidárias, para referir-se àquele grupo. (CARDOSO, 1982, p.27).

O núcleo fundador é retratado na pesquisa a partir do discurso dos principais sujeitos inseridos no mito liberal-democrático da criação da Universidade, construído nos editoriais e artigos apresentados no jornal.

A pesquisa de Bontempi Jr. (2015) apresenta importante reflexão ao tratar da autoridade acadêmica que o discurso educacional de Laerte Ramos de Carvalho (1922-1972) adquire nas páginas do jornal OESP, a partir do final dos anos 1940 e, conseqüentemente, a valorização do espaço da USP como um território que representava a valorização de um pensamento e dos interesses da família Mesquita.

Isso faz da relação entre o OESP e a FFCL-USP um jogo de espelhos, em que se reitera a excelência daquela instituição universitária, ao mesmo tempo em que os seus intelectuais, figurando nas tradicionais páginas do jornal, adquirem a visibilidade e a legitimidade que o próprio jornal conquistou ao longo de sua história. (BONTEMPI Jr., 2015, p.156).

A análise, apresentada pelo autor, retrata um jornalismo educacional às mãos de Laerte Ramos de Carvalho nas páginas dos editoriais. Segundo o autor, o intelectual não era

[...] um mero informante do que acontece no mundo da educação, mas exercerá, sobretudo, um jornalismo opinativo, marcado pelo debate e pelo engajamento político. Mantendo a clássica posição de “independência” do jornal, reitera sempre que suas análises e julgamentos pautam-se por um “sistema de princípios” que se

¹⁸ Roiz (2009) apresenta as estratégias de legitimação e elaboração de “discursos fundadores” da Universidade de São Paulo, por meio de “pronunciamentos” e “discursos” de Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo.

fundamenta no liberalismo e na democracia [...] (BONTEMPI Jr., 2015, p. 157).

A indicação do intelectual à editoria de temas educacionais deixava patente a vinculação de Ramos de Carvalho à tradição ideológica do jornal:

[...] pela primeira vez na história do periódico, um intelectual formado pela FFCL-USP é incumbido de expressar a opinião do jornal sobre os assuntos educacionais, demonstrando que, pouco mais de uma década depois de sua fundação, a Universidade de São Paulo já irradiava seus novos quadros para os círculos culturais conexos, tais como os grandes órgãos de imprensa. Não é demais lembrar que foi justamente a presença de um intelectual como Ramos de Carvalho em seu staff que permitiu a atualização e reconfiguração do discurso educacional de OESP. (BONTEMPI Jr., 2015, p. 171-2).

Os princípios ideológicos de OESP nos temas de ensino apareciam na voz de um especialista vinculado ao jornal e à FFCL, elaborando a opinião da veiculação.

Maia (2013) desenvolve estudo dos princípios educacionais do jornal sobre o Ensino Superior em diferentes textos que aportam temas como carreira docente, os casos dos professores estrangeiros na FFCL, os contratos e concursos na Universidade, a regulamentação da carreira docente e as obras e construção da Cidade Universitária.

A pesquisa desenvolvida por Carvalho (2003), sobre a Campanha em Defesa da Escola Pública (1960-1961) e a articulação da sociedade civil no processo de tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, trata a cobertura da imprensa e formula uma análise comparativa da abordagem jornalística de *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. O autor evidencia o posicionamento ativo do OESP na causa da escola pública contra outros grupos defensores da iniciativa privada, em polarização ao tema. Essa abordagem é contrária ao tratamento das *Folhas*:

Quanto à forma como se posicionou o jornal Folha de S. Paulo, ou mesmo o jornal Folha da Manhã, do mesmo grupo, podemos afirmar que o tratamento dado à cobertura da tramitação da LDB e a conseqüente Campanha de Defesa da Escola Pública não aparenta apoio a nenhum dos grupos. Na verdade, o jornal raramente se posicionou em editoriais sobre questões educacionais e procurava dar espaço igual aos defensores da escola pública e da escola particular. (CARVALHO, 2003, p. 99).

O *OESP* estabeleceu uma relação entre a causa defendida na Campanha de Defesa da Escola Pública e a “causa paulista”, legitimando o movimento como uma causa do jornal, vinculando os seus participantes e as novas adesões à causa liberal, à “comunhão paulista”.

O tratamento do movimento em favor da escola pública teve diferenças claras nos dois órgãos de imprensa:

Enquanto a Folha de S. Paulo cobria os eventos como mais uma das diversas mobilizações estudantis, o tradicional jornal liberal O Estado de S. Paulo, além de cobrir a mobilização noticiando os eventos, publicou os manifestos divulgados pelos estudantes assim como se posicionou em seus editoriais de forma favorável à causa da escola pública. (CARVALHO, 2003, p. 100).

Nos editoriais fica patente a “missão” pregada pelo OESP e sua cobertura sobre o fato:

Assim, trabalhando com ideias como “comunhão paulista”, “marcha civilizatória” ou “vocação histórica de líder nacional”, o editorialista via o movimento de defesa da escola pública como etapa de um projeto político maior, qual seja, a retomada da hegemonia paulista sobre o cenário nacional. Esta tarefa, que na visão do jornal já vinha sendo realizada, era capitaneada, entre outros, por homens que já haviam travado essa mesma batalha (pela escola pública) em outros momentos, e que naquela conjuntura se viam às voltas com novos sujeitos. Essa novidade exigia a produ o de um discurso que possibilitasse a institui o de sujeitos legitimados, ao mesmo tempo que deslegitimasse outros, fazendo parte, portanto, de uma estratégia que visava   concretiza o do projeto político de hegemonia presente nos ideais do jornal paulista. (CARVALHO, 2003, p. 126).

A cobertura do jornal na Campanha foi opinativa e participativa, algo similar ao que aconteceria em outras frentes requeridas, ao longo da década, como foi o caso da expansão do ensino primário e a municipaliza o do ensino.

Existem questões ignoradas ou pouco abordadas no jornal e que não podem ser minimizadas. Um jornal, atendendo a interesses ou representando determinada parcela da sociedade, faz op es em sua reda o sobre o que será publicado e a medida da repercussão da cobertura em suas páginas.

As pautas do jornal são definidas dentro de um circuito fechado, composto por um conselho e chefia, por meio de um fluxo noticioso que gerar  os fatos a serem trabalhados. Ou seja, o retrato dos temas avultados e informa es pouco problematizadas ou ignoradas expõe o caráter de um organismo de imprensa. O comparativo¹⁹ com os seus concorrentes   importante para compreender esses silenciamentos ou desconsidera es. Assim, apresentamos a cobertura que os jornais paulistanos deram do surgimento do ensino primário municipal da cidade de São Paulo,

¹⁹ Mathieson (2007) desenvolveu pesquisa apresentando o tratamento jornalístico na imprensa paulista da Reforma de 1920.

em 1956. O tratamento jornalístico do OESP é contrário à municipalização e se diferencia dos demais órgãos, como será apresentado.

Um exemplo oposto no período seria o jornal *Última Hora*, que foi importante divisor de águas na história do jornalismo brasileiro, por desenvolver em sua publicação um jornalismo de caráter popular. Criado em junho de 1951, no Rio de Janeiro, teve sua edição paulista a partir de 1952. Samuel Wainer²⁰ (1910-1980), criador do jornal, aponta que o êxito deveu-se ao fato de ser a única das grandes publicações a dar voz ao governo de Vargas e ao “trabalhismo”, representado por correntes do PTB:

Quando fundei a *Última Hora* em São Paulo, já se tornara possível montar empresas jornalísticas sólidas sem a mão generosa do governo. O Estado de São Paulo, por exemplo, era uma potência, da mesma forma que *A Gazeta*, e nenhum deles fazia barganhas com os donos do poder. De *qualquer forma, São Paulo se ressentia da falta de notícias federais em sua imprensa* – os industriais paulistas, os homens do comércio, os donos da terra precisavam saber o que se passava no Palácio do Catete. E eles todos sabiam que nenhum outro jornal tinha tão franco acesso ao centro do poder quanto a *Última Hora*. Este era um dos meus trunfos.

O outro trunfo estava no fato que meu jornal tinha estreitas vinculações com o povo. Do ponto de vista da elite paulista, eu invadira sua fortaleza para combater sua sigla sagrada – a UDN – E defender um homem – Getúlio Vargas – a quem devotassem ódio mortal. Mas o povo não pensava assim: centenas de milhares de paulistas veneravam Vargas, e me receberam com a simpatia reservada aos aliados. *Além disso, imediatamente comecei a mostrar nas páginas da Última Hora a cidade esquecida, a cidade abandonada, as cidades desprotegidas. Simultaneamente, descobri o interior - havia reportagens mostrando Santos, Ribeirão Preto, Campinas.* Em pouco tempo, a última Hora era o mais paulista dentre todos os jornais editados no Estado. (WAINER, 1988, p.162 grifos nossos).

No trecho em destaque, alguns pontos podem ser considerados: o perfil do jornalismo paulista das grandes veiculações, colocando a metrópole paulista como centro do país em seu noticiário, e, ao mesmo tempo, o pouco espaço a questões interioranas nas publicações, sobretudo às temáticas da cidade abrangendo bairros periféricos, com precários serviços públicos, entre eles o acesso à educação. Os jornais considerados das elites, como era considerado o OESP, dedicavam seu noticiário a formação de um pensamento dos intelectuais e suas notícias, dedicavam-se a temas considerados sérios, como economia e política.

²⁰ Samuel Wainer (1910 -1980) nasceu na Bessarábia, Rússia, foi jornalista e empresário, fundador, editor-chefe e diretor do jornal *Última Hora*.

Porém, o material coletado na pesquisa relativiza parcialmente a fala de Wainer. A seção *Notícias do Interior*, do OESP, buscando alcançar públicos em outras cidades de São Paulo abordava, mesmo que de forma pouco aprofundada, questões de regiões interioranas.

A análise comparativa da imprensa em sua cobertura sobre assuntos periféricos de uma cidade em constituição, como era a metrópole paulistana nos anos 50, elucidaria a compreensão dos tipos de sensibilidades dos jornais ante o cotidiano da população à época²¹.

Spósito (1984) apresenta em sua pesquisa o processo de expansão de oportunidades de acesso à escola e evidencia as distintas abordagens em jornais paulistas. A autora detecta que, enquanto o jornal *O Estado de S. Paulo* mantém um núcleo resistente às políticas públicas, chamadas de “demagógicas”, os jornais *Correio Paulistano* e o citado *Última Hora*, “descobrem a periferia”, criando seções especiais para os problemas educacionais:

Retratando, habilmente, esse conjunto de tensões em torno da situação do ensino médio na cidade, a imprensa populista como *Última Hora* dedicava reportagens para denunciar a iniciativa particular e os proprietários das escolas - os “tubarões do ensino”. Conforme observava o jornal, estes estabelecimentos cobravam taxas extorsivas, particularmente das populações mais pobres que, por não obterem vagas em escolas oficiais, eram obrigadas a recorrer ao ensino particular de péssima qualidade (SPÓSITO, 1984, p.226-7).

Outro jornal de forte apelo popular no período, o *Diário da Noite*²², de Assis Chateaubriand²³, apresentava matérias configuradas como sensacionalistas para atingir um grande público. Como apresenta Romero²⁴ (2011), o jornal contribuiu para administrar as fronteiras de participação, estabelecendo nexos entre as representações populares e a manutenção da ordem social em matérias sobre os “homens da rua”, as demandas sociais, problemas urbanos e fatos cotidianos.

Para o OESP, a democratização do ensino só poderia ser alcançada se primeiramente fosse garantida sua qualidade, que só seria atingida de forma gradual,

²¹ Analisando jornais como *A Gazeta* e *Diário de S. Paulo*, é perceptível que as publicações apresentavam mais reportagens sobre os bairros paulistas. O OESP começou a apresentar reportagens sobre o tema na década de 1950, mas eram esporádicas.

²² Em contraposição, o jornal *Diário de S. Paulo* era considerado a “publicação séria” dos Diários Associados para os paulistas (MORAIS, 1994).

²³ Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, mais conhecido como Assis Chateaubriand ou Chatô, (1892 - 1968) foi jornalista, empresário, mecenas e político influente nas décadas de 1940 e 1960.

²⁴ Na pesquisa da autora não aparecem elementos sobre o problema educacional, mas as questões da miséria na metrópole contrapõem-se ao discurso e noticiário do OESP, pouco sensível ao temário social.

com planejamento e formação primada de professores em instituições de excelência. Esse é o sentimento externado nos editoriais, mas não correspondem ao todo da publicação. Por isso, nesta pesquisa é apresentada a formulação do jornal na cobertura jornalística em diferentes textos publicados.

Outros jornais da cidade sentiram a mudança cultural dos modos de abordagem da imprensa antes mesmo da tradicional publicação liderada pelos Mesquitas, o que também reflete a pouca sensibilização para novos temas, como a análise de situações periféricas da sociedade.

No início da década, outros órgãos de imprensa já se faziam influenciar pelo estilo norte-americano de jornal, com publicações dinâmicas, jornalistas indo aos fatos, cobertura interativa. É perceptível uma leitura mais protocolar dos fatos por parte do OESP, como um porta-voz dos eventos da cidade, com linguagem rebuscada nos primeiros anos da década de 1950.

A estrutura referenciada pela imprensa americana foi ganhando espaço na cultura impressa do jornalismo nacional com a objetividade, produção de *lides*, destaques nas grandes notícias e sentido nos fatos das publicações, patente nas imagens e estrutura textual. Porém, essa influência não foi automática:

[...] a influência existe. É consequência inevitável da evolução do capitalismo brasileiro e da maneira como ele se encaixa no sistema capitalista internacional. Segundo, que ela não é nem poderia ser absoluta, já que as diferenças culturais, políticas, econômicas e históricas entre as duas sociedades necessariamente modificam o caráter original das noções e qualidades geradas numa delas e trazidas para outra. (SILVA, 1991, p.33).

O OESP não abria mão de sua tradição. A primeira página comumente era dedicada a assuntos internacionais, a publicação não tratava de temas considerados sensacionalistas ou apelativos, como mortes e acidentes, as seções tinham uma regra delimitada previamente de qual dia, data e local seriam publicadas, sem os chamados “recortes” que outros jornais tinham o hábito de realizar.

Se, por um lado, o rebuscamento histórico da publicação a colocava em *status* de jornal clássico, de tradição e padrão inquestionável, por outro ela pouco favorecia para a expansão de seu público além dos leitores cativos, as elites e classes médias, abrindo espaço para outras publicações crescerem junto ao público popular. Como foi o caso das Folhas e a própria *Última Hora*.

O OESP manteve seu estilo tradicional no tratamento jornalístico sintomático no conservadorismo do editorial, mas também na manutenção da base opinativa nas

matérias apresentadas ao longo dos anos. A nova intelectualidade que ocupou quadros no jornal trouxe novos ares nas veiculações, mas se manteve um caráter opinativo nos textos noticiosos.

O posicionamento político do jornal aparece claramente nas matérias que desenvolve, em especial na oposição que exerce contra o político Adhemar de Barros (PSP) e contra o trabalhismo do PTB. Assim, para o jornal, mesmo quando o político não estava diretamente vinculado à gestão, a “sombra ademarista” mantinha os vícios no cuidado público, nas indicações políticas e no tratar do dinheiro público com interesses patrimonialistas.

Adhemar, sobremaneira, é figura central no cenário paulista durante toda a década tendo ao término de seu mandato de governador, em 1951, indicado e ajudado a eleger o seu sucessor, Lucas Nogueira Garcez²⁵. Além disso, esteve à frente de Prefeitura de São Paulo, de abril de 1957 a abril de 1961. Em contraposição, emerge Jânio Quadros, figura que recebe apoio do veículo, como uma contraposição ao “ademarismo”, mesmo não sendo filiado ao núcleo político próximo do “grupo Estado”.

Outros jornais enalteciam ou, ao menos, se distanciavam das críticas ao político em suas ações e nas inaugurações de obras públicas que sua gestão realizava. O personagem soube construir um mito ante a sua figura:

[...] de um lado a imagem do administrador ousado e dinâmico e, de outro, a imagem, com ele identificada personalisticamente, do Estado como o responsável direto pelo amparo aos mais humildes e sem acesso às estruturas formais de poder. Reforçando esta imagem, surgia a figura de Dona Leonor, como “símbolo da bondade da mulher brasileira”, encabeçando iniciativas de assistência social amplamente divulgadas pela propaganda oficial. (SAMPAIO, 1982, p. 45).

Adhemar de Barros era um personagem da política paulista definido, nos editoriais e reportagens do jornal, como oportunista e demagógico, suas ações eram duramente criticadas nas páginas do impresso quando governador de São Paulo.

Na Prefeitura de São Paulo, Adhemar precisou negociar questões educacionais do Convênio Escolar do governo estadual com o município com seu histórico adversário, Jânio Quadros e, a partir de 1959, com o governador Carvalho Pinto, eleito pelo PDC, com coligação com a UDN e, conseqüentemente, apoio do “grupo Estado”.

²⁵ Lucas Nogueira Garcez (1913 - 1982) foi professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e político brasileiro. Foi governador do estado de São Paulo entre 1951 e 1955 e, nos anos 1970, foi presidente da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

A comparação da cobertura do “bravo matutino”, em outras gestões municipais e estaduais, foi um dos elementos de análise do conteúdo informativo e opinativo construindo pela publicação.

A seguir, será apresentado como o jornal *O Estado de S. Paulo* desenvolveu temas educacionais ao longo da década de 1950.

1.2. Temas e colaboradores

A pesquisa desenvolveu o levantamento das matérias, artigos, seções e editoriais sobre temas educacionais, no período de 1950 a 1960. Houve no período transições, como é comum nos jornais ao longo do tempo.

Não se pretende minimizar o espaço opinativo do jornal em seu conteúdo. O próprio processo de construção de reportagens exige exercício intelectual do profissional da imprensa, o que leva a pesquisas, análise de dados empíricos, observação e compreensão da realidade imersa, além do processo de redação e construção do informativo com percepção própria, que se nutre de um caráter opinativo.

Todavia, buscar-se-á apontar como o pensamento do jornal está presente também em outras vertentes da publicação. O jornal, como instrumento político, tem sua abordagem equilibrada pelas proximidades ou distanciamentos com as autoridades que estavam nos cargos públicos no período.

Assim, como é de conhecimento histórico, o OESP, na qualidade de órgão de oposição histórica à Getúlio Vargas e Adhemar de Barros, traz em suas escritas uma abordagem de desconstrução ou silenciamento às ações de seus opositores. O jornalista Samuel Wainer, em seu livro de memórias, aponta a existência de uma “conspiração do silêncio”, que “o ‘Estadão’ reflete a humores, idiossincrasias, valores e preconceitos dos Mesquitas” (WAINER, 1988, p. 136), passíveis de variações pelo constante diálogo dos mesmos com uma emergente elite intelectual.

A ação política do jornal nesse período é alinhada à atuação do partido da União Democrática Nacional (UDN). O núcleo intelectual do *OESP* era vinculado ao partido, tendo Plínio Barreto, Armando de Salles Oliveira e Júlio de Mesquita Filho como nomes que encabeçaram o movimento político²⁶.

A UDN teve espaço destacado em publicações, discursos e mobilizações reportadas nas páginas do jornal. Em períodos eleitorais, o jornal publicaria cadernos do

²⁶ Sobre a história da UDN, foi consultado Benevides (1981).

partido, com informes e programas políticos. No entanto, apesar do evidente apoio ao partido por parte do grupo do *O Estado*, a estratégia apresentada era não traduzir diretamente a prática política partidária, mas a reelaborar ideologicamente com outras aspirações, aos moldes da família Mesquita.

Outro fato corrente na década é a expansão de escolas pelo interior de São Paulo. Esse movimento foi acompanhado pelo jornal com maior ou menor intensidade, conforme o interesse do veículo. A seção *Notícias do Interior* deu escopo a essas publicações.

Na opinião dos leitores era apresentada em duas seções: *Queixas e Reclamações* e *Colaboração dos Leitores*, com cartas publicadas. Além disso, uma breve seção do jornal de 1952 a 1953, *Os Leitores Perguntam*, apresentavam dúvidas do público sobre temas diversos.

Sobre as duas seções que trazem “a voz do leitor”, Magalhães (2007, p. 284-285) as distingue:

O Estado de S. Paulo reservava uma seção chamada “Queixas e Reclamações”. Nesta os leitores manifestavam-se através de cartas no sentido de exigir melhorias para algum serviço público ou denunciar abusos cometidos. Outra seção também era publicada, neste periódico, com o mesmo intuito. Sua publicação não era tão constante quanto a já citada, e possuía um tom mais empolado, próximo ao bacharelismo tão caro à UDN, onde as argumentações eram mais desenvolvidas, chamada “Colaboração dos Leitores”, [...] a primeira destinava-se a denunciar o problema e a segunda a apresentá-lo e discuti-lo.

O OESP mantinha também a *Seção Livre*, que republicava textos de diversificados formatos que havia sido veiculado em diferentes jornais do país, ou ainda o posicionamento de organizações em relação a temas presentes na sociedade.

Com o aumento do público leitor durante a década, o jornal muda de sede²⁷, aumenta a quantidade de páginas, melhora na qualidade gráfica e propicia o surgimento de novas sucursais e a criação de seções, como foi o caso do *Suplemento Feminino*, em 1953, que apresentava matérias sobre a educação doméstica, a psicologia infantil, puericultura e a mulher atuando no magistério. Idealizado pela jornalista Maria do Carmo de Almeida, a Capitu, o suplemento tinha na equipe uma repórter, uma cronista social e uma fotógrafa.

²⁷ Localizado na Rua Boa Vista, o jornal muda de sede em 1953, passando para Rua Major Quedinho, onde permanece até o ano de 1976.

Em 1956, o jornal empreende também outro projeto que se tornou paradigma para a história da imprensa cultural, o *Suplemento Literário*, que serviria de modelo aos congêneres surgidos na grande imprensa paulista. O espaço publicava textos inéditos de grandes nomes da literatura e da crítica, que propiciaram também a projeção de intelectuais emergentes. Planejada por Antonio Candido (1918-2017), e dirigida por Décio de Almeida Prado (1917-2000), a publicação não ficou confinada às letras, tendo dado abertura para temas gerais, entre eles assuntos de ensino e resenhas de obras educacionais.

O caderno representava novas linguagens que privilegiavam a análise estética e social em detrimento da opinião e, para isso, a importância de uma nova “publicação destinada ao intelectual de formação humanística, não tomava partido em polêmicas, não constituía ‘panelas’, primava pelo rigor conceitual da crítica”. (LORENZOTTI, 2007, p. 10).

Outra importante marca no período foram os articulistas, que ajudavam a formar a opinião do público leitor, bem como a construção de temáticas para o debate público. O jornal contou em sua composição com importantes nomes da imprensa e da intelectualidade, alguns representantes da velha guarda da publicação, como Leo Vaz, Paulo Duarte, Sérgio Milliet, que assinava as seções *Últimos Livros* e *Vida Intelectual*, Plínio Barreto, que assinava a seção *Bilhetes Avulsos*, Vivaldo Coaracy, Mário Pinto Serva, Guilherme de Almeida, Wilson Martins, Luis Martins, que assinava a seção *Coisas da Cidade*. Os intelectuais fixos no jornal, e outros colaboradores pontuais, vez ou outra remetiam suas análises aos problemas educacionais e universitários. A opinião emitida nos artigos escritos por diversificados autores não é de responsabilidade imediata do jornal, na medida em que são assinados.

Outras expressões correntes aparecem no OESP, como eram os intelectuais portugueses que colaboravam nas publicações. Autores como Sant’Anna Dionísio, Agostinho da Silva (1906-1994), Adolfo Casais Monteiro, Antonio Pinto de Carvalho, Jaime Cortesão e Miguel Urbano Rodrigues traziam leituras educacionais ao veículo. O último foi editorialista do OESP, de 1957 a 1974. Sobre esses profissionais lembra Claudio Abramo:

Na época o dr. Julinho importou vários portugueses (ele dizia que brasileiro não sabe escrever, no que tinha razão), como Miguel Urbano Rodrigues, Sant’Anna Mota, que se declarava anarquista mas de fato era salazarista, Vitor Cunha Rego, uma das pessoas mais neuróticas que conheço. Mas como jornalistas eram gente muito boa. (ABRAMO, 1988, p. 34).

Esse elemento reforça a análise da multiplicidade de redes de sociabilidade²⁸ que Julio de Mesquita Filho organizou no jornal, convocando continuamente intelectuais a colaborarem na publicação. Em outras palavras, existe uma identidade no grupo institucional, e a direção do órgão não tinha o controle total das ações de seus jornalistas, em razão da própria dinâmica dos ambientes de redação:

A história política dos meios de comunicação deve enriquecer-se com um estudo da “socialização” dos homens, da formação de suas opiniões ao longo de seu itinerário particular. Ela deve dedicar especial atenção às gerações unidas pelas mesmas lembranças, que acarretam (frequentemente, mas nem sempre...) solidariedades instintivas. É preciso em seguida sair do microcosmo das diversas redações e apreender o meio em seu conjunto, considerar os vínculos que as unem, opondo-as – na duração de carreiras profissionais que frequentemente daí em diante se fazem em ziguezague entre as diversas categorias da imprensa escrita, falada ou por imagens. (JEANNENEY, 2003, p.222).

O pensamento católico teve também voz constante dentro da rede liberal do OESP. O jornal mantinha a seção *Movimento Religioso*, dirigida pelo intelectual Júlio Rodrigues, que contou com a contribuição do jornalista Hélio Damante. Além disso, o catolicismo teve participação com as colaborações de Vandick Londres da Nóbrega, Pe. Helio Abranches Viotti, e, em especial, Nicola Boér e Gustavo Corção.

O jornal publicava seções, matérias e reportagens com líderes religiosos, que também opinavam sobre o momento político do país. O sentimento anticomunista presente na imprensa no contexto da Guerra Fria, dava uma abertura aos porta-vozes religiosos se unirem a correntes liberais, para juntos objetivarem um discurso em comum:

[...] a imprensa liberal passou a dar maior destaque aos valores cristãos em suas páginas e, portanto, aliava-se ao pensamento católico, uma vez que na Igreja havia segmentos que se destacavam na luta contra totalitarismo e autoritarismo. Assim, a imprensa liberal alegou que, diante das decisões tomadas pela civilização ocidental, a fé era importante elemento para enfrentar o totalitarismo (nazifascismo) e o materialismo ateu (comunismo) que ameaçavam o Brasil e o mundo. (SILVA, 2009, p. 181).

Outra publicação, que tinha um caráter opinativo ante aos assuntos do município era a seção *Notícias Diversas*, que, variavelmente, desenvolvia elementos sobre a educação na cidade. Este espaço tinha atuação opinativa como um editorial dos temas

²⁸ Segundo Sirinelli (1996), podemos compreender os intelectuais de formas múltiplas, em seus diversos espaços de atuação e como agentes dentro de um meio cultural específico. Este autor aponta a existência de duas variantes de intelectuais, uma ampla e sociocultural, dos mediadores culturais, que abrange jornalistas, professores e artistas, e outra baseada na ação engajada, ligada a ações diretivas.

da capital paulista. A partir de 1956, a coluna apresenta opiniões contrárias ao fim do convênio educacional entre Prefeitura e Estado. Essa política, que gerou o começo da consolidação do sistema de ensino primário municipal, também será apresentada nos resultados da pesquisa sobre o jornal.

O OESP manteve colaboradores constantes de núcleos intelectuais vinculados a Julio de Mesquita Filho e à UDN, como Antonio Ferreira de Almeida Junior, Waldemar Ferreira, Carlos Lacerda, e intelectuais oriundos da Universidade de São Paulo, como Sérgio Buarque de Holanda, Egon Schaden, Roger Bastide, Paul Arbousse Bastide, André Dreyfus, Fernando de Azevedo, José Querino Ribeiro e Pierre Monbeig.

Além de manter seus quadros tradicionais, intelectuais do âmago bacharelesco das tradições formadas pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, com vínculos históricos com a família Mesquita, o OESP abriu espaço para intelectuais oriundos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como Mário Schenberg, Florestan Fernandes, Roque Spencer Maciel de Barros, Carlos Correa Mascaro, João Cruz Costa, Temístocles Linhares, Isaac Nicolau Salum, Luiz Pereira, Antonio Candido, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni.

O campo científico começou a apresentar significativa importância nas publicações ao longo da década. Temas antes poucos desenvolvidos aparecem no jornal, como a vulgarização de saberes físicos e químicos, apresentados por pesquisadores que polarizavam o uso da ciência em tempos de Guerra Fria, para o desenvolvimento de armas nucleares, de bomba atômica, de saberes de astronáutica. Flávio Augusto Pereira assumiu esse domínio no jornal.

O campo literário, bem como os saberes pedagógicos, torna-se cotidianos e os quadros da USP visitam as redações e recebem espaço no novo jornalismo que se consolidava. O jornal tinha a seção Universidade de São Paulo, que apresentava informações da vida acadêmica, cursos, defesas de teses e deliberações dos conselhos das Faculdades. Em geral, no espaço se publicava informes dos outros institutos da instituição, como a Faculdade de Medicina e Politécnica. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tinha seus destaques publicados em matérias no jornal. Boa parte dos concursos de cátedras da universidade teve à época divulgação no OESP. Fatos recorrentes da USP, como indicação de diretores nas Faculdades, nomeação de reitores, criação da Cidade Universitária eram veiculados e debatidos no jornal.

Como explica Bontempi Jr., o jornal se apresenta como veículo legítimo do discurso político da USP. Em estudo sobre a constituição da Cátedra de História e

Filosofia da Educação, o autor desenvolveu pesquisa sobre a trajetória e espaços de atuação de Laerte Ramos de Carvalho. Este intelectual é figura essencial no debate político e educacional na grande imprensa dos anos 50, pelas estratégias de ascensão, harmonizando a carreira acadêmica com a função para a qual fora convidado a colaborar no *O Estado de S. Paulo* e por:

[...] ter sido em suas mãos, por vinte e seis anos, a pena que redigiu o pensamento educacional do jornal *O Estado de S. Paulo*. Dessa forma, o estudo dos editoriais estabelece uma ponte entre o discurso político-educacional da Universidade de São Paulo (e, particularmente, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras) e a linha editorial de OESP. (BONTEMPI Jr., 2015, p.41).

Laerte Ramos de Carvalho tinha vínculo afetivo com a família Mesquita e faz uma reelaboração teórica do pensamento educacional do jornal em seus escritos. Ao migrar para o “grupo Estado” o autor promove o pensamento histórico da publicação e de concepção de Universidade, na condição de representante dos interesses da mesma. Como apresenta Cardoso (1982, p.52):

O “grupo do Estado” tem um projeto de hegemonia cultural e política, contido no projeto da Universidade e do sistema educacional como um todo, que se evidencia numa proposição de sociedade construída a partir das categorias de elites/classes médias/massas, e imbuído de uma perspectiva liberal e democrática, nas acepções aqui delineadas. Neste projeto a Universidade aparece como o núcleo fundamental, na medida em que, sendo o centro de formação e reprodução das elites dirigentes, o seu controle permitiria, em termos culturais e políticos, imprimir uma dada direção, em termos de concepção de mundo, à formação daquelas elites. Nesta medida, o controle da Universidade aparece, para o “grupo do Estado”, como condição do exercício da hegemonia cultural e política.

Outra seção, *Instrução Pública*, denominada, em 1952, *Instrução Pública e Educação*, apresentava notas pontuais do sistema de ensino, além de informações de utilidade pública, como concursos de remoção e classificação. Mas, durante a década, foi mudando a característica para a veiculação de notícias e textos opinativos acerca de atividades pedagógicas acontecendo na cidade de São Paulo.

As seções *Na Assembleia Legislativa Estadual*, *Na Câmara Municipal* e *O Momento Político* apresentavam informações de deliberações, discursos e resoluções do ambiente político brasileiro, no poder legislativo constituído. O espaço ressaltou os embates das políticas públicas e dos projetos pedagógicos da época.

Por fim, a seção com maior destaque nas pesquisas sobre o jornal *O Estado de S. Paulo, Notas e Informações* apresentava os editoriais do jornal sobre os acontecimentos cotidianos.

Quanto à natureza do espaço opinativo, Melo (2003, p. 111) define as diferentes espécies na imprensa:

A topicalidade produz três espécies de editoriais: preventivo (focalizando aspectos novos que podem produzir mudanças), de ação (apreendendo o impacto de uma ocorrência) e de consequência (visualizando repercussões e efeitos). No que se refere ao conteúdo, temos: informativo (esclarecedor), normativo (exortador) e ilustrativo (educador). O estilo pode sugerir duas espécies: o intelectual (racionalizante) e o emocional (sensibilizante). Finalmente, quanto à natureza, o editorial se divide em: promocional (coerente com a linha da empresa), circunstancial (oportunista, imediatista) e polêmico (contestador, provocador).

Cruz e Peixoto alertam para a importância de análise dos editoriais considerando o corpus de uma, evitando assim a simplificação do pensamento presente em determinado veículo:

No aprofundamento da compreensão do projeto editorial do periódico, isto é, no estudo de sua atuação na conjuntura trata-se de verticalizar a análise, o que implica, forçosamente, numa leitura mais detida e cuidadosa de seus “conteúdos”, problematizando o movimento do jornal enquanto força ativa naquele campo da hegemonia e as articulações entre presente, passado e futuro que embasam sua perspectiva histórica. Mais do que atribuir características fixas às publicações, a análise sobre o projeto editorial do jornal deve conduzir a indagações sobre suas posições e articulações sociais em um tempo histórico determinado. Trata-se de desenvolver uma sensibilidade de leitura que, superando a barreira da ideologia da objetividade e da imparcialidade, surpreenda posicionamentos, projetos, alinhamentos sociais em cada conjuntura. Nessa perspectiva, situa-se o cuidado de não lidar com caracterizações generalizantes - tal jornal é liberal-conservador, o outro é populista - construindo categorias estáticas que atravessam toda a história de uma determinada publicação, por vezes abarcando séculos, como é o caso da qualificação de liberal-conservador atribuída ao jornal *O Estado de São Paulo*, obstruindo a compreensão histórica dos significados de uma posição liberal-conservadora em cada momento ou conjuntura histórica das lutas sociais. (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 264).

Segundo Dines, o papel de um jornal é deixar claro sua linha editorial e seu compromisso com o tempo. Para tanto é fundamental a compreensão do funcionamento diário de uma publicação ao longo de um período com a construção das informações e suas complementações dentro de um programa editorial:

O jornalismo diário é um processo conjunto de interligar cada edição. [...] É por causa da periodicidade que os veículos têm logotipos,

estilos de paginação, marcas, personalidade, linhas de conduta, coerência. [...] Assim como as seções devem aparecer em páginas determinadas, em cantos fixos, com formas próprias, assim também é imprescindível que um jornal – dentro de sua indispensável independência de opinião – tenha uma linha de pensamento que em seus aspectos gerais seja homogêneo e coerente. A edição isolada não é um produto em si. O conjunto de edições – e sua unidade – é que compõe o produto. (1986, p. 48).

Bontempi Jr. trouxe à tona, em suas pesquisas sobre o periódico, a voz interlocutora do jornal nos principais escritos educacionais publicados no editorial do OESP.

Ainda que as modificações empreendidas ao longo dos anos de 1950 tivessem tornado o diário mais informativo, as colunas da seção “Notas e Informações”, que estamparam os escritos de Ramos de Carvalho ora analisados, preservaram, em sua linguagem e conteúdo, a tradição opinativa que distinguia OESP aos olhos do público. (BONTEMPI Jr., 2006, p. 129).

O autor explica que a convergência de Laerte Ramos de Carvalho ao campo político da publicação se estendeu por duas décadas e propiciou uma recolocação do jornal nos assuntos pedagógicos, constituindo opiniões que seriam a marca do OESP por duas décadas:

Convergindo para o processo de dar privilégio à notícia e de confinar a literatura, a nova configuração dos jornais tornava os “editoriais” e as “notas” ou “colunas” refúgios da opinião e do tratamento aprofundado e “literário” dos temas do momento. Nesses espaços sobrevive um tipo mais aparentado ao antigo “jornalista intelectual”, que, em razão das mudanças na organização do trabalho experimentadas nas empresas de comunicação de massa, se distancia do jornalista típico de meados do século XX, este sim, empurrado para a proletarização. A seção “Notas e Informações”, espaço opinativo diário e de destaque na terceira página de OESP, pela qual haviam passado intelectuais de renome, atravessou incólume todo o período de reforma do jornal, permanecendo em seu espaço original e mantendo teor e linguagem usuais. (BONTEMPI Jr., 2006, p. 128-9).

Os editoriais são construções do discurso legitimador do jornal, trazem a marca de autoria da empresa e dialogam com os interlocutores da mensagem jornalística. Esse espaço procura ressaltar o ponto de vista da instituição perante seu público, sobretudo às elites culturais e políticas que representam ou se opõe ao que está posto na esfera pública.

Abramo minimiza a influência desse espaço no jornal. Ressalta que se direciona a um público restrito: as classes dirigentes, o meio intelectual, líderes políticos a serem atendidos pelas pretensões editoriais. Porém, é uma seção fundamental para

compreender o caráter do jornal, sua abordagem e interlocução com as reportagens que se apresentam no veículo:

Em geral, os jornais explicitam a sua opinião nos editoriais. No Brasil, ficou estabelecido que os grandes jornais têm que ter sua opinião. [...] Mas creio que os editoriais funcionam, na medida em que o jornal explicita cada vez mais o seu ponto de vista em relação às questões que afetam a vida do cidadão. [...] Porém, no Brasil, ignoramos se o leitor comum gosta ou não de ler editorial. Acho que não gosta, mesmo porque o editorial se dirige a uma parcela mínima da população, a uma parcela da elite. O editorial é o meio mecânico da interlocução entre o jornal e o poder, entre o jornal e setores da sociedade. [...] O editorial é a boca do jornal, através da qual ele diz aos outros o que pensa. Daí a sua natureza restrita, porque se dirige a grupos muito específicos. (ABRAMO, 1988, p. 117-118).

Segundo Bahia (1990a, p.105) dificilmente um editorial é referido pela memória coletiva como perdurável, como acontece, em muitos casos, com a reportagem ou entrevista. Também não é lembrado pelo seu valor literário ou pelo seu conteúdo ideológico. Segundo o autor, o melhor efeito que um editorial pode gerar é fazer o leitor, ouvinte ou telespectador raciocinar, dirigindo-se a ele como quem pondera e orienta e não como quem não tem consciência, não tem senso de dever. (BAHIA, 1990a, p. 105)

Bahia (1990a, p. 99) explica que, no perfil moderno e contemporâneo do jornalismo, o editorial situa a dimensão opinativa:

O editorial - no jornal, na revista, no rádio, na televisão – é **a voz do dono**, é o seu ponto de vista, o que pensa e o que diz o publicador (aqui no sentido literal de quem dá a última palavra para que o veículo chegue ao mercado). Não é uma opinião assinada por isso mesmo – porque se tem como natural a evidência de sua autoria. (grifo nosso).

Para o autor, o espaço opinativo do editorial segue uma sofisticada elaboração e pode refletir a opinião do proprietário, de um conselho diretor ou de uma direção executiva, contudo não é feito por nenhum deles e sim por um ou mais editorialista. Nos Estados Unidos e na Europa existia uma longa tradição da construção da opinião dentro do fruto de debate, análise e decisão de um conselho de redação, sendo o editorialista parte ativa na elaboração da opinião, no seio do veículo. Porém, no Brasil, a ideia de consenso entre direção e redação pouco evoluíra até então, mantendo-se a decisão isolada da base opinativa:

No Brasil – onde não existe o conselho de redação -, o critério do editorial tem sido exclusivamente da direção da empresa, embora algumas práticas – como a reunião diária dos diretores com os editorialistas – favoreçam uma atmosfera de discussão e compreensão. Na maioria das vezes isso tende a ser artificial, porque não altera a

influência do dono. [...] Desta forma, o editorial no jornalismo brasileiro conserva uma quota de autoridade pessoal, quase sempre aleatória, onipresente e onipotente, resultante da predominância da vontade do chefe, por mais liberal que ele se declare. São raras as exceções em contrário, insuficientes para que se deixe de relacionar o editorial à personalidade do patrão. [...] Essa concepção de editorial assume conotação manipulatória na medida em que o público, ressentindo-se da falta de consenso, percebe na opinião uma unilateralidade e uma parcialidade tão flagrantes que até se chocam com a lateralidade e a imparcialidade das notícias. (BAHIA, 1990a, p. 98-99).

Compreender essa coerência entre editorial e notícias levou a pesquisa acompanhar a cobertura do jornal em seus espaços opinativos e informativos. O espaço editorial é dotado também de elementos informativos, sendo uma interpretação dos acontecimentos, muitas vezes apresentados previamente no jornal.

É uma notícia informativa e opinativa que se caracteriza por uma posição crítica diante do acontecimento que analise e julga. Daí a sua carga doutrinária que o distingue da notícia comum, da reportagem, da entrevista ou de um comentário assinado.

O editorial é uma notícia qualificada, porque fere e representa o foro íntimo do veículo. É uma notícia engajada porque geralmente se envolve em busca de definição e escolha. É uma notícia de profundidade, porque não se limita à superfície dos fatos e incorpora autoridade, consistência e hierarquia ao seu conteúdo.

O seu estilo é o da persuasão e a sua linguagem a mais direta possível. Um e outro, porém, não se restringem aos padrões vigentes para o noticiário. Embora não deva assumir nunca o caráter de produção literária, o editorial cultiva uma semelhança ao ensaio – quando se vale da sua formulação para transcender a peremptória urgência da notícia. ((BAHIA, 1990a, p. 99-100).

Analisando a tradição jornalística brasileira, Bahia (1990b, p. 100) detecta vícios e fraquezas na opinião jornalística dos editoriais, como o autoelogio, a autossuficiência, a arrogância, a profecia e a tendência a empregar um raciocínio na apreciação de fatos os mais contraditórios.

O editorial trabalha em cima dos fatos e também a propósito deles, o que deixa entrever uma anterioridade, uma antecipação formal que valoriza as possibilidades e as evidências para lastrear o juízo de valor. Daí o seu tom profético, que revela uma capacidade mais de observação do que de acerto – fruto de uma clara competência analítica e intuitiva.

Porém, como explica o autor, a inclinação profética se deteriora e se ridiculariza em muitos casos e, em diversas ocasiões, cede ao arbítrio.

A análise das duas dimensões do jornal permite acompanhar a forma como os fatos são tratados pela publicação. Se a notícia apresenta os acontecimentos, o editorial

o interpreta, desenvolve os seus efeitos e gera possibilidades de novos fatos, desdobrando-a e examinando os seus significados, conforme o seu campo de percepção.

No tema proposto na pesquisa, o jornal *O Estado de S. Paulo* fez uma cobertura jornalística externando sua opinião também em seu noticiário, já que os personagens políticos nos acontecimentos eram motivo de ataque do órgão da imprensa. Sobre o tipo de jornalismo praticado no período pelo OESP, Bahia (1990a) explica:

Não basta separar conceitualmente a opinião da notícia para fortalecer o editorial ou demonstrar isenção jornalística. Falta senso crítico ao veículo quando ultrapassa o limite do editorial para manifestar a sua opinião oficial. Nos anos 50 e 60 um governador só era mencionado nas notícias de O Estado de S. Paulo por um nome abreviado – A. de Barros – e não completo – Adhemar de Barros. A restrição noticiosa, a discriminação noticiosa, a omissão noticiosa e a autocensura são formas de editorializar a notícia fora da página de opinião.

Um fator definitivo na modernização da imprensa foi a consolidação da distinção da função noticiosa e a função opinativa, expressa no editorial e nos comentários não assinados. Por isso, ressalta-se também a análise do “todo” do jornal, que favorece a análise das produções sobre as leituras e concepções educacionais desenvolvidas pelos veículos comunicativos em determinado período. A imprensa registra, comenta e participa da história, e esses traços podem ser mais bem detectados ao considerar suas estratégias de veiculação ou ainda seu olhar dos fatos noticiados.

A reflexão metodológica em pesquisa de Silva (2009, p. 24) influenciou a abordagem que se apresenta:

[...] este trabalho não tomou os periódicos analisados apenas como narradores, comentaristas ou simples participantes do mundo político, mas também como destacados agentes e produtores de acontecimentos políticos, o que significa dizer que influenciam as práticas nesse campo e são por elas influenciados, sem, contudo, descuidar da análise da sua organização e funcionamento, de sua atuação pública e privada e de suas estratégias. Mas, o trabalho historiográfico com o jornal não é fácil, uma vez que este atinge um público variado, oferece um conteúdo com muitas fontes e pontos de vista, apresentando informações fragmentadas e heterogêneas. Isto ocorre quando o jornal passa a refletir perspectivas do mercado, Estado, projetos editoriais e políticos e posições dos leitores, o que o torna, cada vez mais, um objeto de complicada análise. Esses elementos têm levado os historiadores a trabalhar com determinados focos dentro do jornal como um todo, sobretudo centrando seus estudos [...] em editoriais, que refletem a opinião da empresa que encabeça o jornal e, portanto, suas conexões políticas mais evidentes, como na clássica tendência do jornalismo político desde o início do século XX, ou então as colunas e seções assinadas, que formam como que bolsões de sentido articulado

e em séries que têm uma duração contínua e podem ser desdobradas ao longo do tempo.

A articulação dinâmica dentro de uma redação jornalística até o produto final, constituído diariamente, é permeada de criações e orientações prévias que condicionam a formação da opinião pública que o órgão pretende construir:

Os gêneros que correspondem ao universo da informação se estruturam a partir de um referencial exterior à instituição jornalística: sua expressão depende diretamente da eclosão e evolução dos acontecimentos e da redação que os mediadores profissionais (jornalistas) estabelecem em relação aos seus protagonistas (personalidades e organizações). Já no caso dos gêneros que se agrupam na área de opinião, a estrutura da mensagem é co-determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas feições: autoria (quem emite opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião). (MELO, 2003, p. 65).

Segundo Bahia (1990a, p.41), existem diversas formas de construção de uma notícia:

A apuração da notícia pode ser feita pela observação direta; pela simples coleta (via telefônica, mediante testemunho); pelo levantamento das circunstâncias, indícios e outros elementos; pela investigação (que é uma forma especializada de observação direta); pelo despistamento (com o emprego de formas indiscretas ou incomuns que, contudo não contrariam a ética profissional); pela comprovação (método usual entre os que recolhem certas informações confidenciais ou reservadas que para serem publicadas exigem uma prévia confirmação de alguma fonte envolvida no assunto); pela análise (quando a notícia deve passar por um processo crítico ou por uma confrontação de dados relativos que permitam uma perspectiva do acontecimento).

Porém, para o autor:

Nenhum desses tipos de apuração é mais importante que o da observação pessoal, direta, que envolve física e mentalmente o repórter com os fatos no momento e no local em que ocorrem. É o modo mais eficiente de cobrir um assunto porque identifica o repórter com a ação, seus efeitos, seus participantes e as reações que possam gerar de imediato. (BAHIA, 1990a, p.41).

1.3. Elementos opinativos no jornalismo informativo

A interpretação de Julio de Mesquita Filho sobre o papel do jornalismo e, especificamente, a função do veículo que dirigia na década de 1950, é apresentada na palestra “A formação do jornalista” publicada na edição do dia 24 de março de 1957. O trabalho foi desenvolvido em evento na Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba, a

convite do Centro Acadêmico “Jackson de Figueiredo”, em aula inaugural do Curso de Jornalismo, no dia 16 de março.

O autor, à revelia do público e do objetivo do encontro, começa seu discurso alegando que os seus mais de trinta anos de profissão não permitiriam que adotasse o ponto de vista dos profissionais que defendiam a formação do jornalista em faculdades especializadas no tema, como era o caso do espaço que palestrava. O diretor do OESP defendia os cursos das Faculdades de Filosofia como a formação geral necessária para a elucidação dos problemas do país e que passavam pelo trabalho intelectual do jornalismo. Júlio de Mesquita Filho afirmaria que os jornais teriam um compromisso nessa tarefa:

Mas, dirão, não é essa a finalidade da imprensa diária. A elucidação de problemas de tamanha relevância é da esfera de competência das revistas especializadas. A estas a missão de elucidar a opinião pública sobre a orientação de imprimir a este ou aquele problema de caráter nacional. Em determinadas circunstâncias, não há dúvida, a objeção caberia. Se constituíssemos uma nação altamente evoluída, possuidora de elevado teor de cultura, de órgãos técnicos dedicados ao estudo da totalidade das matérias em que se subdividem os conhecimentos humanos, não me seria difícil aceitar a observação. (MESQUITA FILHO, 1957, p. 77).

Para o diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, a insuficiência cultural das massas e a quase inexistência de revistas especializadas, levaram ao jornalista seguir a tendência americana, e não europeia que estaria mais avançada na produção dos periódicos especializados:

Na grande República, a evolução da imprensa diária precedeu a expansão da cultura. A imprensa especializada surgiu mais tarde, o que obrigou o norte-americano a criar um tipo de jornal que, além de noticioso, atendesse à fatia de revistas técnicas e suprisse ainda, por uma apresentação especial dos assuntos de relevância, a deficiência de cultura do povo. Daí, a feição peculiar do grande matutino norte-americano, com as suas inúmeras páginas, onde o leitor vai encontrar um sem-número de informações e a discussão em seus comentários, dos principais problemas com que lutam no momento a sua cidade, o seu Estado e a União. Ora, as condições do Brasil hoje nos colocam hoje exatamente na posição em que se achava o jornalismo norte-americano há trinta anos atrás. Se quisermos desempenhar com eficiência o papel que nos cabe, a nós, os jornalistas brasileiros, devemos antes de mais nada compreender que estamos muito mais perto da imprensa ianque do que da similar europeia. E que jamais atingiremos nossos fins, se não nos decidirmos a adotar os métodos que levaram os jornais da grande potência do Norte à sua atual pujança. (MESQUITA FILHO, 1957, p. 77).

Julio Mesquita Filho explicaria que o jornal seguiria uma linha de formação da opinião pública dentro de um projeto cultural, uma missão de remodelação para liderar os processos de renovação do progresso do Estado. Segundo o diretor do OESP, ele teria sido conduzido a renovar os quadros redatoriais do órgão, reorganizando sua equipe em hierarquias de relevância na estrutura do jornal:

Ao lado da modernização do aparelhamento técnico, empreendemos a constituição de uma “equipe” de especialistas que nos habilitasse a intervir em todas as questões que venham a ser discutidas no Parlamento Nacional e a aventar outras que nos parecessem de relevância para os interesses do País. Assim, em pouco tempo, as exigências impostas pela nova orientação nos obrigavam a ampliar o corpo de redação, o qual passava a contar 76 membros. Destes, cerca de 27 inscreviam-se na categoria “A”, isto é, entre aqueles cuja função era exatamente acompanhar dia a dia e neles intervir, os debates sobre os principais problemas que digam respeito ao futura da nacionalidade. A estes compete acima de tudo formar a consciência pública dos leitores, oferecendo-lhes os elementos, sem os quais não lhes será dado acompanhar com conhecimento de causa a discussão das questões do dia. (MESQUITA FILHO, 1957, p. 77).

O denominado núcleo “A”, mais de um terço dos membros da redação, era dividido em: 5 especialistas em problemas de políticas nacionais, 3 em políticas internacionais, 2 em ciências educacionais, 2 em assuntos relativos à Medicina, 1 em Agronomia, 1 em Engenharia, 4 em Direito, 2 em Música, 2 em Teatro, 2 em Cinema e 2 em Turfe. O autor lembraria que também existiam os núcleos coordenadores dos Suplementos do jornal, que, se adicionados, aumentariam o número de especialistas à frente dos assuntos do jornal, pois eram profissionais que se dedicavam quase que exclusivamente aos assuntos do impresso.

Júlio de Mesquita Filho afirmaria que teria meditado sobre o papel capital que representavam os jornalistas na nova função que organizaria em seu jornal, revendo sua concepção da formação para tal empreitada:

De resto, a primeira conclusão a que me conduziu o fato de me ver obrigado a recorrer a uma tal grande diversidade de especializações era que se impunha uma revisão no conceito da profissão e do que se podia até aqui considerar como bagagem intelectual suficiente para quem pretendesse ingressar na carreira. Vivemos sob o signo da técnica e cada vez mais a civilização se orienta para a especialização. O conceito do saber humano já se não compadece com aquilo que até há pouco se denominava ideias gerais. E é o que reflete o corpo redatorial do órgão que dirijo. (MESQUITA FILHO, 1957, p. 77).

Por fim, o autor sintetizaria sua opção por trabalhar com profissionais de diversas áreas. Sua abordagem jornalística estava preocupada na formação do público,

diferente da proposta das escolas de profissionais de jornalismo, mais preocupadas com a apresentação de fatos informativos. Na perspectiva de Julio de Mesquita Filho, o jornalismo noticioso pouco contribuiria na atual conjuntura nacional:

Se quiser acompanhar o movimento geral que se processa no seio das sociedades humanas, um jornal de primeira ordem não poderá abrir mão do concurso de economistas, juristas, médicos, engenheiros, licenciados em letras, em ciências sociais, em línguas modernas, agronomia. Essa a sua característica atual. A sua função na sociedade cresce de dia para dia de importância e com esta as suas imensas responsabilidades. Por outro lado, as elites sociais se tornam cada vez mais numerosas e exigentes. Já não as satisfazem o simples noticiário ou a reportagem sensacional. Querem mais, matéria substancial que as esclareça e oriente. A hesitação na análise das grandes questões, a falta de segurança na posição que porventura venham a assumir nos debates que as apaixonam, ausência de firmeza nas opiniões emitidas, serão os bastantes para que entre em declínio perante elas o prestígio do órgão que as revele (MESQUITA FILHO, 1957, p. 77).

O diretor do OESP então explicaria que as empresas jornalísticas estavam constantemente submetidas a uma severa prova, ou se dispunham a abandonar a rotina de outrora ou teriam a natural eliminação. Ou se capacitavam para elevar o nível cultural, ou não tardariam a desaparecer. Para tanto, seria fundamental o auxílio dos profissionais das Faculdades de Filosofia e de outros institutos das universidades, fazendo possível, assim, formar uma redação eficiente e não meramente técnica, com profissionais com diploma de jornalista:

Só ela, na sua complexidade, está em condições de proporcionar as diversas modalidades de técnicos de que dependerá o sucesso do jornal no seio da coletividade em que circula. É uma consequência de evolução dos povos do Ocidente, da extraordinária multiplicidade de aspectos que apresenta a vida nas sociedades modernas. Já não se contenta o público com o jornal em si, com a folha diária que o informa e põe em contacto com a cidade, com o Estado, com o País e, por cima das fronteiras deste, com o mundo todo. Exige ainda suplementos de toda sorte, que o tragam ao corrente das atividades em que se desdobra a vida coletiva. As escolas profissionais, é evidente, não desaparecerão, mas, como acabais de ver, em si mesmas não mais poderão suprir as necessidades multiformes dessa nova e poderosíssima indústria que é o jornal moderno. Foram superadas pelas proporções assombrosas que assumiram no mundo hodierno as organizações jornalísticas. (MESQUITA FILHO, 1957, p. 77).

O jornal procuraria, então, ser um amplo caderno, atento ao noticiário, tendo como marca na publicação a formação das elites dirigentes, leitoras de análises construídas por especialistas acolhidos nos quadros do Grupo Estado. A marca do jornalismo do OESP poderia ser percebida em publicidade publicada em junho de 1960,

procurando construir uma imagem de publicação atenta a todos os fatos da sociedade, além de sua tradicional análise das conjunturas políticas e econômicas.

No texto publicitário o jornal apresentaria:

Em Analândia, uma onça que vinha atacando rebanhos de uma fazenda foi perseguida e morta pelos irmãos Benedito e Octávio Mariano. O acontecimento foi publicado por O ESTADO DE S. PAULO. É um fato insignificante - mas é um fato e por isso "O Estado" informou. É também uma prova de que "O Estado" dá ao noticiário local a mesma atenção dispensada ao plano internacional, registrando todos os fatos de interesse jornalístico e revelando-os objetiva e pormenorizadamente. (Uma onça..., OESP, 1960, p. 3).

Figura 1 - “Uma onça foi morta na Fazenda do Toca”: Propaganda publicada no jornal O Estado de S. Paulo.



Fonte: (Uma onça..., O Estado de S. Paulo, 1960, p. 3).

Acervo: Acervo Estadão online. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>>. Acessado em: 25 de julho de 2018.

Segundo o jornal, mesmo as notícias insignificantes estavam contidas em suas páginas, mas com o cuidado jornalístico que seria a “marca da publicação”. O anúncio, publicado já ao final do período da pesquisa, 1960, demonstra um jornal que passaria por mudanças na década de 1950, aumentando a quantidade de páginas e notícias publicadas.

Mas a base opinativa perduraria nas notas e reportagens. Ao se analisar o fato da constituição do ensino primário municipal na cidade de São Paulo e o processo de expansão do Ensino Primário, é perceptível que a cobertura do jornal estivesse mais preocupada com o posicionamento de oposição política contra seus adversários em detrimento da prestação de serviço ou esclarecimento das informações.

A pesquisa valoriza a base opinativa do jornal, presente no espaço oficial dedicado a análises, mas procurou, em especial, detectar a atuação do jornal em seus

elementos informativos em seu conteúdo e forma, expressão e movimento, significado e dinâmica, pois a notícia é a base do jornalismo para que os acontecimentos sociais sejam acessíveis aos leitores.

Diariamente, os veículos de jornalismo recebem de suas fontes fartas informações que, por meio de apuração e pelo crivo de seleção, tratamento e interesses do veículo, passam a se tornar tema apresentado no jornal e, dependendo da variação e desdobramento, aprofundado e difundido, dentro de uma hierarquia, em diferentes edições do jornal. Segundo Bahia (1990a, p.39), aos requisitos essenciais da notícia – interesse, importância, atualidade e veracidade – são também possíveis serem acrescentados outros, como explicação, interpretação, investigação e opinião. Por isso, acompanhar por um período o tratamento, a seleção e formas de divulgação do tema apresentam o fato na versão do órgão. Para o autor a notícia não é algo pronto para o repórter, ela “requer tratamento, elaboração. E quanto mais elaborada, melhor é o seu conteúdo. O que a valoriza, portanto, é a qualidade que decorre da sua preparação sem prejuízo do que ela tem de mais veraz”.

Os critérios de organização e seleção dos fatos noticiados são subjetivos, inculcados de aspectos a serem analisados, como veracidade, legalidade, interesse particular, consequência, relevância, que influem na cobertura jornalística. Nem sempre a notícia se completa no ato do acontecimento, pois depende das circunstâncias, complementos e pistas que a apuração contínua irá revelar. Prevaecem elementos do interesse, novidade, importância, oportunidade, repercussão, que devem se adequar às condições de tempo e espaço. (BAHIA, 1990a, p.42).

Não se pode analisar o conteúdo coletado sem ponderar, como diria Perseu Abramo, os padrões de manipulação da grande imprensa como um procedimento geral do conjunto da produção cotidiana nos jornais. Manipulações estas observáveis, com estratégias corriqueiras.

O autor apresenta como primeiro padrão a *Ocultação* por meio do silêncio sobre determinados fatos, sob a alegação de existirem fatos que não sejam jornalísticos. Assim, a produção jornalística, real ou ficcional, criada pela imprensa, passa a tomar o lugar do fato:

O “jornalístico” não é uma característica intrínseca do real em si, mas da relação que o jornalista, ou melhor, o órgão do jornalismo, a imprensa, decide estabelecer com a realidade. Nesse sentido, todos os fatos, toda a realidade pode ser jornalística, e o que vai tornar jornalístico um fato independente das suas características reais

intrínsecas, mas depende, sim, das características do órgão de imprensa, da sua visão de mundo, da sua linha editorial, do seu “projeto”, enfim, como se diz hoje. (ABRAMO, 2003, p.26)

Outro padrão é a *Fragmentação*, com a seleção de aspectos do fato e a distorção da realidade. A particularidade do que será apresentado do todo é decisão da linha do projeto do órgão de imprensa:

O todo real é estilhaçado, despedaçado, fragmentado em milhões de minúsculos fatos particularizados, na maior parte dos casos desconectados entre si, despojados de seus vínculos com o geral, desligados de seus antecedentes e de seus consequentes no processo em que ocorrem, ou reconectados e revinculados de forma arbitrária e que não corresponde aos vínculos reais, mas a outros ficcionais e artificialmente inventados. Esse padrão também se operacionaliza no “momento” do planejamento da pauta, mas principalmente na busca da informação, no da elaboração do texto, das imagens e dos sons, e no de sua apresentação, na edição. (ABRAMO, 2003, p. 27).

A imprensa se utiliza também, na análise do autor, do padrão de *Inversão*:

Fragmentado o fato em aspectos particulares, todos eles descontextualizados, intervém o padrão da inversão, que opera o reordenamento das partes, a troca de lugares e de importância dessas partes, a substituição de umas por outras e prossegue, assim, com a destruição da realidade original e a criação artificial da outra realidade. É um padrão que opera tanto no planejamento como na coleta e na transcrição das informações, mas que tem seu reinado por excelência no momento da preparação e da apresentação final, ou da edição, da cada matéria ou conjunto de matérias. (ABRAMO, 2003, p.28-9)

A inversão pode ser aplicada de diversas maneiras, como: na troca da relevância dos aspectos, em que o secundário é apresentado como principal e vice-versa; a inversão da forma pelo conteúdo, em que o texto passa a ser mais importante que o fato reproduzido; a inversão da versão pelo fato, que expõe a versão que a imprensa tem do fato, apresentando versões próprias ou alheias para os acontecimentos; o “Frasismo”, que apresenta um trecho de uma versão como realidade original e o “Oficialismo”, que ao invés de apresentar os fatos, trabalha com uma versão, de preferência a oficial.

Além disso, o autor apresenta a *inversão da opinião pela informação*, como elemento corriqueiro de manipulação:

A utilização sistemática e abusiva de todos esses padrões de manipulação leva quase inevitavelmente a outro padrão: o de substituir, inteira ou parcialmente, a informação pela opinião. Deve-se destacar que não se trata de dizer que, além da informação, o órgão de imprensa apresenta também a opinião, o que seria justo, louvável e desejável, mas sim que o órgão de imprensa apresenta a opinião no lugar da informação, e com o agravante de fazer passar a opinião pela informação. O juízo de valor é inescrupulosamente utilizado como se

fosse um juízo de realidade, quando não como se fosse a própria mera exposição narrativa/descritiva da realidade. O leitor/expectador já não tem mais diante de si a coisa tal como existe ou acontece, mas sim uma determinada valorização que o órgão quer que ele tenha de uma coisa que ele desconhece, porque o seu conhecimento lhe foi oculto, negado e escamoteado pelo órgão. (ABRAMO, 2003, p.31).

E assim o autor continua:

[...] o fato é apresentado ao leitor arbitrariamente escolhido dentro da realidade, fragmentado no seu interior, com seus aspectos correspondentes selecionados e descontextualizados, reordenados invertidamente quanto a sua relevância, seu papel e seu significado, e, ainda mais, tendo suas partes reais substituídas por versões opináticas dessa mesma realidade. O jornalismo, assim, não reflete nem a realidade nem essa específica parte da realidade que é a opinião pública ou do seu público. (ABRAMO, 2003, p.32).

Por fim, Perseu Abramo apresenta o padrão de *Indução*, no qual o leitor é induzido a ver o mundo não como ele é, mas como querem que ele veja.

A indução se manifesta pelo reordenamento ou pela recontextualização dos fragmentos da realidade, pelo subtexto – aquilo que é dito sem ser falado – da diagramação e da programação, das manchetes e notícias, dos comentários, dos sons e das imagens, pela presença/ausência de temas, segmentos do real, de grupos da sociedade e de personagens. (ABRAMO, 2003, p.34).

Ao apresentar aspectos do ensaio do jornalista Perseu Abramo não se pretende defender a tese que as informações jornalísticas são compilações inverídicas a serem desmascaradas. Tampouco a imprensa deve ser vista como uma verdade histórica, como apresenta Discini (2012, p. 66):

Para aqueles que buscam a veracidade objetiva na fonte, nada menos confiável do que a imprensa. Entretanto, para os historiadores que buscam pistas verossímeis sobre o passado, talvez aí esteja nada mais próximo da cultura de um tempo. Aqueles que compreendem que qualquer fonte histórica, e não apenas os jornais, necessita ser problematizada não apenas em relação ao que está (ou não) escrito, mas também em relação a como está escrito; aqueles que compartilham da crença de que toda fonte é parcial e fragmentada por excelência, contendo mesmo uma boa dose de ficção, não se atemorizam diante de tais relatos de autores. Antes de tudo, caminham ao lado da comprovação da parcialidade das fontes, fazendo dessa realidade a sua verdade possível.

Os padrões de manipulação elencados pelo autor são aqui apresentados, pois todas as estratégias foram perceptíveis no tratamento jornalístico do jornal *O Estado de S. Paulo* em relação ao tema da pesquisa: a municipalização do ensino primário na cidade de São Paulo.

No próximo capítulo, será abordada a cobertura jornalística do OESP no início da década de 1950, tendo como mote detectar o posicionamento do jornal em relação à expansão do ensino público primário e o tratamento noticioso em relação aos fatos educacionais nas administrações em São Paulo.

2. O discurso educacional do jornal *O Estado de S. Paulo* nos anos anteriores a criação do ensino primário municipal (1950-1955)

A pesquisa optou por tratar também da cobertura jornalística do OESP antes do surgimento do ensino primário municipal, para compreender o clima político que resultaria na ação independente na capital paulista.

As articulações políticas em São Paulo, a atuação do OESP e a configuração eleitoral influenciaram no tratamento da imprensa nos assuntos pedagógicos, em especial a atuação da pasta da Secretaria de Educação do governo estadual, instituição central nas políticas educacionais e, por esse motivo, pauta constante do periódico.

2.1. O final da administração de Adhemar de Barros e o governo de Lucas Nogueira Garcez (1950-1954)

Em 1950, o jornal OESP apresentou em suas páginas poucas notícias educacionais, com a exceção dos editoriais presentes na seção *Notas e Informações* e nas transcrições de discursos legislativos na seção *Na Assembleia Legislativa Estadual*. Nesse último espaço, diversificados legisladores tinham o espaço da tribuna projetado no jornal, com pronunciamento de propostas de criação de escolas a denúncia de problemas no ensino.

Como exemplo ilustrativo, na edição do dia 20 de outubro de 1950, aparece intitulado “Deficiências do ensino primário e situação aflitiva do povo”, ao qual o então deputado estadual Porfírio da Paz²⁹, com base em reportagem de jornal da Capital, aponta a grave falta de aparelhamento do ensino primário no Estado:

A propósito das comemorações da “Semana da Criança”, o aludido órgão de imprensa demonstrou que as três escolas mistas de Vila Diva funcionam numa única sala, com uma frequência de mais de cinquenta alunos por período, convindo notar que as dimensões da sala não vão além de quarenta metros quadrados. Além disso, as três escolas juntas possuem apenas a 1ª classe sendo avaliado em trezentos o número de meninos e meninas que, naquele bairro, estão impossibilitados de obter matrículas”. O orador partiu de tais dados para traçar um quadro geral das deficiências nos prédios escolares, material didático, verbas para custeio do ensino, situação alimentar e higiênica das crianças em idade escolar, índices de vida das populações, nível de vencimentos dos professores etc. Salientou que são numerosos os professores que desfalcam seus magros proventos para pagar o aluguel dos prédios em que funcionam as respectivas escolas. De um modo geral, se se

²⁹ Político que seria, anos depois, vice-prefeito e vice-governador na coligação que elegeria Jânio Quadros.

admitirem como exatas as estatísticas demográficas que dão a S. Paulo uma população de dez milhões de habitantes, chegar-se-á a conclusão de que em nosso Estado há cerca de 780 mil crianças de oito a catorze anos de idade, excluídas das listas de matriculados nos estabelecimentos de ensino primário. (Deficiências do ensino...OESP 20 de outubro de 1950, p. 2).

O jornal mescla, em sua narrativa, o discurso do político com resumo de trechos da exposição. O resumo do espaço legislativo fora uma tendência nos primeiros anos da década de 1950 no matutino. Não aparece com expressividade reportagens sobre os problemas detectados e denunciados na base opinativa da publicação.

Seria dedicado pouco espaço aos problemas do ensino primário na publicação ao longo do primeiro ano da década. Os problemas do ensino superior possuem uma centralidade, seguido do debate sobre questões do Ensino Secundário.

Quando o jornal assume o discurso das questões do ensino elementar, faz para apontar a calamidade gerada pelo então mandatário do poder executivo, o governador Adhemar de Barros. No dia 9 de fevereiro de 1950, por exemplo, o jornal apresenta editorial denominado “Sobre o ensino primário”. Nele defende que o grande número de reprovações denota a ineficiência do ensino. O jornal apresenta os fatores desse resultado insatisfatório: redução dos horários das aulas para a expansão de vagas, professores diplomados sem a formação que deveriam pela má formação ginásial de conteúdos elementares, já que o ensino normal forma teoricamente o professor. Para a publicação, o principal problema reside no regime administrativo vigente e, a criação de um quinto ano primário, apesar de importante, não resolveria o problema estrutural. (Sobre o ensino primário. OESP. 09 de fevereiro de 1950, p.3).

Em 1951, o jornal começa a reconfigurar sua chefia de redação. Saem Léo Vaz e Paulo Duarte, o primeiro decidiria se aposentar e o segundo afastar-se do jornal para criação de empreendimento próprio, a revista cultural *Anhembi*.

Em editorial intitulado “O Estado de S. Paulo”, publicado no dia 04 de janeiro de 1951, o jornal anuncia a saída dos dois “velhos e queridos companheiros”, a serem substituídos por Marcelino Ritter, que já trabalhava na redação do jornal. O texto aponta que o mesmo ficaria na função provisoriamente, em virtude do afastamento pontual de Paulo Duarte. Mas, por causa do sucesso de *Anhembi*, o mesmo não voltaria ao cargo, o que não significou sua ausência nas páginas do jornal, pois continuou colaborando

constantemente com textos ao longo da década³⁰. Ritter, por sua vez, seria promovido a diretor da publicação em 1962 e ficaria à frente do jornal até 1971.

Nas eleições estaduais em São Paulo, em 1950, que ocorreram em 3 de outubro, o jornal defendeu a candidatura de Prestes Mais, candidato da UDN. Porém, o candidato indicado por Adhemar de Barros, na coligação com PSP-PTB, Lucas Nogueira Garcez, professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, venceria a eleição.

A base política de Adhemar de Barros foi mantida, dessa forma, no poder estadual. Porém, o jornal procurou, em suas páginas, manter uma relação amistosa com o novo mandatário, credenciando o mesmo a ter uma gestão técnica, longe dos “vícios” do antecessor.

A sua administração seria marcada como uma reviravolta política, a qual a “criatura volta-se contra o criador”, tecendo, ao longo do mandato, uma administração a qual Adhemar foi sendo minado³¹.

O espaço de disputa e crítica, por parte do jornal OESP, dar-se-ia na Pasta da Educação, que teve como nome indicado o pessepista Juvenal Lino de Mattos, recém-eleito deputado estadual com a terceira maior votação em São Paulo.

O quadro político favorecia a hegemonia de forças lideradas por Adhemar de Barros e seu partido, o PSP. Este desistira de ser candidato à presidência em acordo estabelecido com Getúlio Vargas, tendo indicado Café Filho, seu correligionário na vaga de vice. Além disso, seu partido possuía a maior composição na Assembleia Legislativa.

A eleição de Lucas Nogueira Garcez, com 47% dos votos totais, era mais uma vitória do predomínio do PSP de Adhemar de Barros. Mas as forças políticas teriam uma guinada drástica nos anos subsequentes, a começar pela crise que levaria ao desgaste de Lino de Mattos à frente da Educação no Estado de São Paulo, encampado por diferentes matérias originadas na redação do OESP. Nos dez meses que esteve à frente da Secretaria Estadual de Educação, sua gestão foi duramente atacada pelas páginas do jornal.

Utilizando diferentes seções da publicação, o OESP, ainda no mês de janeiro, publica um editorial resumindo a sua leitura sobre a gestão ademarista que acabara de

³⁰ Boa parte dos textos de denúncias e acusações ao político Adhemar de Barros seria fruto de artigos de Paulo Duarte, que continuaria colaborador do OESP.

³¹ No livro de memórias, intitulado “O Crime Perfeito do Prof. Lucas Nogueira Garcez”, o vice-governador Erlindo Salzano relata a forma como a gestão que sucedeu a Adhemar rompeu com seu padrinho político.

findar. Intitulado “Um problema moral - o ensino paulista”, a política de ensino é considerada um desastre e consequência das mazelas do Estado Novo:

A atual administração multiplicou escolas. Estas escolas, entretanto, não possuem prédios adequados, professores capazes e administração suficientemente honesta. Isto significa, em última análise, que se existem escolas não existe ensino. Aliás, os nossos administradores - e os fatos destes últimos anos ilustram a afirmação - perderam completamente a noção do que seja a finalidade do ensino. Não lhes importa fazer bem as coisas; o que lhes interessa é dar aos outros a impressão de que fizeram muito. (Um problema moral... OESP. 28 de janeiro de 1951, p.3)

Para o jornal, seria desafio de Lucas Nogueira Garcez evitar repetir os mesmos erros da administração passada.

O crédito que o jornal imprimiria ao governador não se transmitia também ao seu secretário da pasta, Lino de Mattos. O OESP denunciaria atos da Secretaria da Educação na indicação e criação de cargos públicos, que para o jornal eram desnecessários.

Na seção *Notícias Diversas*, do dia 07 de junho de 1951, é publicado o texto “Resquícios de Mazelas Passada”, que denunciou um caso de “bicefalia no funcionalismo no Ensino Profissional” no projeto de lei nº1568, em tramitação na Assembleia Legislativa. Segundo o jornal, existia uma manobra no projeto que criaria um Departamento na Superintendência do Ensino-Profissional, mantendo, ao mesmo tempo, o antigo cargo em funcionamento. O jornal questionaria: “Que pensa o sr. Governador?” (Resquícios de Mazelas Passada, 07 de junho de 1951, p.8).

No dia 10 de junho de 1951, também em *Notícias Diversas*, o jornal retomaria o tema no artigo “A Sombra ‘ademarista’ na Secretaria da Educação”. O matutino denuncia a nomeação de pessoal, inclusive um aposentado, na vaga de diretores gerais. Além disso, critica a designação de profissionais sem vínculo e experiência no tema³². Segundo o jornal, continuaria a haver o nepotismo e compadrio nas nomeações:

Vemos que o conceito de cargo público como patrimônio de família perdura ainda na mentalidade de alguns membros do atual governo. Vemos que o "ademarismo" não se conformou com o término do seu mandato, continuando a interferir danosamente e a projetar a sua sombra na máquina governamental. Ora, existem da parte do sr. governador compromissos públicos e solenes de restauração moral da administração que o seu antecessor arrasou moral e materialmente. A

³² A falta de qualificação dos técnicos é apresentada também no editorial *Renovação de mentalidade*, do dia 25 de maio de 1951, e também no dia 10 de julho de 1951, no artigo *A situação do ensino oficial paulista*.

se confirmarem as notícias que aqui veiculamos haverá necessidade de uma reação pronta de v, exa. contra esses abusos, a fim de que a sua palavra se mantenha à altura das esperanças que mereceram... (A Sombra ademarista... OESP. 10 de junho de 1951, p.10).

No editorial do dia 02 de agosto de 1951, intitulado “Na Secretaria da Educação” é denunciado que a pasta se tornou em espaço político do governo. A última medida adotada “foi migrar profissionais para outras unidades para abrir vagas a um substituto indicado. São as remoções no interesse do ensino”. (Na Secretaria da Educação, 02 de agosto de 1951, p.3).

Foi corroborada pela atuação do jornal a pressão na secretaria com a publicação de carta intitulada “Um ato do secretário da educação”, no dia 23 de setembro de 1951, na seção *Colaboração de Leitores*, na qual um professor denuncia, no ensino primário, um caso de remoção feita por benefício individual para uma professora com a anuência do governo.

No dia 30 de setembro, o jornal publica editorial intitulado “Necessidade de uma definição”, defendendo uma posição do governador. Até então estaria havendo complacência de Lucas Nogueira Garcez com a herança deixada pelo antecessor.

O caso da Secretaria da Educação ainda representa um episódio desprimoroso na administração do sr. Lucas Nogueira Garcez. É verdade que não se repetem hoje os anormais abusos do governo passado. Com exclusão dos comissionamentos sem razão de ser, das nomeações dos professores reprovados nos concursos para o provimento dos cargos docentes do magistério secundário e normal, da criação aparatosa e desnecessária de um conservatório, não se reproduzem pelo menos na escala antes observada, as demagógicas iniciativas de multiplicação de ginásios e colégios, as tentativas de organização de escolas superiores, a nomeação de docentes sem qualificação universitária e sem registro competente no Ministério de Educação e Saúde. Todavia, no setor do ensino, não basta evitar a repetição de erros: é mister ainda, e sobretudo, ter como objetivo a eliminação drástica das causas que os tornam possíveis. Ora, neste sentido - e isto já repetimos em mais de uma ocasião - não é possível realizar nada de útil e de legítimo na esfera pedagógica sem se afastarem os fatores político - administrativos que, de maneira grave, comprometem a eficiência e a recuperação educacional de nossas escolas. A Secretaria da Educação possui nos seus cargos de chefia "técnicos" que nunca prestaram um concurso que justificasse o exercício das funções que exercem. Sem formação universitária e sem jamais terem realizado qualquer pesquisa educacional de valor, não podendo fazer nada porque não estão em condições de fazê-lo, se limitam a um trabalho de intrigas de gabinete, criando e incentivando esta atmosfera de protecionismo, de politicagem e de imoralidade que ofende os mais altos interesses da escola. (Necessidade de uma definição. OESP. 30 de setembro de 1951, p. 3).

O jornal lamenta que o governo esteja colocando os interesses do partido à frente, mantendo na pasta da educação um nome “ademarista”:

Esta situação não pode e não deve continuar a não ser que o exmo. sr governador pretenda comprometer os propósitos honestos de seu programa e favorecer pela indiferença, os sinistros desígnios da politicagem "ademarista". Se há algum lugar no serviço público que está a exigir uma ação saneadora, este é, sem dúvida, a Secretaria da Educação. O sr. governador é um professor universitário que conhece os reais interesses do ensino. E é por este motivo que a opinião pública dele espera não apenas um esforço no sentido de evitar os abusos que tanto infelicitaram a nossa escola, mas ainda uma decisão honesta e heroica destinada a eliminar em suas raízes os males que nos afligem. (Necessidade de uma definição. OESP. 30 de setembro de 1951, p. 3).

O OESP constrói uma narrativa na qual o governador seria probo e distinto de seu antecessor. Na pressão de seu jornalismo opinativa coloca Garcez em uma situação na qual deveria assumir um posicionamento em relação à pasta da Educação, tomada pelos “vícios” do PSP de Adhemar de Barros.

O clima de rejeição ao secretário teria desfecho no dia 4 outubro, quando o jornal publica notícia intitulada “Comício ‘ademarista’ em Mogi-Mirim”. A reportagem denuncia que o secretário estaria agindo em completo desacordo com as declarações oficiais do governador do Estado em ato público ao lado de Adhemar de Barros:

Dentre os oradores destacou-se o sr. Secretário da Educação: cuja arenga causou espécie entre outras coisas que "o sr. Lucas Nogueira Garcez é um soldado de Ademar e, por isso, nada manda em S. Paulo. Quem manda em S. Paulo e no Brasil é Ademar, porque foi ele que fez governador de S. Paulo, esse desconhecido de todos, e fez também presidente da República o sr. Getúlio Vargas". Mais adiante, afirmou que "tinham autorização do sr. Lucas Nogueira Garcez para declarar como secretário de Estado e não como simples cidadão, que os candidatos do PSP eram candidatos do governo, do qual tinham todo o apoio". Encerrando seu discurso o secretário da Educação concitou todas as professoras, sob penas disciplinares, a que trabalhassem em favor dos candidatos do PSP - PTN e pediu às crianças que auxiliassem na distribuição de cédulas "mesmo com prejuízos de seus dizeres escolares". Concluiu dizendo que escrevia e assinava o que gabava de afirmar. O sr. A. de Barros falando a seguir afirmou que tinha o Brasil em suas mãos e fez referência à sua própria pessoa. Todos os oradores olvidaram o motivo principal da reunião somente um deles, no final do comício, lembrou-se disso e encerram sua oratória pedindo o voto para o candidato do PSP e do PTN a prefeitura de Mogi Mirim. (Comício "ademarista" em Mogi-Mirim. OESP. 04 de outubro de 1951, p.3).

O jornal retoma o fato em editorial publicado no dia 06 de outubro intitulado “A infelicíssima visita”. A publicação repercute as falas de Lino de Mattos e Adhemar de Barros, afirma que o secretário é subordinado do governador, e não do ex-governador. E

lamenta que, ao invés de demitir o subordinado, o governador foi à sede do PSP: "É com tristeza que traçamos estas linhas, não só por estar o sr. Lucas Garcez envolvido nas malhas das mais venenosa politicagem, mas principalmente porque vemos de tal maneira rebaixado, pela insensata demagogia 'ademarista', o cargo de governador de São Paulo." (A infelicíssima visita. OESP. 06 de outubro de 1951, p.3).

O desgaste público, alimentado politicamente pelo OESP, levava o governador a afastar o secretário, sem o demitir. No dia 20 de outubro de 1951, apresenta o editorial denominado "Incompatibilidades incoercíveis". O jornal apresenta a diferença de caráter entre Lucas Nogueira Garcez e Adhemar de Barros:

Devia ter o sr. Lucas Garcez reagido imediatamente demitindo o secretário da Educação que acompanhava o sr. A. de Barros na sua campanha e dizia as mesmas coisas, para a pior. Plantou-se no seu espírito, entretanto, o drama da dúvida: teria o direito de golpear tão fundo o seu grande eleitor? Por isso, contemporizou até o dia das eleições. No dia seguinte, afastou o sr. Lino de Mattos [...] e assim cortou-se pernas que o prendiam ao "ademarismo", de que está hoje liberto graças a Deus. É pública e não tem remendo possível a ruptura entre o sr. Lucas Garcez e o sr. A. de Barros. (A infelicíssima visita. OESP. 20 de outubro de 1951, p.3).

No dia 23 de outubro, em matéria coloca que "Ainda não foi escolhido o novo secretário da educação", para pressionar o governador a definir o sucessor.

Na edição de 6 de novembro, o editorial retoma o tema com o título "Ainda a pasta da Educação":

Continua vaga a pasta da Educação. O que isso quer dizer é que o sr. governador do Estado ainda não encontrou o homem capaz de ocupá-la condignamente ou que o sr. A. de Barros não consentiu até agora na nomeação desejável, mantendo-se irredutível no propósito de forçar a escolha de um legítimo representante do "ademarismo". De qualquer forma, temos uma situação deplorável para o governo e mais para o ensino, que vive péssimos dias justamente quando se acha no poder um professor universitário que tanto se orgulha de o ser.

A peçonha está agindo do mesmo modo. As remoções "no interesse do ensino" fazem-se hoje no mesmo acelerado ritmo de ontem, anulando praticamente o concurso anual que, quando chegar, encontrará apenas bagaços para distribuir ao merecimento, pois que os bons lugares já estão preenchidos pelos beneficiários da politicagem e de "pistolão". Tiram-se assim as oportunidades dos professores primários que ainda acreditavam na lei e na justiça, vendo-se entretanto, preteridos pelos afiliados e protegidos por mão do secretário da Educação, referendado pelo governo do Estado.

Devemos confessar que, no setor ensino, o governo Lucas Garcez em nada melhorou o que vinha do governo A. de Barros, antes, em certo sentido, ainda logrou piorar as coisas lamentavelmente. Daí a preocupação que já manifestamos e continua a oprimir-nos: que solução terá a crise da pasta da Educação? Quem será chamado para dirigi-la? Alguém com as qualidades necessárias para restabelecer

nela o regime da lei e da decência? Ou alguém designado para manter a linha “ademarista” que tantos desastres já acarretou e outros nos poderá infligir? (Ainda a pasta da Educação. OESP. 06 de novembro de 1951, p.3).

Na seção *Notícias Diversas*, de 11 de novembro de 1951, é apresentado comunicado de entidades de escolares sobre a necessidade de se reorganizar de forma conveniente àquela pasta.

Em 18 de novembro, no editorial “A pasta da Educação” o jornal traria sobre o tema:

O aspecto político é, porém, o menos importante. Para nós, o que interessa é o aspecto administrativo, no que toca ao ensino, que estava parecendo sob os reiterados golpes "ademaristas" que faziam da pasta da Educação um instrumento de politicagem, sem o menor respeito à lei, aos direitos do professorado e as boas normas educacionais. O nosso aparelho escolar, que no passado era motivo de justo orgulho para São Paulo e tanto decaiu sob o governo provisório e sob o "estado novo", foi desmantelado a tal ponto que reorganizá-lo vai ser uma tarefa de Hércules, se o sr. Oliveira Costa estiver decidido a empreendê-la. Só as remoções "por necessidade do ensino" feitas às centenas, senão aos milhares, e os "postos à disposição", em igual número, bastariam para ocupar dias, semanas de trabalho, a quem se dispuser a corrigir os incontáveis e revoltantes abusos cometidos. (A pasta da Educação. OESP. 18 de novembro de 1951, p.3).

A alegação do jornal, no texto, era de estar criticando a administração por questão técnica e afirmaria dar um apoio prévio ao novo secretário. A expectativa da publicação era que a influência de Adhemar fosse deixada de lado pela nova administração:

A exoneração do secretário "ademarista" parece indicar uma reação, que entretanto não pode parar aí. Os srs. Lucas Garcez e Oliveira Costa estão no dever de determinar imediata revisão nos atos do sr. Lino de Matos, para repor a Secretaria da Educação no regime da lei e da moral, reconduzindo-a a situação anterior, que largo prestígio lhe deu perante o País, antes do dismantelo que arredou São Paulo para lugares traseiros na Federação. Isso quanto à parte administrativa. No que toca a parte técnica, não está reclamando inteligência, sabedoria, esforço e dedicação para restauração do ensino paulista achacado de males patentes aos olhos de quem quer que queira vê-los, sem cegueiras voluntários. Morta a serpente, vive ainda a peçonha. Urge um grande trabalho de cura e imunização que esperamos se faça imediatamente com decisão e coragem, para remediar o que se subverteu por primária politicagem imerecida pelas nossas tradições em matéria de educação e ensino. É meter mãos à obra, já, antes que o veneno "ademarista" produza efeitos irreparáveis. (A pasta da Educação. OESP. 18 de novembro de 1951, p.3).

O editorial intitulado “O descalabro do ensino paulista” fecharia o ano como último texto de pressão ao governo. No texto opinativo, o jornal retornaria a criticar o exemplo “funesto de A. de Barros” à administração pública, no caso do loteamento de cargos públicos, como a mais recente indicação denunciada pelo jornal:

Tudo isso, mais a efetivação do diretor-geral do Departamento de Educação, comprova que a instrução paulista não encontrou ainda a atmosfera sadia de que tanto necessita. Na administração passada, a Comissão de Educação e Cultura, da Assembleia Legislativa, que era composta, em sua maioria, de oposicionistas, conseguiu instituir concursos e regular a nomeação de interinos. Agora os concursos são suspensos e se prevalecer a vontade da Coligação Interpartidária teremos a repetição das nomeações de professores sem qualificação universitária e, certamente, de outros atos que, no passado, tanto infelicitaram a educação paulista.

E que pensará de tudo isso o sr. Governador Lucas Garcez? Estará s. exa. que é um universitário, disposto a apoiar os politiqueros contra os mais altos interesses de ensino? É o que a opinião pública paulista tem o direito de perguntar-lhe." (O descalabro do ensino paulista. *OESP*. 06 de dezembro de 1951, p.3).

A pressão que as forças vinculadas ao *OESP* dirigiram ao governador, resultou no afastamento do secretário Lino de Mattos. O jornal, no entanto, não se contenta com o afastamento, e questiona a coragem do governador para se desgarrar da base “ademarista”.

A falta de “idealismo e vontade aos homens que executam a política governamental” é tema em editorial publicado o dia 18 de maio de 1952, com o título “Remoções e permutas no ensino primário”. Para a opinião do matutino, os abusos e irregularidades de funcionários da Secretaria da Educação exigiam uma reforma que estancasse o “comércio de cargos”.

A partir de 1952, com a nova configuração da administração de Lucas Nogueira Garcez, o jornal começa a dar o direito à voz oficial do governo nos assuntos educacionais, apresentando trechos de entrevistas coletivas das autoridades.

Com entusiasmo, o jornal apresenta em nota, no exemplar do dia 7 de março de 1952, a publicação do Boletim da Secretaria da Educação, suplemento editado pelo Serviço de Legislação e Publicidade daquela repartição do governo do Estado. O boletim, publicado nos dois primeiros anos de governo de Garcez, apresentava noticiário de escolas do interior, informativos da Secretaria da Educação e discursos oficiais de autoridades. Com distribuição gratuita, o informativo era distribuído ao professorado e ganhou destaque na edição do jornal por trazer, em sua edição de março,

o texto integral do convênio escolar firmado entre o Governo do Estado e a Prefeitura da capital.

A inclinação política do jornal ao governo Garcez nos assuntos educacionais aparece também no editorial “A luta contra o analfabetismo”, de 24 de maio de 1952. Nesse texto, é apresentada a alarmante situação do ensino primário, a qual começa a ser combatida pelo governador:

Tudo indica que o nosso Estado, na administração atual, não permanecerá de braços cruzados diante deste movimento de interesse indiscutível. Os convênios firmados pela Prefeitura de São Paulo com a Secretaria da Educação e, agora, a lei nº1589, promulgada pelo exmo. Governador do Estado, que dispõe sobre as condições para a criação de grupos escolares rurais, demonstram os propósitos do governo de realizar, na esfera estadual, o que se vem fazendo no plano federal. Registramos com satisfação estes fatos, pois eles indicam claramente que, passada a época da demagogia que tanto nos infelicitou, o governo enfrenta agora, com seriedade e elevação de vista, um problema de vital importância para o destino das instituições democráticas. (A luta contra o analfabetismo. *OESP*. 24 de maio de 1952, p. 3).

Na seção *Instrução Pública e Educação*, do dia 21 de novembro, o governador Lucas Nogueira Garcez e seu secretário de Educação apresentam dados de número de matrículas, criação e instalação de grupos escolares e responderam a críticas referentes ao elevado número de promoções de alunos supostamente insuficientemente preparados. Além disso, o governador declarou um plano de reforma da Secretaria da Educação, tema de interesse do jornal *OESP*.

Com o ano de 1953, a pauta do jornal seria direcionada ao debate público sobre a eleição municipal que ocorreria no dia 22 de março de 1953. Foi a primeira eleição direta para Prefeito e Vice-Prefeito pós-Revolução de 1930 e o regime do Estado Novo.

A pauta educacional seria central no debate eleitoral e, no dia 17 de março de 1953, o jornal publica o editorial intitulado “A propósito da Secretaria da Educação”. Nele, o diário defende a prioridade para o ensino primário, tendo em vista o enorme grau de analfabetismo que gerava um povo sem discernimento de promessas eleitorais. Segundo o *OESP*, o problema da reforma da Secretaria da Educação perpassaria pelo cuidado e vigilância dos interesses escusos que a ameaçariam no “derrame de escolas” de grau secundário:

As administrações anteriores criaram escolas sem nenhum critério. Enquanto o ensino primário necessitava de grupos escolares, escolas rurais e isoladas, a administração ademarista voltou as suas atenções, demagogicamente, para os interesses nem sempre defensáveis da politicagem municipalista. Resultou desta situação a multiplicação

indiscriminada dos ginásios, colégios e escolas normais. Aliás, esta falta de lógica administrativa, embora perniciosa e injusta, é perfeitamente compreensível em governos como o do sr. A. de Barros, que não sabem resistir ao interesse, sempre imediatista, das clientelas eleitorais. Muitos governos municipais – prefeitos e Câmaras – só se preocupam com obras que possam, pelo aparato enganoso, iludir a vigilância do eleitorado. (A propósito da Secretaria da Educação. *OESP*. 17 de março de 1953, p. 3).

Responsabilizando o ex-governador Adhemar de Barros pelas mazelas do ensino paulista, a publicação reforça seu voto de crédito ao governador, dissidente do ademarismo:

O sr. governador do Estado, prof. Lucas Nogueira Garcez, compreende perfeitamente o significado deste princípio básico da convivência política. Temos a certeza de que s. exa., que a opinião pública reconhece como homem honesto, compreende que os problemas do ensino devem ser tratados sem a consideração dos interesses rasteiros, ainda que eles possam apresentar-se como expressão da vontade dos grupos sindicais, classistas ou universitários. Porque a educação, já o dissemos, é sinônimo da democracia, pois sendo a democracia o governo dos homens justos pelos homens justos que traduzem a vontade do povo, depende fundamentalmente da escola. Assim, o sr. governador do Estado dedicará, por certo, especial atenção ao anteprojeto de reforma da Secretaria da Educação (A propósito da Secretaria da Educação. *OESP*. 17 de março de 1953, p. 3).

No mês anterior, no dia 22 de fevereiro, o *OESP* já havia dedicado um editorial às tratativas de estudos de reestruturação do órgão. Em “A reforma da Secretaria da Educação”, o jornal é taxativo quanto à necessidade de uma posição por parte do governador para o rumo educacional e alerta para o perigo da criação de cargos políticos:

[...] é preciso que os responsáveis pelos serviços educacionais compreendam que esta é a ocasião propícia para demonstrar se estão ou não à altura dos cargos que ocupam. A grave conjuntura por que passam as nossas escolas anda a exigir a elaboração de um plano de recuperação pedagógica que não poderá ser alcançado com recursos humanos e técnicos de que dispõe atualmente a Secretaria da Educação.

Evidentemente, faz-se necessário evitar a criação indiscriminada de cargos. Os serviços administrativos centrais devem existir em função das escolas e não estas em função deles. A multiplicação de cargos burocráticos, ainda que sejam disfarçados com o título de técnicos, criará fatalmente problemas que não convém ao ensino. Já nem falamos nos gastos que certamente apareciam com a expansão dos quadros burocráticos. Melhor andaria o governo se aplicasse maiores verbas na construção de prédios escolares – grupos, ginásios, colégios, escolas normais e profissionais. Urge que se evitem na reforma os males da hipertrofia administrativa. Há muito que fazer ainda nas escolas existentes e não será portanto esta a melhor ocasião para aumentar ou dar estabilidade ao pessoal administrativo da Secretaria.

(A reforma da Secretaria da Educação. OESP. 22 de fevereiro de 1953, p.4).

É notório que, a partir da aproximação do governador aos núcleos políticos próximos ao pensamento do jornal, a publicação começou a pautar as ações educacionais do governo, sempre o credenciando como um político qualificado que não irá ferir os princípios de probidade na reforma em curso:

A reforma da Secretaria da Educação é assunto que exige grandes cuidados. Os males que se agravaram nestes últimos anos são tão profundos que somente um esforço desinteressado e de boa inspiração poderá extirpá-los. Por este motivo dissemos que esta é a melhor oportunidade com que conta o governador do Estado para pôr em termos concretos o seu programa na esfera do ensino traçando as diretrizes político educacionais de que tanto carece o ensino paulista. (A reforma da Secretaria da Educação. OESP. 22 de fevereiro de 1953, p.4.).

Já no dia 14 de março de 1953, o tema aparece no editorial “A reforma da Secretaria da Educação”. No artigo opinativo, o jornal retoma a oportunidade aberta com a reforma. Contextualiza que, na gestão de Adhemar de Barros, já havia aparecido o tema, mas os interesses escusos levaram a resistência da opinião pública e legislativa. Agora, o tema retomou a pauta, com o substitutivo apresentado pela secretaria da Educação, graças a credibilidade que inspiraria o prof. Lucas Nogueira Garcez.

Porém, para o jornal, o texto do projeto deixava a desejar, pois o problema educacional ficou relegado ao segundo plano, privilegiando no documento questões administrativas e organizacionais. Assim, o editorial norteia seu posicionamento ante ao debate público: “Não é admissível, portanto, pensar na criação de departamentos sem examinar com cautela a necessidade e o alcance dos serviços a serem realizados”. (A reforma da Secretaria da Educação. OESP. 14 de março de 1953, p.3).

Na formação da opinião pública no tema em pauta, o jornal convoca o professor catedrático da Cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, José Querino Ribeiro, especialista em Administração Escolar, para dar seu parecer ao tema em debate em jornal do dia 26 de fevereiro de 1953.

Em artigo, intitulado “Bases e diretrizes para a reforma da Secretaria de Educação”, o intelectual afirmaria que, lendo o documento, ficou convencido que o mesmo nem de longe corresponderia ao espírito renovador que se espera de uma reforma. O autor defenderia uma reformulação da proposta que valorizasse propósitos políticos educacionais, técnico-pedagógicos e administrativos funcionais. E, para tal

empreendimento, afirmaria que os técnicos da Secretaria seriam insuficientes, havendo a necessidade do acolhimento do pensamento acadêmico na empreitada:

Lembremos finalmente que, para um estudo dessa envergadura, não bastam os velhos quadros comprometidos com antigas tradições e relações pessoais e, por isso, incapazes de, por si sós, libertar-se das peias que os amarram; é indispensável apelar para gente nova, familiarizada com o tratamento científico dos problemas e com a independência necessária para encarar as questões objetivamente. (RIBEIRO, 1953, p. 8).

Carlos Correa Mascaro, outro quadro vinculado à cátedra de Administração Escolar e Educação Comparada da FFCL da USP, escreveu no dia 2 de junho de 1953, o artigo “Por uma política definida de educação em São Paulo”.

Para o intelectual, a indicação de professores a cargos públicos deveria ser amparada no mérito da obtenção de postos por processos claros, mediante provas que apurem “vigor mental, bagagem cultural, aplicação aos estudos, amor às pesquisas, devotamento à missão.” (MASCARO, 1953, p. 11). O professor apresentaria pouco otimismo ante ao projeto apresentado:

Porque não há erro ou exagero no que estamos afirmando, é nos lícito indagar: que devemos esperar das escolas paulistas no futuro? Parecemos que nada de bom, de nobre ou elevado, porque, o Governo não tem revelado uma orientação definida em sua política de educação, não tem respeitado até onde deve o direito dos professores, nem lhes assegura, muitas vezes, até o que as leis vigentes lhes garantem. Afastamo-nos dos processos rigorosos de seleção do pessoal para continuem valendo, cada vez mais aperfeiçoados, os de apadrinhamentos. (MASCARO, 1953, p. 11).

No dia 2 de agosto de 1953, o jornal vai além da reforma do órgão e defende a convocação de um secretário mais qualificado para o cargo:

Agora que se fala em renovação do secretariado paulista, seria oportuno lembrar ao sr. governador do Estado a sua responsabilidade, como professor universitário que é, numa condução sábia dos negócios educacionais. Com pequenos intervalos excepcionais, a administração escolar paulista passou pelas mãos de políticos que nenhuma credencial notória apresentavam para o trato dos problemas do ensino. É tempo, portanto, de corrigir esta funesta orientação, colocando à frente da Secretaria pessoa que alie à indispensável probidade política o conhecimento dos problemas técnicos e pedagógicos. (A secretaria da Educação. OESP. 2 de agosto de 1953, p. 3).

Para o jornal, somente a presença de quadros habituados com os problemas educacionais poderiam levar à obra de recuperação moral e pedagógica do ensino.

Não nos faltam figuras que, dentro ou fora dos quadros partidários, poderiam emprestar à administração escolar as luzes de uma experiência inteiramente consagrada. Realmente, é preciso retomar as

diretrizes por que tanto se empenharam professores e educadores, antes e depois de 1930, e que foram esquecidas completamente pelas últimas administrações. (A secretaria da Educação. OESP. 2 de agosto de 1953, p. 3).

Segundo o OESP, urgiria fugir dos interesses politiqueros para a reestruturação da rede escolar paulista. Daí a necessidade de um secretário técnico, especialista em educação:

Se o sr. governador do Estado, professor Lucas Nogueira Garcez, inteirar-se perfeitamente da situação em que se encontram as escolas paulistas, não teremos dúvida de que s. exa. compreenderá perfeitamente a significação e as consequências, para a vida educacional, de ter à frente de um dos mais importantes setores da administração pública um homem realmente qualificado para a realização de complexas e delicadas tarefas de tão elevado cargo. A escolha do novo secretário da Educação poderá marcar o início de uma nova época na história do ensino paulista. Se esta escolha for feliz, afastaremos os males que a inépcia, a displicência e a politicagem de alguns administradores criaram, acarretando danos quase irreparáveis. Se esta escolha, entretanto, recair sobre pessoa sem outras qualidades que não a do prestígio eleitoral, então, nesse caso, poderemos, finalmente, com melancolia, verificar que vãs foram as nossas esperanças e crenças nos propósitos de uma recuperação moral e pedagógica de nossas escolas. (A secretaria da Educação. OESP. 2 de agosto de 1953, p. 3).

A campanha do jornal pela convocação de “nomes técnicos e qualificados” na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo ganhou retorno com a indicação, em fevereiro de 1954, de Carlos Correa Mascaro para o cargo de diretor-geral do Departamento de Educação.

O jornal, dando destaque à indicação, publica no dia 03 de fevereiro de 1954 o discurso de posse de Mascaro. O professor assistente da USP será figura central no debate educacional ao longo da década nas questões envolvendo a atuação do governo do Estado de São Paulo e o processo de municipalização do ensino primário, que iria implodir no ano de 1956. Além de escrever artigos e teses referentes ao orçamento do ensino, o intelectual esteve em dois momentos à frente da principal divisão técnica da secretaria estadual.

No cargo, promoveu reunião com delegados educacionais voltados ao “Debate sobre problemas do ensino”, que aconteceu em abril de 1954. Além disso, promoveu em agosto a “I Semana de Estudos” e, em outubro, a “Semana de Estudos das Autoridades do Ensino Secundário e Normal do Estado”.

Todos os encontros tiveram cobertura do jornal *O Estado de S. Paulo*, resumindo as formulações apresentadas ao longo das atividades. Comparado aos anos

anteriores, o jornal mudou sua abordagem em relação as atividades da Secretaria da Educação, dando ampla repercussão às ações organizadas pela instituição do governo. Ter à frente de importante cargo um nome ligado ao pensamento do jornal certamente credenciou a mudança do perfil jornalístico ante aos temas de ensino.

Em 13 de junho de 1954, é publicado o editorial sob o título “Política, educação e moralidade”, no qual o jornal ressalta o caminho começado pela atuação de Mascaro e que, “com esperança, será trilhado pelo futuro governo a ser eleito nas eleições ao Governo do Estado de São Paulo”. Assim se posicionou o jornal:

Tivemos nestes últimos meses um período de tranquilidade na administração educacional paulista. Até então vivíamos aos sobressaltos, porque o ensino público se transformará num mercado de negócios mais ou menos escusos. A nomeação de professores se fazia sob a força de injunções inconfessáveis e o critério de seleção se abastardara a tal ponto que alguns setores administrativos se transformaram em balcão, onde um comércio ilegal se implantara como norma absoluta. A explicação para semelhante estado de coisas é muito simples: a Secretaria da Educação era compreendida como uma pasta eminentemente política, e como tudo, nos dias atuais, perde a sua razão de ser na confusão geral, ela se transformou em pasto propício à voracidade da politicagem de homens inescrupulosos. (Política, educação e moralidade. OESP. 13 de junho de 1954, p.3).

O jornal defende que a responsabilidade deste sistema viciado era dos homens à frente da pasta da secretaria e de origem no governo anterior, de Adhemar de Barros. Por não serem educadores, tinham pouco compromisso às causas pedagógicas. O interesse era, segundo o editorial, alimentar o funcionalismo público com indicações políticas e sustentar os triunfos eleitorais. O governo de Garcez teria tido o mérito de enfrentar essa lógica, mesmo com uma gestão sem planos e estratégias:

Exigir mais do que se fez seria exigir muito. Basta, porém, a existência de um clima de tranquilidade, higiênico e sadio, para que a opinião pública sinta que o esforço dos atuais administradores não foi inútil. A moralização dos hábitos administrativos, a renovação dos programas das escolas normais, a realização dos cursos para orientadores e técnicos da educação, o contato direto das autoridades com os estabelecimentos do Interior, tudo isto constitui um auspicioso sinal de que existem ainda insuspeitas energias que souberam resistir à deletéria ação dos tempos atuais. É mister, entretanto, que o trabalho destes últimos meses encontro no sr. governador do Estado o apoio merecido. Para um legítimo político, a consagração do amanhã vale sempre mais do que as tristezas, alegrias e pequeninos triunfos momentâneos. [...] Em matéria de ensino, o que a opinião pública espera do prof. Lucas Nogueira Garcez é a continuação de tudo o que fez nestes últimos meses a atual administração. (Política, educação e moralidade. OESP. 13 de junho de 1954, p.3).

Mesmo sem mencionar o nome de Carlos Correa Mascaro, é evidente o contentamento do jornal com a atuação do intelectual à frente do Departamento de Educação.

No dia 25 de julho de 1954, o jornal publica editorial intitulado “Plano de ensino – obrigação urgente”. O texto menciona o intelectual como um quadro que estava evitando deslizes dentro da administração, mas que faltava um plano orgânico de ação:

[...] julgamos oportuna a elaboração de um plano capaz de satisfazer as necessidades educacionais de nosso Estado. O Departamento de Educação, dirigido por Carlos Correia Mascaro, vem procurando corrigir, neste ou naquele setor, as falhas que se faziam notar. Isto, entretanto, não basta. A situação exige soluções mais profundas. Não é suficiente corrigir e emendar; é mister reformar, no bom sentido da expressão, o que, em nosso caso, significa planejar. Dentro das exigências da legislação federal será sempre possível realizar muita coisa de útil para o ensino paulista. (Plano de ensino... OESP. 25 de julho de 1954, p. 3).

Dessa forma, a administração de Garcez terminaria com a complacência do jornal, por ter se afastado de seu padrinho político, Adhemar de Barros.

2.2. O governo de Jânio Quadros e a mudança de posicionamento do OESP

A configuração do cenário político paulista seria alterada com a eleição do então prefeito da capital, Jânio Quadros, ao cargo de governador do Estado, em outubro de 1954. O jornal direcionaria seu posicionamento às políticas do novo governo, de acordo com as suas conveniências, como será apresentado a seguir.

O OESP, que apoiaria Prestes Maia (UDN) na eleição estadual, se antecipa ao começo da gestão de Jânio Quadros, reiterando o descalabro que então se encontraria a educação em São Paulo. No dia 29 de janeiro de 1955, é publicado o editorial com o título “Desorganização e aulas extraordinárias”. Nesse texto, critica os setores administrativos do aparelhamento da Secretaria da Educação e denuncia, até mesmo, casos de desvios de verbas de compra de material escolar no serviço escolar. Por fim, sinaliza ao novo governador e equipe que comandaria a pasta da Educação: “Não resta dúvida: o trabalho que a nova administração terá de enfrentar no setor de ensino mal se compara com o de Hércules nas estrebarias de Aúgias...” (Desorganização e aulas extraordinárias. OESP. 29 de janeiro de 1955, p. 3).

A primeira repercussão no jornal paulistano da administração de Jânio Quadros se apresentou quanto ao convite a Almeida Jr., professor da USP e presidente estadual

da UDN de São Paulo, para assumir o cargo de Secretário da Educação. A notícia do convite assumiu caráter público a partir da recusa do partido, desmentido depois pelo governador. Por esse motivo, uma carta de Almeida Júnior foi então divulgada aos jornais da cidade.

Jânio formou a pasta da educação com profissionais vinculados à Democracia Cristã, tendo como secretária Carolina Ribeiro³³ (1892-1982), ex-diretora da Escola Normal Caetano de Campos, vinculada à Liga do Professorado Católico e a Liga das Senhoras Católicas.

O OESP deu pouca repercussão à indicação e atuação da educadora, que seria a primeira mulher a assumir a Pasta em São Paulo. Poucas notas, como a formação do Conselho de Orientação Educacional, tiveram espaço nas páginas do jornal paulista. A publicação, defensora do ensino laico, via com pouca motivação a indicação para o cargo de Carolina Ribeiro, que durou poucos meses.

Em 18 de outubro de 1955, em nota sobre política, o jornal aponta que seria indicado um novo titular para a pasta da Educação. Desta vez, um importante quadro da UDN paulista chegaria ao comando do ensino paulista, com a indicação de Vicente de Paula Lima para a secretaria. Como apresentou *O Estado de S. Paulo*, a mudança refletia o momento político com a campanha à presidência em andamento.

Desta forma, a nova composição política levou o governador a estreitar sua atuação com o partido, próximo ao pensamento do jornal *O Estado de S. Paulo*, levando, assim, o mesmo a ser porta voz das ações da Secretaria a partir de então.

2.2.1. Vicente de Paula Lima na Secretaria Estadual de Educação

Um dia após a oficialização do novo secretário, o jornal publicou nota oficial da UDN, explicando as razões para a participação do partido no governo do Estado. No documento aparecem as razões da nomeação de Vicente de Paula Lima, ao posto de secretário:

A UDN paulista, que jamais abandonou as trincheiras da democracia, entrosa-se necessariamente na ação nacional em que, se congregam as correntes que apoiaram as candidaturas Juarez-Milton Campos. E, para dar um sentido concreto às suas diretrizes, a UDN solicitada pelo Deputado Paula Lima a se pronunciar sobre o convite que lhe fizera o Governador Jânio Quadros, acaba de autorizar a S. Exa., a aceitar a pasta da Educação. Ao fazê-lo, só o deliberou após demorado e

³³ Sobre a intelectual católica, ver Pinheiro (2011).

meticuloso exame da situação geral do Estado e, principalmente, do País. (Nota oficial da UDN... OESP. 19 de outubro de 1955, p. 4).

Perante a opinião pública, a UDN procurava manter-se distanciada do governador paulista, tendo sido convocada a atuar na gestão pelas circunstâncias nacionais que convocavam o partido a agir:

A presença da UDN no governo não tem, pois, nem poderia ter, o sentido de uma adesão pura e simples. O que ela significa é antes, uma aliança firmada para objetivos comuns, em defesa do regime. O Governador Jânio Quadros reafirmou repetidas vezes, com concisão e clareza, os seus propósitos de fidelidade à bandeira da revolução pelo voto que nos levará ao retorno da austeridade à administração e à política brasileira. Sentimo-nos, pois no dever de atender aos seus reiterados convites a fim de que, colocado um dos nossos nos conselhos governamentais, assim contribuíssemos para fortalecer tais diretrizes, sem merecermos mais tarde a atribuição da culpa por desvios ou quaisquer erros fatais de instituições. Lá, como sempre, não teremos o Governo a serviço da UDN, mas a UDN a serviço de São Paulo. (Nota oficial da UDN... OESP. 19 de outubro de 1955, p. 4).

O partido político falaria também sobre o novo secretário em sua lealdade partidária, antes de tudo:

[...] Paula Lima será o executor vigilante do programa da União Democrática Nacional, no que toca à lei e à moral no reconhecimento de diretrizes e deveres, na rigorosa aplicação dos dinheiros públicos, na observância da sua linha de homem público. A esse respeito não haverá a mínima dúvida no espírito de ninguém, convictos todos de que a exa. a ter de renunciar a qualquer desses princípios, primeiro renunciará ao cargo, pelo respeito que deve a si mesmo, ao seu Partido e ao povo paulista. (Nota oficial da UDN... OESP. 19 de outubro de 1955, p. 4).

Por fim, o deputado Vicente de Paula Lima falou aos jornalistas e o discurso foi publicado pelo jornal:

O convite do governador Jânio Quadros para ocupar a pasta da Educação, sinceramente me surpreendeu, pois de forma alguma estava em minhas cogitações políticas a ideia de que pudesse ocupar tão destacado posto na administração. Entretanto, homem que está com sua vida já há dois lustros consagrada à causa pública, recebi tão honroso convite como uma oportunidade a mais de ainda que com sacrifícios pessoais de toda a natureza, continuar a serviço de interesses da coletividade. Obtida de meu partido a autorização, pois como homem fiel à disciplina partidária, entendia indispensável no caso, não tive dúvidas em aceitar o desvanecedor convite do governador Jânio Quadros, dentro do espírito apenas de prestar serviços, jamais pelas vantagens em honorarias da posição, que nunca me atraíram. Não ignoro as dificuldades que a pasta da Educação oferece ao seu ocupante. Responde ela por um dos setores mais relevantes da administração e envolve, paralelamente, o interesse, o

interesse de vários milhares de servidores públicos. (Nota oficial da UDN... OESP. 19 de outubro de 1955, p. 4).

No dia 22 de outubro, novamente o secretário ganha protagonismo nas páginas do jornal com sua posse. Antes do discurso do novo secretário, sua antecessora, Carolina Ribeiro, fez um relato da situação que encontrou a pasta, criticando a proliferação indiscriminada de ginásios e improvisado nas obras em andamento. Em seguida falou Paula Lima, lembrando que foi deputado por nove anos aos quais pôde se aproximar de forma sincera dos problemas e questões que envolvem o ensino e, além disso, pôde manter o contato com o magistério público, tendo-se honrado de ter seu nome vinculado a legislações em atendimento à causa.

No discurso, de meia página no jornal, o secretário não tratou de elaborar um plano de ação, que seria construído com sua equipe de trabalho. Tratou de agradecer ao governador, ao seu partido e, seu olhar pedagógico seria inspirado em palavras do seu colega de partido, o professor Antonio Ferreira de Almeida Júnior: “Ensinar a ler, escrever e contar é muita coisa, mas não é tudo. De todos os setores do pensamento e da atividade humana afluem apelos para que a escola contribua com a sua força incomparável na solução dos problemas individuais e sociais” (Discurso do novo secretário... OESP. 22 de outubro de 1955, p. 4).

Figura 2 - “Discurso de Vicente de Paula Lima”: Reportagem publicada no jornal O Estado de S. Paulo



Fonte: (Discurso do novo secretário..., O Estado de S. Paulo, 1955, p. 4).

Acervo: Acervo Estadão online. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>>. Acessado em: 25 de julho de 2018.

A posse ganhou uma repercussão nas páginas do matutino desproporcional às anteriores, deixando patente a importância para o jornal de um quadro da UDN se aproximar do novo governo em uma Secretaria tão recorrente na opinião e interesses do OESP.

Um dia após a posse, o jornal publica editorial intitulado “Um programa oportuno”, comemorando a nomeação de Vicente de Paula Lima. No texto, a nomeação poderia representar

[...] o início de uma fase fecunda na administração educacional paulista. Sua atuação na Assembleia Legislativa Estadual, na qual, em mais de uma oportunidade, demonstrou grande interesse pelos problemas da escola, constitui, a nosso ver, sólida garantia de uma gestão realmente à altura dos interesses mais altos da instrução pública. (Um programa oportuno... OESP. 23 de outubro de 1955, p. 4).

Como órgão de atuação política e representante de um pensamento educacional, o jornal também pauta demandas para o novo secretário: “É mister, todavia, elaborar um plano de construções escolares a ser cumprido dentro de um prazo determinado”. O jornal acreditaria que “se a nova administração resolver empenhar-se com a decisão na realização deste propósito, a escola paulista terá resolvido um de seus mais urgentes problemas.” (Um programa oportuno... OESP. 23 de outubro de 1955, p. 4).

Mas o jornal afirmaria categoricamente apoiar o novo secretário e acredita que o mesmo não decepcionará o almejo do ensino bandeirante, que estaria sendo duramente atacado pelas administrações anteriores:

A escola foi sempre para estes administradores pouco escrupulosos, simples meio de que lançaram mão na realização de suas inconfessáveis ambições. Agora, o sr. Vicente de Paula Lima, pelo seu passado, pode perfeitamente inaugurar, na Secretaria da Educação, o regime da defesa intransigente dos interesses genuínos da escola. Procure, s. exa., o apoio e o conselho de técnicos, professores, especialistas e educadores e terá, desta forma, iniciado o programa de recuperação de nossas escolas tão urgentemente reclamado. (Um programa oportuno... OESP. 23 de outubro de 1955, p. 4).

As ações de Paula Lima nos dois anos que ficaria à frente da Secretaria da Educação teriam, a partir de então, grande espaço no jornal *O Estado de S. Paulo*. Suas entrevistas coletivas, direito de resposta e ações contariam com o destaque do impresso.

O OESP continuaria a propor, dentro de seu espaço opinativo, intervenções na Secretaria da Educação. No dia 11 de novembro de 1955, novamente a seção *Notas e Informações* foi o espaço de colocações relativas aos problemas no órgão público, em texto intitulado “Sobre o Departamento de Educação”. No editorial, o jornal critica a

estrutura da Secretaria, oriunda de “maquinações de politiqueros”, que impossibilita que o referido departamento tenha à sua frente pessoas não indicadas como cargo de confiança, exonerando profissionais que ocupam a divisão:

[...] julgamos que um dos primeiros atos do atual secretário da Educação deve ser o de restituir ao referido cargo o regime de provimento em comissão. O sr. Vicente de Paula Lima demonstrará, com este gesto, sua disposição de restaurar na Secretaria os hábitos de moralidade que dela, nestes últimos anos, se ausentaram, em várias ocasiões. A iniciativa do novo secretário valerá como sinal de esperança de melhores dias para o ensino paulista. [...] O certo é que os problemas do ensino paulista andam a exigir a adoção de uma política educacional, altamente inspirada, a ser cumprida não apenas numa gestão, mas durante vários anos. Se o sr. Vicente de Paula Lima avaliar, em todo o seu alcance, o que há de urgente e imperioso na elaboração deste programa a traçar, com sabedoria o plano de ensino que a nossa escola reclama, não teremos dúvida que, apesar dos caprichos da política e de suas vicissitudes, outras administrações procurarão completar o trabalho que porventura agora se inicie. (Sobre o Departamento de Educação. OESP. 11 de novembro de 1955, p.3).

Prontamente, no dia 13 de novembro de 1955, também na seção *Notas e Informações*, o secretário Vicente de Paula Lima responde às colocações em carta enviada ao jornal. O político informa que havia, no mesmo dia, dado uma coletiva de imprensa sobre o assunto do editorial:

Tive então a oportunidade de esclarecer que já me encontrava com o pensamento firmado, no sentido de que tal cargo deve ser efetivamente de provimento em comissão, nesse sentido estando preparando, de comum acordo com o atual Diretor do Departamento, a competente proposta ao senhor governador. (Sobre o Departamento de Educação. OESP, 13 de novembro de 1955, p. 4).

O problema que o jornal solicitava solução, por parte da Secretaria, seria sanado no ano seguinte. No dia 15 de abril de 1956, o matutino publicaria editorial intitulado “Projeto oportuno”. Neste, elogiaria Vicente de Paula Lima no acerto político:

O governo do Estado deu afinal justa solução ao problema do provimento do cargo de diretor do Departamento de Educação, da Secretaria de Educação e Cultura, encaminhando um projeto à Assembleia Legislativa, pelo qual se restabelece o regime anterior, que mais de uma vez, permitiu o aproveitamento de figuras das mais ilustres do ensino paulista. A iniciativa do secretário da Educação, sr. Vicente de Paula Lima, veio demonstrar que a primeira condição de uma administração bem inspirada é a de atender, com honestidade e desinteresse, os reclamos da opinião pública. O caso do provimento do cargo de diretor do Departamento de Educação não teria nenhuma importância se não representasse o símbolo ilustrativo de uma época na qual os interesses mais legítimos do ensino foram sacrificados e os órgãos educacionais se transformaram em meras agências de emprego, onde a politicagem desalmada lançava as cartas de seu escuso jogo.

Tornou-se necessária, portanto, como prêmio a um funcionário que se curvava a todas as injunções, a modificação do regime de provimento do cargo de diretor, de modo que se garantisse ao seu ocupante uma rendosa aposentadoria. Apesar dos protestos que se levantaram o audacioso grupelho não recuou em seus propósitos. Mancomunaram-se no negócio deputados, administradores e cabos eleitorais: uns porque poderiam dessa forma arranjar como compensação uma sinecura para um favorito; outros porque já se sentiam como futuros beneficiados da cômoda função e finalmente, todos os que, eternos frequentadores das salas palacianas, esperam sempre oportunidade para gozar sem grandes canseiras as cômodas vantagens de um cargo bem remunerado. (Projeto oportuno. OESP. 15 de abril de 1956, p.3).

E conclui elogiando o secretário:

A administração que o sr. Vicente de Paula Lima vem realizando à testa da Secretaria de Educação e Cultura já demonstrou, nestes poucos meses, o que se pode fazer de positivo no ensino quando se unem honestidade de propósitos e a corajosa decisão de enfrentar e resolver os respectivos problemas. A simples presença de um homem equânime e o estudo e a adoção de algumas providências que já muito se faziam necessárias, foram suficientes para restaurar a confiança na opinião pública e criar condições propícias para a solução dos graves problemas que tanto afligem o nosso sistema educacional. É evidente que a obra foi apenas iniciada e que há ainda muitos problemas que demandam prontas soluções. O certo, porém, é que o sr. Paula Lima, cercado por auxiliares que estão dispostos a trabalhar com acerto, reconduziu a Secretaria a tradição que tanto enobrece o ensino paulista. O recente projeto encaminhando à Assembleia Legislativa vale portanto como exemplo de uma administração empenhada em restaurar os valores e os ideais que animaram no passado as conquistas mais altas de nossa educação. (Projeto oportuno. OESP. 15 de abril de 1956, p.3).

O entrosamento construído garantia ao udenista espaço na página de opiniões do jornal, algo raro nas edições consultadas ao longo da década de 1950³⁴.

Ainda no mês de novembro de 1955, começa a ganhar veiculação no jornal o problema da falta de escolas primárias e as poucas vagas para atendimento, tema que seria central na publicação no ano subsequente e que envolveria também a ação da Prefeitura de São Paulo na política de criação de classes primárias. Em 24 de novembro, na seção *Instrução Pública e Educação*, publica ofício que o titular da pasta da Educação enviou ao prefeito da Capital, solicitando a construção de 64 galpões para instalação de classes primárias até a época das matrículas. O pedido se justificava pelo

³⁴ Notas, cartas, ofícios e respostas do secretário Vicente de Paula Lima foram constantemente publicadas pelo jornal no período. Como exemplo, a edição de 6 de julho de 1956, na seção *Instrução Pública e Educação*, publica com destaque a “Resposta do Secretário da Educação às críticas do magistério público primário” (Resposta do Secretário..., 6 de julho de 1956, p. 5).

fato do Convênio entre Governo do Estado e Prefeitura ter deixado de vigorar. (Construção de 64 galpões... OESP. 24 de novembro de 1955, p. 2).

O vertiginoso aumento de demanda e necessidade de construções escolares teve seu auge no meio da década de 1950, levando toda a grande imprensa tratar do problema a partir de então. O jornal *O Estado de S. Paulo*, que pouco retratava o fato social, começou a ecoar a questão e, ao mesmo tempo, prontamente trazia a voz oficial do secretário Paula Lima ante as possíveis soluções a serem tomadas pela Secretaria da Educação.

No dia 25 de novembro, também na seção Instrução Pública e Educação, é emitida nota com o título “Impedidas de frequentar as escolas públicas cerca de 30 mil crianças”. Os dados foram traçados pelo próprio governo, que apresentou, em coletiva de imprensa um mapeamento das regiões periféricas da cidade de São Paulo que estavam com insuficiência de estabelecimentos de ensino. Segundo o levantamento apresentado e transmitido na seção do jornal, seria necessária a construção de 477 novas unidades de ensino primário e a secretaria poderia instalar imediatamente 236, que eram vagas em prédios escolares já existentes.

Os dados apresentados e veiculados tinham como intuito reforçar o apelo ao prefeito da capital na construção de 64 novos galpões escolares, com 219 salas, em cooperação da Prefeitura com o Governo do Estado. Segundo o secretário Paula Lima “Evitar-se-á, assim [...] a repetição do ocorrido no início do ano letivo de 1955, quando houve numerosas recusas de matrícula no ensino primário oficial por faltas de vagas”. (Impedidas de frequentar as escolas..., 25 de novembro de 1955, p. 5).

O apelo surtira efeito e foi noticiado no dia 3 de dezembro de 1955. Em nota intitulada “A construção pela Prefeitura Municipal de galpões escolares”, explica que o chefe de Serviço do Ensino Primário do Departamento de Educação, sr. Nelson Azevedo, esteve no gabinete do prefeito da Capital para tratativas do tema. O prefeito Juvenal Lino de Mattos ratificou ofício e afirmou que outras providências de maior alcance poderiam ser tomadas se o governo do Estado aceitasse títulos de dívida pública do município. A estratégia do secretário se justificava pelo fato do governador e prefeito estarem em cabo de guerra.

Mesmo as críticas à atuação da Secretaria eram ponderadas pelo respaldo que o jornal estimava ao deputado Vicente de Paula Lima. Em editorial no dia 31 de dezembro de 1955, intitulado “Demora injustificável”, o impresso criticava o atraso na

homologação de resultado de concurso público para cadeiras de Filosofia dos colégios oficiais do Estado. No artigo é emitida a seguinte ponderação:

Se não fosse a confiança que nos inspiram a honestidade e a vontade de acertar do sr. Vicente de Paula Lima e de seus auxiliares diretos, e já estaríamos admitindo, a esta altura, a interferência, no assunto, de interesses estranhos à educação. A suposição tem seu cabimento, pois as cadeiras de filosofia dos colégios estaduais foram sempre nestes últimos dez anos, o setor sobre o qual se exerceram os apetites e a ambiçãozinha vulgar e pretensiosa que tanto infelicitaram a nossa instrução pública. (Demora injustificável. OESP. 31 de dezembro de 1955, p. 3).

Ainda no mesmo texto é escrito:

O sr. Vicente de Paula Lima sempre se conduziu em sua vida política com irrepreensível lisura e, quando necessário, sempre se colocou acima dos interesses do facciosismo político. Agora, no caso presente, o que se espera é que s. exa. mantenha a mesma linha de conduta e preste, ao ensino de filosofia estadual, o serviço que tanto carece. (Demora injustificável. OESP. 31 de dezembro de 1955, p. 3).

A contextualização dos anos anteriores à criação do ensino primário municipal é fundamental para caracterizar um padrão até então vigente na publicação, sua mudança na cobertura jornalística ao assumir um quadro da UDN na Secretaria de Educação e, nesse mesmo momento histórico, surgir uma iniciativa que seria vista como concorrente ao Governo do Estado. A partir de então o jornalismo praticado seria de combate ao novo tipo de ensino, utilizando aspectos técnicos e políticos como justificativa de oposição.

2.3. A criação do ensino primário municipal: elementos históricos

Para compreender a História do Ensino Municipal, foram analisados arquivos presentes no Núcleo de Documentação da Secretaria Municipal de Educação³⁵. Desse corpus documental, foram acessados alguns registros de História Oral e documentos que narravam à criação das escolas municipais ao longo das últimas seis décadas. Devido à delimitação da pesquisa, não serão abordados com profundidade as informações coletadas, mas apenas alguns aspectos que contemplam o surgimento do ensino e que

³⁵ Documentos presentes na *Biblioteca Pedagógica*, na *Memória Documental* e no *Memorial do Ensino Municipal*. Sobre os espaços documentais da Secretaria Municipal de Educação, consultamos o sítio eletrônico da instituição: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Nucleo-de-Documentacao>. Acessado no dia 27 de setembro de 2018.

foram abordados no debate do jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua cobertura jornalística.

O ensino primário municipal de São Paulo surgiria oficialmente em 1956. Antes, a prefeitura da capital participou da educação paulistana como financiadora de construções escolares, sob a responsabilidade do Estado, e ainda na construção de Parques Infantis, que à época não eram configuradas como ensino, mas sim como recreação e serviço social. Desde a década de 1930 o setor de proteção da infância teria importantes ações com a participação de Mário de Andrade na Pasta de Cultura. Porém, os Ensino Primário e Secundário, historicamente, não eram de responsabilidade do município.

O momento histórico da expansão populacional e novas demandas por vagas em escolas públicas levaria ao clima do surgimento das primeiras iniciativas de ensino primário municipal, o que será apresentado adiante na pesquisa. Além disso, a configuração política da década de 1950, com eleições municipais e um perfil dos políticos com ações públicas em atendimento aos anseios das classes populares em busca de serviços como acesso à educação, levariam à emergência da nova modalidade de ensino.

Algumas pesquisas trataram do tema apontando elementos fundamentais para a constituição do ensino primário municipal, bem como retrataram personagens atuantes no período e o desenrolar da expansão do ensino na capital paulista.

Ciampi e Godoy (2017) desenvolveram artigo sobre a história do ensino de primeiro grau durante o regime militar, entrevistando ex-professoras precursoras da rede municipal³⁶. Godoy (2013) apresenta o modelo escolar que foi implantado na cidade de São Paulo no processo de institucionalização do seu ensino primário municipal durante a ditadura militar, por meio da revista *Escola Municipal* (1968-1985).

No período militar, oito escolas municipais foram renomeadas com o nome de patronos militares. Um modelo escolar paulistano começa a ser construído neste momento histórico. Enquanto o Estado de São Paulo já contava com uma rede de ensino e com dispositivos de disseminação de sua unidade político-pedagógica por meio de periódicos educacionais, desde o início do século XX, o município viveu, segundo o autor, uma afasia discursiva até 1968. Não havia publicação institucional que fizesse circular os saberes pedagógicos, as diretrizes administrativas ou uma concepção de

³⁶ Os autores coordenam um grupo de pesquisa que tem apontado elementos sobre a história do ensino municipal em São Paulo.

educação do ensino público paulistano. Somente o *Diário Oficial do Município* institucionalizava decretos, leis e pareceres. (GODOY, 2013, p. 103).

Por esse motivo, existe pouca memória oficial sobre o período do surgimento do ensino primário municipal em seu primeiro decênio, quando a Prefeitura começa a aparelhar seu sistema de ensino.

Antes de 1968, quando surgiria a *Revista Escola Municipal*³⁷, sem a tradição histórica do ensino estadual, o ensino municipal:

[...] tentava criar seu lugar institucional com métodos e saberes pedagógicos emprestados e em galpões de madeira improvisados, construídos nas periferias da cidade para grande parte da população que, até então, não havia tido acesso à escola. A ligeireza da expansão de oportunidades revelava, no entanto, uma lógica de poder ultramoderna em um contexto ainda precário, pobre e periférico. (GODOY, 2013, p. 106-7).

Para os autores, a *Revista Escola Municipal* reforçaria a memória da criação do ensino oficial municipal em 1956. Mas, na década seguinte, com o crescimento de escolas de alvenaria e a institucionalização de uma memória escolar, que o ensino primário municipal começou a instaurar o processo de consolidação da rede municipal, sem poupar críticas à atuação do Estado de São Paulo em matéria educativa. Nas edições da revista, a publicação buscava defender que o ensino municipal tinha sido mais efetivo em atender a população do que o Estado. Dessa forma, a escrita institucional seria então a principal referência na memória escolar dessa trajetória do ensino paulistano.

A pesquisa de Romero (2016) apresenta documentação sobre a primeira escola municipal de São Paulo, então denominada Grupo Municipal do Jaçanã³⁸. A autora selecionou documentações que apresentavam a professora Alba Novo de Azevedo como uma pessoa próxima ao então prefeito Wladimir de Toledo Piza, facilitando a autorização da primeira escola na capital. A autora aprofunda o estudo no tema, apresentando a construção da história do ensino primário municipal por meio das publicações da revista *Escola Municipal*.

As pesquisas de Lattouf (2001) e Lattouf e Hisdorf (2002) apresentam a participação de mulheres no início do ensino primário municipal, tendo diversas professoras que, vendo a oportunidade de trabalho bem remunerado, em espaço que as

³⁷ Todas as edições da publicação se encontram na Biblioteca Pedagógica Profª Alaíde Bueno Rodrigues, da Secretaria Municipal de Educação. Sobre a revista, ver Romero (2016).

³⁸ Atual EMEF João Ramos Pernambuco Abolicionista.

mesmas organizavam para o exercício do magistério, uma forma de criação de novas escolas, em ambientes improvisados com o mínimo de 40 alunos. Gil Neto (2008) coletou depoimentos de profissionais que vivenciaram aquela medida que, mais adiante, daria sustentação para o surgimento de escolas municipais, primeiro em galpões escolares, depois em prédios de alvenaria.

Drugg (1979) e Delorenzo (1985) apresentam a criação do sistema de ensino de forma aparelhada, após mais de uma década de expansão de forma improvisada e pouco organizada.

Spósito (1984) evidencia em sua pesquisa que os candidatos às eleições sabiam do problema da falta de escolas primárias e reconheciam a sensibilidade do tema. Por esse motivo, tratavam de conseguir a instalação imediata de galpões e construções de prédios em bairros que já haviam solicitado unidades escolares por meio de movimentos organizados, como as Associações de Bairros. Com essas medidas, os políticos procuravam conquistar o apoio popular e manter bases importantes de sustentação eleitoral. Segundo a autora, esses fatos tiveram uma intensificação na década de 1950, quando a disputa pelo voto popular seria acirrada entre as lideranças consideradas populistas que atuavam em São Paulo, e o ponto culminante da disputa seria a criação do ensino primário municipal em 1956. (SPÓSITO, 1984, p. 215).

Segundo a autora, os debates em torno da viabilidade ou da conveniência do projeto de municipalização atingiriam diversos setores, como órgãos de educação ligados à Prefeitura e ao poder estadual, imprensa, educadores e movimentos de bairro:

A formação de sistemas de ensino mantidos pelos municípios era ideia defendida há algumas décadas por vários intelectuais. Entretanto, educadores da Capital e setores da imprensa opositores de Piza criticavam a medida denunciando o seu caráter político – eleitoral. Nessa ocasião, eram condenados os interesses presentes na distribuição dos futuros cargos de professores e diretores, um grande trunfo para aqueles que estariam disputando as próximas eleições municipais marcadas para 1957. Os movimentos populares também apresentavam tendências divergentes em face da municipalização do ensino. As organizações de bairro, sujeitas às vicissitudes da política populista, tiveram sua mobilização determinada pelas correntes políticas em atrito. Segundo depoimentos de antigas lideranças, os Comitês Distritais, criados pela coligação Lino-Piza, apoiavam as medidas da prefeitura enquanto que as SABs, mais sujeitas à influência do janismo, apoiavam o governo estadual criticando as propostas do prefeito. (SPÓSITO, 1984, p. 219).

A mencionada revista *Escola Municipal*, publicação institucional da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 1968, apresenta, em diferentes edições, dados e informações sobre os primeiros anos.

A publicação, que surgiria como instrumento de promoção da administração municipal do prefeito José Vicente Faria Lima, contaria, já no seu primeiro exemplar, a história de doze anos do ensino primário municipal e as realizações da administração que construiria novos prédios, em substituição aos galpões instalados em diversos bairros da capital paulista.

Os autores afirmariam, no texto de reconstituição histórica, que não era possível afirmar com precisão como nascera o ensino municipal. Lembrariam que a ideia nasceria na gestão de Lino de Mattos, tendo João Acioli como mentor da proposta. Porém, deixam claro que seria o decreto assinado por Wladimir Toledo Piza e seu secretário Henrique Ricchetti que instituiria a proposta. E, assim, contextualizariam o período:

O Governo Municipal de São Paulo, em 1956, deparou-se com enorme problema no setor educacional. Pelas estatísticas da época, havia cerca de 110.000 crianças em idade escolar, sem instrução primária, porque o Estado, através de suas escolas, não dispunha de capacidade para dar-lhes educação. Além disso, os estabelecimentos particulares de ensino cobravam taxas que a população, principalmente a mais pobre e habitante da periferia da cidade, não tinha condições de pagar. Como quase todas as crianças eram oriundas das classes trabalhadoras, que dispunham de escassos recursos financeiros, mal dando para a manutenção material das famílias, o problema era de solução urgentíssima. (*Escola Municipal*, 1968, p.9).

O artigo explicaria que, diante da necessidade, o projeto não poderia esperar a forma legal de criação, por meio da Câmara Municipal, que acarretaria demora na tramitação. Por esse motivo, não seria possível a criação de um quadro normal de professores, diretores, inspetores, etc. nos primeiros anos. A fórmula utilizada seria, então, a de admissão legal do prefeito.

Foi verdadeiramente empolgante esta fase, que poderíamos denominar fase romântica. As professoras andavam de bairro em bairro, de casa em casa, procurando crianças para abrir a escola- sala de aula - . Era, pois, a escola procurando o aluno. Como não dispunha o Ensino de locais para instalação das classes, tudo servia para esse fim. As professoras procuravam garagens, salas paroquiais, armazéns desocupados, barbearias que não funcionavam. Estes locais, na verdade, eram anti-pedagógicos para agrupamento de quarenta crianças. Mas, lá diz o velho provérbio “a necessidade carece de lei”. Portanto, servia tudo que fosse encontrado em condições de abrigar, no mínimo, a professora e os alunos. (*Escola Municipal*, 1968, p.9).

Os autores evidenciariam o “trabalho heroico” das professoras, que realizaram à época verdadeiros trabalhos de pesquisa social, levando escolas em regiões sem ofertas.

A estratégia exitosa, segundo o artigo, levaria o ensino primário municipal a tornar-se uma realidade em seis meses, a ponto de professores do interior buscarem participar da iniciativa, mesmo com a precariedade de recursos e espaços. O salário inicial proposto pela prefeitura era atrativo e os critérios de seleção e formação de agrupamentos favoreciam novos interessados. Em 1957 seriam agrupadas classes e nomeados os primeiros diretores, responsáveis pelas novas unidades. Porém, as primeiras dificuldades apareceriam na administração de Adhemar de Barros³⁹:

Em junho, porém, sofreu o Ensino rude golpe, pois o Governo Municipal, talvez premido por dificuldades financeiras ou por outros motivos que confessamos ignorar, decidiu reduzir os salários dos professores, cortando um terço na sua remuneração. O golpe, rude, não interferiu naquele vibrante idealismo inicial. Dirigentes e professoras permaneceram lutando pela nobre causa. Era que, mais importante que o interesse individual, estava em jogo o interesse mais alto da criança. E assim, professoras e dirigentes fizeram face a essa dificuldade, e o ensino continuou a ser dado aos menos favorecidos. (Escola Municipal, 1968, p.10).

Valorizando a municipalização, o texto critica a possibilidade de transferência das escolas municipais ao Estado, em acordo para um novo convênio em 1958, que romperia com um ensino que, para os autores, continuava progredindo diante dos olhos de todos e solidificava seus alicerces.

Os autores alegariam que a campanha vitoriosa do ensino primário municipal era ameaçada por interesses particulares e vaidades políticas e comparam os feitos de ambos os sistemas, mostrando que a Prefeitura em menos tempo fez muito mais que o governo estadual:

Vitoriosa, ficou escrito, porque naquela época havia em funcionamento 1.202 classes agrupadas, 147 escolas isoladas, totalizando 1.349 classes. Isso representava mais de 53.960 crianças de São Paulo recebendo instrução. Era essa instrução ministrada em galpões de madeira, em armazéns velhos, em barracões, em toda espécie de locais. Mas eram escolas em que mais de cinquenta mil crianças aprendiam a ler e a escrever. Era, portanto, uma ideia vitoriosa, dissessem o que dissessem os pessimistas, quisessem o que quisessem os derrotistas. Porém, a má vontade persistia. Tanto assim que, em abril de 1959, era nomeada uma Comissão para estudar os termos de um convênio entre o Município e o Estado, passando para este as Escolas da Prefeitura. Nessa época, o Ensino Estadual, criado ainda no século passado, dispunha, na Capital, de 33 prédios de

³⁹ Não citado nominalmente no texto.

alvenaria, construídos pelo Estado; 67 prédios de alvenaria construídos pela Municipalidade e cedidos ao Estado, 133 galpões também construídos pela Prefeitura e cedidos ao Estado, 37 prédios particulares cedidos ou alugados pelo Estado. Na ocasião, o Ensino Municipal, criado há três anos apenas, dispunha de 19 prédios de alvenaria; 21 parques-Escolas e 205 galpões de emergência. [...] Não havia, pois, razão nenhuma para a realização dessa ideia de transferência do Ensino Municipal para o Estado; apesar disso ela persistia. (Escola Municipal, 1968, p.10).

Segundo o texto, graças à Câmara Municipal de São Paulo, que entenderia com bons intuitos a importância da pauta, foi criada uma Lei dando estrutura orgânica e legal ao ensino da municipalidade. Porém, o prefeito (novamente sem citar Adhemar de Barros) por arrogância vetaria alguns artigos do projeto relativos a efetivação e estabilidade dos servidores, parando o tema no judiciário. O prefeito posterior (Prestes Maia, também não mencionado no texto), anulava a legislação anterior, provocando novos recursos contra a medida.

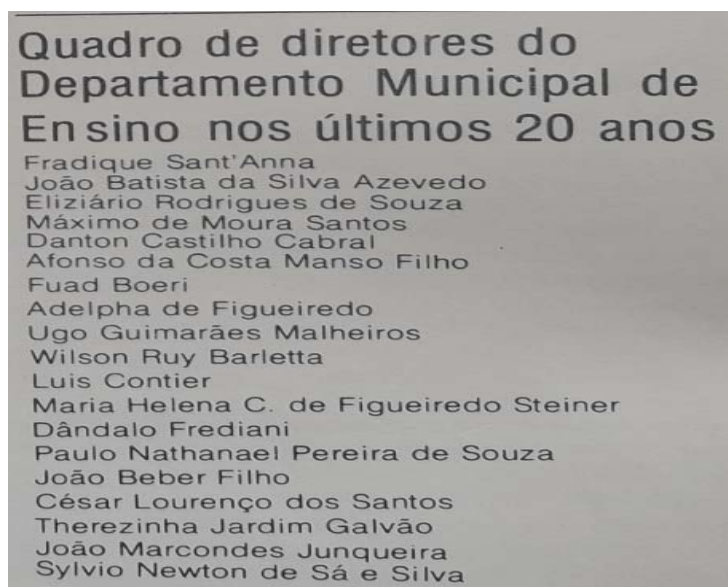
Por fim, o artigo apresentou que, em 1960, o ensino primário municipal teria outra vitória: diplomava-se a primeira turma de alunos alfabetizados:

Apesar das dificuldades, das crises, da incerteza no futuro, o que se via era o fruto daquele trabalho de quatro anos amadurecer e ser colhido. Significava como que a maioria do Ensino. Havia realizado totalmente a sua função. Estava, pois, justificada a criação do órgão. Com mais recursos ou com menos recursos, com melhores ou piores instalações o Ensino funcionava e acabava de diplomar a sua primeira turma de alunos. Era, pois, nesse ano de 1960, uma esplêndida vitória, confirmando a ideia inicial.

A partir de 1960, o Ensino passou a funcionar normalmente, sujeito a dificuldade e problemas que são normais na vida das instituições. Estava passada a fase heroica da implantação do órgão consolidado e em pleno funcionamento. (Escola Municipal, 1968, p.10).

O panorama histórico construído pela Revista serviria para evidenciar que, a partir da administração, no regime militar, surgiria uma nova fase no ensino, com novos prédios de alvenaria que estariam sendo instalados, propiciando melhor qualidade no ensino na capital. Em exemplar de 1976, comemorando os vinte anos do ensino primário municipal, a revista novamente reforçaria que no período militar haveria a reafirmação e pujança, com a multiplicação de construções escolares e a diversificação do campo de trabalho, que seriam resumidos na sequência do artigo. Ao final, a autora apresenta a relação de chefes do Departamento de Ensino ao longo dos anos:

Figura 3 - Quadro de diretores do Departamento Municipal de Ensino nos últimos 20 anos



Fonte: (20 anos de ensino..., Revista Escola Municipal, 1976, p. 6).

Acervo: Biblioteca Pedagógica Prof.^a Alaíde Bueno Rodrigues/Secretaria Municipal de Educação

Em exemplar de 1981, comemorando o “Jubileu de Prata do Ensino Municipal”, a revista novamente relembria os tempos difíceis, com materiais e estrutura precária, comparando com o novo momento de modernização, agora encampado pelo prefeito Reynaldo de Barros.

O texto intitulado “Jubileu de Prata do Ensino: Período de muitos sucessos”, não teria assinatura, saindo com cabeçalho de “Administração Municipal”, deixando claro que o texto era um balanço da atual gestão.

O estudo em tela detectou que as pesquisas sobre a municipalização do ensino em São Paulo pouco abordaram a participação da imprensa, que trataria do fato e traria à tona os conflitos de interesses no tema. Uma das justificativas possivelmente, deve-se ao fato de que o trabalho de Mascaro (1960) delimitaria um posicionamento considerado consensual sobre o tema, polarizando os acontecimentos e os equívocos da ação política que geraria o ensino primário municipal, caracterizando o posicionamento dos principais jornais sobre a municipalização. Grande parte dos trabalhos citados utilizou o autor como referência para contextualizar o surgimento da rede municipal.

Porém, Mascaro era também uma voz política no tema, tendo um posicionamento prévio, alimentado por rigoroso trabalho acadêmico sobre administração escolar e uso dos recursos financeiros. A seguir será apresentada, de forma sintética, uma análise da produção de Carlos Correa Mascaro sobre a

descentralização do ensino e a origem da rede municipal paulista⁴⁰, destacando a formulação do autor como reação ao emergir do ensino primário municipal.

2.4. Carlos Correa Mascaro, voz recorrente no tema

A obra “O município de São Paulo e o Ensino Primário (Ensaio de Administração Escolar)”, fruto de monografia para Docência Livre na Cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada da FFCL da USP, em 1957, e publicada em livro em 1960, traz um balanço histórico do surgimento do ensino municipal. O autor analisa os recursos financeiros e a forma de aplicação administrativa, defendendo que a empreitada municipalista estaria sendo pouco compensatória. O trabalho era uma continuidade de suas pesquisas, que resultaram também nos trabalhos “Município e Ensino no Estado de São Paulo”, em 1958, tratando do caso da municipalização em outras cidades de São Paulo e o livro “Governo Estadual, orçamento e ensino”, em 1959.

O autor defende a racionalização das despesas públicas e critica a falta de planejamento, que seria prejudicial à educação em uma possível descentralização do ensino. Para Mascaro, caberia previamente às administrações municipais conhecerem a realidade social e identificarem os problemas que levariam ao melhor investimento dos recursos. Apresentando dados de diferentes locais, demonstra a falta de clareza no uso das verbas, que levariam algumas cidades a utilizarem o orçamento em áreas poucos afins aos assuntos pedagógicos. Assim, Carlos Correa Mascaro afirmaria ser prematura a iniciativa de municipalização:

De nossa parte, parece que mais argumentos encontramos para dizer que será ainda prematura qualquer transferência de responsabilidades de administração escolar aos municípios, antes que se tenha firmado entre as autoridades municipais a consciência esclarecida da importância e do papel da educação em geral, e da escola em particular, em nosso país. Antes que tenham sido aceitos e solidamente firmados alvos preferenciais numa escala nacional de prioridades que permita a execução de um plano nacional racional de educação. (MASCARO, 1958, p. 127).

O livro, ao qual dedicou um estudo minucioso do caso da capital, tem sido referência nos trabalhos que analisam a criação do ensino municipal paulistano. Na obra

⁴⁰ Almeida Júnior também publicaria, em 1959, o livro “E a Escola Primária?”. A obra tece críticas ao ensino municipal e a expansão do ensino secundário em detrimento da educação básica, que deveria ser a prioridade do Estado. Por delimitação da pesquisa, não abordaremos o trabalho do autor, focando a análise na obra de Mascaro.

o autor expõe o tema da municipalização precedida de uma introdução histórica, contextualizando o momento político-administrativo e tecendo críticas em torno dos fatos, à luz da Administração Escolar.

Uma das principais fontes para o estudo de Mascaro foram os jornais da capital, que, segundo o autor, atuaram de forma efervescente no assunto, noticiando e comentando as questões da municipalidade e da estruturação da rede escolar instalada. O tema teria despertado um “desusado interesse da imprensa, suscitando, mesmo, debates apaixonados e polêmicos, registrados dia a dia, nos mais conceituados matutinos e vespertinos de São Paulo” (MASCARO, 1960, p.11). Ainda sobre a participação da imprensa, diria que:

O agasalho concedido pela imprensa aos movimentos em torno de problemas escolares envolveu de certo modo e explicitou, pelo menos em parte, a opinião pública e a de profissionais do ensino, já que muitos jornalistas, que vêm debatendo pelos jornais tais problemas, provêm dos grupos militantes do magistério, titulares de cargos docentes ou de postos na administração do sistema escolar paulista. ((MASCARO, 1958, p.11).

Quanto à análise, alegaria estar fazendo um parecer distanciado, diferentemente das posições tomadas pelos grandes jornais da capital e seus interlocutores, militantes na causa educacional⁴¹:

Empenhamo-nos em colher sobre os assuntos tratados, de época mais recente, sem qualquer preferência por esta ou aquela posição, distanciando-nos da menor eiva de parcialidade, as notícias e comentários, as entrevistas, reportagens e editoriais estampados nos maiores jornais de São Paulo. Buscamos ouvir as mais autorizadas pessoas, capazes de nos dar valiosa contribuição para a abordagem dos vários aspectos do problema em foco, como participantes indiretos nos eventos, ou responsáveis diretos pelos acontecimentos. Na esperança de havê-lo conseguido e na expectativa de que nossos esforços possam ser úteis ao estudo e às práticas de Administração Escolar em nosso País foi que nos animamos a escrever o presente relatório pessoal em torno de um assunto a que se não pode negar importância no concerto dos problemas atuais de interesse público nesta Capital e neste Estado. (MASCARO, 1958, p. 11).

A disputa gerada em torno da criação de escolas, a partir de 1956, seria, segundo Mascaro, um caso novo, “fora do quadro e da influência das tradições herdadas,

⁴¹ Entre os educadores que se posicionaram com destaque no tema, havia, por exemplo, Anísio Teixeira, defensor da municipalização. Além disso, no caso em São Paulo, Mário Pinto Serva e Elisiário Rodrigues da Silva defendiam a atuação do município. Já Antonio Ferreira de Almeida Junior era contrário ao projeto. O primeiro autor a defender o tema com grande destaque seria o jurista João de Deus Cardoso de Melo, que publicaria o artigo “Municipalização do ensino primário”, um relatório que apresentara ao então ao governador Lucas Nogueira Garcez e que se tornara público nas páginas da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Ver Melo (1952).

fenômeno perfeitamente localizado no tempo e no espaço” (MASCARO, 1958, p. 11), que seria fruto de um interesse político das autoridades municipais pelas questões de ensino, que agiriam por conveniência e para garantir o empreguismo eleitoral para correligionários. O autor criticaria o discurso da municipalização construído na opinião pública como forma de solução dos problemas nacionais, sendo que, historicamente, a municipalidade tinha desinteresse pelo ensino em virtude da cultura política de mandonismo local, tornando a medida pouco eficaz.

Na obra, Mascaro rememora a surpresa que teria sido a decisão das autoridades municipais, visando a instalação de seu próprio sistema de ensino, sem racional planejamento e preparo prévio.

Os escritos foram desenvolvidos em 1958, antes da oficialização em legislação do sistema municipal, que seria em 1959. O autor traçaria uma tradição histórica de retraimento por parte dos poderes municipais de assumirem a função pública dos problemas locais, ancorados na presunção de que o Estado poderia empreender as questões do ensino.

A não ser na manutenção da Biblioteca, do Teatro Municipal e do Parque Infantil do Parque Pedro II, que marcavam a contribuição do município à obra de educação popular, nada mais havia. Nenhuma escola era mantida pelos cofres da comunidade, e nenhuma iniciativa era esperada de ação municipal nesse setor de interesse da comunidade. Algumas escolas, frutos de iniciativa privada recebiam auxílio pecuniário da municipalidade. Era só. Tudo quanto, na Capital, se realizava nos domínios do ensino público primário era obra do Estado. No interior, ao contrário, por paradoxal que possa aparecer, de longa data, muitas municipalidades vinham mantendo escolas primárias na zona urbana ou rural, como complemento do sistema estadual. Além de escolas primárias, havia as que mantinham estabelecimentos de ensino secundário, normal, industrial ou comercial. O município da Capital, porém, conservava-se alheio a iniciativa dessa índole (MASCARO, 1960, p. 59).

Sua tese dialogava com as produções da época que criticavam a cultura do mandonismo no sistema político⁴² e que, para ele, afetaria a questão do ensino na década de 1950 e a tendência do discurso de autonomia local, que começaria a ter corpo a partir de 1952, ano que retomariam as eleições para prefeito dos municípios.

Mascaro defenderia que a forma de consolidação do sistema de escolas primárias na Capital, dentro de um cenário de crescimento acelerado, constituiria um peso excessivo para os cofres locais. Além disso, a tradição histórica de repasse de

⁴² Em especial as obras “O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira”, de Maria Isaura Pereira de Queiroz, e “Coronelismo, enxada e voto”, de Victor Nunes Leal.

verbas para o Estado tornara o poder municipal desincumbido de competências fixas para um plano objetivo e organizado de expansão do ensino.

Para discorrer sua opinião, Mascaro apresentaria os fatos históricos até a criação da nova modalidade de oferta de ensino. Para tanto, retomaria as ações da Prefeitura em Educação, como o surgimento dos Parques Infantis, pelo Departamento Municipal de Cultura, e também o 1º Convênio, firmado em 14 de setembro de 1943, com pouca efetivação. Em 1949 seria assinado o 2º Convênio, este tendo ações planejadas e coordenadas por uma equipe constantemente elogiada pelo autor, e que teria à frente o Engenheiro José Amadei, figura a qual interviria no plano e que teria caracterizado um projeto estético e arquitetônico nas obras em parceria com o poder estadual.

Porém, o autor explicaria que o 2º Convênio⁴³ não atingiria os resultados almejados, pois os interesses do governo eram mais imediatistas que as possibilidades do plano traçado pela Comissão⁴⁴:

O crescimento populacional da Capital, por outro lado, assumia aspectos de tal modo imprevistos, que as autoridades se viam na contingência de abandonar estudos mais detidos para só cuidar da multiplicação de construções para instalação de novas escolas, inclusive junto a entidades particulares, aproveitando salas e outras dependências disponíveis para nela fazer funcionarem classes primárias de ensino gratuito, com professores nomeados e pagos pelos cofres estaduais. E ainda assim a situação continuava a afligir as autoridades competentes, longe o mal de ser completamente debelado. A cada início do ano letivo, repetia-se o confrangedor espetáculo da grita à frente das escolas, onde se postavam crianças e pais, diante de tabuletas afixadas com os clássicos e desanimadores dizeres: “NÃO HÁ VAGAS” (MASCARO, 1960, p.85).

O problema que a Comissão precisava enfrentar ganharia o coro da imprensa paulistana, que, ao longo da década, encontraria, segundo o autor “no fenômeno periódico da falta de vagas nas escolas primárias um alimento para manchetes as mais vibrantes e objetivas acerca da lamentável carência escolar” (MASCARO, 1960, p. 87). Dentro da pressão da falta de vagas, a contribuição do município ganharia, então, maior importância e vulto, gerando a política da construção de galpões escolares com verba

⁴³ Os trabalhos de Abreu (2007) e Caldeira (2005) dedicaram-se ao estudo das ações e resultados arquitetônicos dos Convênios. Além disso, a revista Habitat (1950-1965), organizada por nomes da arquitetura nacional, traria o debate das construções escolares e os modelos de escola projetados pelo Convênio Escolar.

⁴⁴ O jornal *O Estado de S. Paulo* apresentaria documentos, notas e informações sobre o Convênio Escolar nas edições de 21 de fevereiro de 1952, 27 de março de 1952, 7 de agosto de 1952, 6 de março de 1952, 8 de março de 1953, 14 de fevereiro de 1954, 03 de setembro de 1954, 18 de agosto de 1954, 19 de agosto de 1954, 29 de agosto de 1954, 31 de agosto de 1954, 9 de janeiro de 1955 e 17 de fevereiro de 1955. Por delimitação da pesquisa, não será tratado o tema Convênio Escolar, mas a proposta de municipalização do ensino.

destinada à construção de prédios. Além disso, vozes no legislativo acusariam a existência de recursos não aplicados por deficiências da Comissão, por desvio de verbas do Convênio para fins previstos em suas cláusulas.

Mascaro defenderia que vozes se levantavam por interesses nos recursos públicos, tendo em vista as eleições que se aproximavam. O debate dos problemas escolares começava a render interesse nas bases eleitorais. Assim, as construções escolares seriam fontes de prestígio e poderiam carrear votos aos postulantes a cargos de vereador e prefeito.

Com o desgaste público da Comissão, em virtude das acusações na imprensa e no legislativo, seria enfraquecida a continuidade do Convênio. Carlos Correa Mascaro sairia em defesa da probidade do engenheiro Amadei, responsável pelo projeto.

A crise resultaria na não efetivação do Terceiro Convênio, previsto para 1952, e geraria divergências entre os poderes e disputas no legislativo e no espaço da imprensa. O autor resumiria o momento:

As posições se definem com a formação de três grupos: o dos favoráveis à municipalização progressiva do ensino primário como estava sendo proposta, o partidário da manutenção dos termos do segundo convênio, pelo menos até que se regularizasse em definitivo o “déficit” de prédios, e o que pretendia não se firmasse qualquer acordo entre o Estado e o Município, ficando, este, livre para agir por conta própria. É o que se depende da documentação coligida. (MASCARO, 1960, p. 103).

Porém, para Mascaro, o principal entrave seria a eleição direta para prefeito, cessando o regime de nomeação então vigente. Assim, o entrosamento entre Estado e Prefeitura seria interrompido ao longo da década. Na administração do novo prefeito - Jânio Quadros -, em 1953, surgiriam as primeiras divergências e desacordos entre as partes. A autonomia local resultaria em interesses da municipalidade até então não predominantes:

As autoridades municipais vinham assistindo ao crescimento de suas rendas, de exercício para exercício. As quotas para ensino, cada vez mais vultosas, tornaram-se um excitante para as tendências autonomistas de muitos legisladores e administradores municipais. O vulto dos recursos, já havia dado margem a certos desvios lamentáveis e daria ainda a outros, no incentivo à preferência por construções não escolares, como Parques Infantis, Bibliotecas, Teatros, Planetário, Recantos Infantis, Conchas Acústicas e Piscinas Públicas, algumas obras dispendiosas, e, outras, mal localizadas, o que determinou o seu não aproveitamento, como é o caso das conchas acústicas e inúmeros recantos; ou a não conclusão, como é o caso da piscina pública da Mooca. Com tornar-se município rico, com renda superior à de grande número de Estados da Federação, São Paulo nesse argumento

encontrava justificativa para afirmar a capacidade de seu governo enfrentar e resolver por conta própria, os problemas de ensino em seu território, realizando obra mais aperfeiçoada que a do Estado. Ademais, diziam, impunha-se descentralizar a administração do ensino, municipalizando-a. (MASCARO, 1960, p. 105).

Em janeiro de 1955, Jânio Quadros seria eleito governador do Estado, abdicando do cargo municipal. Para o município, outro prefeito seria sagrado nas urnas em abril do mesmo ano – Juvenal Lino de Mattos (PSP). As alterações não viriam a mudar a situação, pelo contrário:

Se as relações entre o Governador cujo mandato findara a 31 de janeiro e o Prefeito eleito a 22 de março de 1953 não passavam de protocolarmente corteses, as do novo governador com o novo prefeito não lograram alcançar nem esse nível, por motivos que fogem ao nosso objetivo esclarecer. Por isso, não progredem os entendimentos na área fixada pelo Convênio ainda não ratificado pela Câmara de Vereadores. E em razão do trato menos amistoso entre as duas autoridades, protela-se na Câmara a solução do problema e passa o Prefeito a inculpar o Estado pelo mau estado de conservação dos prédios já entregues pela Prefeitura para a instalação de grupos escolares. A semente da cizânia, assim lançada, encontra terreno preparado e conduz aos resultados desejados pelos que não admitiam mais possibilidade de acordo entre o Estado e o Município, não sem um período de marchas e contramarchas habilmente aproveitado pelas autoridades municipais, empenhadas em tirar todo o proveito possível das mazelas do sistema estadual de escolas no município da Capital. (MASCARO, 1960, p.108-9).

Mascaro constrói, então, uma narrativa que colocaria o novo poder municipal constituído, primeiro com Jânio Quadros e, naquele momento, com Lino de Mattos à frente da Prefeitura, como forças emergentes que, oportunamente tentariam desestabilizar um acordo exitoso antes constituído com o Convênio Escolar. Seria o mesmo discurso que o jornalismo do *O Estado de S. Paulo* usaria em suas notícias e opiniões sobre o fato ao longo da década. Para o autor, os interesses político-partidários prevaleciam aos interesses do ensino, que sofreria com o comportamento nocivo dos homens públicos na superação abrupta da dependência municipal do executivo estadual e a tendência de autoafirmação dos políticos e legislativo vendo a vitrine educacional como chamariz ao povo.

Mascaro explicaria que, a partir de 1954, os acontecimentos estavam demonstrando que não tardaria a criação do ensino primário municipal, devido à rejeição do Convênio Escolar e o amadurecimento da ideia descentralizadora, diante do

previsto na Constituição Federal, em seu artigo 169⁴⁵. Com a nova conjuntura política, em 1955, o prefeito Lino de Mattos promulgaria a lei nº4850, dispondo a aplicação de verbas municipais para o ensino, passando então, após o período eleitoral, um momento de conflito político que se apresentaria na opinião pública, presididos por clientelas eleitorais em decorrência dos aplausos que poderiam suscitar dos grupos partidários, e em que seriam deixados de lado os servidores públicos da Comissão, comprometidos com a situação educacional.

O desentendimento no grupo escolar Julio Pestana, no bairro do Jaçanã, seria o estopim para a criação do primeiro grupo escolar municipal na capital, localizado no distrito do Tucuruvi⁴⁶. Ao mesmo tempo, o prefeito usaria a tribuna da imprensa para anunciar que o município criaria escolas nos bairros que se fizessem necessárias, garantindo matrícula de todas as crianças que precisassem.

No mesmo período, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura lançaria um plano de difusão do ensino, organizado pelo secretário João Accioli, mas o projeto não teria efetivação, pois o prefeito renunciaria ao cargo, e o titular, também um quadro do PSP, deixaria a pasta. O plano, porém, iria servir como referência para o decreto que criaria o ensino primário municipal. Em março de 1956, com a renúncia de Lino de Mattos do cargo de prefeito, retornando ao seu cargo de senador, ascenderia ao posto o substituto legal, o vice-prefeito, Wladimir Toledo Piza. O político passaria a seguir a mesma orientação de seu antecessor no tocante ao conflito com o Estado em torno do ensino na Capital. Como explica Mascaro:

Por essa ocasião, havia quase uma dezena de novos edifícios em fase de acabamento, e que se destinavam a grupos escolares do Estado, em substituição a velhos galpões. Pois devido à tensão reinante, a nenhum entendimento foi possível retornar para execução do plano anteriormente traçado nas linhas de colaboração do Convênio (MASCARO, 1960, p. 122).

Mascaro, crítico ao caminho de criação de escolas primárias e declínio do convênio, reprovava a atuação da imprensa pelos levantamentos demográficos imprecisos em seus noticiários sobre a falta de vagas na educação, criando a alarma que beneficiaria a atuação da prefeitura na criação de escolas:

⁴⁵ Artigo 169, da Constituição Federal de 1946, afirmaria que anualmente, a União aplicaria nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

⁴⁶ Atual EMEF João Ramos Pernambuco Abolicionista. Sobre a história da criação da primeira escola municipal da cidade de São Paulo, ver Romero (2016).

Ante a grita popular, e a celeuma da imprensa, a saída encontrada é a do aluguel de salas, a da aceitação das ofertas de instalações particulares, e do levantamento de galpões, a da criação de classes de emergência. Mas embora haja críticas generalizadas e as autoridades responsáveis lamentem, o recurso fácil para qual o Estado apela é o da instituição de um quarto período em maior número de grupos escolares na Capital, medida que o Secretário da Educação reconhece como um mal, mas o considera menor que o da superlotação das classes ou a recusa da admissão dos candidatos excedentes. Enquanto não houver edifícios suficientes, e a explicação, o governo julga de seu dever tratar da solução quantitativa, matriculando de qualquer modo quantos alunos pudesse, esquecendo-se do seu dever de criar e fazer funcionarem, na Capital, boas escolas. (MASCARO, 1960, p. 123).

O autor afirmaria também ser raro “o dia que a imprensa não aborde a questão e não incentive a mistura de problemas do ensino com disputas de caráter nitidamente político-partidário” (MASCARO, 1960, p. 123). Por fim, o ponto essencial na criação do ensino primário municipal em larga escala seria a indicação de Henrique Ricchetti⁴⁷ para o cargo de secretário:

Municipalizar o ensino primário seria a solução. É nomeado Secretário da Educação e Cultura do Município um professor primário, ex-deputado estadual e delegado de ensino aposentado, com toda sua carreira feita no ensino estadual e que se tornara municipalista ardoroso. Para melhor justificar o acerto da nova diretriz lembravam os seus preconizadores e defensores as vinculações dessa resolução com a de comum acordo aceita e constante do texto proposto na primeira redação do último convênio, no bojo da qual havia, em germe, o ensino primário municipal. Além disso, as possibilidades de êxito do empreendimento eram agora maiores, eis que já se haviam manifestado reiteradamente favoráveis à municipalização do ensino o sr. Ministro da Educação e Cultura, Prof. Clovis Salgado e o Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos o Prof Anísio Teixeira. A partir dessa época, os acontecimentos se sucedem com tal rapidez que seria impossível contê-los ou desviá-los dos rumos pré-traçados. Agora é só ir recolhendo, aqui e ali, nas páginas do jornal oficial, como no noticiário da imprensa, a documentação dos fatos que, na sua sucessão, resultaram na criação do ensino municipal da cidade de São Paulo. (MASCARO, 1960, p.124)

Sobre o novo titular da pasta da educação, a *Revista Magistério*, dirigida por Máximo de Moura Santos, dedicaria uma edição para homenageá-lo com um texto sob

⁴⁷ Segundo Romero (2015, p. 6), Henrique Ricchetti era formado pela Escola Normal de São Paulo, fora anteriormente diretor do Grupo Escolar de Lençóis Paulista, cidade vizinha a Bauru. Em meados da década de 1930 tornou-se autor de livros didáticos infantis para a Companhia Editora Nacional. Posteriormente, Henrique Ricchetti assumiu o cargo de Delegado de Ensino na capital, de Deputado Estadual pelo Partido Social Progressista e, em meados da década de 1950, sob o governo de Adhemar de Barros, foi designado Secretário da Educação e Cultura do Estado de São Paulo.

o título “O Professor e sua obra. Grandes Vultos da Educação”. Assim apresentaria o político:

Ocupou-se na carreira do magistério todos os cargos, desde o primeiro ao último, o de Delegado do Ensino. Não ressaltaremos que foi sempre trabalhador e amigo da classe, porque tais são, a nosso ver, os requisitos naturais de todos os que ocupam cargos no magistério.

Na sua vida acidentada, foi constituinte e depois deputado estadual. E nessa ocasião revelou-se um grande educador, e desarmou até seus possíveis desafetos, pois sem deixar sua natural modéstia, elevou muito alto o nome do magistério paulista.

Honrou e fez respeitado o diploma de professor.

Trabalhador infatigável, foi dos parlamentares mais brilhantes e, sem o menor favor, orador dos mais eloquentes daquela legislatura, em que abundavam valores reais de todos os setores de São Paulo. Sem perceber tornou-se o líder indiscutível da Assembleia em questões de Educação, a ponto de, com facilidade, levar seus pares de todos os partidos à rejeição de um veto do então Governador, aliás, chefe do partido em que militava o Prof. Richetti. (O professor e sua obra..., 1958, p.15).

Em seguida, o periódico apresentaria os projetos de lei que o deputado proporcionou na Assembleia Legislativa. Segundo a revista, “seria preciso um volume para analisar as leis do Prof. Ricchetti e suas lutas diárias pela classe” (O professor e sua obra..., 1958, p. 17). Já no período à frente do cargo na Prefeitura de São Paulo:

Depois, como Secretário de Educação e Cultura da Prefeitura, por escolha feliz do então Prefeito Wladimir Pizza, criou rapidamente o ensino municipal da Capital, com a nomeação de mil e quinhentos professores de salários elevados, tudo feito sem olhar a credos políticos, a cor ou raça dos nomeados.

Sua obra no futuro será consignada como o maior feito de coragem, em São Paulo, pela educação popular, depois da reforma de Cesário Mota.

O Prof. Richetti tem seu nome garantido desde já, na relação dos grandes educadores de São Paulo, ao lado de Gabriel Prestes, Caetano de Campos, Oscar Thompson, Sud Menucci e muitos outros. (O professor e sua obra..., 1958, p.16).

O legado do secretário à frente da gestão de Piza, evidenciado pela Revista, não teria a mesma projeção no jornal *O Estado de S. Paulo*, colocando o político sempre como um ex-funcionário público aposentado e legislador vinculado à política populista.

Os jornais divulgariam, com grande alarde, o esboço de decreto submetido ao prefeito de registro e apresentação da instituição do “Sistema Escolar Municipal”. Mascaro dividiu a imprensa paulistana em dois grupos, aqueles entusiastas dos fatos e outro mais crítico ao surgimento do ensino primário municipal:

A posição adotada pelas autoridades municipais surpreende e movimentou grande número de interessados e o assunto se torna tema obrigatório na imprensa, dividindo desde logo as opiniões dos que

sobre eles passam a se manifestar. O Correio Paulistano, Diário de São Paulo e Gazeta, tecem comentários encomiásticos, enquanto que as “Folhas” da Manhã e da Noite e “O Estado de São Paulo” criticam viva e vigorosamente a iniciativa municipal. (O professor e sua obra..., 1958, p. 128).

A crise entre os poderes faria que os jornais da capital atuassem de forma distinta dentro das circunstâncias e do posicionamento que teriam no tema. O jornal *O Estado de S. Paulo*, crítico do caminho municipalista, teve em sua cobertura, desde então, um posicionamento de apoio ao governo do Estado, na figura de seu secretário de educação, Vicente de Paula Lima (UDN).

A mesma imprensa, descontente com os acontecimentos, não deixaria de explorar a forma como foi idealizada a municipalização e os problemas detectados na cidade, como retirada de alunos das escolas estaduais, concorrência entre os dois sistemas, instalação de escolas em condições insalubres e não convenientes do ponto de vista higiênico e pedagógico, além dos contratos improvisados com professores, muitos sem diploma e desempregados, e outros tantos que acumulariam cargo no sistema estadual. Os problemas seriam apresentados pelos opositores do regime instalado pela Prefeitura, já no fim de 1956.

Com a nova eleição municipal e a vitória de Adhemar de Barros (PSP), que defenderia vagamente a manutenção do ensino administrado pela prefeitura, contra Prestes Maia (UDN), que defendia a extinção do ensino primário municipal e a volta dos convênios, começaria uma gestão, segundo Mascaro, “de geral confusão”, devido às ações dúbias na pasta de educação.

Seu secretário, Gofredo da Silva Teles, tomaria a providência de ordenar o levantamento do ensino primário na capital e encetar entendimentos com o Estado para a restauração do convênio escolar, atuando ao mesmo tempo na manutenção do ensino primário municipal e retorno do convênio. O ano de 1957 seria marcado pelo enfrentamento e conflitos dentro da Comissão estabelecida.

Por fim, na obra de Carlos Correa Mascaro, 1958, o último ano de análise do autor, seria marcado por sua própria atuação à frente do cargo de Diretor Geral do Departamento de Educação, no qual afirmaria que se reiniciariam os contatos, revisões e antigos entendimentos junto à Prefeitura. Assim explicaria sua atuação:

[...] pudemos seguir de perto os acontecimentos participando dos esforços realizados para o encontro de uma linha mútua de conveniência e prévio acordo entre o Estado e a Municipalidade da Capital. No início do ano, quando esses fatos se deram, o primeiro problema a enfrentar era o da demanda de matrícula nas unidades

escolares, estaduais e municipais. Embora houvesse, nas reuniões de delegados de ensino e chefes de serviço, promovidas no Departamento de Educação, quem preconizasse o retorno às disputas em torno de prédios e da extinção do ensino municipal ou sua comparação pelo Estado, conseguimos na presidência das reuniões que as discussões no momento se ativessem à simples distribuição, pelas escolas, da população infantil em idade escolar. Como fruto dessa orientação, foi possível evitar-se, no início do ano letivo, a disputa na imprensa e entre autoridades estaduais e municipais, em torno de crianças sem matrícula, embora pequeno “déficit” de lugares ainda fosse constatado agora não mais devido ao número de unidades de 40 alunos, mas à sua localização. Os jornais, porém, já noticiavam a criação de novas unidades, municipais ou estaduais, onde se fizessem necessárias; estampavam comunicados do Departamento de Educação noticiando o afastamento do “espírito de concorrência entre o ensino municipal e o Estado e o predomínio da tese da cooperação para solução do problema; informando que haviam sido realizadas “reuniões em todas as delegacias da Capital, de diretores de grupo escolar e o estudo da situação em cada caso”, destacando-se não haver qualquer disputa em torno de alunos, mas sim o empenho conjunto de dar, a todos, a escola que reclamam. Assim, onde não pudesse ser instalada uma escola estadual, seria instalada uma municipal e vice-versa. (MASCARO, 1960, p.154-5)

O autor apresentaria, então, um tom apaziguador em relação à concorrência dos dois sistemas, alertando uma atuação de contenção do conflito na opinião pública enquanto não se firmasse o novo convênio, esperado pelo poder estadual.

O livro terminaria o panorama histórico no final da gestão de Vicente de Paula Lima a frente da Secretaria Estadual, casado com a finalização da participação de Mascaro no cargo. O autor não apresentaria, dessa forma, outros fatos que levariam a radicalização da atuação de Adhemar na Prefeitura, oficializando o ensino primário municipal e, também, a expansão do sistema do ensino até o final da década.

Porém, a análise do autor, que pretendia ser técnica sobre a organização e planejamento do sistema de ensino, caminhará para uma análise política, de rejeição ao sistema municipal por ser constituído por figuras pouco comprometidas com a causa pública leitura similar à realizada pelo *O Estado de S. Paulo*, na década de 1950. O autor, atuante também nas comissões de convênio e na gestão de Jânio Quadros, era sujeito dos fatos narrados, tendo sua abordagem crítica ao ensino municipal enviesada dentro da lógica de manutenção do ensino estadual como único e, em alguns momentos, supervalorização da atuação da Comissão e dos resultados do convênio escolar.

A obra do autor é, até hoje, a principal fonte para os pesquisadores que analisam a origem do ensino primário municipal. Mascaro dedicou suas pesquisas à compreensão do custeio da administração escolar pelo poder público, mas, sua compreensão do fato,

levou a tomar posição de crítica à municipalização. Carlos Correa Mascaro afirmaria não ser contrário à proposta de descentralização do ensino, mas não confiaria nos homens públicos que estavam defendendo a política. O mesmo autor, na década de 1970, se renderia ao sucesso do ensino municipal paulistano e defenderia que o formato paulistano fosse referência para outras cidades.

Em audiência proferida na Câmara Municipal de São Paulo dentro da Semana de Estudos sobre Implantação do Ensino de 1º e 2º graus na Área Metropolitana de São Paulo, Mascaro defenderia a tese de expansão do sistema municipal, tendo a capital como ponto central para as demais cidades. Assim, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicaria o pensamento do autor, na edição do dia 21 de outubro de 1971:

Mas, a tarefa da municipalização do ensino exige - disse o conferencista - um reexame da própria organização municipal brasileira, “que é uma das preocupações do atual governo”. Mesmo assim, o professor Mascaro acredita que é possível tentar em São Paulo um ensaio de municipalização do ensino “a partir da municipalização integral do ensino de primeiro grau”. Em sua opinião, o município de São Paulo “tem condições financeira e técnica para administrar um sistema de ensino de dimensões reclamadas por uma grande metrópole”. (Pedida maior ação municipal, OESP, 20 de outubro de 1971, p. 11).

Além do autor, outras vozes são fundamentais para compreender a história do ensino municipal paulistano. Será apresentada a análise de Almeida Ferreira de Almeida Júnior, outro intelectual que analisou o tema em seus escritos e, também, alguns depoimentos e memórias de personagens envolvidos no fato apresentado, como complementação das fontes utilizadas.

2.5. A criação do ensino primário municipal na cobertura da imprensa paulista

O ano de 1956 representa uma nova guinada no jornalismo da publicação em nas pautas educacionais. O processo de expansão da oferta de vagas, ou os necessários improvisos para atendimento de novas demandas, acarretaram em um efervescente debate público dos temas educacionais e nas ações das políticas públicas municipais e estaduais.

Não por acaso, neste mesmo ano, ganha corpo a criação do ensino municipal paulistano, a partir de conflitos dentro do cenário político. Com a renúncia de Jânio Quadros e Porfírio da Paz que eram, respectivamente, prefeito e vice-prefeito da capital, foram realizadas eleições extraordinárias, em maio de 1955, na qual saíram eleitos como

prefeito Juvenal Lino de Mattos (PSP) e Vladimir de Toledo Piza (PTB), como vice-prefeito.

Nesta nova conjuntura, o partido de Adhemar de Barros e a base partidária trabalhista conquistavam o comando da prefeitura de São Paulo. O novo governador, inimigo de ambos, entra em conflito com a prefeitura, denunciando que Lino de Mattos acumulara cargos de forma irregular, por estar exercendo o posto de Senador da República. Em abril de 1956, Lino de Mattos renunciou ao cargo, em razão do parecer contrário à acumulação dos dois mandatos, emitido pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, tendo sido substituído pelo vice-prefeito, Vladimir de Toledo Piza, e tendo voltado a cumprir o mandato no legislativo.

No início do ano, em 20 de janeiro de 1956, o OESP publica matéria apontando que 22 mil crianças estavam sem matrículas garantidas e que, como aponta a manchete da notícia: “Deverá ser Resolvido em Grande Parte o Problema do Ensino Primário na Capital”. Segundo o texto, medidas públicas estavam sendo tomadas pela gestão estadual, com a inauguração de 10 novos grupos escolares e mais 626 unidades escolares a serem entregues à população. Assim comunicou o matutino:

Com a aproximação da abertura das matrículas aos cursos primários, surgiram as costumeiras apreensões quanto ao número de crianças que não conseguiriam matrícula por falta de vagas nos grupos escolares, fato que se repete sistematicamente todos os anos. O secretário da Educação, sr. Vicente de Paula Lima, procurando sanar essa falha que tanto prejuízo tem causado à população, fez realizar, preliminarmente, um estudo da situação real do ensino primário e, posteriormente, pôs em prática um plano para resolver de maneira eficiente e rápida o problema. (Deverá ser Resolvido em Grande Parte. OESP. 20 de janeiro de 1956, p.7).

O jornal apresentou a situação encontrada em 1955: as primeiras medidas, tomadas ainda na gestão da secretária que antecedeu Paula Lima, D. Carolina Ribeiro, e os trabalhos do atual secretário, transformando as escolas improvisadas em estáveis, melhorando o aparelhamento, nomeando diretores e professores, na medida do possível, segundo a reportagem. O jornal também trouxe a tratativa do secretário com a Prefeitura da Capital, buscando um acordo de cooperação:

A Secretaria da Educação, dirigiu-se também à Prefeitura, que entregou 64 galpões de madeira para a instalação de novas unidades escolares necessárias em certos núcleos da Capital. Os galpões prometidos terão em média duas classes e, funcionando em dois períodos diários, representarão 240 novas unidades. A Prefeitura assegurou que entregará esses galpões até 15 de fevereiro, quando serão iniciadas as aulas e, assim, nos novos locais, serão instaladas mais dez mil crianças, cobrindo o “déficit” de 6 mil existentes no ano

findo, com a sobra de 4 mil, o que permitiria enfrentar, com vantagem, o número dos menores que atingiram a idade escolar este ano. (Deverá ser Resolvido em Grande Parte. OESP. 20 de janeiro de 1956, p.7).

Os galpões foram cedidos pela Prefeitura mediante verba destinada ao ensino e à construção pela Comissão de Construções Escolares, o que garantiria a conclusão de todas as unidades no prazo fixado. O jornal voltaria a trazer um balanço das ações da Secretaria Estadual de Educação no dia 11 de fevereiro de 1956, na seção *Instrução Pública e Educação*. Na notícia, é apresentado levantamento oficial de 202.500 matrículas em escolas da Capital. Já no dia 16 de fevereiro, na mesma seção, é elencado que ainda faltavam 2500 crianças serem matriculadas por falta de vagas e de esforços do governo para a criação de novas classes e grupos escolares, a dependerem do apoio da Prefeitura da Capital.

Na seção *Instrução Pública e Educação* é recorrente, nesse período, a participação do órgão oficial do Estado dando respostas perante aos informativos do jornal com as medidas em andamento. O exemplar do dia 18 de fevereiro de 1956 é elucidativo nesta tendência. Com o subtítulo “O problema das matrículas na Capital”, o jornal abre espaço para declaração de Vicente de Paula Lima:

O problema das matrículas na Capital poderia ser, em certo sentido, colocado em termos de identidade com águas que estão sofrendo processo de agitação, mas que tendem a retomar o seu leito normal. É natural que na abertura das aulas se verifique a agitação que está ocorrendo, fruto do compreensível desejo e da preocupação dos pais em assegurar lugar para os seus filhos nas escolas primárias. De outra parte, ainda estamos recebendo nestes dias prédios e galpões dos que figuram no termo de entrega da Prefeitura. Conseqüentemente, só agora estão sendo mobiliados. Acresce que nas escolas isoladas da Capital, as matrículas só se fazem efetivamente a partir do dia 16 do corrente mês. Essas razões todas nos levam a afirmar que, passada essa fase inicial de trabalho, a população escolar da Capital refluirá, digamos assim, ao seu leito natural, e até o fim do mês acredito que o problema se evidenciará em termos de perfeita normalidade. (O problema das matrículas na Capital. OESP. 18 de fevereiro de 1956, p.2).

O jornal, que nos anos anteriores pouco problematizou o problema da falta de vagas em escolas primárias, deu projeção ao tema com uma perspectiva otimista, na qual o secretário estaria enfrentando a calamidade encontrada com medidas necessárias. No dia 21 de janeiro, com a manchete “Plano para melhorar a situação do ensino primário no Interior”, o impresso apresenta um trabalho idêntico ao desenvolvido na Capital e que seria realizado no interior de São Paulo.

Outro espaço que também desenvolveria o debate relativo ao formato da expansão do ensino na Capital seria a seção *Notícias Diversas*. No dia 18 de fevereiro, o espaço publica o texto “Sexto Ano Primário”, no qual afirma que se estaria vivendo uma triste situação de crianças sem escola ou, ainda classes com funcionamento precário e regime de três horas em três períodos de atendimento, chegando a proposta de se abrirem quatro períodos de duas horas e meia de aula. Dentro do apresentado, a seção pondera a responsabilidade do atual secretário:

Não criticamos os que nos últimos tempos, tomaram a responsabilidade de dirigir os negócios da educação da infância em São Paulo. Ao contrário, conseguiram eles, em pouco tempo, minorar uma situação verdadeiramente aflitiva, logrando quase milagrosamente o número de vagas nos estabelecimentos oficiais. Nosso protesto é mais amplo, recua no tempo, retrocede até a época em que, em vez de cuidar desse problema fundamental para a Nação, os agentes do poder público preferiam desdobrar os períodos escolares, num saque contra o futuro, à custa do sacrifício das crianças que lhes eram confiadas. (Sexto Ano Primário. OESP. 18 de fevereiro de 1956, p. 12).

E continua o artigo de opinião:

A escola de primeiro grau decaiu tanto que se tornou necessária a criação de um quinto ano, que corresponde ao curso especial de admissão, para que os alunos possam ingressar no ginásio. Milhares de crianças abandonam os estudos e se encaminham para a vida sem encanto nem perspectiva, do trabalho prematuro, porque não podem aguardar tão longo tempo para prosseguimento de seus preparatórios. Agora, com o tresdobramento das aulas em duzentos grupos escolares, seremos obrigados a instituir um sexto ano primário, para que o tempo perdido hoje seja compensado amanhã. (Sexto Ano Primário. OESP. 18 de fevereiro de 1956, p. 12).

O texto opinativo termina exigindo uma pronta solução por parte das autoridades para que fosse evitada uma calamidade contra o ensino e contra milhares de famílias e crianças.

O tema reapareceria no editorial, publicado no dia 6 de maio de 1956, com o título “Escola de três horas”. Citando Antonio de Almeida Junior e Carlos Correa Mascaro, o jornal denunciou os inconvenientes do chamado regime de “tresdobramento” e sugere um plano por parte do governo que não consolidasse esse “simulacro de escolas”, nas palavras de Almeida Junior (Escolas de três horas. OESP. 6 de maio de 1956, p.3).

Outro fato que ganharia destaque no jornal seria o *I Congresso Estadual de Educação*, organizado pelo secretário Paula Lima. A Comissão Diretora e Executiva para o evento ficou constituída por nomes representativos, à escolha do governo⁴⁸.

O jornal traria, nos meses subsequentes, destaque à organização do evento, bem como a cobertura em loco das teses apresentadas no Congresso. No encerramento, apresentaria em destaque a presença de Vicente de Paula Lima e o seu discurso.

Figura 4 - “I Congresso de Educação”: Reportagem publicada no jornal O Estado de S. Paulo



Fonte: (Encerrou-se domingo..., O Estado de S. Paulo, 1956, p. 14).

Acervo: Acervo Estadão online. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>>. Acessado em: 25 de julho de 2018.

No dia 4 de fevereiro, entra à tona no jornal o problema que se instauraria na relação entre Estado e Prefeitura. Sob o título “Estado e Prefeitura não chegaram a acordo sobre os prédios escolares”, o jornal noticia a ausência do governo estadual no ato de cessão de prédios e galpões construídos pela municipalidade e apresenta as razões do Departamento de Educação. Não se realizou o evento que estava marcado para acontecer na Biblioteca Municipal, conforme determinação para a assinatura do convênio de entrega de 70 novas unidades escolares, sendo 58 galpões e 12 prédios.

⁴⁸ A composição do I Congresso Estadual de Educação foi organizada com a Comissão Diretora: Antonio Ferreira de Almeida Junior, presidente; Sólon Borges dos Reis, Carlos Correa Mascaro, Luiz Damasco Pena, Antonio D’Ávila, Joaquim Silverio Gomes dos Reis e Rosalvo Fiorentino de Souza. Comissão Executiva: Eliziário Rodrigues de Souza, presidente; Nelson Cunha Azevedo, José de Souza Magalhães, Geraldo Ferreira Cintra, Otacílio Alves de Almeida, Rubem Cláudio Moreira e Dante Guazelli. (OESP, 22 de fevereiro de 1956, p. 5).

O prefeito da capital, Juvenal Lino de Mattos, abriu a sessão do evento confessando-se desapontado com o ocorrido. O jornal *O Estado de S. Paulo* deu espaço ao secretário estadual para esclarecer a ausência. Segundo Vicente de Paula Lima, as condições estipuladas para a parceria não foram acordadas. Sobre o assunto falaria ao jornal o Diretor Geral do Departamento de Educação, Sólon Borges dos Reis, que afirmou que sua ausência na cerimônia foi determinada pelo próprio titular da pasta, que não havia considerado conveniente para o Estado as condições estipuladas pela Prefeitura. Esclarecendo as razões determinantes da resolução afirmou o secretário:

Somente ontem à noite tomamos conhecimento do que as unidades que seriam entregues pela Prefeitura são as mesmas que há muito tempo já possuímos e não os 58 galpões e 12 prédios novos que nos haviam prometido. Não fosse isso, eu teria ido auspiciosamente recebe-las no ato solene de ontem, apesar de certas exigências absurdas estipuladas, como, por exemplo, o fato de mandar retirar todo o material dos grupos escolares que iriam ser entregues, dos quais já haviam os diretores passado recibo. [...] Seria um temo inútil o de ontem, porque todas aquelas escolas já estão relacionadas e não deixarão de funcionar. (Estado e Prefeitura não chegaram a acordo... OESP. 4 de fevereiro de 1956, p. 7).

Na mesma edição, o jornal apresenta também o caso do Grupo Escolar Júlio Pestana, no bairro do Jaçanã, que culminaria no conflito que geraria a municipalização da educação em São Paulo. Segundo o jornal, uma numerosa comissão de moradores do distrito esteve no gabinete do governador do Estado a fim de protestar contra a municipalidade que havia retirado o material escolar do Grupo. A comissão expôs como ocorreram os fatos e as declarações do vereador Agenor Lino de Mattos, que esteve no local e afirmou que haviam sido retirados os móveis e material escolar do estabelecimento por ordem da Prefeitura em razão de uma intimação do governo do Estado que alegara serem os materiais antipedagógicos. Na edição, é apresentada a nota de esclarecimento do caso, por parte da Secretaria Estadual de Educação:

Ainda no decorrer do segundo semestre do ano passado, a Prefeitura enviou para o prédio novo do referido estabelecimento uma grande quantidade de material escolar, que foi recebido, contra recibo escrito, pelo seu diretor, prof. Nestor Pereira Eboli, conforme relações em 2ª via, rubricadas pelo sr. Fernando Fleury, encarregado do Serviço de Almoxarifado da Prefeitura, em poder da Secretaria. Nos dias 31 de janeiro e 1º do corrente, precisamente quando a Secretaria procurava manter entendimentos com a Prefeitura, na forma ora exposta, caminhões da Prefeitura foram ao prédio, caminhões da Prefeitura foram ao prédio do grupo e de lá começaram a retirar material. Ante a intervenção e os apelos do diretor, essa retirada interrompeu-se por breve tempo. Mas, na noite de 2 para 3 do corrente, mediante arrombamento das portas, cujas chaves já haviam sido entregues ao diretor do estabelecimento, foi retirada outra grande parte do material.

Esses fatos foram acompanhados por uma grande parte da população do bairro e largamente noticiados pela imprensa. E o arrombamento das portas do edifício foi comprovado por perícia levada a efeito pela Polícia Técnica de São Paulo. É o que nos cabe informar, com toda a serenidade e objetividade, à opinião pública de São Paulo. (Estado e Prefeitura não chegaram a acordo... OESP. 4 de fevereiro de 1956, p. 7).

A polêmica teria continuidade no dia 7 de fevereiro, com carta enviada pelo prefeito ao chefe do executivo Estadual. O então prefeito Lino de Mattos alegou no documento não ser verdade que a Prefeitura se recusara a entregar cerca de 80 galpões e 12 grupos escolares ao governo do Estado. Disse o prefeito que o Estado se recusou a receber os referidos estabelecimentos de ensino, não comparecendo na posse. E que a Prefeitura, paulatinamente iria tomar conta do ensino primário na Capital. Na carta apresenta seu posicionamento:

É oportuno registrar-se que v.exa. quando exerceu o cargo de prefeito desta Capital, preferiu construir piscinas, conchas acústicas, parques, recantos e bibliotecas infantis, provando, dessa maneira, ao então governador, sr. Lucas Garcez, que não havia aquela obrigação. Convém registrar-se, também, que a maior parte das construções feitas por v.exa. foi abandonada, representando gasto enorme, cabendo a v.exa. em consequência dessa orientação, muita culpa pela falta de salas de aulas que hoje provoca tanto clamor público [...] estão concluídos dozes lindos grupos escolares e, em fase final, oitenta galpões. Alguns são edifícios majestosos. Custaram algumas dezenas de milhões de cruzeiros. A fim de apressar o término dessas obras, solicitei dinheiro emprestado ao governo de v.exa. Não fui atendido. Nem um centavo consegui. Anteriormente, já havia v. exa. por intermédio do ministro da Fazenda, sr. José Maria Whitaker, conseguindo que a Caixa Econômica Federal não atendesse a Prefeitura para atender a v.exa.m com um empréstimo de 240 milhões de cruzeiros. Nada disso influiu em meu espírito. Prossegui nas construções escolares. Não considerei nessa minha atuação os numerosos agravos pessoais de que venho sendo vítima por parte de v.exa. Os 12 grupos escolares e os 80 galpões estão, praticamente, concluídos. Houve um desentendimento quanto à assinatura do termo de recebimento por parte do governo do governo de v.exa. Pretendi cumprir a lei que exige essa providência. Dividi o trabalho em duas etapas. Primeiro, em prédios já em poder do Estado, cuja situação deve ser regularizada junto à Prefeitura, e depois em prédios novos. Houve recusa por parte do governo de v.exa. no instante de se executar a primeira parte do acordo. Enquanto isso, o diretor do grupo escolar do Jaçanã já se dizia de posse do prédio, não permitindo à Prefeitura, dona do edifício e dos móveis, entrasse ali para ver o que lhe pertencia. O exame comparativo da atitude do diretor daquele grupo escolar com a ausência do governo do Estado na assinatura do termo de entrega dos imóveis e móveis, seguido do noticiário de imprensa, não deixa dúvida quanto à intenção do governo de v.exa. (A entrega de grupos e galpões... OESP. 7 de fevereiro de 1956, p. 14).

O prefeito concluiu dizendo aguardar uma comunicação do governador para receber a entrega, mediante a assinatura do termo próprio das construções escolares, com exceção do prédio do Jaçanã, no qual a Prefeitura fará funcionar o Grupo Municipal do Ensino Primário, recém-criado pela Municipalidade. Por sua vez o governador encaminhou ofício ao secretário da Educação, solicitando que fosse marcado um dia e para recebimento das unidades escolares. Vicente de Paula Lima, por sua vez, designou o diretor do Departamento da Educação, Sólton Borges dos Reis para representar a secretaria nos atos relativos à cessão das mencionadas unidades.

Em abril o tema volta a ser destaque em *Notícias Diversas* com o título “Criação de unidades escolares pela Prefeitura de São Paulo”. O plano elaborado projetava o funcionamento de 60 classes, 20 cursos vocacionais e a admissão de 100 professores primários. Antes de apresentar o anteprojeto de lei, o jornal explica:

Elaborado pela Secretaria de Educação e Cultura da Municipalidade, foi enviado ao prefeito Lino de Matos um anteprojeto de lei, com o objetivo de organizar o sistema de educação primária do Município de São Paulo. Nota-se, assim, que a Prefeitura pretende ir além de medidas supletivas nessa questão de ensino, isto é, de se limitar a socorrer o governo do Estado com construção de grupos e galpões escolares para que este possa cobrir os “déficits” de classes que todo ano surgem por ocasião das matrículas. Uma lei nesse sentido, aliás, seria o segundo passo dado pelo Município com o intuito de colaborar ativamente, no setor do ensino pré-primário, primário e de adultos, pois, ainda há pouco tempo, de um grupo de edifícios construídos pelo Estado, o governo municipal guardou para si o prédio destinado ao G.E. do Jaçanã a fim de transformá-lo em unidade educativa experimental sob a orientação da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de S. Paulo. (Criação de unidades escolares... OESP. 1 de abril de 1956, p. 12).

Na edição de 25 de julho de 1956, dentro do clima de dissidência da Prefeitura com o Governo do Estado em relação ao investimento do ensino, o secretário Vicente de Paula Lima torna pública carta enviada ao secretário de Educação e Cultura da Municipalidade, Henrique Ricchetti. O documento foi publicado na íntegra pelo jornal, na seção *Instrução Pública e Educação*.

Na carta, em tom conciliatório, Paula Lima não se diz contrário à municipalização, mas alega ser premeditada a proposta, pela falta de planejamento prévio e estudos que garantissem a viabilização da política de forma imediata. Henrique Ricchetti declarara na imprensa constantemente o posicionamento do município e garantia a viabilidade da empreitada. Paula Lima busca, no documento, sugerir que a

prefeitura decline da proposta, citando trechos do pronunciamento do secretário municipal, propondo então:

[...] um convite ao reexame do assunto, para o regresso a velha fórmula que tão bem já funcionou, entre o Estado e o Município, em outros tempos, este dando o prédio, aquele dando a professora, fórmula que aplicada com a boa vontade, o empenho e o entusiasmo que tão nobre causa merece, nos permitirá assegurar, no início de cada ano letivo, boas escolas para todas as crianças desta grande Capital, que é, em última análise, o que v. exa. por certo deseja, o que desejo eu, o que desejam o senhor governador, o senhor prefeito, e todos quantos amam esta cidade. (Os problemas do ensino primário em São Paulo. OESP. 25 de julho de 1956).

O fato irreversível teria sua consumação no dia 2 de agosto de 1956, com a assinatura do decreto nº 3.185, que criaria oficialmente os dispositivos para a consolidação do ensino municipal da capital paulista.

O jornal *O Estado de S. Paulo* deu cobertura discreta ao emblemático evento de oficialização do ensino primário municipal. Em uma pequena nota, na edição do dia 3 de agosto de 1956, o jornal comunicava: “Assinado o decreto criando o ensino primário municipal”, sem dar nome às autoridades presentes, apenas informara que seria inaugurado no dia 25 de janeiro de 1957 e que o plano consistia em inaugurar 30 Grupos Escolares financiados pela Prefeitura.

Figura 5 - “Assinado o decreto criando o ensino primário municipal”: Reportagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*



Fonte: (Assinado o decreto..., *O Estado de S. Paulo*, 1956, p. 10).

Acervo: Acervo Estadão online. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>>. Acessado em: 25 de julho de 2018.

Comparado aos demais jornais da capital paulista, é evidente o pouco caso da cobertura do OESP para o fato. Por ter uma política contrária ao governo municipal de

Wladimir de Toledo Piza, por ser aliado do secretário estadual udenista e por defender a manutenção da educação pública centralizada pelo governo do Estado de São Paulo, o jornal diminuiu o fato histórico em suas páginas, como pode ser verificado na página que foi publicada a nota.

Figura 6 - Reportagem publicada no jornal O Estado de S. Paulo sobre a criação do ensino municipal

Do governo, grupo de pessoas que compareceram à reunião de ontem, nesta foto. Desenvolvem-se os trabalhos do Curso de Informação Agrícola

Desenvolvem-se os trabalhos do Curso de Informação Agrícola

Visita à redação e oficinas de "O Estado de S. Paulo"

Programa com regularidade a visita do curso de Informação Agrícola ao Estado de S. Paulo, sob a direção do jornalista Agostinho de Azevedo, diretor do curso. O curso, que tem como objetivo promover a difusão da cultura agrícola e a melhoria das condições de vida dos produtores rurais, realizou nesta semana uma visita à redação e às oficinas de "O Estado de S. Paulo".

Na ocasião, os alunos foram recebidos pelo diretor de Redação, Sr. Agostinho de Azevedo, e pelo chefe de Redação, Sr. João de Deus. Durante a visita, os alunos tiveram acesso às instalações da redação e às oficinas de impressão, onde foram mostrados os processos de produção do jornal.

Após a visita, os alunos participaram de uma reunião com o diretor de Redação, onde foram discutidos os aspectos pedagógicos do curso e as possibilidades de colaboração entre o curso e o jornal.

Estabelecido novo plano de combate à paralisia infantil

Do relatório publicado no Conselho de Higiene Municipal, em 1956, sobre a situação da paralisia infantil no Estado de S. Paulo, resulta a adoção de um novo plano de combate à doença. O plano prevê a realização de campanhas de vacinação em massa, a melhoria das condições de higiene pública e a adoção de medidas profiláticas em estabelecimentos públicos e privados.

De acordo com o relatório, a paralisia infantil continua sendo uma das principais causas de incapacidade física e morte infantil no Estado de S. Paulo. Para combater a doença, o Conselho de Higiene Municipal recomendou a adoção de um plano de combate que envolva a população em geral.

Um caso de polícia

Em São Paulo, um cidadão foi acusado de roubar um veículo de uma loja de departamentos. O caso foi encaminhado para o Departamento de Polícia, que está realizando uma investigação para identificar o autor do crime.

O veículo roubado era um automóvel de luxo, e o roubo ocorreu durante a noite. O proprietário do veículo denunciou o crime à polícia imediatamente após a descoberta da falta do carro.

Adida a pauta do ministro da Fazenda

Foi adida para a próxima semana a reunião do Conselho de Ministros para discutir a pauta do ministro da Fazenda. A reunião será realizada no dia 15 de agosto, e terá como pauta principal a discussão das medidas econômicas a serem adotadas pelo governo.

O ministro da Fazenda, Sr. Adolpho Lutz, deverá apresentar ao Conselho de Ministros um relatório sobre a situação econômica do país e as medidas que estão sendo tomadas para enfrentar os desafios da economia.

Será eleito novo representante do interior no C.E.E.E.

Terminando os trabalhos do Conselho Estadual de Educação, foi eleito o novo representante do interior no Conselho. O eleito é Sr. João de Deus, que será responsável por representar os interesses dos produtores rurais e dos estudantes do interior do Estado de S. Paulo.

O Conselho Estadual de Educação é o órgão máximo de administração da educação no Estado de S. Paulo, e tem como objetivo promover a melhoria da qualidade do ensino e a expansão do acesso à educação para todos os cidadãos.

Será instalado hoje o Congresso Catequético Nacional

AGENDA DO CURSISTA

Instalação do Congresso Catequético Nacional, que será realizado no dia 14 de agosto, em São Paulo. O congresso terá como objetivo discutir as atividades catequéticas e promover a formação dos catequistas.

O Congresso Catequético Nacional é um evento importante para a Igreja Católica no Brasil, e reúne representantes de todas as regiões do país para discutir as atividades catequéticas e promover a formação dos catequistas.

Assinado o decreto criando o ensino primário municipal

O governador assinou o decreto que cria o ensino primário municipal no Estado de S. Paulo. O decreto estabelece que os municípios poderão criar e manter escolas primárias, desde que tenham condições financeiras e técnicas para isso.

A criação do ensino primário municipal é uma medida importante para a descentralização da educação e para a melhoria da qualidade do ensino no interior do Estado de S. Paulo.

Construção de casas populares

Construção de casas populares para atender a demanda habitacional em São Paulo. O projeto prevê a construção de milhares de unidades habitacionais em áreas periféricas da cidade.

A construção de casas populares é uma medida importante para a melhoria das condições de vida da população de baixa renda em São Paulo. O projeto prevê a construção de milhares de unidades habitacionais em áreas periféricas da cidade.

Hoje nova reunião da Campanha das Torres

Realização de uma reunião para discutir a campanha das Torres. A reunião será realizada no dia 14 de agosto, em São Paulo, e terá como objetivo discutir as atividades da campanha e promover a participação da população.

A Campanha das Torres é uma iniciativa importante para a melhoria das condições de vida da população em áreas periféricas de São Paulo. A reunião será realizada no dia 14 de agosto, em São Paulo, e terá como objetivo discutir as atividades da campanha e promover a participação da população.

Assinado o decreto criando o ensino primário municipal

O governador assinou o decreto que cria o ensino primário municipal no Estado de S. Paulo. O decreto estabelece que os municípios poderão criar e manter escolas primárias, desde que tenham condições financeiras e técnicas para isso.

A criação do ensino primário municipal é uma medida importante para a descentralização da educação e para a melhoria da qualidade do ensino no interior do Estado de S. Paulo.

Como Funciona o Nosso Sistema Nervoso

Ilustração explicativa sobre o funcionamento do sistema nervoso humano. O sistema nervoso é responsável por controlar e coordenar todas as atividades do corpo, desde os movimentos mais simples até as funções mais complexas.

O sistema nervoso é composto por milhões de células nervosas que se comunicam entre si através de impulsos elétricos. Essas células nervosas são responsáveis por controlar e coordenar todas as atividades do corpo, desde os movimentos mais simples até as funções mais complexas.

Hoje nova reunião da Campanha das Torres

Realização de uma reunião para discutir a campanha das Torres. A reunião será realizada no dia 14 de agosto, em São Paulo, e terá como objetivo discutir as atividades da campanha e promover a participação da população.

A Campanha das Torres é uma iniciativa importante para a melhoria das condições de vida da população em áreas periféricas de São Paulo. A reunião será realizada no dia 14 de agosto, em São Paulo, e terá como objetivo discutir as atividades da campanha e promover a participação da população.

Assinado o decreto criando o ensino primário municipal

O governador assinou o decreto que cria o ensino primário municipal no Estado de S. Paulo. O decreto estabelece que os municípios poderão criar e manter escolas primárias, desde que tenham condições financeiras e técnicas para isso.

A criação do ensino primário municipal é uma medida importante para a descentralização da educação e para a melhoria da qualidade do ensino no interior do Estado de S. Paulo.

EVEREADY

BATERIAS - LANTERNAS - LÂMPADAS

Compre EVEREADY e economize, melhor! Vale a sua compra!!

PRODUTOS NATIONAL CARBON

Fonte: (Assinado o decreto..., O Estado de S. Paulo, 1956, p. 10).
 Acervo: Acervo Estadão online. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acessado em: 25 de julho de 2018.

As "Folhas" também tiveram um posicionamento crítico ao ensino primário municipal, lançando diferentes editoriais contrários à proposta. Mas, no lançamento do novo sistema de ensino primário, deram destaque em suas páginas.

Figura 7 - "Assinado ontem o decreto que institui o sistema municipal de ensino primário": Reportagem publicada no jornal Folha da Manhã

ENSINO E MAGISTERIO

ASSINADO ONTEM O DECRETO QUE INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO PRIMARIO

O ato revestiu-se de solenidade e foi realizado no salão nobre da Biblioteca Municipal — Texto do decreto — Aula inaugural na Escola Normal Rural de Piracicaba

O prefeito Vladimir de Toledo Pinheiro assinou, em solenidade realizada no salão nobre da Biblioteca Municipal, o decreto que cria o ensino primário municipal, de acordo com o que recomendou a lei de 1935 do Conselho Federal de Educação, segundo a qual as municipalidades que não tenham condições para a manutenção do ensino primário municipal, poderão ser mantidas pelo Estado.

O DECRETO

Art. 1º — O ensino primário municipal, segundo o disposto no Decreto-Lei de 20 de julho de 1935, do Conselho Federal de Educação, será mantido pelo Estado, quando a municipalidade não tiver condições para a manutenção do ensino primário municipal.

Art. 2º — A administração do ensino primário municipal será exercida pelo Conselho Municipal de Educação, criado para este fim.

Art. 3º — O Conselho Municipal de Educação será composto de representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e da comunidade em geral.

Art. 4º — O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte composição: um representante do Prefeito Municipal, um representante do Presidente da Câmara Municipal e um representante da comunidade em geral.

Art. 5º — O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte atribuição: estudar e propor o plano de ensino primário municipal, de acordo com o disposto no Decreto-Lei de 20 de julho de 1935.

Art. 6º — O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte competência: acompanhar a execução do plano de ensino primário municipal e emitir pareceres sobre o assunto.

Art. 7º — O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte sede: na Prefeitura Municipal.

Art. 8º — O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte duração: por um período de dois anos, renovando-se anualmente.

Art. 9º — O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte competência: estudar e propor o plano de ensino primário municipal, de acordo com o disposto no Decreto-Lei de 20 de julho de 1935.

Art. 10º — O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte competência: acompanhar a execução do plano de ensino primário municipal e emitir pareceres sobre o assunto.

Art. 11º — O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte sede: na Prefeitura Municipal.

Art. 12º — O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte duração: por um período de dois anos, renovando-se anualmente.

Art. 13º — O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte competência: estudar e propor o plano de ensino primário municipal, de acordo com o disposto no Decreto-Lei de 20 de julho de 1935.

Art. 14º — O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte competência: acompanhar a execução do plano de ensino primário municipal e emitir pareceres sobre o assunto.

Art. 15º — O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte sede: na Prefeitura Municipal.

Art. 16º — O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte duração: por um período de dois anos, renovando-se anualmente.

Art. 17º — O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte competência: estudar e propor o plano de ensino primário municipal, de acordo com o disposto no Decreto-Lei de 20 de julho de 1935.

Art. 18º — O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte competência: acompanhar a execução do plano de ensino primário municipal e emitir pareceres sobre o assunto.

Art. 19º — O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte sede: na Prefeitura Municipal.

Art. 20º — O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte duração: por um período de dois anos, renovando-se anualmente.

Art. 21º — O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte competência: estudar e propor o plano de ensino primário municipal, de acordo com o disposto no Decreto-Lei de 20 de julho de 1935.



Firmação tomada quando houve o prof. Henrique Richetti, secretário de Educação e Cultura da Prefeitura da capital

O prefeito Vladimir de Toledo Pinheiro assinou, em solenidade realizada no salão nobre da Biblioteca Municipal, o decreto que cria o ensino primário municipal, de acordo com o que recomendou a lei de 1935 do Conselho Federal de Educação, segundo a qual as municipalidades que não tenham condições para a manutenção do ensino primário municipal, poderão ser mantidas pelo Estado.

O ato revestiu-se de solenidade e foi realizado no salão nobre da Biblioteca Municipal — Texto do decreto — Aula inaugural na Escola Normal Rural de Piracicaba

O prefeito Vladimir de Toledo Pinheiro assinou, em solenidade realizada no salão nobre da Biblioteca Municipal, o decreto que cria o ensino primário municipal, de acordo com o que recomendou a lei de 1935 do Conselho Federal de Educação, segundo a qual as municipalidades que não tenham condições para a manutenção do ensino primário municipal, poderão ser mantidas pelo Estado.

O ato revestiu-se de solenidade e foi realizado no salão nobre da Biblioteca Municipal — Texto do decreto — Aula inaugural na Escola Normal Rural de Piracicaba

O prefeito Vladimir de Toledo Pinheiro assinou, em solenidade realizada no salão nobre da Biblioteca Municipal, o decreto que cria o ensino primário municipal, de acordo com o que recomendou a lei de 1935 do Conselho Federal de Educação, segundo a qual as municipalidades que não tenham condições para a manutenção do ensino primário municipal, poderão ser mantidas pelo Estado.

O ato revestiu-se de solenidade e foi realizado no salão nobre da Biblioteca Municipal — Texto do decreto — Aula inaugural na Escola Normal Rural de Piracicaba

O prefeito Vladimir de Toledo Pinheiro assinou, em solenidade realizada no salão nobre da Biblioteca Municipal, o decreto que cria o ensino primário municipal, de acordo com o que recomendou a lei de 1935 do Conselho Federal de Educação, segundo a qual as municipalidades que não tenham condições para a manutenção do ensino primário municipal, poderão ser mantidas pelo Estado.

O ato revestiu-se de solenidade e foi realizado no salão nobre da Biblioteca Municipal — Texto do decreto — Aula inaugural na Escola Normal Rural de Piracicaba

O prefeito Vladimir de Toledo Pinheiro assinou, em solenidade realizada no salão nobre da Biblioteca Municipal, o decreto que cria o ensino primário municipal, de acordo com o que recomendou a lei de 1935 do Conselho Federal de Educação, segundo a qual as municipalidades que não tenham condições para a manutenção do ensino primário municipal, poderão ser mantidas pelo Estado.

O ato revestiu-se de solenidade e foi realizado no salão nobre da Biblioteca Municipal — Texto do decreto — Aula inaugural na Escola Normal Rural de Piracicaba

O prefeito Vladimir de Toledo Pinheiro assinou, em solenidade realizada no salão nobre da Biblioteca Municipal, o decreto que cria o ensino primário municipal, de acordo com o que recomendou a lei de 1935 do Conselho Federal de Educação, segundo a qual as municipalidades que não tenham condições para a manutenção do ensino primário municipal, poderão ser mantidas pelo Estado.

O ato revestiu-se de solenidade e foi realizado no salão nobre da Biblioteca Municipal — Texto do decreto — Aula inaugural na Escola Normal Rural de Piracicaba

O prefeito Vladimir de Toledo Pinheiro assinou, em solenidade realizada no salão nobre da Biblioteca Municipal, o decreto que cria o ensino primário municipal, de acordo com o que recomendou a lei de 1935 do Conselho Federal de Educação, segundo a qual as municipalidades que não tenham condições para a manutenção do ensino primário municipal, poderão ser mantidas pelo Estado.

O ato revestiu-se de solenidade e foi realizado no salão nobre da Biblioteca Municipal — Texto do decreto — Aula inaugural na Escola Normal Rural de Piracicaba

O prefeito Vladimir de Toledo Pinheiro assinou, em solenidade realizada no salão nobre da Biblioteca Municipal, o decreto que cria o ensino primário municipal, de acordo com o que recomendou a lei de 1935 do Conselho Federal de Educação, segundo a qual as municipalidades que não tenham condições para a manutenção do ensino primário municipal, poderão ser mantidas pelo Estado.

O ato revestiu-se de solenidade e foi realizado no salão nobre da Biblioteca Municipal — Texto do decreto — Aula inaugural na Escola Normal Rural de Piracicaba

O prefeito Vladimir de Toledo Pinheiro assinou, em solenidade realizada no salão nobre da Biblioteca Municipal, o decreto que cria o ensino primário municipal, de acordo com o que recomendou a lei de 1935 do Conselho Federal de Educação, segundo a qual as municipalidades que não tenham condições para a manutenção do ensino primário municipal, poderão ser mantidas pelo Estado.

O ato revestiu-se de solenidade e foi realizado no salão nobre da Biblioteca Municipal — Texto do decreto — Aula inaugural na Escola Normal Rural de Piracicaba

O prefeito Vladimir de Toledo Pinheiro assinou, em solenidade realizada no salão nobre da Biblioteca Municipal, o decreto que cria o ensino primário municipal, de acordo com o que recomendou a lei de 1935 do Conselho Federal de Educação, segundo a qual as municipalidades que não tenham condições para a manutenção do ensino primário municipal, poderão ser mantidas pelo Estado.

O ato revestiu-se de solenidade e foi realizado no salão nobre da Biblioteca Municipal — Texto do decreto — Aula inaugural na Escola Normal Rural de Piracicaba

EMAN. Inletiva na Assembleia, preferencia eleições foram também feitas, no decorrer das tribunações, a partir da reunião da POLÍCIA DA MANHÃ, promovendo a renovação do grupo de leis na base municipal pelas produções.

O ABASTECIMENTO DO AÇÚCAR

Finalizando o problema do abastecimento do açúcar, o sr. Luís Teles declarou ser necessário que o governo do Estado estivesse em contato com o Instituto de Açúcar e de Alcool, a fim de fazer levantamento do plano de açúcar para 1935-36. De acordo com o sr. Teles, o plano de açúcar para 1935-36 deverá ser elaborado em conjunto com o Instituto de Açúcar e de Alcool, a fim de fazer levantamento do plano de açúcar para 1935-36.

Novo diretor de Pecuaría Leiteira da FARESP

Durante a reunião de produtores de leite, realizada no salão nobre da FARESP, por ocasião da reunião do Conselho de Administração, foi eleito o sr. Paulo de Toledo Leiteira, diretor de Pecuaría Leiteira da FARESP. O sr. Leiteira foi eleito por 12 votos, contra 8 votos do sr. João de Toledo Leiteira. O sr. Leiteira é engenheiro agrônomo e possui experiência na direção de Pecuaría Leiteira da FARESP.

Tabela e preço de leite em Limeira

LIMEIRA, 17 (FOLHAS). — Pela sua portaria n.º 1.234, o COMAR tabelou o preço de leite em Limeira, em virtude da renovação do contrato de fornecimento de leite para o município. O preço do leite em Limeira será de R\$ 1,50 por litro.

O sr. Luís Teles declarou ser necessário que o governo do Estado estivesse em contato com o Instituto de Açúcar e de Alcool, a fim de fazer levantamento do plano de açúcar para 1935-36.

Finalizando o problema do abastecimento do açúcar, o sr. Luís Teles declarou ser necessário que o governo do Estado estivesse em contato com o Instituto de Açúcar e de Alcool, a fim de fazer levantamento do plano de açúcar para 1935-36.

O ato revestiu-se de solenidade e foi realizado no salão nobre da Biblioteca Municipal — Texto do decreto — Aula inaugural na Escola Normal Rural de Piracicaba

O prefeito Vladimir de Toledo Pinheiro assinou, em solenidade realizada no salão nobre da Biblioteca Municipal, o decreto que cria o ensino primário municipal, de acordo com o que recomendou a lei de 1935 do Conselho Federal de Educação, segundo a qual as municipalidades que não tenham condições para a manutenção do ensino primário municipal, poderão ser mantidas pelo Estado.

O ato revestiu-se de solenidade e foi realizado no salão nobre da Biblioteca Municipal — Texto do decreto — Aula inaugural na Escola Normal Rural de Piracicaba

O prefeito Vladimir de Toledo Pinheiro assinou, em solenidade realizada no salão nobre da Biblioteca Municipal, o decreto que cria o ensino primário municipal, de acordo com o que recomendou a lei de 1935 do Conselho Federal de Educação, segundo a qual as municipalidades que não tenham condições para a manutenção do ensino primário municipal, poderão ser mantidas pelo Estado.

O ato revestiu-se de solenidade e foi realizado no salão nobre da Biblioteca Municipal — Texto do decreto — Aula inaugural na Escola Normal Rural de Piracicaba

O prefeito Vladimir de Toledo Pinheiro assinou, em solenidade realizada no salão nobre da Biblioteca Municipal, o decreto que cria o ensino primário municipal, de acordo com o que recomendou a lei de 1935 do Conselho Federal de Educação, segundo a qual as municipalidades que não tenham condições para a manutenção do ensino primário municipal, poderão ser mantidas pelo Estado.

O ato revestiu-se de solenidade e foi realizado no salão nobre da Biblioteca Municipal — Texto do decreto — Aula inaugural na Escola Normal Rural de Piracicaba

O prefeito Vladimir de Toledo Pinheiro assinou, em solenidade realizada no salão nobre da Biblioteca Municipal, o decreto que cria o ensino primário municipal, de acordo com o que recomendou a lei de 1935 do Conselho Federal de Educação, segundo a qual as municipalidades que não tenham condições para a manutenção do ensino primário municipal, poderão ser mantidas pelo Estado.

O ato revestiu-se de solenidade e foi realizado no salão nobre da Biblioteca Municipal — Texto do decreto — Aula inaugural na Escola Normal Rural de Piracicaba

O prefeito Vladimir de Toledo Pinheiro assinou, em solenidade realizada no salão nobre da Biblioteca Municipal, o decreto que cria o ensino primário municipal, de acordo com o que recomendou a lei de 1935 do Conselho Federal de Educação, segundo a qual as municipalidades que não tenham condições para a manutenção do ensino primário municipal, poderão ser mantidas pelo Estado.

O ato revestiu-se de solenidade e foi realizado no salão nobre da Biblioteca Municipal — Texto do decreto — Aula inaugural na Escola Normal Rural de Piracicaba

O prefeito Vladimir de Toledo Pinheiro assinou, em solenidade realizada no salão nobre da Biblioteca Municipal, o decreto que cria o ensino primário municipal, de acordo com o que recomendou a lei de 1935 do Conselho Federal de Educação, segundo a qual as municipalidades que não tenham condições para a manutenção do ensino primário municipal, poderão ser mantidas pelo Estado.

O ato revestiu-se de solenidade e foi realizado no salão nobre da Biblioteca Municipal — Texto do decreto — Aula inaugural na Escola Normal Rural de Piracicaba

O prefeito Vladimir de Toledo Pinheiro assinou, em solenidade realizada no salão nobre da Biblioteca Municipal, o decreto que cria o ensino primário municipal, de acordo com o que recomendou a lei de 1935 do Conselho Federal de Educação, segundo a qual as municipalidades que não tenham condições para a manutenção do ensino primário municipal, poderão ser mantidas pelo Estado.

O ato revestiu-se de solenidade e foi realizado no salão nobre da Biblioteca Municipal — Texto do decreto — Aula inaugural na Escola Normal Rural de Piracicaba

O prefeito Vladimir de Toledo Pinheiro assinou, em solenidade realizada no salão nobre da Biblioteca Municipal, o decreto que cria o ensino primário municipal, de acordo com o que recomendou a lei de 1935 do Conselho Federal de Educação, segundo a qual as municipalidades que não tenham condições para a manutenção do ensino primário municipal, poderão ser mantidas pelo Estado.

O ato revestiu-se de solenidade e foi realizado no salão nobre da Biblioteca Municipal — Texto do decreto — Aula inaugural na Escola Normal Rural de Piracicaba

O prefeito Vladimir de Toledo Pinheiro assinou, em solenidade realizada no salão nobre da Biblioteca Municipal, o decreto que cria o ensino primário municipal, de acordo com o que recomendou a lei de 1935 do Conselho Federal de Educação, segundo a qual as municipalidades que não tenham condições para a manutenção do ensino primário municipal, poderão ser mantidas pelo Estado.

Alguém e o povo procuram o seu destino

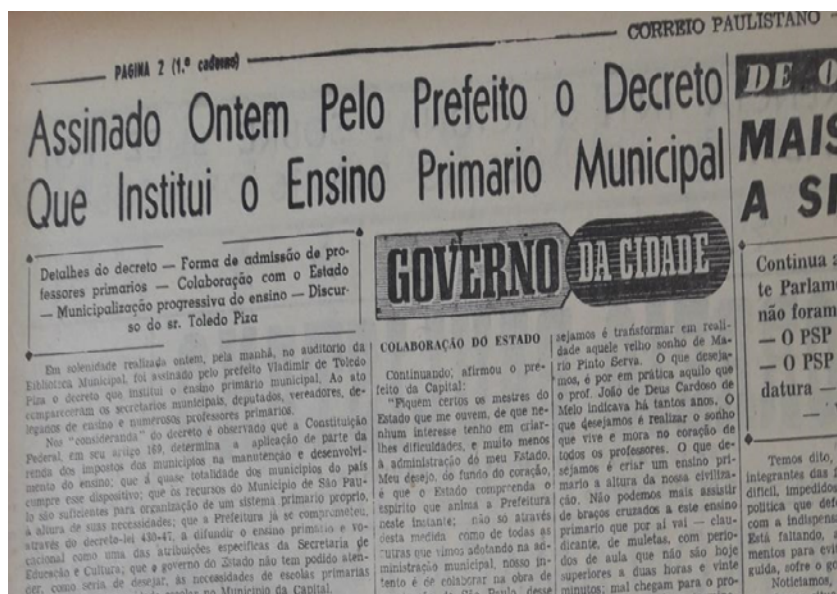
CONCURSO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE DIRETOR DE GRUPO ESCOLAR RURAL

Município	Estabelecimento	Município	Classe	Edificação
Arapituba	Estabelecimento	Comissão	10	2,0
Castro	Comissão	10	2,0	
Castro	Comissão	10	2,0	
Castro	Comissão	10	2,0	
Castro	Comissão	10	2,0	
Castro	Comissão	10	2,0	
Castro	Comissão	10	2,0	
Castro	Comissão	10	2,0	
Castro	Comissão	10	2,0	
Castro	Comissão	10	2,0	

Sugeridas pelo...

Para Máquinas ALLIS-CHALMERS BARBER-GREENE BUCYRUS-ERIE HUBER-SOTEMA PIONEER

Figura 8 - “Assinado ontem pelo prefeito o decreto que institui o ensino primário municipal”: Reportagem publicada no jornal *Correio Paulistano*



Fonte: Jornal Correio Paulistano

Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade

O jornal que traria maior evidência ao surgimento do ensino municipal seria o *Diário de S. Paulo*. O tratamento ao tema seria desenvolvido, em especial, na seção *Educação e Ensino*, assinada pelo jornalista e educador Elisiário Rodrigues de Sousa⁴⁹.

O intelectual seria figura atuante a favor da municipalização em seus escritos, atuando também na Secretaria Municipal de Educação, no Centro do Professorado Paulista e na diretoria da APESNOESP (Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo).

Não por acaso, o jornal traria o debate em suas páginas muito antes da efetivação do Decreto assinado em agosto de 1956. Já no dia 4 de fevereiro de 1956, dentro da polêmica envolvendo o então prefeito Lino de Mattos e o governador Jânio Quadros na entrega de prédios escolares do Convênio Escolar, em artigo intitulado “Preocupemo-nos com os interesses da criança”, Elisiário escreveria que dois episódios indicavam que o ensino primário não caminhava bem. O primeiro seria a ausência de um representante da Secretaria da Educação em solenidade em que seriam assinados termos de cessão de prédios construídos pelo Município e destinados a servir às escolas estaduais na Capital. Já o outro problema seria a nota distribuída à imprensa pela mesma Secretaria, com o

⁴⁹ Vicentini (2008) apresenta estudo sobre a coluna Educação e Ensino, de Elisiário Rodrigues de Sousa no jornal *Diário de S. Paulo*, de 1943 a 1963. Segundo a autora, o jornalista era um porta-voz do professorado, apresentando comentários sobre questões relativas ao exercício do magistério e o funcionamento do sistema educacional paulista, além de apresentar questões da carreira docente.

texto do ofício enviado ao prefeito da Capital, em que se afirmou a disposição das autoridades estaduais em não estarem presentes àquele ato, considerado dispensáveis à vista de envolver prédio já em uso há alguns anos. O jornalista lamentaria o ocorrido:

Aqui estamos, pois, para lamentar sinceramente o que está acontecendo, principalmente porque se percebe a preocupação do sensacionalismo que está cercando o problema das matrículas nas escolas primárias da Capital. Aquilo sobre que sempre se fez silêncio, sem muito alarde, como providências quase de rotina, porque adotadas em prosseguimento de outras, anteriores, todas voltadas para o mesmo fim – dar escolas primárias às crianças – está-se prestando a contínuas notícias distribuídas aos jornais e às estações de rádio e televisão. Temos de louvar o que se faz em benefício das crianças sem escolas, mas quando vemos que isso provoca discussões, mal-entendidos e até incidentes desagradáveis, com possíveis e quase inelutáveis reflexos na própria solução do problema, só nos resta lamentar que ainda uma vez a política esteja a embaraçar a marcha ascensional do sistema escolar paulista. Já mais de dois meses, quando se firmavam os primeiros entendimentos para a construção de dezenas de galpões escolares, na Capital, com que seria possível a instalação de centenas de novas escolas primárias, não só aplaudimos a iniciativa, como nos dispusemos a fazer apelo às altas autoridades do Estado e do Município, para que soubessem deixar de lado possíveis divergências pessoais ou políticas, a fim de que tudo se fizesse em benefício de milhares de crianças que pedem escolas. Agora, que é chegado o instante de colher os frutos daqueles entendimentos, surgem essas dificuldades, cujos efeitos todos desejamos não aumentem. É necessário que as duas partes saibam superar os seus melindres, para que todos sejam capazes de se preocuparem exclusivamente com os sagrados interesses da criança. (SOUSA, 1956, p. 6).

Já na edição do dia 7 de fevereiro de 1956, o autor escreveria o artigo “Batalha de sacrifício sem glória”. No texto retomaria o tema, propondo que ambas as partes desarmassem os espíritos em prol da infância paulistana.

Parece que não ouviram o nosso apelo, que é o mesmo de tantos outros jornalistas que examinam o assunto isentos de paixão e de todos os estudiosos que vêm o problema sob o ponto de vista técnico. É provável, até, que os altos dirigentes e responsáveis pela situação, porque assoberbados pelos problemas que os atormentam, sequer tiveram tempo de ler o que escrevemos. Mas vamos insistir, porque essa “batalha” de tamanhos sacrifícios não trará glórias a ninguém. Percebe-se, pelo noticiário dos jornais e pelas explicações oficiais que se sucedem, que os combatentes se desgastam perante a opinião pública, que os acompanha mais ou menos indiferente à sorte da luta, mas preocupada seriamente com o destino das crianças em idade escolar. Já dissemos, também, que não nos arriscamos a fazer considerações que possam envolver possíveis aspectos políticos, inclusive porque somos dos que sempre lamentaram que os homens públicos se disponham a transformar o sistema escolar em “campo de luta”. (SOUSA, 1956b, p.6).

O autor se colocaria como neutro no tema, sem lado, em defesa do interesse público e como um incentivador da moderação de ambas as partes, de maneira a criar condições à utilização imediata dos prédios escolares que foram construídos. Ao mesmo tempo que defenderia a criação do ensino primário municipal, sabia dos limites da ação da Prefeitura de São Paulo:

A Prefeitura, num ato extremo, foi até à criação do Grupo Escolar Municipal, no Jaçanã. Mas isso não resolve o problema. Nem a Prefeitura tem recursos financeiros, materiais e humanos para enfrentar a questão, na medida do seu real tamanho. Não se improvisa, da noite para o dia, um sistema escolar. Nesta oportunidade, pois, o mais fácil e mais prático, é desejar que a Prefeitura Municipal, esquecida dos lamentáveis incidentes dos últimos dias, se disponha a ceder os prédios e galpões ao Estado, que, por sua vez, sem quebra de sua dignidade, deve comparecer ao ato público para assinatura do termo de recebimento e responsabilidade, nos termos do que está previsto na lei municipal n. 4550, de 24-12-55. O Grupo Municipal do Jaçanã, porém, deverá ser mantido. Será a semente do ensino primário municipal da Capital, que sempre defendemos nestas colunas, ainda que fosse, como no caso presente, a título experimental. Os excessos e os desencontros havidos devem servir de lição e advertência a uns e outros, porque essa “batalha” de sacrifícios sem glória, além do desgaste natural dos homens públicos nela envolvidos, constitui séria e grava ameaça a sorte de milhares de crianças que seriam, no caso, as maiores vítimas da luta. São essas criaturinhas meigas que pedem, que imploram aos homens do governo, que façam o sacrifício de unir os seus esforços e os seus recursos para que nada lhes falta, a fim de que possam crescer, educar-se e ser homens úteis à coletividade e à pátria. (SOUSA, 1956b, p.6).

No dia seguinte, escreveria o artigo “Debates sobre ensino na Câmara Municipal”, repercutindo o tema no legislativo da cidade de São Paulo. Para Elisiário, muitos ecoaram, mesmo sem argumentos sobre o tema. Outras vozes foram sensatas, procurando uma solução ao problema do impasse entre município e governo estadual que, para o autor, só prejudicaria as crianças da cidade. O autor citaria, em especial, a vereadora Helena Iracy Junqueira, ex-secretária de Educação e Cultura e redatora do projeto anterior do Convênio Escolar.

O autor mencionaria a vereadora para lembrar que a proposta original de parceria entre as partes não descartava a participação municipal na criação de colégios, reforçando então seu posicionamento a favor da iniciativa de criação do primeiro Grupo Escolar Municipal.

Talvez se possa fazer restrição ao fato de o referido grupo escolar ter aparecido nesta hora, sem estudos prévios e até sem meios legais adequados para o seu regular funcionamento. Mas a iniciativa, em si, deve até merecer louvores, porque através de alguns Grupos Escolares, bem poucos a princípio, inclusive para não prejudicar o

plano de construções escolares, o Município poderá realizar a experiência didática no setor do ensino primário, digna de aplausos e de imitação, e irá se aparelhando orgânica e tecnicamente para, se for necessário, ampliar a sua rede escolar primária, a ponte de aliviar os encargos do Estado. (SOUSA, 1956c, p. 6).

O tema voltaria a ganhar grande destaque nos meses seguintes, quando se aprofunda a possibilidade de oficialização do ensino primário municipal, no mês de julho, um mês antes do Decreto que garantiria a criação das escolas municipais.

No dia 11 de julho de 1956, Elisiário Rodrigues de Sousa publicaria o artigo “O ensino primário na capital”. No texto, o autor afirmaria ser louvável que as duas autoridades, o secretário estadual e o municipal, estejam preocupados com o ensino primário e que as medidas tomadas nos últimos tempos, como a criação de quatro turnos escolares, foram emergências necessárias para sanar o déficit de vagas. Defende, então, a atuação da prefeitura e seus novos passos a serem tomados:

Até aqui o sistema escolar primário da Capital se desenvolveu, pelo menos nos últimos tempos, à base do Convênio Escolar, que atribuía ao Município a incumbência de construir e equipar prédios, enquanto ao Estado cabia prover e manter as unidades educativas, fossem grupos escolares ou escolas isoladas. Graças a esse entendimento foi possível fazer-se, em menos de oito anos, o que não se fez em dezenas de anos anteriores. Por outro lado, tornou-se evidente que a contribuição da Prefeitura Municipal, em termos objetivos e amplos, foi que criou condições favoráveis a esse extraordinário desenvolvimento da rede escolar na Capital. Sem essa colaboração, jamais o Estado teria feito tanto, em tão pouco tempo. Agora, porém, a prefeitura da Capital, conforme diz o seu secretário de Educação e Cultura, prof. Henrique Richetti, sem prejuízo do seu plano de colaboração com o Estado, na construção de prédios escolares, também deseja ampliar a suas atividades, nesse setor, criando o seu próprio sistema de ensino, inclusive para dar pleno cumprimento às disposições constitucionais que atribuem ao Município a obrigatoriedade de aplicação de 20% da arrecadação de impostos na “manutenção e desenvolvimento do ensino”. Ninguém, em sua consciência, poderá condenar ou sequer criticar a iniciativa municipal, principalmente porque não traz a preocupação, que isso seria censurável, de encampar o ensino estadual. Não, o que esclarece o prof. Henrique Richetti, é o propósito da prefeitura da Capital em realizar experiência de manutenção de ensino primário, como ação complementar à obra do Estado, de maneira tal que o Município se aparelhe, com vagar e segurança, para poder bem aplicar realmente na difusão do ensino todos os recursos orçamentários disponíveis e obrigatórios, quando não se fizer mais necessário construir prédios escolares. Merece aplausos a iniciativa municipal, tanto mais porque está entregue à capacidade indiscutível de um educador, que fez toda a sua carreira no ensino primário estadual. (SOUSA, 1956d, p. 6).

Na seção *Educação e Ensino*, de Elisiário Rodrigues de Sousa, o jornal publicaria também, no dia 13 de julho de 1956, declarações do secretário de Educação e Cultura, Henrique Ricchetti, sobre o plano de instituição do Sistema Escolar Primário Municipal que submetera ao prefeito Wladimir Toledo Piza. Para a coluna, seria uma “louvável e oportuna iniciativa, a possibilidade de novas e amplas perspectivas para a solução do problema do ensino primário na Capital” (SOUSA, 1956e, p.6).

No texto, intitulado “O sistema escolar municipal atende ao imperativo constitucional e aos interesses da população”, Elisiário traria a fala do secretário da capital, defendendo a necessidade de novas escolas, em virtude do vertiginoso crescimento populacional, as possibilidades de parceria com o Ministério da Educação e Cultura e a necessária contribuição da Prefeitura ao problema do ensino.

O colunista retornaria ao tema no dia 24 de julho, no artigo “Ensino Primário Municipal na Capital”. O autor continuaria a defender o projeto de municipalização e, ainda, a credenciar o secretário de educação e cultura, homem de vasta experiência, segundo Elisiário:

A iniciativa deve ser examinada com serenidade, porque se assusta alguns, também contenta muitos que se interessam, tanto quanto aqueles, pela sorte do ensino na capital. Por princípio devemos receber o plano Richetti com boa vontade, não só porque se trata de trabalho que traz a chancela de uma autêntica autoridade escolar, com mais de quinze anos de exercício como 1º delegado de Ensino da Capital, mas, ainda, porque as ideias ali concretizadas constituem preocupação dominante nas altas esferas federais da educação, a cuja frente se colocam o ministro Clóvis Salgado e o ilustre educador Anísio Teixeira, que todos admiramos e respeitamos. (SOUSA, 1956f, p. 6).

Elisiário continuaria sua defesa alegando que não se tratava de aventureirismo pedagógico, pois se tratava de dispositivo expresso na Constituição Federal e lembraria que o próprio governador do Estado, quando prefeito da cidade, concordara em subscrever os termos de Convênio de Ensino, no qual se incluía, como louvável inovação, a fixação de recursos próprios para o município organizar e manter escolas primárias em caráter experimental. Para corroborar a defesa da municipalização, lembraria também fala da vereadora Iracy Junqueira, favorável a experiência e ressaltaria fala do secretário de educação do Estado:

Mas o que mais nos impressionou, nos últimos tempos, como depoimento favorável à municipalização do ensino, colocado em termos gerais, foi o que disse o ministro Vicente de Paula Lima, secretário da Educação, depois de abordar a situação de centenas de professorinhas que, por força do concurso de ingresso, são atiradas às regiões mais distantes do interior, em lugares onde falta tudo,

inclusive os elementares princípios de segurança pessoal, de conforto e até de higiene. Alarmado com o que tem assistido e sentido durante a sua administração, o secretário Paula Lima admitiu a possibilidade de aceitar a ideia de municipalização do ensino primário, como meio de garantir continuidade à ação educativa da escola e facilitar a estabilidade da professora. (SOUSA, 1956f, p. 6).

Concluiria lembrando a tese de municipalização de Anísio Teixeira e defenderia que o tema não se tornasse eminentemente político ou uma competição entre os sistemas de ensino.

Ainda no mês de julho o jornal publicaria fala de Vicente de Paula Lima sobre seu parecer ante as medidas tomadas pela prefeitura e daria, também, espaço ao diretor do Departamento de Educação do Estado, Sólon Borges dos Reis, que acreditava ser prejudicial o conflito entre as partes, defendendo a continuidade do apoio mútuo previsto no Convênio Escolar.

Figura 9 - “Prejudicial ao ensino primário o choque entre município e Estado”: Reportagem publicada no jornal Diário de S. Paulo



Fonte: Jornal Diário de S. Paulo

Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade

A edição do dia 3 de agosto de 1956 traria com grande destaque o lançamento oficial do ensino municipal, com matéria sobre o tema e texto de Elisiário Rodrigues de Sousa, intitulado “Instituído o Ensino Primário Municipal”, detalhando a medida do governo.

O jornalista afirmaria que não gostaria de provocar maiores polêmicas, diante da disputa entre Prefeitura e Estado, com debate público dos secretários debatendo seus pontos de vista. Em tom conciliador escreveria:

O que ficou bem sensível nas duas cartas, e nisso ambos também merecem aplausos, foi a preocupação de um e outro pela sorte da criança paulistana e, se assim é, ninguém poderá admitir a impossibilidade de novos e proveitosos entendimentos, a fim de que o sistema escolar municipal, que nasce agora, não impeça, nem dificulte a ação do Estado.

Registre-se que, nesse sentido, se pronunciaram ontem tanto o prefeito da capital, como o secretário de Educação e Cultura, declarando ambos que a presença do ministro Vicente de Paula Lima, na pasta da Educação, constitui penhor de garantia para o estudo de novo convênio, desde que se assegure ao município, sem prejuízo de sua colaboração com o Estado, o direito de também manter escolas, em ritmo progressivo de desenvolvimento.

Oxalá tudo dê certo e a harmonia volte a reinar nas relações educacionais entre o Estado e o Município da Capital, sem qualquer diminuição para as partes e maior e mais acentuado benefício para a criança. (SOUSA, 1956g, p.6).

Figura 10 - “Assinado ontem o decreto que dispõe sobre a municipalização do ensino primário na Capital”: Reportagem publicada no jornal Diário de S. Paulo



Fonte: Jornal Diário de S. Paulo
Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade

No final do mês de agosto, já concretizadas as primeiras medidas da instituição do ensino primário municipal, o autor retornaria ao tema com o texto “Ensino primário municipal na Capital”. Elisário traria um balanço dos fatos apresentados pelos jornais

da capital sobre declarações do secretário municipal de Educação e Cultura da Prefeitura, Henrique Richetti, que informaria que mais de quatrocentas professoras se inscreveram para o provimento interino de escolas primárias, com recenseamento de pelo menos quarenta crianças de 7 a 12 anos analfabetas e sem matrículas em outra unidade oficial ou particular. Para o jornalista, era a revelação do esforço da prefeitura em resolver uma realidade de atendimento necessário às crianças de direito à escola, já que as matrículas só seriam garantidas se o professor providenciasse uma escola para abrigar os alunos.

O professor Richetti, com a experiência que tem do ensino e do magistério estadual soube contornar as dificuldades que, em outras oportunidades, impediram que se realizasse trabalho dessa natureza, com tamanha eficiência e em limitadíssimo espaço de tempo. Lembramo-nos de que em 1955 foi formulado semelhante apelo à colaboração particular, para a cessão de salas de aula, sendo quase nulo o resultado. E não fora a presteza e acerto das providências adotadas pela Prefeitura Municipal, através da Comissão de Construções Escolares, as classes de emergência então instituídas, como recurso pelo governo do Estado para enfrentar o problema da falta de vagas no ensino primário da Capital jamais teriam sido instaladas. Faltou, naquele instante, a medida complementar, agora posta em prática pelo prof. Richetti, também justificável porque se tratava, como no caso presente da Prefeitura, de provimento interino de escolas com prazo certo até o fim do ano letivo, de oferecer preferência de nomeação às professoras que se apresentassem com número mínimo de quarenta alunos e a respectiva sala de aula com as condições higiênico-pedagógicas recomendáveis. (SOUSA, 1956h, p.6).

Para o autor, a prova do sucesso da iniciativa seria a afluência em apenas seis dias de mais de quatrocentas professoras, fora do serviço público, a se interessarem na abertura de salas de aula, recenseando mais de dezesseis mil crianças sem escola em uma semana, demonstrando eficiência no mapeamento e comprovando a gravidade da falta de vagas na capital:

O fato revela, porém, mais do que muita gente poderia imaginar, que a situação do ensino primário na Capital é realmente séria e merecedora de estudos urgentes, quanto ao aspecto de vagas para matrículas novas. Nesse sentido, a iniciativa municipal de criar e manter escolas primárias constitui forma de colaboração que precisa ser considerada nos seus efeitos práticos e imediatos, tanto mais louvável, porque já se diz que a Prefeitura da Capital não interromperá a sua outra forma de cooperação com o Estado, o da construção de prédios escolares, nem se negará a entregar às caixas escolares dos estabelecimentos estaduais os auxílios para que possam realizar a sua obra assistencial. (SOUSA, 1956h, p.6).

Por fim, o autor concluiria que já não conviria aos interesses do povo o prosseguimento da discussão das vantagens ou desvantagens da instituição do sistema de ensino primário municipal, pois a prioridade deveria ser a causa da educação da infância paulistana, que exigiria escolas primárias, independente do prestador do serviço.

Os artigos, selecionados pela pesquisa, mostraram um posicionamento do principal interlocutor dos assuntos educacionais no jornal *Diário de S. Paulo* favorável ao surgimento do ensino primário municipal na capital. Porém, é importante ressaltar que o mesmo não construiu seu parecer de forma distanciada. Elisiário Rodrigues de Sousa era atuante nos assuntos educacionais no período e assumiria cargo público na administração de Adhemar de Barros, acumulando as duas funções.

Em 1994, ano do falecimento do autor, a Prefeitura de São Paulo homenagearia o intelectual com o Decreto nº 34.030, de 14 de março de 1994, que dispôs sobre a criação e denominação da Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), tendo o jornalista como patrono, situada no bairro Cidade Tiradentes. No decreto, assinado pelo então prefeito da capital, Paulo Maluf, e pelo seu secretário municipal de Educação, Sólon Borges dos Reis, contemporâneo de Elisiário, justificariam a escolha do patrono:

CONSIDERANDO que o saudoso Professor Elisiário Rodrigues de Sousa, recentemente falecido, devotou sua vida de mestre e jornalista profissional à causa da educação, exercendo, com dignidade e competência, os postos que ocupou no magistério público, inclusive o de Diretor do Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação, servindo, ainda, ao ensino e ao magistério, à frente da Revista “Educação” e, principalmente, como Redator, durante vinte e seis anos, da seção diária “Educação e Ensino”; no “Diário de São Paulo”, de grande repercussão e prestígio, nos meios educacionais, na época;

CONSIDERANDO que o “Curriculum Vitae” do Professor Elisiário Rodrigues de Sousa registra o alto conceito humano, profissional e social com que desempenhou, com eficiência, exatidão e espírito público, o grande elenco de funções de confiança e comissões técnicas, em que foi investido;

CONSIDERANDO que o professor Elisiário Rodrigues de Sousa foi um dos pioneiros do Ensino Municipal, tendo contribuído para o prestígio da escola pública da Municipalidade paulistana, pois dirigiu o Ensino Municipal de São Paulo, quando Secretários da Educação e Cultura, Fernando de Azevedo e Gofredo da Silva Telles. (SÃO PAULO, Decreto nº 34.030, de 14 de março de 1994).

Outro jornal da capital, o *Última Hora*, começaria a ser publicado em São Paulo em 1952, e, com uma linguagem popular, apresentaria cadernos de cultura e de esportes, além de notícias consideradas sensacionalistas, como reportagens e fotos apresentando

mortes, assassinatos, acidentes, fofocas e problemas da cidade com linguagem simples. Uma marca presente da publicação, criada pelo jornalista Samuel Wainer, era sua posição política favorável ao getulismo e aos governos trabalhistas, destoando das demais publicações paulistas no período. Assim, o jornal conquistaria grande público pela sua linguagem, pelos temas tratados e, além disso, por se colocar nas reportagens, no lugar do povo.

O jornal, em sua edição paulista, tinha o jornalista Carlos Rizzini como diretor e o Diretor-Superintendente era o jornalista e político Luís Fernando Bocayuva Cunha.

Os artigos de opinião eram assinados por Carlos Rizzini. Detectamos o pouco espaço para assuntos educacionais nas edições analisadas. Destacamos o artigo “A caceteação do ensino”, publicado na edição do dia 4 de agosto de 1956. Neste texto, o autor criticaria o contínuo debate na opinião pública e recorrente na voz dos políticos sobre o projeto de Lei de Diretrizes e Bases e o papel do Ensino Primário e Ensino Secundário, além das críticas de seu anacronismo ou perda das raízes. Contrário à polarização, que colocaria em debate a prioridade do ensino humanístico ou das ciências, o diretor do jornal apresentaria sua posição:

[...] devemos isentar os alunos da pena de estudar latim, álgebra, geometria, trigonometria e outras curiosidades e de se aprofundar em ciências exatas e especulativas em história e geografia, reservando tudo isso para o ensino superior e especializado. Contentemo-nos em ensinar-lhes melhor as disciplinas elementares, úteis e producentes, evitando que citem sem silabadas frases de Cícero e não saibam somar frações ordinárias.

Via de regra os estudos primários e, sobretudo, os ginásiais, caceteiam e desanimam os alunos, predispondo-os contra a aplicação mental e ofuscando-os dos livros. (RIZZINI, 1956, p.2).

Nas edições do mês de agosto de 1956 analisadas, período que surgiria o ensino municipal paulistano, o jornal publicaria reportagens feitas em diferentes bairros da cidade, com fotos que apresentavam as mazelas que viviam da população paulistana nos bairros da periferia⁵⁰. Seria uma marca do diário que apresentaria as dificuldades de acesso ao ensino primário e continuidade dos estudos aos mais desfavorecidos.

Sobre a oficialização do ensino primário municipal, o jornal não opinaria em seu editorial sobre o fato. Mesmo tendo o prefeito, Wladimir de Toledo Piza como um quadro do PTB paulista, próximo ao jornal, o *Última Hora* apresentaria os fatos de

⁵⁰ Como exemplo as reportagens: “Tucuruvi: Um inferno de Lama, Lixo e Assaltantes”, no dia 9 de agosto de 1956; “O fim do mundo fica no Parque Edu Chaves”, no dia 14 de agosto de 1956; “Vila Carolina poderá ser palco de imensa tragédia”, no dia 23 de agosto de 1956 e “Alto da Lapa, um bairro quase isolado do mundo”, de 30 de agosto de 1930.

maneira formal, detalhando as informações, mas não apresentando como um grande feito, como fariam outros impressos.

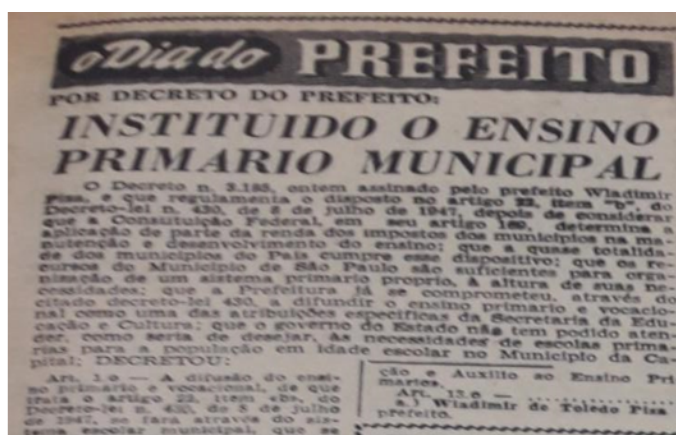
O jornal daria grande espaço ao tema na seção “O dia do prefeito”, apresentando ações do executivo municipal. Nesse espaço, no dia 1 de agosto o *Última Hora* apresentaria que em solenidade na Biblioteca Municipal no dia seguinte, às 11 horas, o prefeito Wladimir Piza assinaria o decreto de instituição do sistema de Ensino Primário Municipal. No ato estariam presentes o secretário de Educação e Cultura, professor Henrique Richetti, autor do projeto, e os demais secretários municipais, autoridades civis, militares, eclesiásticas, deputados e vereadores, delegados regionais de ensino, inspetores, professores e convidados. (*Última Hora*, 1 de agosto de 1956, p. 5).

No dia seguinte, o jornal publicaria pequena nota do gabinete do prefeito, comunicando aos professores interessados no provimento de escolas municipais que aguardassem instruções que seriam publicadas nos próximos dias, após o lançamento oficial do ensino primário municipal.

Em 3 de agosto, após a grande oficialização, o jornal publicaria nota na capa do jornal com a manchete: “Instituído o Ensino Primário Municipal”, e também matéria, com o mesmo título, dentro do caderno de notícias, na seção *O dia do Prefeito*, o jornal aprofundaria a informação.

O espaço dedicou-se a publicar o decreto do prefeito na íntegra, sem apresentar uma análise do ocorrido ou informações do evento de lançamento. A opção escolhida pelo jornal popular seria a de apresentar a nova possibilidade de oferta de ensino.

Figura 11 - “Instituído o ensino primário municipal”: Notícia publicada no jornal *Última Hora*



Fonte: Jornal *Última Hora* (SP)

Acervo: Hemeroteca do Estado de S. Paulo

Em edições subsequentes, o jornal dedicaria o espaço informativo à prestação de serviço, apresentando comunicados da pasta de educação sobre a necessidade de comparecimento dos professores interessados em abrirem salas de aulas em bairros da cidade.

A única reportagem que o jornal publicaria a respeito do tema seria dentro da polêmica entre Estado e Prefeitura na disputa pela oferta de ensino. No dia 10 de agosto de 1956, *Última Hora* retrataria que “Milhares de escolares não chegam a presenciar o perigo de um colapso”, o jornal publicaria a manchete “Estado e Município disputam o direito de manter escolas”.

A reportagem escrita pelo jornalista Rui Geishufer, entrevistaria o diretor do Departamento de Educação do Estado no período, Sólon Borges dos Reis, que alegaria que, apesar da confusão gerada pela municipalidade, entrando em um atendimento que até então não se julgara competente a atender, o Estado continuaria prestando o máximo atendimento para diminuição da falta de vagas para alunos.

O jornal apresentaria uma foto de uma escola galpão e na legenda apresentaria que:

Na capital paulista existem dezenas destes galpões de madeira, medida de emergência para possibilitar a matrícula de alguns milhares de crianças. Apesar das faltas lamentáveis existentes no ensino primário, apesar da falta de material didático, da inexistência de vagas, os poderes estadual e municipal disputam agora o direito de manter as escolas. (Estado e Município disputam... Última Hora, 10 de agosto de 1956, p. 6).

Figura 12 - “Estado e Município Disputam o direito de manter escolas”: Notícia publicada no jornal *Última Hora*



Fonte: Jornal *Última Hora* (SP)
Acervo: Hemeroteca do Estado de S. Paulo

Assim, o jornal se posiciona contrário à disputa entre os poderes, sendo que o ensino primário vivia então em precariedade. Em outras edições, o jornal traria informações do surgimento do ensino primário municipal⁵¹. Mas a principal voz a opinar sobre o assunto no jornal seria o engenheiro e político Francisco Prestes Maia. Nome importante na UDN paulista, sempre lembrado nas eleições municipais e apoiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, era colaborador do jornal “populista” *Última Hora*, opositor da UDN.

Certamente Carlos Rizzini era sua referência para tal colaboração, tendo em vista que o jornalista seria seu Secretário de Educação e Cultura na Prefeitura da Capital por quase toda sua gestão de 1961 a 1964, excetuando os primeiros meses de mandato, quando Fernando de Azevedo comandou a pasta.

Mas, anos antes de retornar à Prefeitura, Prestes Maia escreveria na Seção, intitulada “São Paulo de Ontem, de Hoje e do Futuro”, sobre o fato que seria a criação do ensino primário municipal. Em três artigos, formularia sua opinião. O político defenderia que a medida era interessante, mas não para o momento.

No primeiro artigo, publicado no dia 9 de agosto, ou seja, uma semana após o lançamento oficial, afirmaria que era contra a centralização proposta por outro político, o militar Juarez Távora, mas proporia a uniformidade do que deveria ser ensinado e do tipo de oferta por parte do Estado.

Sob o ponto de vista da constituição e emprego do professorado, sob o ponto de vista dos serviços assistenciais, do material escolar, dos programas, da correspondência, etc; a unificação é vantajosa. Se hoje a máquina emperra e a Secretaria da Educação submerge numa papelada imensa e desnecessária, erro é da organização e funcionamento e não da ideia unitária. Salta aos olhos o inconveniente de fragmentar o ensino por 400 unidades municipais, ciosas das suas autonomias e prerrogativas, porém em maioria incompetentes, alheias aos problemas técnicos, incapazes de organização perfeita, e desprovidas dos recursos financeiros. Cada uma teria suas leis e regulamentos, o seu funcionalismo, os seus padrões, as suas “secretarias”, os seus “almoxarifados”, etc., de tudo resultando uma diferenciação nociva, a impossibilidade de correspondência, a multiplicação de pessoal e serviços, a imperfeição e um encarecimento inútil. Nem sequer resultará a possibilidade de reduzir a interferência política, porque pelo contrário, aí é que agirá mais desbragadamente

⁵¹ Como nas notícias “Provimento de Escolas Municipais” e “Quatrocentas unidades escolares funcionarão até 1957”, no dia 14 de agosto de 1956, quando a reportagem indagaria o secretário Henrique Ricchetti sobre as ações da municipalidade; “Nomeia o prefeito as primeiras cem educadoras da municipalidade” no dia 24 de agosto de 1956; “Já foram criadas cento e quarenta escolas primárias municipais”, no dia 28 de agosto de 1956 e “Instruções as professoras municipais”, no dia 31 de agosto de 1956.

pela predominância das influências locais e pessoais. (MAIA, 1956, p. 4).

No segundo artigo sobre o tema, publicado no dia seguinte, 10 de agosto de 1956, o autor afirmaria que a tese de descentralização era superestimada, sendo, inclusive, um modismo dos leigos defenderem a pregação descentralista, como faria Juarez Távora, sendo que o seu meio militar era rigorosamente centralizado. Para Prestes Maia, o único interesse na empreitada municipalista devia-se a influência política e cabides de emprego visando apoio eleitoral. Assim, a proposta estaria longe de atender a um interesse público:

Não há a menor garantia, nem pode haver, de que a fragmentação do ensino venha a elevar-lhe o nível e acrescer-lhes as possibilidades, pois as mesmas peias e os mesmos inconvenientes políticos e administrativos, hoje estaduais, ressurgirão nos municípios. É evidente que alguns destes, como o da Capital, Meca para onde convergem as aspirações do professorado do Interior, ganharão politicamente uma influência nova, que correspondentemente o Estado perderá. É este o motivo do desespero do Governo, na sua inconformidade com a ideia descentralizadora, o que não impede a justeza da argumentação do secretário do Governo, mais concreta e convincente que a do secretário municipal, na discussão pública que se tem visto. (MAIA, 1956b, p.4).

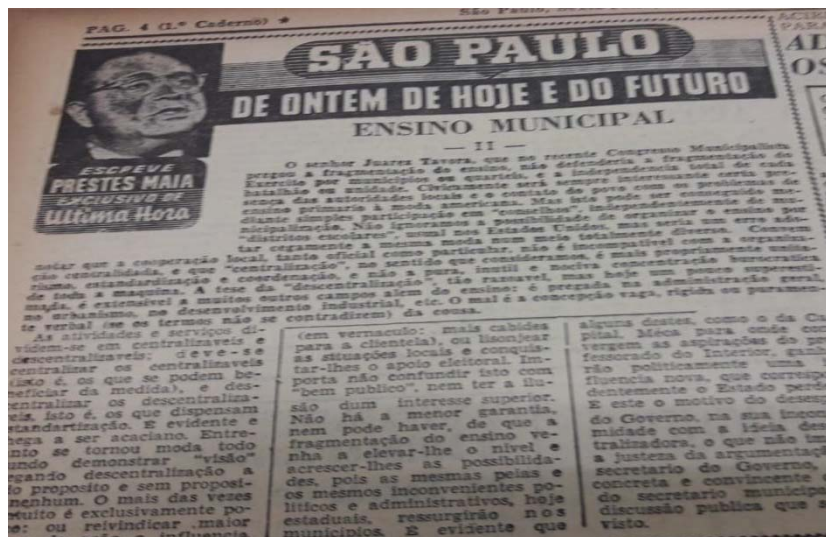
Por fim, no dia 11 de agosto, o autor terminaria sua análise criticando a mera construção de prédios, sem organização de um sistema de ensino, que deveria considerar a formação de professores e uma expansão uniforme. O que estava acontecendo, para o político, que se candidataria na eleição municipal corrente, era uma prefeitura endividada gastando dinheiro público com uma medida eleitoreira e desnecessária, pois gerariam em longo prazo, resultados de piores serviços, conflitos e sacrifício de recursos.

Além disso, o autor criticaria a fala das autoridades municipais que afirmariam que os prédios municipais não seriam os luxuosos, como os propostos dentro do Convênio Escolar:

Hoje a Prefeitura declara que pretende construir escolas modestas e evitar a instalações luxuosas. Não nos parece que haja na Capital, para não dizer em todo o Estado, escolas primárias que possam ser classificadas “luxuosas”. As melhores são simplesmente “razoáveis”, a começar pelos terrenos, sempre muito inferiores aos mínimos desejáveis. Não vemos propósito no destinar construções inferiores às crianças patricias pelo só motivo de já residirem em cochicholos, pois da premissa não se colhe a conclusão, puramente cerebrina, de que elas se desgostarão das suas casas. Pelo contrário, convém que elas, se tenham um conforto razoável, adquiram melhores hábitos e sintam o carinho que a comunidade e a organização política lhes concedem.

Um pouco de “helenismo” na consideração dos edifícios públicos não fará mal, principalmente no campo escolar, onde economias não podem ser alegadas por administrações que têm gasto bilhões no Ibirapuera, em reformas de teatros, e criam repartições e cargos novos todos os dias. (MAIA, 1956c, p. 4)

Figura 13 - “Ensino Municipal”: Artigo publicado no jornal Última Hora



Fonte: Jornal Última Hora (SP)

Acervo: Hemeroteca do Estado de S. Paulo

O jornal que desenvolveu maior destaque ao processo de municipalização foi *A Gazeta*, que garantiu uma página inteira de seu exemplar do dia 3 para a cerimônia de oficialização, com destaque à fala das autoridades.

Figura 14 - “Municipalização do ensino primário”: Reportagem publicada no jornal *A Gazeta*



Fonte: Jornal Última Hora (SP)

Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade

O jornal vespertino destoaria completamente da atuação do OESP. Apesar da oposição, o jornal dirigido por Júlio de Mesquita Filho, se dispôs a informar a divulgação do provimento das escolas municipais na seção *Instrução Pública e Educação*. Como exemplo, a edição do dia 12 de agosto de 1956:

O sr. Henrique Richetti, secretário de Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo convida a todos os candidatos ao provimento das escolas municipais recentemente criadas para que compareçam amanhã, dia 13, às 09 horas à Biblioteca Municipal.

No auditório da Biblioteca Municipal, pessoalmente, o secretário de Educação e Cultura exporá a todos os candidatos quais as providências que eles devem tomar para seu aproveitamento, bem como as condições exigidas.

Preliminarmente, será feita aos candidatos distribuição de impressos com os dados gerais, e o senhor secretário de Educação fará uma exposição detalhada do assunto.

São convidadas todas as irmãs de Congregações Religiosas que verbalmente ofereçam à Secretaria de Educação e Cultura salas e relações de crianças sem escolas, a que reiterem, por ofício, seus oferecimentos.

Igual convite é feito a todos que ofereceram salas.

Os ofícios a respeito deverão se entregues em mãos do chefe do gabinete (Praça da Sé, 323, 10º andar), a fim de serem encaminhados a quem de direito.

Todos os interessados que comparecerem à Biblioteca Municipal devem, na portaria, preliminarmente, procurar impresso, com pessoa

encarregada da distribuição do mesmo. (Congresso Estadual de Educação. OESP. 12 de agosto de 1956, p. 18).

No dia 23 de agosto de 1956, na mesma seção, seria apresentado texto com o título “Os problemas do Ensino Primário em São Paulo”, no qual o jornal publicaria carta do secretário da Educação do Município em resposta ao titular da pasta da Educação do Estado. Com o ensino municipal oficializado, o secretário foi categórico em suas colocações:

Não é devaneio ou fantasia o que se esquematizou e projetou. É, sim, resultado de estudo, de prática e de observação de muitos. Não se trata, como verá o ilustre e nobre secretário, de divergir ou diversificar. Nem tampouco se pretende abrir polêmica. Apenas é o nosso propósito de mestre-escola cooperar no sentido de resolver uma questão fundamental, evitando que se agrave, ainda mais, aquilo que a autoridade incontestada de Anísio Teixeira, em trabalho recente, qualificou de “deterioração arrasante”. (Os problemas do Ensino Primário em São Paulo. OESP. 23 de agosto de 1956, p. 7).

Falando sobre a ação da Prefeitura, explicaria:

O Sr. Prefeito, Wladimir de Toledo Piza, que tão bem alcançou o assunto e melhor compreendeu os compromissos e obrigações que envolvem a administração, é pela municipalização progressiva do ensino. E por considerar a tremenda responsabilidade que lhe cabe, nesta hora atormentada da nossa evolução, determinou os estudos de um projeto nesse sentido. Três razões ponderáveis justificam e fundamentam o sistema escolar que o município pretende instituir a obediência ao texto constitucional (art. 16º) que impõe aos municípios a obrigação de aplicarem pelo menos, 20% da arrecadação de impostos na “manutenção e desenvolvimento do ensino”, o cumprimento também necessário da lei municipal vigente que atribui à Secretaria de Educação e Cultura a obrigação expressa de “difundir o ensino primário e vocacional” [...] e, ainda, a necessidade inadiável de tomar o município atitude mais decisiva e de ordem prática para atender, dentro das suas possibilidades, às milhares de crianças que não logram matrícula nas escolas primárias. (Os problemas do Ensino Primário em São Paulo. OESP. 23 de agosto de 1956, p. 7).

O secretário pontuaria que conhecia Paula Lima desde o tempo que atuaram junto no legislativo, que o admirava e questionaria as tratativas do Estado para a manutenção do sistema vigente e a própria qualidade do ensino estadual:

Não tenho dúvidas, porém, de que no desenvolvimento progressivo da municipalização do ensino primário, daremos ao Estado uma colaboração mais eficiente, porque além de prédios que vamos construir para as nossas escolas, através dos nossos professores propiciaremos às crianças paulistanas dias letivos completos, com programas que abarquem dentro da técnica e da prática da pedagogia moderna, ensino que eleve e eduque, isto é, daremos escolas no verdadeiro sentido desta palavra, escolas que preencham a sua finalidade instrutiva e educativa. São Paulo, na sua marcha

desconcertante, já não comporta, em matéria de ensino, improvisações e muito menos exteriorizações de fachadas. Não é possível admitir-se escolas de emergência ou de tipo que não se coaduna com o nosso progresso e a nossa posição no concerto dos Estados federados. A qualidade do ensino, que está a decair de ano para ano em consequência da centralização extremada e da “defeituosa e precária organização do sistema escolar vigente” reclama, evidentemente, remédio heroico e urgente. (Os problemas do Ensino Primário em São Paulo. OESP. 23 de agosto de 1956, p. 7).

E concluiria:

O que se quer é juntar a contribuição cada vez mais decisiva do Município à do Estado, para solucionar, em termos de quantidade e qualidade, o problema do ensino primário da Capital. É, pois, com serenidade e confiança que vejo a frente da Secretaria da Educação. Idênticos são os nossos propósitos, o idealismo que nos propala, a compreensão que nos anima a caminhar, paralelamente, arcando com as responsabilidades de ambos os sistemas – o do Estado, com a sua imensa rede de escolas e aparelhagens, e o do Município, dentro das suas linhas esquemáticas e projetadas. (Os problemas do Ensino Primário em São Paulo. OESP. 23 de agosto de 1956, p. 7).

A seção *Instrução Pública e Educação* tinha uma função mais informativa, dando os nomes dos professores que, conforme publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, deveriam tomar posse dos cargos nomeados e convocações para reuniões gerais, que aconteciam no Auditório da Biblioteca Municipal.

Já a seção *Notícias Diversas* assume um tom crítico ao processo de municipalização. No dia 4 de setembro de 1956, a coluna, intitulada “Demagogia com o ensino”, ataca o prefeito da capital:

Fiel à sua incontida ambição, não perde o mínimo ensejo de aparecer aos olhos do público como administrador zeloso, que a tudo prevê e provê, onisciente e onipresente, nas mesmas condições do ‘super-homem’ das histórias de quadrinhos (Demagogia com o ensino. OESP, 4 de setembro de 1956, p.14).

Segundo o artigo de opinião, a prefeitura começara a explorar o “filão do ensino primário”, mesmo sendo uma medida apressada, precária e em final de mandato.

Segundo o jornal, as vítimas seriam os alunos:

A vítima não chega a ser, como muitos supõe, o ensino primário. As vítimas serão as crianças e suas famílias. A municipalização da instrução elementar, realizada assim de afogadilho, quase no fim do período letivo, é um absurdo que brada aos céus. Que se ensinará às crianças em tão curto espaço de tempo, quando a Prefeitura não tem sobre o assunto nenhuma organização, sendo obrigada a começar do princípio, recrutando professores, preparando as salas e fornecendo o material para o funcionamento das classes? (Demagogia com o ensino. OESP, 4 de setembro de 1956, p.14).

Figura 15 - Notícias Diversas “Demagogia com o ensino”: Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*



Fonte: (Demagogia com o ensino, O Estado de S. Paulo, 1956, p. 14).

Acervo: Acervo Estadão online. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>>. Acessado em: 25 de julho de 2018.

O texto alegava que o Estado, que contava com uma longa experiência, vinha falhando pela falta de prédios adequados. A Prefeitura, então, não teria condições de sanar o problema e teria uma ação aventureira, com interesses pessoais, em momento de proximidade da eleição:

Centos e quarenta classes nada resolvem. O "déficit" continua alarmante, apesar da solução adotada pelo Estado, do encurtamento do período das aulas. O secretário da Educação vem trabalhando para eliminá-lo, mas o caso é tão complexo que se arrasta lentamente, exigindo compreensão e paciência. E o Executivo estadual — note-se — tem atrás de si um corpo especializado, com longa prática de trabalhos dessa natureza, organizado há longos anos em forma de carreira... (Demagogia com o ensino. OESP, 4 de setembro de 1956, p.14).

Para o jornal, o prefeito tentava, afoitamente, fortalecer sua popularidade, a qual estava fragilizada, além de desmoralizar a gestão estadual, transformando a ação

municipal em um ato heroico à despeito do ensino fornecido pelo governador do Estado:

Colocando média de trinta alunos em cada classe, terá mais de quatro mil famílias agradecidas, que poderão representar cerca de dez mil votos, sem despendio (sic) de numerário, uma vez que os gastos serão pagos pelos cofres da Prefeitura. Para isso já anunciou a criação de uma associação de pais e mestres. [...] Quer sonegar apoio ao Executivo estadual e aparecer perante os olhos da população, exatamente daquela mais sensível aos largos gestos de falsa generosidade como um verdadeiro salvador. (Demagogia com o ensino. OESP, 4 de setembro de 1956, p.14).

Segundo o OESP, caberia ao prefeito assinar o Convênio Escolar e cooperar com a ação equilibrada do secretário estadual, Vicente de Paula Lima, para a solução ser, paulatinamente, resolvida. Mas foi preferido o caminho da demagogia, como conclui o artigo em *Notícias Diversas*:

Segundo a etimologia da palavra, demagogo significa “condutor do povo”. Entre os gregos, demagogo designava primitivamente o chefe do partido popular. Hoje, porém, demagogo tem outra significação. A palavra se desfigurou e passou a representar o homem que, através da falsidade, explora a população mais necessitada, inocente e simples. Demagogo, por exemplo, é esse indivíduo que anda por aí, e que, para conquistar simpatias, não se peja de ser aproveitar até mesmo de crianças pobrezinhas, tão abandonadas que nem sequer têm escolas do ensino elementar. (Demagogia com o ensino. OESP, 4 de setembro de 1956, p.14).

É perceptível que o espaço da seção *Notícias Diversas* privilegiava seu posicionamento contrário a municipalização em argumentos políticos, como o combate ao “trabalhismo demagógico” do prefeito. Tendo complacência com as ações do governo estadual, que tinha na secretaria um político udenista, o jornal ignoraria as políticas públicas municipais por terem à frente políticos de posicionamento político contrário do OESP. Na cobertura jornalística, teria pouco espaço para os possíveis benefícios da expansão do ensino primário com as construções escolares da Prefeitura.

Por outro lado, medidas estaduais eram exaltadas como na seção *Instrução Pública e Educação*, do dia 9 de setembro de 1956, que apresenta o otimismo no título: “Boas as perspectivas para solução do caso das matrículas primárias”. Segundo o texto, o titular da pasta da Educação vinha procurando coordenar levantamentos das necessidades das regiões escolares para o ano subsequente. Ou seja, o jornal comemorava medidas incompletas para valorizar o secretário à frente da administração de Jânio Quadros.

As medidas municipais eram dignas de pequenas notas na *Instrução Pública e Educação*, como aconteceria no dia 11 de outubro de 1956, que anuncia a criação do Serviço de Assistência ao Escolar, no decreto que regulamentaria as Caixas Escolares e Associações de Pais e Mestres, reservando verbas para o fornecimento de roupas e alimentação às crianças pobres durante o restante do ano em curso.

No dia 16 de outubro o jornal voltaria ao tema da municipalização em *Notícias Diversas*, com o texto intitulado “O Sacrifício do Ensino”. Neste, coloca a culpa da ambição do prefeito no “filão da falta de vagas no ensino primário” na incompetência do governo do Estado de acabar com o déficit e, à medida que as vagas do município da capital estariam sendo ampliadas com a instalação a cada mês de novas escolas municipais em decretos da autoridade municipal:

Surgiram as escolas municipais na segunda metade do segundo semestre. Sem nenhuma organização, a Prefeitura atirou-se à aventura do ensino primário, improvisando salas de aulas, recrutando de qualquer modo as professoras, arrebanhando crianças de todas as idades, porque não tinha, como nunca teve, nenhum interesse na educação, mas apenas benefícios eleitorais que o prefeito poderá obter com semelhante atitude. Agora, em meados de outubro, criam-se mais duzentas classes, anunciando que até as vésperas da conclusão dos cursos chegará à casa dos mil. (O Sacrifício do Ensino. OESP, 16 de outubro de 1956, p. 11).

Novamente o espaço opinativo afirmaria que as vítimas seriam as crianças e suas famílias, desviadas de um curso regular, com profissionais com experiência, para caírem no ensino improvisado:

[...] uma organização estabelecida de afogadilho, sem nenhuma preparação, sem estrutura, incapaz consequentemente de ministrar aos alunos uma instrução eficiente. E as famílias, porque já estão em dívida para com o prefeito, que as cadastrou, que se tornou credor de agradecimentos, e que, na ocasião oportuna, vai cobrar os votos que se julga merecedor. [...] Não obstante tenhamos feito o cálculo por alto, fica bem nítida a intenção eleiçoeira do prefeito, que vai pagar férias a professoras que mal iniciaram o seu trabalho, onerando absurdamente os cofres municipais, para obter êxito na sua desprimorosa investida política (O Sacrifício do Ensino. OESP, 16 de outubro de 1956, p. 11).

O jornal afirmaria que estaria acontecendo uma desmoralização do ensino com a medida tomada a todo custo para granjear prestígio eleitoral e lamentaria que, se o Estado tivesse atingido sua meta de sanar o déficit do ensino, não haveria espaço para o oportunismo da Prefeitura.

Dois dias após o artigo, o Secretário Estadual de Educação, com franco espaço no jornal, publica seu direito de resposta. Nele, refuta as acusações do editorial:

Não é justo assim, senhor redator, que para co-honestar a iniciativa da chamada municipalização do ensino se fique a invocar a todo momento uma incapacidade que em sã justiça o Estado não revelou, nesta Capital, pois, muito pelo contrário, sem prejuízo das suas tremendas responsabilidades com todo Interior do Estado, foi possível à administração estadual dar praticamente vazão à população escolar necessitada desta Capital, como ficou vista. (OESP, 18 de outubro de 1956, p. 8).

E sobre a municipalização, admite defender a proposta, com as ressalvas do contexto político:

Não somos, senhor redator, contrários à tese de municipalização do ensino, pela qual, muito ao revés, temos viva inclinação. Em que pese, todavia, as boas intenções de que estão imbuídos alguns dos que a estão levando a efeito, nesta hora, nesta Capital, não era este, evidentemente, o momento apropriado para se iniciar a experiência, muito menos nas proporções em que vem sendo feita.

O resultado é que aí estão Estado e Município a competir, desnecessária e até perniciosamente, em um mesmo terreno, no qual tão simples e natural era a harmonização de esforços, dentro do objetivo comum de assegurar o maior número possível das melhores escolas primárias para as crianças desta idade. (OESP, 18 de outubro de 1956, p. 8).

Vicente de Paula Lima denunciaria, então, que boa parte dos alunos, que frequentavam a escola estadual, estava migrando para a municipal e que havia descoberto que uma professora aproveitava a mesma sala. O mesmo material escolar e, inclusive, os mesmos alunos, para exercer, em turnos diferentes o cargo de professora do Estado e do Município. Criticava ainda que, a proposta inicial de ensino primário municipal, até a fase limitada ao dia 15 de dezembro, iria continuar no período de férias adentro e que elementos da Prefeitura estariam comparecendo em Grupos Escolares do Estado para aliciarem alunos para as escolas municipais.

O secretário finalizou sua carta lamentando novamente o rompimento do pacto de cordialidade e parceria que fazia a expansão do ensino na capital em parceria e acreditava que, em outro momento, em diferente clima político, poderia se iniciar a experiência da municipalização do ensino. Mas que, na conjuntura, por falta de honestidade de alguns dos homens que estavam levando à frente a empreitada, se perdia a bela ideia de descentralização.

Repercutindo a carta de Paula Lima, o jornal também utilizaria seu principal espaço opinativo, a seção editorial *Notas e Informações*, para colocar seu parecer diante das medidas tomadas pela prefeitura. No texto “Ameaça ao Ensino Primário”, o jornal relembra o funcionamento do Convênio Escolar, que gerou ganhos educacionais, até

mesmo arquitetônicos, e as soluções encontradas pela secretaria estadual para sanar, à medida do possível, os problemas na cidade. Porém, segundo o editorial, o prefeito teria tomado uma atitude de inconsciência perigosa:

[...] tendo entrado em luta com o governo do Estado, não somente resolveu criar cerca de mil salas de aulas, já no final do ano letivo, aliciando crianças que se achavam regularmente matriculadas em grupos escolares, mas, principalmente, segundo notícias que acabam de ser divulgadas, cogita de requisitar todos os prédios do Município atualmente cedidos a unidades escolares do Estado.

Este gesto, se for levado adiante, constituirá um procedimento criminoso. Desorganizar-se-á o ensino primário nesta Capital. As vítimas serão as crianças, que ficarão à mercê da improvisação, dada a circunstância de não ter a Prefeitura nenhuma experiência no campo da educação de primeiro grau. Será um descalabro, contra o qual cabe protestar, porque o Prefeito, cuja administração está com os dias contados, não tem o direito de sacrificar o futuro dos escolares para satisfação de seus inconfessáveis desígnios. (Ameaça ao Ensino Primário. OESP, 2 de novembro de 1956, p. 3).

O jornal afirma também que não estava em discussão a questão das vantagens e desvantagens da municipalização do ensino, lembrando que o próprio secretário estadual era simpático a proposta, prevista na Constituição Federal. Assim, a oposição era contra “isso que se anuncia. É até mesmo a simples divulgação da ameaça. Contra a calamitosa perspectiva nos levantamos, veementes, com o nosso protesto, que é também o protesto de toda a população de São Paulo.” (Ameaça ao Ensino Primário. OESP, 2 de novembro de 1956, p. 3).

Por fim, também em 1956, em *Notícias Diversas*, o jornal publica o editorial intitulado “O carro adiante dos bois”, que apresenta a medida de desdobramento do Departamento de Educação, Assistência e Recreio, da Secretaria da Educação e Cultura da Municipalidade. Segundo o artigo, a medida visava conseguir cabos para a campanha eleitoral que estava a começar, cooptando partidos políticos:

Como justificativa dessa providência de extrema importância, alega o prefeito que precisa regularizar a situação do professorado primário recrutado para levar adiante a sua derradeira aventura. Confesso, pois, implicitamente, por essa providência tardia, que não teve em mira o ensino das crianças da Capital, mas exatamente aquilo que transparece de outros seus atos, ou fazer propaganda política e infiltrar-se nos lares dos bairros da Cidade, para auferir vantagens eleitorais.

A verba imensa que pretende liberar, porém, não se destinará somente ao pagamento do professorado. Existem amigos dedicados que precisam ser premiados e, para eles, estão previstas remunerações que variam entre 16 e 20 mil cruzeiros, cabendo ao respectivo diretor vencimentos de 26 mil cruzeiros [...] (O carro adiante dos bois. OESP, 11 de novembro de 1956, p. 20).

Para o jornal, as medidas traçadas pela prefeitura, que começaram com a criação de escolas de forma improvisada, chegaria ao seu desfecho com a criação de cargos políticos, onerando os cofres públicos com o sistema de ensino que estava se oficializando:

Entra assim na fase executiva organizada a ideia da municipalização do ensino primário. No começo foi tudo feito atabalhoadamente, aliciando-se alunos dos estabelecimentos do Estado para a formação de classes municipais. Na faina de conseguir número, muitas professoras trataram de matricular crianças que já frequentavam grupos escolares. Chegou-se ao ponto, nesse capítulo, da formulação de convites dentro das próprias salas de aulas, tal como sucedeu num grupo da Segunda Delegacia desta Capital. De outra feita as autoridades do Estado descobriram uma professora que usava de método ainda mais prático e eficiente; aproveitava a mesma sala, as mesmas carteiras, o mesmo material escolar e os mesmos alunos, pois assim matava dois coelhos com uma só cajadada: recebia ao mesmo tempo do Estado e da Prefeitura!

O projeto visa regularizar essa situação. Já não é sem tempo. Cerca de mil escolas primárias, que começaram a funcionar nas vésperas da terminação do ano letivo, vão agora, durante as férias, ser devidamente regulamentados. Serão criados os organismos superiores, destinados a disciplinar o ensino a ser ministrado e organizar-se-á o indispensável serviço de fiscalização, para verificação do índice de aproveitamento dos alunos, bem assim da capacidade de seus respectivos mestres. E tudo isso às pressas, porque vindo logo mais as eleições, é possível que o novo prefeito mude de orientação...

Eis aí mais uma prova da política eleiçoeira do chefe do Executivo municipal. Não contente com lançar a Prefeitura numa luta para a qual não estava preparada, fez mais: fez o carro andar adiante dos bois, criando escolas sem ter, atrás do professorado, uma rede de educadores dirigentes que lhe traçasse um roteiro pedagógico a ser obedecido. (O carro adiante dos bois. OESP, 11 de novembro de 1956, p. 20).

Assim, o jornal finalizaria seu ataque ao ensino primário municipal, em 1956, utilizando argumentos de Paula Lima e alegando que as medidas tomadas na derradeira da administração municipal tentavam garantir a continuidade da política municipalista pelo próximo prefeito.

O jornal tinha a expectativa que, na eleição que aconteceria em março de 1957, o candidato udenista Francisco de Prestes Maia, que costurava uma sólida aliança de partidos, ganhasse a disputa. Porém, não contava com a candidatura de seu maior inimigo, o pessepista Adhemar de Barros que, mesmo sem coligação, venceria o pleito eleitoral e a coligação do PSP e PRP venceria também a eleição do vice-prefeito, com Cantídio Nogueira Sampaio.

Adhemar não apenas manteria a municipalização, como utilizaria argumentos a favor da proposta na campanha eleitoral, como será apresentado.

A cobertura jornalística do *O Estado de S. Paulo* ganharia um coro de oposição ainda maior à prefeitura e ao ensino primário municipal no novo momento político, que se iniciaria em 1957, como apresentaremos no próximo capítulo.

3. A cobertura jornalística do OESP pós-municipalização do ensino em São Paulo (1956-1960)

3.1. Adhemar de Barros à frente da Prefeitura de São Paulo

No final da década de 1950, muitas famílias paulistanas procuram escolas para os seus filhos. O começo de 1957 teria o tema da falta de vagas de forma recorrente na cobertura jornalística.

O jornal *O Estado de S. Paulo* apresenta em editorial no dia 10 de janeiro de 1957, seu posicionamento contrário ao projeto de municipalização da educação paulistana. Segundo uma manchete do jornal, estava em curso uma “Demagogia pseudo-municipalista”. Para o espaço de opinião, a municipalização era algo que, visto de forma superficial, poderia aparentar uma grande medida, tendo em vista a falta de escolas e outras que atendiam de forma precária, com “tresdobramento” de horários. Porém, segundo o editorial, a criação da nova rede não atendia ao interesse público.

O jornal afirmara que a ideia da criação de uma rede municipal de escolas na capital, poderia representar a solução ideal para um problema no atendimento das necessidades da população em idade escolar, que o Estado não estava cumprindo satisfatoriamente. Em tese, caberia ao Município suprir as deficiências patentes realizando, pelo menos, uma tarefa supletiva que as condições presentes urgentemente reclamavam. Dentro dessa premissa, se apoiaram na doutrina municipalista defendida por Anísio Teixeira e seu grupo, que o jornal não se opôs:

A municipalização do ensino, de acordo com o modo de ver destes técnicos e educadores, extinguirá os males decorrentes de uma administração centralizadora que asfixia as escolas porque tolhe a liberdade de seus movimentos. Estruturada em função das necessidades municipais, a escola poderá preencher cabalmente o seu fim: não será uma instituição adventista e artificial, mas uma unidade de trabalho ajustada ao meio social a que pertence. Há, evidentemente, alguma parcela de razão nesta ousada doutrina. (Demagogia pseudo-municipalista. OESP, 10 de janeiro de 1957, p.3).

O jornal, entretanto, pondera a disparidade de situações que se encontravam os municípios brasileiros e, sobre a capital paulista, afirma que:

Não foram, todavia, razões idealistas e desinteressadas que conduziram a atual administração municipal à criação de uma rede de escolas subordinada à Prefeitura de São Paulo. O atual secretário de Educação e Cultura do Município é um mestre escola de fôlego curto no domínio das teorizações. O que se visa, no caso, é a realização de um trabalho de aparatosa demagogia. Cobrindo os claros – alguns

apenas de reduzida importância - da rede educacional estadual, o prefeito e os seus auxiliares terão assunto para ser explorado na campanha que se aproxima. A verdade é que a Prefeitura até agora não demonstrou estar em condições de atender serviços mínimos de sua estrita competência. (Demagogia pseudo-municipalista. OESP, 10 de janeiro de 1957, p.3).

Assim, o jornal dissociou a defesa da municipalização de Anísio Teixeira das ações empreendidas pelo secretário Henrique Ricchetti e do prefeito Wladimir de Toledo Piza. O jornal continuou apresentando sua análise do plano do município:

O pior, porém, é que esta desatinada demagogia compromete os empenhos que se vinham fazendo no sentido de eliminar as falhas da rede escolar existente no que se refere ao máximo aproveitamento de sua capacidade. Sem um plano pacientemente amadurecido e sem a coordenação dos esforços nas duas administrações – a estadual e a municipal – o “déficit” escolar tende a agravar-se nos próximos anos. A superposição de dois sistemas com professores desigualmente remunerados acarretará desperdícios injustificáveis e gastos inúteis. Acresce ainda que a desastrada experiência agora ensaiada pela Prefeitura, pela importância do centro urbano em que se realiza, poderá comprometer o próprio princípio da municipalização, sinceramente defendido por um grupo realmente interessado em servir os verdadeiros interesses do ensino. (Demagogia pseudo-municipalista. OESP, 10 de janeiro de 1957, p.3).

Nos anos analisados por esta pesquisa, o OESP pouco tratou sobre a construção ou oficialização de escolas municipais. A exceção seria uma nota, no dia 29 de janeiro de 1957, na qual informa que havia sido inaugurado um estabelecimento de ensino que abrigaria as escolas agrupadas de Vila Nova Manchester, na Zona Leste⁵².

O tema da falta de escolas apareceria no jornal pela primeira vez em 1957. Provavelmente como reação a outros jornais que concederam importante tratamento ao tema e eram, inclusive, porta-vozes dos anseios dos trabalhadores que exigiam escolas aos seus filhos. Na edição de 2 de fevereiro de 1957, o OESP traz uma matéria com reportagem visitando diversos bairros da capital, apontando a gravidade da falta de vagas. O repórter percorreu os bairros de Jardim Japão, Vila Maria, Lapa e Belém ressoando o problema da precariedade das escolas e das vagas, de forma similar com a cobertura jornalística de outros impressos da capital.

Dias após esta matéria, o jornal, novamente, presta o direito de resposta ao gabinete do Secretário Estadual de Educação. Na seção *Instrução Pública e Educação*, do dia 06 de fevereiro, o jornal publicou a resposta intitulada “O problema das matrículas nas escolas primárias da Capital”. A carta considerava fatalista a abordagem,

⁵² Atual EMEF Guimarães Rosa.

afirmando que o governo estava tomando todas as medidas necessárias para sanar o problema e acusaria a Prefeitura como corresponsável no caso agravante:

Não cabe, em face do exposto, a acusação de que o governo do Estado se manteve inerte ante as perspectivas do problema, para 1957. Pelo contrário, fez o que estava ao seu alcance, para conjurar a dificuldade que lhe foi imposta, quando a Prefeitura Municipal de São Paulo, precipitada e inesperadamente, deliberou enveredar pelo rumo de uma imediata e intensa municipalização do ensino, retirando ao Estado a colaboração representada pelo oferecimento dos prédios escolares e gerando assim um problema que, evidentemente, não poderia ser solucionado, na sua amplitude, no curto espaço de tempo decorrido. (O problema das matrículas... OESP, 06 de fevereiro de 1956, p. 5).

Figura 16 - “Por falta de vagas muitas crianças ficarão sem escola em São Paulo”: Reportagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*



Fonte: (Por falta de vagas..., *O Estado de S. Paulo*, 1957, p. 7).

Acervo: Acervo Estadão online. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>>. Acessado em: 25 de julho de 2018.

No dia 9 de fevereiro, o jornal fornece novamente ao leitor uma reportagem apresentando os problemas do ensino primário na Capital. Dessa vez, alertavam que escolas estaduais estavam começando a ter o risco de fechamento por ociosidade, ocasionada pela abertura de instituições municipais em bairros próximos, gerando assim pouca demanda nas escolas estaduais mais antigas.

A matéria, destacada abaixo, detalha a forma de expansão do ensino municipal:

As escolas primárias que a Prefeitura da Capital está instalando nos bairros periféricos, escolas essas do tipo chamado “provisório”, estão causando sérios problemas ao planejamento e distribuição dos grupos escolares do governo do Estado. A criação desse tipo de estabelecimento de ensino, segundo apurou a reportagem, está sendo feito por professoras primárias que ainda não exercendo o magistério, procuram os pais de crianças em idade escolar, visitando com antecedência cada família e formando, em casa particular, uma classe de alunos de primeiro ano. Em seguida comunica a instalação da nova escola a Secretaria de Educação da Municipalidade, a qual, depois de receber os documentos recomendados, emite o ato de nomeação da

professora, ficando esta fazendo parte do magistério municipal, recebendo vencimentos próprios do cargo, além das instalações e material escolar. Muitas dessas escolas “provisórias” já estão em funcionamento e a maioria delas bem próximas a grupos escolares do governo do Estado. (O problema do ensino primário na Capital. OESP, 9 de fevereiro de 1957, p. 8).

A reportagem apresentou casos de escolas estaduais visitadas, nas quais existiam vagas para o primeiro ano e, em outras escolas, mais distantes das escolas municipais, onde a afluência era enorme e as vagas poucas, deixando assim exposto o desequilíbrio da ação da Prefeitura, que criaria escolas sem um mapeamento das demandas.

O primeiro caso relatado pela matéria foi no bairro da Vila Alpina, no G.E. Dr. Francisco Borges Vieira que, quando visitado pela reportagem, tinha filas de pessoas interessadas em vagas, as quais, todavia não tinham sido disponibilizadas e os moradores afirmaram à reportagem que o diretor da escola estaria trabalhando para fechar o estabelecimento, sob a alegação da existência de uma escola da prefeitura no entorno⁵³.

Algo parecido é apresentado no caso do G.E. Prof. Afonso César Siqueira, em Vila Gomes, com a instalação de uma escola municipal nas imediações⁵⁴. Também o G.E. Prof. Adelaide F. de Oliveira, na Vila Guilhermina, teve poucos interessados nas matrículas por ter, na zona, três escolas da Prefeitura que absorveriam os alunos⁵⁵.

A reportagem também detectou e expôs a desproporção de situações dentro da rede estadual e o ensino do município. Mas, por outro lado, a equipe do OESP não visitou nenhuma das escolas municipais mencionadas, e, mesmo assim, sugeriu que estas seriam um problema.

O jornal prosseguiu dando espaço a Vicente de Paula Lima, em uma oposição ao empreendimento municipal. Na seção *Instrução Pública e Educação* do dia 13 de fevereiro, a matéria intitulada “Matrícula garantida para crianças que procurarem escolas estaduais”, que apresentavam estimativas de atendimento por parte do governo estadual e referia-se à contribuição do ensino primário municipal, criticando que

“se o mesmo tivesse disso articulado com o ensino estadual os resultados teriam sido excelentes para o município, pois que, sem alguns locais pôde atender, realmente, às necessidades, em outros se limitou simplesmente a retirar alunos das escolas estaduais”

⁵³ A escola municipal mencionada é a atual EMEF Prof. Queiroz Filho, que teve início de funcionamento em 16 de janeiro de 1957.

⁵⁴ Atual EMEF D. Chiquinha Rodrigues.

⁵⁵ A reportagem também apresentou a situação dos Grupos Escolares Don Bernardo R. Nogueira, Da. Zalina Rolim, e Humberto de Campos. Estes casos, sem escolas municipais no entorno.

(Matrícula garantida para crianças... OESP, 13 de fevereiro de 1957, p.9).

Devido ao período eleitoral, o jornal começaria a dar evidência a Prestes Maia (UDN), candidato a prefeito que OESP apoiaria na eleição. Em diversas de suas edições, o jornal destacou a campanha do candidato e, no seu editorial critica os concorrentes. Na edição de 14 de fevereiro, o matutino apresentou matéria com a manchete: “Pontos do programa do Sr. Prestes Maia para os bairros periféricos de São Paulo”. Além do texto propagandístico, a publicação atacou o principal adversário do candidato udenista, Adhemar de Barros, e também acusou o prefeito Wladimir Toledo Piza de coagir o professorado municipal a votar em seu candidato na eleição, o político Oscar Pedroso Horta. Segundo esta mesma reportagem, uma reunião teria acontecido com mil professoras presentes, no Gabinete do Prefeito, cujo objetivo era o de orientar os docentes a trabalharem a carta-testamento de Getúlio Vargas em sala de aula. Além disso, o encontro visava solicitar o apoio dos educadores ao candidato a prefeito do PTB.

Após o término de sua oração saudosista, o titular da Municipalidade paulistana entrou para o terreno da sucessão municipal, começando por atacar o sr. Prestes Maia, que disse ser o candidato dos reacionários e ladino representante dos “tubarões”. A esta altura, acrescentou que o sr. A. de Barros é o “tubarão” em pessoa.

Em seguida, asseverou que a campanha política do sr. Pedroso Horta era pobre e que os jornais não seriam “comprados”, mesmo porque “não se compra um jornal por menos de 100 milhões de cruzeiros”.

Solicitando, logo após, o voto das professoras e concitando-as a promover a campanha em favor do sr. Horta, passou a palavra a este candidato.

Começou o presidente da Companhia Municipal de Transportes Coletivos afirmando que, se eleito, ficaria no Governo Municipal por quatro anos, e, acrescentando que os srs. Prestes Maia e A. de Barros queriam fazer da Prefeitura um trampolim de suas pretensões políticas.

Outrossim, o sr. Oscar Pedroso Horta aliançou que o sr. Prestes Maia havia declarado que, caso fosse eleito, demitiria 7300 extranumerários, inclusive as professoras recém nomeadas.

Para os comícios que o sr. Piza fez na manhã e tarde de ontem, o Gabinete do prefeito foi cuidadosamente ornamentado com palmas e flores, que cobriam o “palanque” armado para os discursos do chefe do Executivo Municipal e do seu candidato. Dezesseis ônibus da CMTC ficaram estacionados durante quase 4 horas no Ibirapuera, para o transporte das professoras municipais.

Cumprе salientar que os referidos ônibus foram retirados de suas linhas nas horas de maior movimento de passageiros, pois a “preleção” eleicoeira do prefeito, à tarde, alongou-se das 16 às 18 horas. (Pontos do programa do Sr. Prestes Maia... OESP, 14 de fevereiro de 1957, p. 4).

O texto de caráter acusatório é marcante do tipo de jornalismo praticado pelo OESP, ao longo da década, tendo os assuntos educacionais mesclados com os interesses políticos. Ao mesmo tempo, ressalta-se o antigetulismo, mantido na linha editorial do jornal que distanciava o órgão do prefeito da capital. Wladimir de Toledo Piza chegou, até mesmo, a publicar um livro de exaltação à figura de Getúlio Vargas⁵⁶.

A reportagem corrobora a ideia de constituição de um ensino primário municipal como estratégia de alavancar os anseios políticos do grupo de Piza. A criação de cargos a diversas professoras e a possível ameaça do fechamento das escolas municipais foi utilizada no debate político da campanha eleitoral.

Na mesma edição, no espaço opinativo de *Notícias Diversas*, o jornal publicou o texto “Sórdida Exploração” também denunciando o prefeito Toledo Piza. Segundo o texto, diante do civismo e da elevação moral, acumulavam-se manifestações de condenação da atitude do prefeito em cometer um golpe demagógico às vésperas da eleição, trazendo à luz a figura de Vargas:

Impingir às crianças das escolas primárias municipais a leitura sistemática de um documento que, se alguma coisa relembra, pelo seu conteúdo e pela sua real significação, é o lodaçal, a podridão em que os aproveitadores do regime instituído pelo ex-ditador acabaram afogando o seu benfeitor, levando-o a buscar no suicídio a solução que os seus apaniguados não lhe permitiram encontrar noutra fórmula menos desesperada [...] não pode deixar de causar espanto a iniciativa desse leviano, que com inconsciência se abalança a afrontar a opinião pública, na suposição de que melhor se firma, assim, na estima das massas ignaras. (Sórdida Exploração. OESP, 14 de fevereiro de 1957, p.9).

Segundo o texto, o jornal se recusou a acreditar que tal calamidade estaria ocorrendo, mas o ato com as professoras no Ibirapuera comprovou o uso político da máquina pública por parte do referido prefeito. A publicação afirmara que as professoras se recusaram a veicular o documento, por alegarem ser um instrumento inconveniente para a formação cultural e psíquica dos estudantes.

Trata-se de uma peça que poderia criar transtornos ao espírito infantil, pois, além de ser discutível a sua autenticidade, está versada em linguagem imprópria à compreensão dos pequenos escolares, que iniciariam confusamente, com tal leitura, sua educação cívica. Mas nem porque, como tudo indica, esteja já gorada a ignóbil tentativa do sr. Toledo Piza, deve ela passar sem o mais vigoroso repúdio, sem a mais veemente repulsa dos brasileiros dignos. (Sórdida Exploração. OESP, 14 de fevereiro de 1957, p.9).

⁵⁶ O livro “Por quem morreu Getúlio Vargas”, lançado em 1998. Além disso, o autor construiu sua versão sobre a municipalização em seu livro de memórias intitulado “Depoimento”, em 1976.

O artigo termina defendendo o fim da politicagem nas eleições que se aproximavam.

Dentro da campanha do OESP no período eleitoral, o editorial, do dia 17 de fevereiro de 1957, intitulado “A organização dos sistemas educativos” voltou ao tema da municipalização do ensino e os problemas da proposta originada na administração de Toledo Piza.

Para o jornal, a decisão da administração municipal de instalar suas escolas, sem o auxílio do Estado, não havia trazido nenhum benefício para o ensino. O regime anterior, iniciado com o convênio escolar, ainda seria a melhor alternativa para a expansão da rede pública escolar. A parceria evitaria desperdício financeiro e garantiria um programa em comum no ensino elementar, gerando os resultados que o OESP explanaria:

Agora, sem o convênio escolar, as duas administrações mal disfarçam seu antagonismo, e o resultado é a criação de escolas em bairros que não têm delas tanta necessidade como outros que inutilmente reclamam a instalação de novas classes. Ninguém pretende negar ao Município o direito de instalar e manter suas próprias escolas. Lamentável, todavia, é que a administração municipal, arrastada por motivos exclusivamente partidários, e sem quaisquer entendimentos com as autoridades estaduais, procure realizar por si só um programa para o qual não dispõe de recursos suficientes. (A organização dos sistemas... OESP, 17 de fevereiro de 1957, p. 3).

O impresso defendia que órgãos consultivos do Estado fiscalizem e acompanhassem o trabalho municipal e pregoaria que a Lei de Diretrizes e Bases, em tramitação, fosse clara nos limites de atuação de cada órgão executivo.

Quanto à ação do governo estadual, o jornal manteve complacência ante aos problemas, credenciando ao secretário Paula Lima as medidas que diminuiriam as dificuldades no sistema de ensino. Na mesma edição, foi publicada uma matéria intitulada “Iniciam-se amanhã as aulas nos Grupos”, e se apresentava como subtítulo “A situação do ensino primário, suas deficiências e o que as autoridades de educação estão fazendo”⁵⁷.

A reportagem apresentou uma tabela da quantidade de matrículas que foram ofertadas nos anos anteriores, destacando o aumento da oferta e do acesso na gestão. Com a nova demanda, foram necessárias medidas para a expansão, como explica o texto:

⁵⁷ Tema este que apareceria de forma recorrente no período e que pode ser observada nas fotos do Arquivo do jornal *Última Hora*.

Por estes dados, já se pode divisar o vulto das atividades das autoridades do ensino primário e, principalmente, os encargos para a administração com o aumento anual dos pedidos de matrículas, problema que a Secretaria da Educação vem enfrentando com firmeza: nos últimos dezoito meses, foram criadas cerca de 3200 classes novas. O que representa o trabalho de instalação desse número de classes indica parte dos problemas que a atual administração do ensino teve de enfrentar para acudir às necessidades, cada vez maiores, de vagas nas escolas primárias. (A situação do ensino primário... OESP, 17 de fevereiro de 1957, p. 29).

Figura 17 - Filas para matrícula nas escolas públicas



Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo
Acervo Iconográfico do Jornal *Última Hora*, disponível em:
http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/acervo_iconografico

Figura 18 - Filas para matrícula nas escolas públicas



Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo
Acervo Iconográfico do Jornal *Última Hora*, disponível em:
http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/acervo_iconografico

Figura 19 - Fila para matrícula nas escolas públicas



Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo
Acervo Iconográfico do Jornal *Última Hora*, disponível em:
http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/acervo_iconografico

O chamado “desdobramento dos turnos escolares”, que chegaria a quatro períodos, foi apresentado pelo jornal como um ponto fraco da administração estadual. Porém, trazendo a palavra do governo, o OESP esclareceu que apenas três dezenas de escolas teriam no próximo ano o regime nesse formato, e que, por um espaço de tempo que não levaria mais do que meio ano letivo, o problema seria regularizado.

A reportagem apresentou os pontos de ação estadual e ignorou qualquer dado ou atividade desenvolvida pela administração do município da capital. Claramente, a reportagem utilizou-se do espaço para apresentar pontos positivos da atuação de Vicente de Paula Lima, secretário da educação, no governo de Jânio Quadros.

As políticas públicas municipais possuíam pouco destaque, sem a palavra oficial das autoridades. Como aconteceria no dia 19 de fevereiro, na nota “Novas escolas municipais”. Segundo o informativo, o prefeito anunciou em seu gabinete, para os jornalistas alocados, que baixaria decreto criando crédito especial para a instalação de setecentas escolas municipais. De acordo com o jornal, o político afirmara que já estavam inscritas setecentas professoras, cada qual com quarenta crianças e uma sala de aula, o que representaria vagas para vinte e oito mil novos alunos a serem atendidos. Por fim, o chefe do executivo paulistano disse que havia acabado de inaugurar as Escolas

Agrupadas “Cardeal Mota”, no bairro do Ipiranga, onde funcionariam vinte salas de aula, mantidas pelo Ensino Primário Municipal⁵⁸.

Ao final da gestão de Toledo Piza, foi uma tendência a unificação de salas isoladas criadas por professoras, constituindo as Escolas Agrupadas em diversos bairros e em diferentes decretos publicados nos primeiros meses de 1957. O prefeito claramente utilizou-se dos últimos meses de seu governo para expandir a iniciativa municipal, deixando ao sucessor uma expressiva quantidade de escolas a ser administrada dentro do orçamento municipal.

Em virtude da ação do prefeito, o tema voltaria ao *Notas e Informações*, no dia 23 de fevereiro. Com o título “Municipalização do ensino”, o jornal alegaria não ser opositor da proposta, entretanto, o ensino primário, que concedia orientações aos indivíduos, que não prosseguiriam com os estudos no ensino secundário, deveria ter cuidados excepcionais para não se degenerar. Por esse motivo, caberia um caráter de peculiaridade que só se encontraria com corpo docente qualificado e organização administrativa que desenvolvesse o rumo pedagógico.

Na opinião do OESP, o Estado estava falhando na garantia do ensino, mas teria recursos financeiros e estrutura de pessoal para, com a experiência garantida por décadas, providenciar o atendimento. Já a Prefeitura, resolvera de uma hora para outra, por mera demagogia, criar “a jato” mil escolas primárias de forma improvisada e às vésperas das férias escolares. O jornal avalia que a municipalidade:

Não quis saber dos resultados obtidos quanto à instrução das crianças. Viu apenas, através dos alunos, que podia chegar a seus lares. Então, agora, num segundo impulso, tão inferior quanto o primeiro, abre um crédito de cem milhões de cruzeiros para atender às despesas de mais setecentas escolas... Chega a ser criminosa, no sentido vulgar da expressão, essa exploração do ensino em vésperas da eleição. Lança-se a Prefeitura num setor que desconhece, assumindo uma responsabilidade muitas vezes acima de suas forças, tão só porque o chefe do Executivo Municipal pretende intensificar a sua infiltração no recesso das famílias. É mais uma aventura, como a do “metro”, com a diferença de que, num caso, está em jogo apenas o patrimônio da municipalidade, enquanto, no outro, são destinos que ficam à mercê do carreirismo político. (Municipalização do ensino. *OESP*, 23 de fevereiro de 1957, p.3).

O OESP atacou a gestão do petebista, e, à sua maneira, apoiaria a administração de Jânio Quadros. A contraposição das duas gestões se fez constantemente nas páginas do matutino, em diversos temas, como ocorreu nas propostas do prefeito de circulação

⁵⁸ Decreto nº4477, que seria publicado no dia 27 de fevereiro de 1957.

do transporte público e o plano de criação do metrô na cidade. Sobre a educação, continuou o editorial:

Não há, em São Paulo, ensino municipal. Existem salas improvisadas, professores e alunos. Falta o resto. O espírito de classe do professorado, a emulação sadia, a própria abnegação. No lugar do mestre-escola, que tem amor ao seu serviço, que prolonga a autoridade paterna, temos o funcionário público, quase insensível, recrutado às pressas, pelo regime da proteção, e que leciona como se estivessem numa repartição. É por isso que o prefeito pôde mandar afixar nas escolas municipais cópias da suposta carta-testamento do presidente-suicida. Porque não encontrou pela frente nenhum educador que se opusesse aos seus desígnios, que reagisse contra um absurdo, tal como aconteceria se o sr. governador do Estado tomasse idêntica iniciativa. Ninguém pode ser contrário à tese da municipalização do ensino. Não condenaríamos o ato do prefeito municipal se vissemos em sua atitude uma intenção honesta. Infelizmente, atrás das belas invocações, das palavras ressonantes, há apenas uma atitude falsa. O intuito inconfessável, que não pode ser declarado publicamente, tamanha a sua desfaçatez. (Municipalização do ensino. *OESP*, 23 de fevereiro de 1957, p.3).

O jornal alegou que sua oposição às medidas se deu por causa da tradição política dos gestores responsáveis, e não por critérios pedagógicos, apesar de também os apresentar.

No mesmo espaço do jornal, no editorial do dia 18 de abril, foi reiterado o apoio às ações do secretário estadual de educação com texto: “O caminho a seguir”:

A administração do sr. Vicente de Paula Lima, pela honestidade de propósitos que a anima, impôs-se ao respeito até dos seus próprios adversários. O programa traçado por s. exa. no sentido de eliminar o “déficit” escolar por intermédio de construção de galpões e do desdobramento de classes, patenteia a decisão e o modo pelo qual o sr. Janio Quadros vem enfrentando um dos mais graves problemas educacionais. (O caminho a seguir. *OESP*, 18 de abril de 1957, p.3)

As atividades de implantação da municipalização do ensino continuariam a serem, apenas, notas no *OESP*. Foi o caso da edição do dia 20 de março, que tratou do “Levantamento sanitário dos alunos das escolas municipais”, com visitas nas escolas primárias de Vila Alpina, Vila Nova Manchester, Jardim Japão, Cardeal Motta, Parque Sevilha, Cangaíba, Vila Formosa e Vila Industrial. Na mesma nota informativa, o jornal noticiou que o prefeito assinara um decreto criando as Escolas Primárias Agrupadas de Cangaíba⁵⁹, com oito unidades, e as Escolas Primárias Agrupadas de Vila Nova Manchester⁶⁰, com vinte unidades. Algo similar aconteceu na edição do dia 26 de

⁵⁹ Decreto nº3.499, de 18 de março de 1957.

⁶⁰ Decreto nº 3500, de 18 de março de 1957. As Escolas Primárias Agrupadas de Vila Nova Manchester são denominadas receberam o nome atual de EMEF Guimarães Rosa.

março, ao anunciar que o prefeito havia autorizado a construção de mais nove Grupos Escolares nas localidades de Cidade Vargas, Cidade Dutra, Jardim da Saúde, Vila Formosa, Vila Diva, Jardim São Paulo, Pirituba, Vila Lauritânia e Jardim da Penha. Inclusive, na edição de 4 de abril, quando o jornal anunciou, em pequena nota, que o secretário de educação e cultura havia convocado professores para participarem de forma obrigatória do curso de *Metodologia da Leitura e do Cálculo*, no Auditório da Biblioteca Municipal.

Figura 20 - Escolas Municipais Agrupadas Prof. Lineu Prestes (1958)



Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo

Acervo Fotográfico disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/foto/>

No clima da campanha eleitoral, o jornal publicou, no dia 21 de março, que o governador do Estado, o secretário de Educação e o candidato da UDN, Francisco Prestes Maia, haviam encontrado entendimentos, caso o candidato vencesse a eleição, para a subvenção do Estado ao ensino municipal. Segundo o jornal, o plano traçado seria o seguinte:

[...] o Executivo Estadual, no intuito de prestar colaboração ao futuro prefeito da cidade, subvencionará o Município para a Manutenção do ensino e professorado municipais, em importância correspondente aos serviços poupados ao Estado e assumidos pelo Município.

Esse auxílio será prestado até que, reorganizadas as finanças municipais, sob a direção do engenheiro Prestes Maia, possa o Município de S. Paulo assumir, na sua plenitude, a responsabilidade constitucional que lhe compete, em relação ao ensino. (Subvenção do Estado ao ensino municipal. OESP, 21 de março de 1957, p. 13).

Figura 21 - Escola Municipal de Vila Curuçá (1958)



Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo

Acervo Fotográfico disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/foto/>

Sendo porta-voz do candidato, o jornal procurou conter a reação de eleitores temerosos com a extinção das escolas municipais, caso o udenista vencesse a eleição.

Ainda em campanha a favor de Prestes Maia, e utilizando o tema educacional como mote, o jornal publicou em 22 de março de 1957 o “Manifesto de Professores Municipais à População”. O documento foi assinado por 14 profissionais, inspetores escolares e professores municipais, e tinha como objetivo conhecer as intenções de cada um dos candidatos a respeito do ensino na capital.

Segundo o documento, o grupo de profissionais entrou, primeiramente, em contato com o candidato Francisco de Prestes Maia, que, após reunião com Vicente de Paula Lima e Jânio Quadros, encaminhou aos organizados um plano segundo o qual o ensino primário municipal seria mantido juntamente com todos os professores por meio de subvenção do Estado com o Município. Segundo o manifesto, os educadores estariam prontos a continuar suas indagações quando foram ameaçados pela Secretaria de Educação e Cultura da Municipalidade, alegando que estavam agindo a favor de determinado candidato. Além disso, quando o coletivo se preparava para entrevistar o candidato Adhemar de Barros, foram favorecidos no trabalho com a publicação no jornal “O Dia” dos planos de governo do pessepista. A partir disso, o grupo se posicionou:

[...] diante da avaliação minuciosa que fizemos dos dois documentos daqueles candidatos; diante da ousadia de um elemento inescrupuloso que como pseudo líder do professorado proclamou num jornal desta cidade, que todos os professores municipais unanimemente apoiariam a candidatura do sr. A. de Barros, desrespeitando assim o nobre professorado municipal, ofendendo também a dignidade daqueles que legalmente possuem o direito de representação do magistério

municipal; diante da atitude profundamente antidemocrática do prof. Ricchetti que transforma atualmente todas as reuniões pedagógicas em verdadeiros comícios para um candidato que não tem a menor possibilidade de eleição; que transforma as reuniões pedagógicas em verdadeira chuva de ameaças contra aqueles professores que não lhe sejam “gratos”; e diante da proibição do sr. Ricchetti, pela qual não teremos acesso à Divisão de Ensino porque, sem paixão política, analisamos as três candidaturas, avaliando a capacidade e as possibilidades de cada candidato a fim de escolhermos um que realmente corresponda aos altos interesses do Ensino Municipal; ultrajados em nossos princípios de dignidade, de liberdade política e em nosso ideal que é o elevado amparo social e cultural à criança paulistana – viemos à público – protestar veementemente contra todas as indignidades que se têm verificado nestes dias dentro do Ensino Municipal contra o gesto do sr. Secretário de Educação e Cultura da Municipalidade que alucinado por determinada candidatura se esquece dos rudimentares princípios de liberdade política, de decência e de dignidade humana a alertar o professorado municipal sobre o conteúdo dos dois compromissos já publicados, daqueles candidatos, máxime sobre o do sr. Prestes Maia a fim de que possamos consolidar a obra educacional que já iniciamos e dar ao povo paulistano um prefeito digno das tradições de São Paulo. (Manifesto de Professores Municipais à População *OESP*, 22 de março de 1957, p. 4) ⁶¹.

O documento construído para consolidar apoio ao candidato Prestes Maia procura aparentar isenção do grupo de profissionais, ao caracterizar ser um movimento buscando entender as propostas dos proponentes. O manifesto era uma estratégia para veicular à categoria de professores e, conseqüentemente, aos pais dos alunos atendidos, que o candidato udenista não iria acabar com o recente ensino municipal e que manteria o emprego dos profissionais. Quanto aos outros candidatos, o manifesto faz acusações, sem apresentar as propostas dos mesmos. A veiculação no *OESP* só reforça a atuação do veículo na campanha eleitoral.

Em 24 de março de 1957, Adhemar de Barros foi eleito prefeito da cidade de São Paulo, derrotando Francisco Prestes Maia, e sucedendo Vladimir de Toledo Piza. A administração de Adhemar seria marcada pelo conflito com o governador Jânio Quadros, o afastamento do cargo em duas eventualidades, para se candidatar a governador, em 1958, e a presidente da República, em 1960, em ambos os casos sendo derrotado e retornando à Prefeitura.

⁶¹ Assinaram o documento Guido Henrique Meinberg (não como Presidente da “APM”); os inspetores escolares: Maria Aparecida de Almeida Machado, Eneida Palma Leite; Roberto Simões; Luiz David Sobrinho; José Neto Morato de Carvalho Ricardo Oscar Rossi de Oliveira e Eglantina do Valle e as professoras municipais: Maria Ignez Dias, Neide Ferreira Guarnieiro, Maria Aparecida Gonçalves de Oliveira, Waldomiro Weschenfelder e Joanna D’Arc de Miranda Vicente.

Figura 22 - Manifesto de Professores Municipais à População. Documento publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*

O ESTADO DE S. PAULO — SEXTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 1957

Manifesto de Professores Municipais à População

Professores municipais de São Paulo distribuíram ontem o seguinte manifesto ao povo:

"Como professores municipais que somos, como verdadeiros defensores do Ensino Municipal, neste momento em que se disputa o cargo de Prefeito desta Capital, sentimos a grande necessidade de uma entrevista com os senhores candidatos a fim de suscitarmos as intenções de cada um deles a respeito do Ensino Municipal.

Inicialmente, pusemo-nos em contacto com o sr. Francisco Prestes Maia que após conferência, com o sr. secretário de Educação, Ministro Paulo Lima e o sr. governador do Estado dr. Janio Quadros, forneceu-nos por escrito um acordo assinado pelo sr. Governador, pelo dr. Paulo Lima e por ele, dr. Prestes Maia, segundo o qual o Ensino Municipal seria mantido juntamente com todos os professores municipais através de subvenção do Estado ao Município, como aliás foi publicado, dia 20 deste mês, no jornal "A Gazeta". Em posse deste documento, já nos preparavamos para ouvir os outros dois candidatos quando sobre a Secretaria de Educação e Cultura da Municipalidade se desencadeou um verdadeiro caudal de ameaças para aqueles elementos que, sem nenhuma intenção política mas movidos unicamente por um ideal — a verdadeira municipalização do Ensino nesta cidade, não "trabalhassem" para determinado candidato. Ora, professores que somos, defensores reais do Ensino Municipal, conhecedores do único direito-força que um cidadão possui em nosso País — o voto — não nos impressionamos com este ambiente e já nos preparavamos para consultar o sr. A. de Barros quando fomos favorecidos neste trabalho com a publicação no jornal — "O Dia" — dos planos daquele homem publico a respeito do Ensino Municipal.

Entretanto, diante da avaliação minuciosa que fizemos dos dois documentos daqueles candidatos; diante da ousadia de um elemento inescrupuloso que como pseudo líder do professorado proclamou num jornal desta cidade, que todos os professores municipais unanimemente apoiariam a candidatura do sr. A. de Barros, desrespeitando assim o nobre professorado municipal ofendendo também a dignidade daqueles que legalmente possuem o direito de re-

presentação do magisterio municipal; diante da atitude profundamente antidemocrática do prof. Ricchetti que transforma atualmente todas as reuniões pedagógicas em verdadeiros comícios para um candidato que não tem a menor possibilidade de eleição; que transforma as reuniões pedagógicas em verdadeira chuva de ameaças contra aqueles professores que não lhe sejam "gratos"; e diante da proibição do sr. Ricchetti, pela qual não teremos acesso à Divisão de Ensino porque, sem paixão política, analisamos as três candidaturas, avaliando a capacidade e as possibilidades de cada candidato a fim de escolhermos um que realmente corresponda aos altos interesses do Ensino Municipal; ultrajados em nossos princípios de dignidade, de liberdade política e em nosso ideal que é o elevado amparo social e cultural à criança paulistana — vimos a publico — protestar veementemente contra todas as indignidades que se têm verificado nestes dias, dentro do Ensino Municipal contra o gesto do sr. Secretário de Educação e Cultura da Municipalidade que alucinado por determinada candidatura se esquece dos rudimentares princípios de liberdade política, de decência e de dignidade humana e alertar o professorado municipal sobre o conteúdo dos dois compromissos já publicados, daqueles candidatos, maxime sobre o do sr. Prestes Maia a fim de que possamos consolidar a obra educacional que já iniciamos e dar ao povo paulistano um prefeito digno das tradições de São Paulo.

São Paulo, 21 de março de 1957. Guido Henrique Meiberg (não como Presidente da "A.P.M."); Maria Aparecida de Almeida Machado, inspetora escolar; Eneida Palma Leite, inspetora escolar; Roberto Simões, inspetor escolar; Luiz David Sobrinho, inspetor escolar; José Neto Morato de Carvalho, inspetor escolar; Ricardo Oscar Rossi de Oliveira, inspetor escolar; Eglantina do Valle, inspetora escolar; Maria Ignez Dias, professora Municipal; Neide Ferreira Guarnieiro, professora Municipal; Maria Aparecida Gonçalves de Oliveira, professora Municipal; Waldomiro Weschenfelder, professor Municipal; Joanna D'Arc de Miranda Vicente, professora Municipal".

Fonte: (Manifesto de Professores..., O Estado de S. Paulo, 1957, p. 4).

Acervo: Acervo Estadão online. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>>. Acessado em: 25 de julho de 2018.

O OESP teve, novamente, o candidato que apoiou derrotado nas urnas, mantendo-se assim um governo de oposição aos preceitos do jornal na sede da prefeitura da capital paulista. Findado o clima eleitoral, o jornal reelaborou suas críticas ao sistema de ensino, trazendo outros argumentos em seu noticiário e espaços de opinião.

No dia 3 de abril o jornal retoma a produção de matérias com aspectos negativos do retrato do ensino primário municipal. Com o título "67% das crianças das escolas primárias municipais são organicamente deficientes", a publicação apresenta informações colhidas por meio de informações da Secretaria de Higiene da Prefeitura Municipal tomando-se por base o trabalho profilático de médicos e sanitaristas em visitas às escolas.

No dia 2 de maio, a equipe do novo prefeito começou a apresentar dados sobre a situação do ensino na capital. Em nota intitulada, “Irregularidades no Ensino Municipal”, o Diretor do Departamento de Educação, Assistência e Recreio da Prefeitura informou que um relatório com as irregularidades e problemas no ensino seria apresentado. O jornal transcreve a fala do diretor:

Citou aquele diretor casos de professoras admitidas no Ensino Primário Municipal, residentes no interior do Estado, que raramente ministravam aulas, embora recebendo vencimentos integrais. Apurou-se a existência de escolas com meia-dúzia de educandos e de outras com alunos matriculados também em escolas estaduais. (Irregularidades no Ensino Municipal. OESP, 2 de maio de 1957, p.12).

Ademais, o Diretor afirmou que estava sendo estipulado um plano de estudo para consolidação do Ensino Primário Municipal.

Foi detectado que, nos primeiros meses da nova administração de Adhemar de Barros, o jornal paulistano aceitaria com bons olhos a indicação do professor da Faculdade de Direito da USP, Gofredo Teles Júnior, como Secretário de Educação e Cultura.

Todavia, conforme os interesses da prefeitura no tema de ensino começam a se contrapor aos do jornal, as críticas voltariam a ser agressivas, como aconteceu na administração de Toledo Piza.

No dia 16 de maio, em nota, o jornal trouxe informação do secretário, cientificando que em julho seria realizado concurso para preenchimento de vagas para professores. Apresentou também que, segundo os dados da prefeitura, existiam 1646 servidores com função de professor para um total de 1538 escolas em funcionamento, havendo, assim, um excesso de 106 professores. (Excesso de Professores Municipais. OESP, 16 de maio de 1957, p.8).

No dia 18 de maio, o espaço de *Notícias Diversas* voltaria a atacar a questão do ensino municipal, agora com o “inimigo” Adhemar de Barros como alvo. O texto começou lembrando que o prefeito prometera na campanha a instalação de maternidades e creches, recantos infantis, bibliotecas e piscinas. Deu como garantido que as crianças necessitadas receberiam nas escolas refeição e lanche por conta da municipalidade. O jornal disse que não esperava por tanto, mas que, ao menos, o prefeito procurasse, de fato, melhorar o ensino, e lembrou os fatos ante ao ensino primário municipal:

Mais de uma vez tivemos ocasião de manifestar-nos, protestando contra o modo pelo qual, abruptamente, sem nenhum trabalho prévio de preparação, o ex-prefeito Piza criou as escolas primárias da Prefeitura. A seu tempo, quando o calamitoso político “populista” fazia a sua demagogia com as crianças de São Paulo, salientamos que o mal não estava na municipalização do ensino primário, mas simplesmente na sua improvisação. Não obstante, as salas de aula foram instaladas. Apesar das advertências, um imenso corpo de professores foi recrutado, desavisadamente, sem concurso, porque o intuito do antigo chefe do Executivo municipal era apenas penetrar nos lares humildes e ali arrecadar o maior número de votos. (Ensino Municipal. *OESP*, 18 de maio de 1957, p. 7).

Após relembrar ao leitor de maneira pejorativa os acontecimentos que geraram a criação de escolas municipais pelo ex-prefeito, o espaço do jornal reiterou seu posicionamento nas eleições e sua defesa da educação se manter sob a responsabilidade do governo do Estado:

Quem apresentou para o caso a melhor solução foi o sr. Prestes Maia, que preconizou a manutenção do Convênio Escolar, com novos aditivos. Assim, toda a longa experiência dos educadores do Estado seria colocada à disposição da Prefeitura, para que o ensino municipal fosse padronizado, garantindo-se um nível mínimo de conhecimentos, em condições de propiciar aos alunos o ingresso nos cursos secundários. (Ensino Municipal. *OESP*, 18 de maio de 1957, p. 7).

Findado o processo eleitoral, o espaço opinativo apresentou o seu parecer diante dos acontecimentos:

A eleição do sr. A. de Barros não modificou o problema. As crianças de São Paulo continuam precisando de ajuda. Contudo, lamentavelmente, em vez de tratar da questão com superioridade de propósitos, porque no caso os interesses em jogo são sagrados, o atual prefeito envereda por outro caminho e quer, ele próprio, resolver sozinho um assunto que ultrapassa longe a capacidade de seus auxiliares.

Entretanto, a solução já existe. O sr. governador do Estado, dando uma demonstração de que está disposto a cooperar com a Municipalidade, salientou, em ofício dirigido ao atual prefeito, que está disposto a estabelecer um novo convênio, pelo qual o ensino seja realmente defendido. Que mais se poderia pretender, a não ser o cuidadoso estudo desse novo ajuste, para exata delimitação de atribuições e organização do plano de trabalho a ser executado? (Ensino Municipal. *OESP*, 18 de maio de 1957, p. 7).

O jornal estava ciente da falta de clareza e posicionamento do novo prefeito na questão. Ao contrário do antecessor, que era um entusiasta da municipalização, Adhemar de Barros detectou o rombo orçamentário oriundo da contratação de professoras para diversas escolas criadas no final de 1956 e começo de 1957. O *OESP* procura, por meio da opinião pública, criar um clima de inevitável acordo de

cooperação com o convênio escolar, que levasse o prefeito para a extinção das iniciativas municipais.

O ensino primário é fundamental. Milhares de crianças ficam apenas com ele, pois não têm meios de prosseguir nos estudos. Como permitir que seja envolvido pela política, para que até esse mínimo de conhecimentos seja prejudicado e reduzido, pela falta de organização do serviço?

O sr. A. de Barros não tem o direito de fugir ao problema. Já que a Prefeitura entrou no campo educativo, tem ela a obrigação de oferecer às crianças paulistas o melhor ensino possível. Nesse setor a ninguém é lícito fazer experiências, porque em última análise, o que está em jogo é o próprio futuro de milhares de criaturas.

O prefeito pode enganar os adultos acenando-lhes com recantos infantis, piscinas, bibliotecas, maternidades e creches. O que não pode é enganar a infância. (Ensino Municipal. *OESP*, 18 de maio de 1957, p. 7).

Na mesma tendência opinativa desde a criação do ensino primário municipal, o jornal desconsiderou qualquer possibilidade de êxito nas escolas em desenvolvimento, minimizou a diminuição do déficit de vagas com as novas iniciativas e valorizou a experiência de décadas do ensino estadual, desconsiderando os improvisos nas escolas em galpões criadas também nessa rede. A discussão incutida ia para outra direção: o destino do dinheiro municipal, que deveria estar sob as rédeas do governo do Estado, que tinha à frente um governador que o jornal apoiava, principalmente por ter na secretaria da educação um aliado político da família Mesquita.

Na edição do dia 30 de maio, na seção *Instrução Pública e Educação*, o tema voltou a ser discutido, com pronunciamento do secretário municipal, professor Gofredo da Silva Telles Júnior⁶². O novo secretário foi uma indicação do prefeito na quota reservada ao partido do novo titular da pasta, Partido Republicano Paulista (PRP). Segundo Lovato:

Era uma pessoa com grande prestígio na sociedade paulistana – professor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, casado com a escritora Lygia Fagundes Telles – e tinha o apoio do jornal *O Estado de S. Paulo*, o que para Adhemar se mostrava de grande valia. Mas não ficou muito tempo, despedindo-se da secretaria para se dedicar às atividades acadêmicas no momento em que seu partido enfrentava uma forte crise interna, o que gerou especulações na

⁶² No sítio eletrônico do intelectual é apresentada a biografia de Gofredo Telles da Silva Júnior. Sobre sua passagem no cargo é apresentado: “SECRETARIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA da Prefeitura de São Paulo, em 1957. Nessa oportunidade, salvou da extinção e reorganizou a rede de Escolas do ainda incipiente Ensino Primário Municipal.” (Disponível em: http://www.goffredotellesjr.adv.br/site/pagina.php?id_pg=4, consultado no dia 28/04/2018). O intelectual relata em suas memórias sobre o ano que esteve à frente do cargo municipal. Por delimitação da pesquisa não retrataremos as informações contidas na obra “A folha dobrada” (2004).

imprensa. Em várias oportunidades, porém, tanto ele como seus correligionários afirmaram que a decisão deveu-se a razões de ordem particular. (LOVATO, 2014, p. 214).

A autoridade informou que em julho seria feito uma seleção entre as professoras municipais, a fim de se verificar as mais aptas a continuar no exercício das funções gratificadas. Além disso, declararia que muitas escolas seriam extintas, em virtude do pequeno número de alunos ou por estarem em prédios impróprios. O secretário terminou seu pronunciamento afirmando estar em andamento o entendimento com o secretário da Educação do Estado, sr. Vicente de Paula Lima, pretendendo a formação de uma comissão mista para a solução harmônica do problema do ensino primário na capital. Os três pontos a serem tratados pela comissão seriam os listados abaixo:

1º - as dificuldades do Estado no setor educacional primário, devido a larga proporção da rede de escolas; 2º - renovação do convênio escolar, em bases racionais, entre o Estado e o município; 3º - pagamento ao Estado das quotas que lhe são devidas pela Prefeitura, relativas às Caixas Escolares, neste ano. (Ensino Municipal. OESP, 30 de maio de 1957, p. 7).

Ao fim de sua declaração, Gofredo da Silva Telles Júnior afirmou que existiam mais de cem mil crianças sem escola em São Paulo e que, firmado um plano racional entre os órgãos administrativos, nos próximos quatro anos, o problema seria sanado.

Porém, o tom conciliatório do início de sua administração à frente da pasta, que ia, de início, ao encontro da opinião do jornal *O Estado de S. Paulo*, iria mudar conforme o desenrolar dos fatos, evitando-se, assim, que um novo Convênio Escolar fosse assinado.

A edição do dia 1º de junho, também na seção *Instrução Pública e Educação*, noticiou a reunião entre os secretários, tendo como mote encontrar uma solução para os problemas do ensino primário na capital. A proposta era que, a partir de 1958, um plano em comum entre as partes fosse firmado.

No mesmo dia, o jornal apresentou a manchete intitulada “Ainda não foi resolvido o caso das 564 professoras”, a situação de profissionais que lecionavam desde junho de 1956 sem receber os vencimentos devidos pela prefeitura. As professoras, segundo a reportagem, pagavam aluguel e materiais pedagógicos por conta própria, na expectativa de, no mês subsequente a situação fosse regularizada, conforme promessa do prefeito e de seu antecessor:

Centenas dessas moças acorrem, diariamente, ao Departamento da Prefeitura da rua Florêncio de Abreu, devidamente habilitadas para submeter-se ao exame médico exigido para a legalização de sua

situação. Ali permanecem em fila – na via pública, uma vez que lhes é vedada a entrada no recinto – desde as seis horas da manhã, aguardando o expediente que começa às 12 horas. Isto porque apenas uma média de 20 delas é atendida por dia, e as demais são dispensadas, para retornar no dia seguinte. (Ainda não foi resolvido o caso... *OESP*, 1 de junho de 1957, p. 9).

O jornal ouviu o Secretário da Educação e Cultura da Prefeitura, que afirmou que dentro de quinze dias as 564 professoras teriam a situação legalizada, quando seriam submetidas a provas de seleção para efetivação ou de dispensa, já que, segundo Gofredo da Silva Telles Júnior, “muitas escolas, que estão funcionando irregularmente serão fechadas” (Ainda não foi resolvido o caso... *OESP*, 1 de junho de 1957, p. 9).

O jornal que, em momento algum havia explorado o problema das professoras, iria se preocupar com o fato no momento que seu principal adversário político estava no comando da Prefeitura de São Paulo.

Na edição do dia 2 de junho o jornal traria em destaque a manchete “A Solução do Problema do Ensino Primário na Capital”. Tal matéria trazia as declarações do secretário da Educação no governo do Estado, sobre os acordos que estabeleceu com o secretário da Educação da Prefeitura.

No texto, o jornal desenvolve comentários e descreve os acontecimentos, se posicionando no problema posto. Assim começa a reportagem:

Nesta Capital a solução do problema do ensino primário, considerado nos seus termos mais simples, isto é, crianças em idade escolar e instalações para acolhê-las, foi objeto de viva controvérsia entre o Estado e o Município no ano passado. Enquanto este, escudado na tese de uma pretensa municipalização do ensino, abandonava de um momento para o outro a política de cooperação, que vinha sendo seguida desde a administração Prestes Maia, com os melhores resultados, o Estado se via subitamente privado de valiosa contribuição, difícil de ser suprida em vista da premência do tempo. Como buscar recursos quando a execução do orçamento ia pelas suas três quarta partes, elaborado que foi à vista de contribuição municipal em prédios? Como, principalmente, planejar construções sem um levantamento estatístico cuja segurança a competição do Município punha em risco? (A Solução do Problema do Ensino Primário... *OESP*, 2 de junho de 1957, p. 24).

O jornal cumpriu importante papel ao trazer em suas páginas o debate público, entretanto decretaria o caminho de forma prévia e, além do mais, traria a versão do secretário estadual como voz absoluta na discussão do tema. Assim continuou a descrição do texto:

O problema, porém, não era só do Estado. Também corria sério risco o Município, abrindo luta ingrata num campo como o do ensino

primário. Improvisando, com um decreto, a constituição de uma frágil rede escolar, poderia estabelecer o que pretendia – o ensino municipal? Organizou, hoje, sabemos disso, um corpo de 1500 professoras, deu-lhe alunos, embora retirando-os das escolas estaduais, como em alguns casos, mas não serviu à causa da instrução primária. Esta é a certeza que ficou da malfadada experiência. (A Solução do Problema do Ensino Primário... OESP, 2 de junho de 1957).

Após a exposição, o jornal comemorou o início de relação harmoniosa entre as partes interessadas, com a reunião de planejamento comum entre Vicente de Paula Lima e Gofredo da Silva Telles Júnior. O jornal apresentou, então, entrevista exclusiva com a autoridade estadual primeiro, que declarou:

Procurei meu colega da Prefeitura para uma troca de ideias sobre o assunto. Sinto que está chegando a hora de programar a solução da escola primária para o ano letivo de 1958. Essa solução baseia-se em levantamento estatístico do crescimento da população escolar e no encontro de prédios necessários para abrigar as novas escolas. É, portanto, problema que deve ser atacado com a necessária antecedência. Para planejar a sua ação, o Estado precisava conhecer a opinião da Prefeitura a respeito. [...] Debatido a questão em suas linhas gerais, aventou-se a ideia da renovação do convenio, que já produziu magníficos resultados no passado, com a construção de prédios pela Prefeitura e a organização da rede escola pelo Estado. ((A Solução do Problema do Ensino Primário... OESP, 2 de junho de 1957).

O secretário continuou afirmando que defendia a municipalização de forma processual, em todos os municípios, dentro de um plano organizado. Diferente do que estava acontecendo no atual estágio, ou seja, era rudimentar, uma distribuição de prédios, sem ordenamento.

A experiência então adquirida pelo Estado – continuou o secretário da educação – foi muito útil e permitirá manter o ritmo de construções de forma a enfrentar as necessidades. Entretanto, refuto insensata a repetição dessa dispersão de esforços, a que fomos levados em 1956, isto é, Prefeitura e Estado a despenderem esforços e recursos na construção de prédios escolares e na manutenção de uma rede escolar concorrente. Dê-nos o Município os bons, os excelentes prédios que está em condições de nos dar e o Estado continuará dando às crianças paulistas a eficiência indiscutível do seu sistema escolar, que não é o resultado de uma improvisação, mas da experiência e competência daqueles que, durante tantos anos, construíram o sistema educacional de São Paulo. Afinal, estamos vendo proclamados hoje, por todos, os mesmos defeitos que apontávamos há muitos meses no ensino municipal, pelo seu caráter de improvisação e, sobretudo, pelo sentido político que presidiu à sua organização. Nessa fase, mesmo colhido de surpresa, o Estado pôde mostrar a eficiência da sua rede escolar, pois, de acordo com o levantamento estatístico procedido pela Secretaria da Educação, foram acolhidas, neste ano, todas as crianças que procuraram as nossas escolas primárias. Considero mesmo muito

pequeno o número das que tenham ficado privadas do ensino primário neste ano. Para tanto, chegou-se ao extremo, em alguns casos, de haver necessidade de dividir o período escolar em quatro períodos, regime esse adotado evidentemente a título precário, até que se providenciasse, como aconteceu em vários grupos, o restabelecimento do regime normal. De qualquer forma, porém, foram poucas, bem poucas, as crianças que ficaram sem escola neste ano letivo. ((A Solução do Problema do Ensino Primário... OESP, 2 de junho de 1957).

O OESP e o governo estadual aproveitaram o momento propício. Havia um esforço do secretário municipal em negociar uma reaproximação entre as partes, para reforçar o pensamento similar do secretário e da editoria do OESP.

No dia 4 de julho, o jornal publicou, na seção *Instrução Pública e Educação*, o Plano para o ensino primário, elaborado pela municipalidade. O documento seria previamente apresentado na Câmara Municipal pelo chefe de gabinete do secretário, sr. Ítalo Fittipaldi.

O relatório defendia intransigentemente a municipalização integral do ensino primário por meio da criação em lei da rede municipal, o que não havia sido feito com os decretos de criação de escolas. O projeto trouxe, também, um indicativo de cooperação entre o Estado e Município a partir da criação de uma comissão mista a examinar a melhor distribuição dos sistemas e, até mesmo, a possibilidade de transferência ao Estado de escolas que a Prefeitura não quisesse manter, como eram os casos das escolas instaladas em salas alugadas por professores. Nestes casos, a transferência poderia abranger a escolas, os alunos e o professor.

Com os indicativos, elencados no documento, começariam os trabalhos da Comissão Mista do Ensino, para as tratativas de um novo convênio escolas na capital, como seria noticiado pelo jornal do dia 28 de agosto. Na publicação, o jornalista informou que os entendimentos entre as partes prosseguiriam de forma satisfatória, analisando caso a caso da situação dos bairros na cidade de São Paulo. Seria o caso, apontado no jornal, da escola municipal bem aparelhada que funcionava na Vila Manchester e que estava avizinhada de um velho galpão escolar a cargo do Estado e que passaria a migrar seus alunos para a escola da Prefeitura.

A reportagem procurava, ao trazer o exemplo, demonstrar que havia um claro entrosamento na Comissão e que nenhuma das partes estava contrária a extinção do sistema municipal, como apresentou o redator do texto:

Cumprir notar que os seis membros de que é constituída a citada comissão são inteiramente favoráveis a municipalização do ensino. O

esforço que se faz no momento para entrosar uma rede com outra nada tem a ver, porém, com esse ponto de vista da comissão; mas este esforço é atualmente imprescindível para dar escolas à criança paulistana, pois que nem o Município nem o Estado estão em condições de, isoladamente, dar solução ao problema do ensino na Capital. Por ora, pretende-se, apenas, uma conjugação de esforços, para possibilitar solução para as matrículas, pelo aproveitamento de ambas as redes escolares existentes, sem prejuízo, porém, da ideia da municipalização do ensino, que, com o tempo, deverá ser desenvolvida gradualmente pela Prefeitura. (Convênio Escolar na Capital. OESP, 28 de agosto de 1957, p.11).

O clima de entrosamento começou a ruir no início do mês de setembro, quando o Secretário Municipal de Educação e Cultura declarou à imprensa que o ensino primário da Prefeitura era de qualidade superior ao ministrado pelo Estado e que faria a declaração “sem qualquer medo de erro”. A edição do dia 3 de setembro trouxe trechos da declaração de Gofredo Telles, que manifestou desavenças com a Comissão Mista, ao defender que a Prefeitura entregasse ao Governo do Estado os prédios construídos pela municipalidade. Segundo o jornal, o secretário teria dito: “Só poderíamos ceder os prédios que não nos fossem fazer falta, o que só se poderia verificar depois de acurados exames, o que não se deu” (O ensino primário na Capital. OESP, 3 de setembro de 1957, p.15). Continuou pronunciando que solicitaria ao prefeito o envio de mensagem à Câmara Municipal pedindo urgência para a apreciação de projeto de lei sobre a estruturação do ensino primário, tendo em vista que o projeto de lei sobre o tema havia sido encaminhado ao legislativo desde a gestão passada.

Dois dias após o pronunciamento do secretário, o jornal mudou o tom da cobertura, alarmando o caminho negativo das tratativas, utilizando a técnica da manchete como forma a atacar a ação do prefeito.

Figura 23 - “Pesa Séria Ameaça sobre o Ensino Primário da Capital”. Reportagem publicada no jornal O Estado de S. Paulo



Fonte: (Pesa seria ameaça..., *O Estado de S. Paulo*, 1957, p. 14).

Acervo: Acervo Estadão online. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>>. Acessado em: 25 de julho de 2018.

O jornal, indignado com as colocações do secretário, procurou apresentar, na edição do dia 5 de setembro, esclarecimentos aos leitores, presentes no próprio *Plano do Ensino Municipal*, pois, segundo o jornal as “notícias esparsas e do tom em que elas têm sido vazadas, dificilmente [os leitores] poderão situar a questão com justeza” (Grupos da Prefeitura sem uso. OESP, 5 de setembro de 1957, p. 14).

O texto noticiou, então, trechos do documento como forma de exposição das contradições do secretário. Uma vez que o Plano afirmara que não seria possível à Municipalidade e ao governo do Estado resolver a situação de forma individual e por haver na proposta a possibilidade de cessão de prédios, como apresentaria a reportagem:

Não especificou número, nem quais seriam. Era uma sugestão de ordem geral a que se seguiria, na anuência da Prefeitura, a análise de caso por caso. Incluíam-se, por exemplo, os prédios construídos em Vila Morais⁶³ e em Vila S. Mateus, que estão fechados, enquanto nas suas proximidades existem em funcionamento grupos escolares estaduais, instalados em galpões velhos e condenados. Faria o Estado a transferência destas classes para o novo edifício, sem que a Prefeitura precisasse criar classes novas para ocupa-lo. Caso inverso verifica-se na Vila Manchester, onde o ensino municipal está instalado em magnífico grupo, funcionando em ótimas condições, mas comportando maior número de classes. A poucos passos, funcionam classes estaduais num velho galpão. A solução proposta foi a transferência destas últimas para o ensino municipal. (Grupos da Prefeitura sem uso. OESP, 5 de setembro de 1957, p. 14).

O jornal lamentou então o “desatino administrativo” da Prefeitura e elencou os pontos apresentados pela Comissão Mista, com recomendações formuladas para o plano de parceria e os problemas comuns das redes. Eram os seguintes:

- 1- A Prefeitura reajustará sua rede escolar suprimindo as escolas municipais cujos alunos possam ser imediatamente absorvidos pelos Grupos Escolares ou Escolas Isoladas do Estado, sem alteração do atual regime das referidas unidades estaduais.
- 2- Necessidade de remanejamento do pessoal do magistério municipal, à base de critério que a Prefeitura determinar, no sentido de aproveitamento nas escolas municipais dos professores primários que se revelaram mais capazes.
- 3- Estudo do aproveitamento dos professores municipais que forem dispensados pela supressão de escolas ou classes, em parques, recantos e recreios infantis, bibliotecas e outras unidades municipais.
- 4- Cessão ao Estado dos prédios escolares já construídos que não estejam ocupados pelo ensino municipal.
- 5- A Secretaria de Educação do Estado informará a Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura quais as unidades estaduais que funcionam em quatro períodos, para que o município considere a possibilidade no reajustamento geral, de assegurar prioridade às

⁶³ Atual EMEF Prof.^a Sylvia Martin Pires.

- providências, que concorram para a supressão do regime de quatro períodos.
- 6- Solicitar cópia do levantamento geral procedido no Ensino Primário Municipal e Informações urgentes às Delegacias de Ensino da Capital sobre as possibilidades de Grupos Escolares estaduais receberem alunos que ora frequentam escolas municipais localizadas nas proximidades, num e noutro caso como valiosos subsídios aos estudos da Comissão Mista.
 - 7- Autorização do prefeito Municipal, para que a Comissão de Construções Escolares entregue à Secretaria de Educação, do Estado, os prédios já construídos e que pode ser imediatamente ocupados por Grupos Escolares estaduais.
 - 8- Autorização do prefeito Municipal, para que a Comissão de Construções Escolares assegure prioridade à construção de prédios destinados a suprir as necessidades dos Grupos Escolares já existentes.
 - 9- Suspensão de novas matrículas nas Escolas Primárias Municipais.
 - 10- Cancelamento de matrícula de alunos das Escolas Municipais que estejam frequentando Escolas Estaduais.
 - 11- Evitar qualquer alteração na situação atual do Ensino Municipal, antes do remanejamento geral, que resultará de plano de trabalho da Comissão Mista.
 - 12- Nenhuma unidade escolar deverá ser criada no Município da Capital, sem que o Estado lhe assegure condições de funcionamento em prédio adequado.
 - 13- A criação de novas unidades escolares deverá ser precedida de estudo geral do assunto, mediante permanente entendimento entre o Estado e o Município, a fim de fixar a contribuição de cada um na solução do problema.
 - 14- O Estado considerará a necessidade de supressão ou transferência de unidades escolares sempre que seus alunos possam ser absorvidos por escolas municipais já consolidadas. (Grupos da Prefeitura sem uso. OESP, 5 de setembro de 1957, p. 14).

Um dia após, reforçando a campanha do jornal contrária a atitude crítica ao projeto por parte do secretário municipal, a seção opinativa *Notícias Diversas* traz novamente à tona o tema, com o título “O ensino em perigo”. O texto começou lembrando a atitude de Vicente de Paula Lima em procurar Gofredo da Silva Telles para um acordo entre as secretarias:

O digno secretário de Estado havia logrado colocar a questão em termos tais que já não duvidava do êxito final de seu trabalho. Tanto assim que o representante da Municipalidade, em princípio, aceitava a ideia da renovação do convênio escolar, que já produziu magníficos resultados do passado, com a construção de prédios pela Prefeitura e a organização da rede escolar pelo Estado. (O ensino em perigo. OESP, 6 de setembro de 1957, p. 9).

O jornalista que escreveu o artigo alegou que todos acreditaram na associação de esforços que se firmavam, pois, as próprias declarações de Gofredo Telles eram no sentido do aprofundamento dos estudos para o restabelecimento do convênio. Tal

associação tinha em vista a complexidade do problema. Contudo, para o jornal, a atitude nobre dos homens públicos, que haviam constituído uma comissão mista para solucionar o caso, estava tendo um encaminhamento negativo, com uma atitude que causava profunda surpresa, traduzida nas declarações do secretário sobre a questão da entrega dos prédios escolares. Deste modo, escreveu no espaço de *Notícias Diversas*, com um tom sensacionalista:

Como se pode confundir questões autônomas, de ordem administrativa, política, ou de interesses pessoais, com a necessidade que as crianças têm de receber instrução? Com a educação de primeiro grau, que é a única ministrada a milhares e milhares de criaturas desprotegidas da fortuna?

A vítima da atual divergência não é o ensino. Não é também o governo, municipal ou estadual. É a criança pobre, que não encontra quem a defenda, e que, nesse lance infeliz de incompreensão, joga por inteiro o seu destino... (O ensino em perigo. OESP, 6 de setembro de 1957, p. 9).

Em seguida, a seção retomou novamente o histórico do caso, alegando que, bem ou mal, o Estado cuidava dos cursos primários na capital e que o município tinha um importante papel na construção dos edifícios por meio do Convênio Escolar. Entretanto,

Veio o antecessor do atual prefeito e meteu a Prefeitura na aventura do ensino, criando cerca de mil classes nos últimos dias do ano letivo, numa das mais horrorosas práticas de baixa demagogia. Agora, quando há boa vontade para concerto da situação, repentinamente os entendimentos sofrem o impacto das declarações do secretário municipal, como se nada mais houvesse a ser feito! (O ensino em perigo. OESP, 6 de setembro de 1957, p. 9).

Por fim, o artigo termina lembrando as inúmeras promessas de campanha do atual prefeito da época da reportagem, Adhemar de Barros, e lamenta que nem o trivial, a renovação do convênio, o político estava sendo capaz de atingir, portanto, seria inviável crer nas promessas demagógicas de construção de escolas e prédios públicos.

No dia seguinte, 7 de setembro, sob o título “O problema do ensino primário na Capital”, o jornal publicou a resposta de Vicente de Paula Lima sobre a polêmica iniciada por Gofredo da Silva Telles Júnior. O secretário estadual refutou as declarações da autoridade municipal:

Desde o momento em que tomei a iniciativa de procurar o ilustre secretário da Educação da Prefeitura Municipal, no objetivo de se obter uma conjugação de esforços que permita enfrentar-se o sério problema, com êxito, nunca foi preocupação minha defender vantagens para o Estado, ou sacrificar interesses do Município, nem, muito menos, estabelecer confronto entre um e outro sistema de ensino.

O espírito que tem norteado a ação da Secretaria a meu cargo, nesse episódio, outro não tem sido senão o da soma de esforços, o da melhor aplicação possível dos recursos de ambos os poderes, não para que ressalte o mérito de um ou outro, mas para que se atinja aquilo que deve ser o nosso objetivo comum, isto é, aparelhar o poder público para enfrentar, no começo do próximo ano letivo, o problema das vagas nas escolas primárias. (O problema do ensino primário na Capital. OESP, 7 de setembro de 1957, p. 10).

Segundo o secretário de Paula Lima, estaria se desenvolvendo um ciúme político por parte da municipalidade, que não estava colocando acima de tudo o interesse da criança paulistana, para com quem teria sua gestão os “sagrados” deveres e responsabilidades. Prosseguindo sua resposta ao secretário municipal, falou sobre a comparação das qualidades dos ensinos ministrados:

Quanto à alegada superioridade do ensino municipal sobre o estadual, nunca me pareceu mais inoportuno o momento para se levantar discussão tão estéril. Não estou com essa preocupação, isto é, a de saber qual dos dois o melhor. Pelo contrário, honestamente entendo que ambos são falhos. E exatamente porque o são é que considero imprescindível a soma de todos os esforços, de um e de outro lado, para que se consiga sanar tais falhas. (O problema do ensino primário na Capital. OESP, 7 de setembro de 1957, p. 10).

Além do mais, não poupou esforços para entrar no tom da disputa, reforçando a superioridade do ensino estadual em comparação ao ensino municipal:

Já, porém, que se colocou o problema em tais termos, considero de meu dever afirmar que não aceito esse julgamento. Pode o ensino municipal vir, de futuro, a ser modelar. No momento, porém, não compete com o do Estado. Aquele é fruto da improvisação, feita ao sabor dos mais desenfreados interesses políticos. É público e notório. Aliás, foram os próprios atuais dirigentes da Secretaria da Educação da Prefeitura que se encarregaram de proclamar as mazelas de que encontraram enfermo o ensino municipal, em sucessivas entrevistas, concedidas logo após a instalação do atual governo municipal. Quanto ao ensino estadual, apesar das suas deficiências, que também sei reconhecer, representa o fruto do esforço, da competência, da experiência, do patriotismo, de gerações e gerações formadas à luz dos ensinamentos e das lições de educadores como um Cesário Mota, um Thompson, um Caetano de Campos, um Sampaio Dória, um João de Toledo, um Sud Mennucci, um Lourenço Filho, um Almeida Júnior, um Fernando de Azevedo, e tantos outros, que constituem legião. E representa, ainda, o fruto da dedicação, da capacidade, do tirocínio, de milhares de professores, não nomeados por critérios políticos, mas por concurso, que só chegaram à Capital após o rude e eficiente aprendizado feito em uma carreira toda de sacrifício. (O problema do ensino primário na Capital. OESP, 7 de setembro de 1957, p. 10).

Após o ataque aos representantes municipais, afirmou estar se preocupando com os desafios para o próximo ano letivo, que exigiriam soluções que pudessem superar os

desentendimentos. Concluiu seu pronunciamento afirmando que o principal problema do ensino em São Paulo era a falta de prédios escolares e reiterou a necessidade do entendimento entre as partes.

Dias depois, o jornal publicou, na seção *Instrução Pública e Educação*, uma pequena nota do secretário municipal, cuja alegação era a de não era correta a informação que houve desentendimentos entre o Estado e o Município. Para Gofredo Telles, a Prefeitura apenas não concordava com a entrega de prédios ao Estado. No mais, os trabalhos da Comissão Mista continuariam sem discordâncias. (Comissão mista do ensino primário. OESP, 12 de setembro de 1957, p. 12).

No dia 21 de setembro do mesmo ano, também em *Instrução Pública e Educação*, é emitida nota pela secretaria estadual alegando que a construção de classes primárias de emergência na capital não deveria ser interpretada como um rompimento ou mesmo suspensão dos entendimentos entre Prefeitura e Estado, para a solução dos problemas do ensino na capital a cargo da Comissão Mista. No entanto, a nota afirmou que a Comissão encontrava dificuldades na busca de uma solução pronta e concreta para o assunto, face à circunstância de não encontrar por parte da Prefeitura as respostas às consultas formuladas para sanar o problema. (Ensino Primário na capital. OESP, 21 de setembro de 1957, p. 7).

Em contraposição ao conflito presente na Capital, o jornal publica, na seção *Instrução Pública e Educação* do dia 30 de outubro, o “Entrosamento do Ensino Municipal e Estadual no Interior do Estado”, para evidenciar a iniciativa do governo do Estado para contribuir com a educação pública nas cidades.

Nos meses subsequentes o embate saíria das páginas do jornal. O ensino primário municipal apareceu na edição do dia 1 de outubro, para noticiar o fechamento de 90 escolas no bairro de Vila Maria e adjacentes por causa de um surto epidêmico de gripe. A diretora do Grupo Escolar Jardim Japão, na Vila Maria, afirmou que uma aluna acabou falecendo por complicações causadas pela gripe. (Fechadas 90 escolas municipais. OESP, 1 de outubro de 1957, p. 17).

Já em nota do dia 13 de novembro, com o título “Melhor aproveitamento das escolas municipais”, o jornal noticiou declarações dadas pelo secretário municipal que afirmou o desenvolvimento de estudos para, no próximo ano letivo, ser possível aumentar a capacidade de vagas sem aumentar as despesas municipais. Assim, em bairros pequenos haveria apenas uma escola. Segundo o responsável, deveria também começar a ser instituída a sopa escolar e, à medida do possível, merenda nas escolas, em

combate à anemia dos alunos matriculados. (Melhor aproveitamento das escolas municipais. OESP, 13 de novembro de 1957, p. 7).

No mês de dezembro, novamente, o debate ganharia corpo nas páginas do OESP, mais uma vez alavancado pelo espaço da seção *Notícias Diversas*. No dia 4 de dezembro, com o título “A municipalização do ensino”, o jornal apresentou o andamento do debate na Câmara Municipal do projeto de lei que visava desdobrar o então Departamento de Educação, Assistência e Recreio, da Secretaria da Educação, em dois setores autônomos: O Departamento de Educação e o Departamento de Recreação e Assistência. Segundo a coluna do jornal, se a proposta do ex-prefeito Piza era lamentável, por criar cargos técnicos, com enorme remuneração e sem nenhuma orientação, o substituto, em tramitação, era um escândalo ainda maior, por determinar uma despesa anual de mais de cento e sessenta milhões somente com pagamento de pessoal.

O artigo trouxe a opinião do vereador Rubens do Amaral (UDN), que na tribuna afirmou que as despesas tenderiam a aumentar e seria dinheiro perdido, pois, seria muito melhor investido se aplicado no Convênio Escolar, pelo qual a municipalidade continuaria construindo os prédios e o governo faria funcionar os grupos escolares. Para o vereador, a medida visava apenas atender os apadrinhados do “ademarismo”. Após a explanação, sumariza o espaço de *Notícias Diversas*:

Como se vê, nossas previsões desgraçadamente se confirmaram. Apesar de que o ensino primário seja fundamental, e de que milhares de crianças fiquem apenas nele, por não terem meios de prosseguir nos estudos, a verdade é que continua sendo tratado como instrumento político.

A prefeitura e a Câmara não tem o direito de fugir do problema. Já que entraram no campo educativo, estão obrigadas a oferecer às crianças paulistanas um mínimo de honestidade. E haverá honestidade nesse procedimento, que transforma a aventura da municipalização do ensino numa fonte de empregos e de propaganda eleitoral. (A municipalização do ensino. OESP, 4 de dezembro de 1957, p. 10).

No dia 12 de dezembro, na seção *Câmara Municipal*, o jornal informa que, após ser apresentado como regime de urgência, o projeto de lei sobre a criação do Departamento do Ensino Primário, como substitutivo de autoria de Sebastião Marcondes, a proposta sofreria críticas da bancada oposicionista. Além disso, a matéria acabou não sendo votada por esgotamento do tempo regimental. Dessa forma, o Executivo pediu devolução do projeto, alegando motivos de ordem técnica. (Pede o

Executivo devolução de projeto... OESP, 12 de dezembro de 1957, p.4) ⁶⁴. Essa seria a última menção ao tema do ensino municipal no referido ano.

No começo do ano de 1958, Gofredo da Silva Telles Júnior solicitou o afastamento do cargo de Secretário de Educação e Cultura no Município. Em nota do dia 4 de janeiro, o jornal traz que “Seria substituído por outro integralista⁶⁵ o secretário de Educação e Cultura da Municipalidade”, segundo a informação:

Até ontem à tarde, ao encerrar-se o expediente no gabinete do prefeito, o sr. A. de Barros não havia concedido a demissão solicitada pelo titular da Secretaria de Educação e Cultura, professor Gofredo da Silva Telles Júnior. Entretanto, como a renúncia fora apresentada em caráter irrevogável pelo representante dos integralistas no governo municipal, que alegou não dispor de tempo para dedicar-se ao trabalho da Prefeitura, espera-se para os próximos dias a sua substituição, antes da anunciada viagem do prefeito à Alemanha. (Seria substituído por outro integralista...*OESP*, 4 de janeiro de 1958, p. 5).

Sobre a mudança na pasta, o jornal coloca as seguintes possibilidades:

Informa-se que nada menos de três correntes estão lutando pela conquista do cargo de secretário de Educação e Cultura da Municipalidade: o integralismo ortodoxo, ou melhor, os elementos fiéis ao sr. Plínio Salgado, os situacionistas da Câmara Municipal e o próprio grupo a que pertence o sr. Gofredo Teles. O prefeito, diante desse açodamento, vê-se a braços com o problema de evitar colisões que possam abrir nova crise política na sua administração.

Observadores do PSP acreditam na vitória da corrente do próprio secretário demissionário. Consideram certa a nomeação do sr. Ítalo Fittipaldi para a Secretaria de Educação e Cultura. Trata-se do presidente do Diretório Metropolitano do PRP, dissolvido após os incidentes que recentemente abalaram o partido do “sigma”. (Seria substituído por outro integralista...*OESP*, 4 de janeiro de 1958, p. 5).

O jornal acertou na tendência política que sucedeu Gofredo Telles, Porém, o secretário ficaria no cargo até o final do mês, precisamente no dia 27 de janeiro. Dias antes, declarou em reportagem do OESP que existiria o mais perfeito entrosamento entre sua pasta e a de Educação do Estado, no que dizia respeito ao ensino primário da Capital:

Historiou os entendimentos que já se processaram e asseverou que o problema do ensino primário caminha para uma solução final. Essa harmonia de pontos de vista tem permitido a ampliação da rede escolar por meio de uma distribuição mais racional das escolas.

⁶⁴ O Departamento do Ensino Primário foi criado somente no ano de 1959, com o projeto de Lei nº 5607, de 3 de junho de 1959. Segundo Fischmann (1988, p.134), a criação do Departamento constituiu-se em vitória política tanto do ponto de vista de sua independência dentro da Secretaria de Educação e Cultura, quanto de seu estabelecimento rente a todas as críticas e posições contrárias a sua existência.

⁶⁵ A base integralista do governo Adhemar de Barros era composta por políticos do PRP (Partido de Representação Popular), fundado por Plínio Salgado em 1945.

Observou porém, que considera da alçada municipal o setor do ensino primário da Capital. (Matrículas nas escolas municipais. OESP, 25 de janeiro de 1958, p. 11).

O depoimento do secretário resume sua passagem no cargo. Estabeleceu uma relação diplomática com o governo do Estado, mas garantiu a manutenção do ensino nas alçadas do município. Tendência que foi conservada pelos seus sucessores.

Em substituição ao professor da Faculdade de Direito da USP, assumiu o cargo seu Chefe de Gabinete, sr. Oswaldo Silva, que ficou provisoriamente no cargo de abril a junho de 1958. O nome indicado pelo PRP, Ítalo Fittipaldi, comandou a pasta durante o ano para a continuidade da gestão de Adhemar de Barros. O ano foi marcado pelas eleições estaduais, que fez o prefeito se ausentar do cargo entre os meses de agosto e setembro. Adhemar de Barros, contudo, perdeu a eleição para Carvalho Pinto⁶⁶ (PDC), que havia sido, por quatro anos, Secretário da Fazenda do então governador Jânio Quadros.

Ainda no mês de janeiro, o vice-prefeito da capital, Cantídio Nogueira Sampaio, em exercício por ocasião da viagem do prefeito, afirmou à imprensa que providências estavam sendo tomadas para a regularizar a questão das matrículas nas escolas primárias, com base em um acordo entre o Estado e Município que estava em desenvolvimento. Segundo a nota, a Comissão de Construções Escolares, entregaria no início do ano letivo, 13 edifícios destinados a escolas primárias municipais⁶⁷, contendo 9 salas de aula e, contariam com um regime de dois períodos de aulas. As obras, segundo o político, custaram 54 milhões de cruzeiros e, além das obras concluídas, estava determinada a criação de 50 novos galpões escolares de madeira, em bairros da periferia da cidade, que deveriam estar concluídos ao longo do ano.

No editorial do dia 16 de fevereiro, o jornal voltou a falar da municipalização do ensino, condenando medidas dos governos estaduais de investimento no ensino secundário e superior e a atuação do município assumindo tal modalidade com demagogia. O artigo em *Notas e Informações*, intitulado “Um ensino primário maior e melhor”, apresentou sua opinião:

[...] tudo indica que a municipalização em São Paulo seja mero pretexto para disfarçar objetivos eleitorais. São patentes os sinais do

⁶⁶ Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto (1910-1987).

⁶⁷ Os novos prédios situavam-se nos bairros Jardim da Saúde, Cidade Dutra, Jardim São Paulo (EMEF Prof^o Máximo de Moura Santos), Jardim Penha (EMEF Henrique Pegado), Vila Lusitana, Vila Diva (EMEF Leonor Mendes de Barros), Vila Pirituba, Vila Formosa, Vila Zelina (EMEF Irineu Marinho), Cidade Vargas, Vila Brasilândia (EMEF Geraldo Sesso Jr.), Vila Morais e São Miguel Paulista (EMEF Arquiteto Luis Saia).

retrocesso em que se encontra a escola primária paulista. A administração educacional dedica a melhor de suas atenções à expansão da rede de estabelecimentos secundários. Criam-se ginásios sem qualquer plano orientador e, como é o caso da Capital, com o sacrifício dos cursos elementares, pois os novos estabelecimentos são instalados, precisamente, nos prédios até então reservados aos grupos escolares. Como se não bastassem números existentes e o regime de desdobramento de cursos, que reduz o número de horas de estudos, surge agora nova ameaça com a injustificável e precipitada instalação de estabelecimentos secundários em edifícios destinados à instrução popular. (Um ensino primário maior e melhor. OESP, 16 de fevereiro de 1958, p.3).

Para o jornal, os responsáveis pela educação no Estado tentavam resistir contra a multiplicação dos ginásios. Caberia, no entanto, ao Executivo definir uma política clara que valorizasse o ensino primário e relutasse contra a expansão do secundário. O texto terminou defendendo os homens que estavam à frente da pasta:

É indispensável, portanto, que o Governo, apoiando os propósitos da atual direção do Departamento de Educação, enfrente corajosamente o problema do ensino primário na Capital e no Interior, colocando, desta forma, o Estado de São Paulo na posição de liderança que as administrações anteriores, por força dos interesses da politicagem, tudo fizeram por comprometer. (Um ensino primário maior e melhor. OESP, 16 de fevereiro de 1958, p.3).

O editorial em tela é elucidativo na posição política que o jornal tomou ao longo dos quatro anos de governo de Jânio Quadros. Defendeu ardorosamente seu secretário de educação, o udenista Vicente de Paula Lima, e, nos últimos dois anos, o seu diretor do Departamento de Educação, Carlos Correa Mascaro, por serem homens dentro da proposta educacional do veículo. Além disso, tinham uma contraposição clara a combater, as políticas do município da capital, onde estiveram à frente Juvenal Lino de Mattos (PSP), Wladimir de Toledo Piza (PTB) e, então, Adhemar de Barros (PSP).

Com essa estratégia, o jornal blindou Jânio Quadros de críticas no que dizia respeito ao ensino em São Paulo. Mesmo sendo contrários a sua política de expansão do ensino secundário, pouparam suas lideranças, resistentes a iniciativa, vista como inevitável pela lógica demagógica no legislativo, a exigir a multiplicação de escolas na capital e interior. Por trás do discurso produzido pelo jornal, se fortalecia a figura de Jânio, como uma alternativa aos planos políticos dos adversários do OESP, o trabalhismo getulista e o populismo “ademarista”. Mesmo não sendo um homem da linhagem política vinculada ao jornal, da base udenista, Jânio Quadros era um fenômeno que faria o jornal depositar suas crenças como viabilização de seu projeto político paulista. Seria a estratégia da UDN na eleição presidencial de 1960.

O jornal resumiu o seu posicionamento em relação ao governo de Jânio Quadros em outro editorial, publicado no dia 23 de março. Neste, intitulado “Programa a cumprir”, o editorialista afirmou que o ensino não seria o ponto alto da atual administração, que teve outros setores como prioridade e resumidos no balanço desenvolvido pelo próprio Chefe do Executivo⁶⁸. Segundo o jornal, continuaria a tendência dos governos anteriores de criação de escolas secundárias e universitárias, sendo que o problema fundamental da instrução popular (ensino primário) tinha graves *déficits* de atendimento e precariedade na qualidade:

Sem educação popular, educação no sentido mais eminente do termo, nunca haverá instrução secundária, média – profissional ou não – e ensino superior realmente digno deste nome. As escolas médias e superiores completam e aperfeiçoam o que a educação primária, bem conduzida, sempre propicia. No Brasil, infelizmente, nestes últimos quinze anos, a tendência tem sido a de inverter a ordem das coisas. (Programa a cumprir. OESP, 23 de março de 1958, p.3).

A publicação continuou elogiando o plano de trabalho do Departamento de Educação da Secretaria de Educação para o ano corrente. O documento pretendia constituir um levantamento da população geral e escolar, além de dados demográficos que permitissem condições técnicas para compreensão de demandas escolares e organização de dados sobre condições escolares. Concluiu o editorial:

Este programa, traçado pelo sr. Vicente de Paula Lima com a colaboração do Departamento de Educação, não necessita apenas de recursos financeiros, materiais e humanos para sua execução. Ele exige realizações no campo do ensino popular e, mais do que convicções, crenças. Realmente, é comum que os homens da administração pública pensem que o ensino médio e superior resolve os problemas mais transcendentais da cultura. A verdade, porém, é que, em matéria de educação, a instrução popular não é apenas o começo, pois é o fundamento mais sólido da educação moral e cívica que constitui a substância espiritual dos povos que sabem realmente o que querem. (Programa a cumprir. OESP, 23 de março de 1958, p.3).

O jornal retomou o tema no dia 28 de março, no editorial “Necessidade de um programa”, elogiando que a situação e os problemas do ensino primário estavam muito bem expostos na mensagem governamental, apresentada à Assembleia Legislativa. Para o OESP, o número de horas reduzida dos alunos na escola era um mal a ser enfrentado e o problema principal era o das precárias edificações escolares. O texto apresentou o posicionamento:

⁶⁸ O jornal publicou o resumo da mensagem do governador do Estado à Assembleia Legislativa no dia 3 de abril de 1958, com o título “A atuação do Estado no setor do ensino em 1957” (OESP, 3 de abril de 1958, p.12).

A verdade é que qualquer plano de construções escolares deve ser precedido de um plano que regule a criação de estabelecimentos de ensino. A instalação de um ginásio, colégio ou escola normal deveria antes de tudo decorrer naturalmente da existência de determinadas condições essenciais. Só seriam criados novos estabelecimentos quando a administração dispusesse de recursos materiais e humanos para a sua instalação. A existência de alunos em número suficiente e de professores devidamente qualificados seria, ao lado do prédio próprio e das instalações, a condição mínima que deveria nortear a criação de novos estabelecimentos de ensino. Não há, todavia, nenhum critério objetivo na multiplicação de escolas e a administração se vê impotente para impedi-la. A construção dos prédios poderia ser realizada mediante convênios, seja com o Ministério da Educação, seja com as administrações municipais. Aliás, as municipalidades já vêm colaborando neste sentido. É preciso, entretanto, que esta cooperação se faça de forma mais ordenada, planejada e intensa. (Necessidade de um programa. OESP, 28 de março de 1958, p. 3).

O editorial terminou sua exposição relembrando comentário anterior, que a Educação não era o ponto forte da atual administração. Com esta afirmação, não pretendiam diminuir os esforços de homens honestos e bem-intencionados como Vicente de Paula Lima e Carlos Correa Mascaró à frente da Secretaria. A crítica se dirigia, segundo o jornal, para que seja dada a devida atenção às necessidades de uma nova orientação educacional do Governo do Estado para a futura administração.

O jornal via com entusiasmo as últimas medidas da administração de Jânio Quadros, em desenvolver parcerias com o governo federal e o INEP para o financiamento de construção de rede de edifícios escolares-padrões⁶⁹, como noticiaria o jornal no dia 29 de março (Financiamento no Ensino. OESP, 29 de março de 1958, p. 9).

A cobertura jornalística do jornal criaria um clima de despedida elogioso da passagem pela secretaria de homens vinculados à linha política do jornal.

Na questão do ensino, no começo do ano, quando começou o ano letivo, teve uma medida de emergência por parte do Governo do Estado, criando 360 novas classes de emergência. Na edição do dia 26 fevereiro, o jornal noticiou a publicação do *Diário Oficial*, que informou a criação de classes nas quatro delegacias de ensino. Admitindo, cada classe, até 40 alunos, seriam criadas 14.320 novas vagas.

⁶⁹ O jornal retomou o tema, elogiando a iniciativa do governo estadual em matéria intitulada “Dinamização da escola na reestruturação do ensino” (OESP, 29 de abril de 1958, p. 15), na qual apresentaria o plano elaborado por Carlos Correa Mascaró, diretor-geral do Departamento de Educação e também no editorial “Providência oportuna” (11 de maio de 1958).

Segundo a reportagem, na primeira Delegacia, as vagas compreenderiam os bairros da Sé, Cambuci, Ipiranga, Mooca, Vila Prudente e Guarulhos, na escola Capistrano de Abreu.

A segunda Delegacia de Ensino compreenderia os bairros de Bela Vista, Consolação, Vila Buarque, Jardim América, Jardim Paulista, Pinheiros, Santo Amaro, Brooklin, Vila Mariana, Jabaquara, Indianópolis, Aeroporto e Liberdade.

Na terceira Delegacia de Ensino estaria funcionando nos bairros de Santa Cecília, Barra Funda, Higienópolis, Pompéia, Sumaré, Jardim América, Pinheiros, Perdizes, Campos Elíseos, Lapa e mais dez classes seriam criadas ainda no Município de Barueri e cinco no de Santana do Parnaíba.

A quarta Delegacia compreende os bairros da Casa Verde, Freguesia do Ó, Perus e o Município de Franco da Rocha. (Ensino Municipal. OESP, 26 de fevereiro de 1958, p. 11).

No dia seguinte, o jornal trouxe nova medida do governo, que criou mais 213 classes de emergência no ensino primário (Ensino Primário... OESP, 27 de fevereiro de 1958, p. 11). O ensino primário municipal reapareceu no jornal em pequena nota publicada no dia 11 de março, com a publicação de comunicado do chefe do Ensino Primário Municipal, Elisiário Rodrigues de Sousa, orientando os diretores e professores municipais na adoção de livros didáticos dentro das recomendações do Serviço de Orientação Educacional, transmitidas nos Cursos de Férias da Secretaria, da conveniência do ensino de linguagem e aritméticas nas escolas com o apoio dos materiais didáticos a serem adquiridos. (Ensino primário municipal... OESP, 11 de março de 1958, p. 13).

O tema ganharia nova centralidade no jornal no dia 21 de março, com editorial em *Notas e Informações*, com o título “Municipalização do ensino”. O jornal evidenciou o debate iniciado por Anísio Teixeira, em abril de 1957, no Congresso Nacional de Municipalidades. Segundo o espaço de opinião, o autor de “A educação não é um privilégio” preconizava uma reforma profunda da própria estrutura do sistema educacional brasileiro, em substituição ao regime de centralização asfíxiadora e em defesa da descentralização. No entanto, segundo o jornal, seria errôneo “imaginar que os poderes municipais poderiam dispor livremente dos recursos destinados à educação” (Municipalização do ensino. OESP, 21 de março de 1958, p. 3), pois deveria existir um regime de colaboração entre os poderes.

O educador baiano, no referido Congresso, defendeu a tese “A Municipalização do Ensino Primário”, que foi publicada na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.

Para Anísio Teixeira, o papel da escola era o de estar de acordo com o contexto regional da população, adequar-se às especificidades e necessidades da população que a frequentaria, além, de ter proximidade com a comunidade, para garantir a participação popular. Por isso, a educação deveria ser responsabilidade dos Municípios com o apoio financeiro dos governos estaduais e a fiscalização do Governo Federal.

Somente com um modelo educacional descentralizado, os professores teriam autonomia e não ocorreria o perigo de o Estado impor uma doutrina educacional a população.

A descentralização educacional que, assim, propugnamos não representa apenas medida técnica que está, dia a dia, mais a se impor, por uma série de motivos de ordem prática, mas, também, um ato político de confiança na nação e de efetivação do princípio democrático de divisão do poder, a impedir os estrangulamentos da centralização e dificultar a concentração de força que nos poderia levar a regimes totalitários. (TEIXEIRA, 1957, p.26).

Questão recorrente nos primeiros anos da tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, justificando a quantidade de vezes que aparece nos artigos do educador escritos sobre o tema⁷⁰.

Para Anísio Teixeira, o Governo Federal deveria administrar a educação, porém o ensino seria disponibilizado pelos poderes estaduais e municipais, evitando-se ao máximo uma doutrina estatal uniforme para todo país. O educador baiano acreditava que a escola deveria ter as características de seu ambiente local, tornando-se assim, uma escola mais próxima das necessidades do indivíduo e da sociedade.

Também socialmente, recomenda-se a responsabilidade local. A escola, hoje, está sendo concebida como uma comunidade integrada dentro da comunidade maior da cidade, da vila ou do povoado. A administração local concorrerá para tornar possível essa integração, passando a escola a ser a instituição fundamental da comunidade, servindo-a e dela se servindo para a vitalidade e riqueza dos seus processos educativos. O professor, de nomeação local e lealdade local, deixará de ser o *estranho*, a autoridade *consular* e passageira, um quase hóspede da comunidade, para se sentir responsável e integrante dessa comunidade. (TEIXEIRA, 1957, p.28. Grifos do autor).

Na obra “Educação não é privilégio”, o autor retornou ao tema:

⁷⁰ Durante a tramitação da LDB 4024/ 61, que tem sua origem em um Projeto na Câmara Federal em 1948, baseada no art. 5º, inciso XV, alínea c da Constituição Federal de 1946, foi intenso o debate sobre o tema centralização versus descentralização do poder federal quanto à educação.

Faz-se confusão com o que venho chamando *municipalização* do ensino primário. Julgo, em nosso regime constitucional, a educação uma função dos Estados, sujeitos estes tão só a lei de bases e diretrizes da União – espécie de constituição para a educação em todo o país. A administração local, que propugna para as escolas elementares, e a autonomia das escolas médias, não importam em nenhuma subordinação do ensino propriamente a qualquer *soberania* municipal, mas, em um *plano de cada Estado*, de confiar a administração das escolas a órgãos locais, subordinados estes ao Estado pela formação do magistério, que a ele Estado competiria, privativamente, e pelo custeio das escolas, pois a quota-aluno com que contribuiria o Estado seria, em quase todos os casos, superior à quota-aluno municipal, importando isso, sem dúvida, na possibilidade do controle que os Estados julgassem necessário. (Teixeira, 1968, p. 73-4, grifos do autor).

Para o autor, seu plano visava impedir a continuidade de influência de elites federais e estaduais nos assuntos que deveriam ter participação regional. Os órgãos locais seriam mais eficientes que os estaduais, que deveriam ser mais distantes da gerência escolar:

[...] por motivos sociais, pois assim melhor se caracterizaria a natureza local da instituição e o seu enraizamento na cultura local; e ainda por motivos econômicos, pois isto permitiria a adaptação das escolas aos níveis econômicos locais. A nova escola pública, de administração municipal, ou autônoma, não deixaria, assim, de ser *estadual* – pelo professor, formado e licenciado pelo Estado, embora nomeado pelo órgão local, pela assistência técnica e pelo livro didático e material de ensino, elaborados sem dúvida no âmbito do Estado em seu conjunto. E, permitam-me ainda dizer, não deixaria de ser *federal* – pela obediência à lei nacional de bases e diretrizes e, ainda, talvez, pelo auxílio financeiro e a assistência técnica que os órgãos federais lhe viessem a prestar. (Teixeira, 1968, p. 74).

Para a opinião do OESP, os municípios não estariam em condições de maturidade política para assumir a educação com a distribuição dos recursos financeiros. Para reforçar a tese, o jornal traz a questão defendida por Carlos Correa Mascaro na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, sobre “Município e Ensino no Estado de São Paulo”. Segundo o jornal, o professor da USP havia examinado com rigorosos critérios estatísticos o orçamento de numerosos municípios, e havia chegado a resultados encorajadores, elencados no editorial:

“a) as municipalidades paulistas não acertaram ainda uma linha uniforme e coerente de aplicação dos recursos que a Constituição Federal determinou expressamente se destinem à manutenção e ao desenvolvimento do ensino; b) faltam, às autoridades municipais, planos racionais e metas pré-estabelecidas no campo da aplicação dos recursos reservados ao financiamento do ensino primário, como parte essencial e prioritária de um programa de educação popular; c) vigora nos municípios, ainda, um regime de confusão no que concerne à conceituação de negócios relativos a ensino, educação, e cultura; d) o

ensino primário aparece contemplado, nos orçamentos municipais, com parcela que mal ultrapassa metade da quota mínima de impostos destinada ao ensino”. São conclusões, sem dúvida, que de fato não recomendam um plano de municipalização sem que antes se adotem medidas especiais. (Teixeira, 1968, p. 74).

O jornal retomou o tema no editorial “Financiamento do ensino”, do dia 6 de abril. Para o editorialista, existia certo otimismo de Anísio Teixeira em seus escritos, em especial no artigo “Sobre o Problema de como financiar a educação do povo brasileiro”, quando o educador considera significativo aos montantes a serem aplicados na expansão do ensino, preocupação cara do diretor do INEP. Para o jornal, mais importante que o possível substancial aumento de recursos aplicados no ensino, era a administração racional das verbas disponíveis.

O OESP afirmou que administrar melhor não significava apenas evitar desvios de recursos ou má aplicação. Para reforçar o posicionamento do jornal, utilizou-se de empréstimo o estudo de Carlos Correa Mascaro sobre o problema do financiamento escolar no ambiente municipal e os malefícios do sistema organizado em cidades paulistas. Assim, explica o texto:

Não resta dúvida, portanto, que é preciso administrar melhor os recursos que, por força de um dispositivo constitucional, se destinam à manutenção de nossos serviços educacionais. De forma alguma julgamos que os municípios não estejam em condições de criar o seu sistema escolar. Parece-nos que anda faltando cooperação mais estreita dos três planos administrativos, o municipal, o estadual e o federal. Sem esta coordenação de esforços, poderá haver escolas em inútil concorrência e desperdícios de verbas que tanta falta nos fazem. O lastimável exemplo de São Paulo, onde o Estado e Município mantêm cada um o seu próprio sistema, deve servir de lição. Por estes motivos é que devemos reexaminar a sugestão de Anísio Teixeira. Será que não temos capacidade para administrar melhor os recursos financeiros que se destinam à educação pública? O que se vem fazendo não inspira seguramente nenhum otimismo. Esperemos, entretanto, que tão deplorável estado de coisas desapareça completamente num futuro bem próximo. (Financiamento do ensino. OESP, 6 de abril de 1958, p. 3).

As pesquisas de Carlos Correa Mascaro⁷¹ resultaram em três obras que foram publicadas em cadernos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Com a confirmação da candidatura de Adhemar de Barros ao Governo do Estado, o jornal começou a atacar a administração do prefeito, como aconteceu na

⁷¹ Sobre o posicionamento do autor e sua versão histórica sobre a criação do Ensino Municipal, ver capítulo 2.

No dia 27 de março o jornal publica uma pequena nota intitulada “Ampliação do Ensino Primário Municipal”, na qual o secretário Oswaldo Silva declarou que, depois de um ano sem o Estado e a Prefeitura investirem nos caixas escolares das escolas primárias, a Prefeitura iria efetuar o pagamento. Além disso, o jornal noticiou que as Escolas Agrupadas da Vila Formosa ganhariam edifício-sede na Avenida Eduardo Coetching⁷² (OESP, 27 de março de 1958, p.12).

Figura 25 - Escola Municipal de Vila Formosa – 1959



Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo

Acervo Fotográfico disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/foto/>

No mês de junho, o jornal anunciou a mensagem de despedida do Vicente de Paula Lima do cargo de Secretário de Educação na gestão de Jânio Quadros (Mensagem do ex-secretário da Educação. OESP, 1 de junho de 1958, p.21). Por conta de seu afastamento do cargo, o Diretor-Geral do Departamento de Educação, Carlos Correa Mascaro, propôs o adiamento do II Congresso de Educação, previsto para acontecer em 1958 na cidade de Bauru (Adiado o II Congresso de Educação de Bauru. OESP, 3 de junho de 1958, p. 28).

No dia 7 de junho o jornal publicou em sua seção *Notas e Informações* um editorial intitulado “Uma gestão feliz”, para apresentar os feitos de Paula Lima na secretaria. Assim se expressaria o órgão:

⁷² Atual EMEF Presidente Kennedy.

Nestes últimos anos, graças à presença do ministro (sic) Vicente de Paula Lima à testa da Secretaria de Educação, pôde o Estado de São Paulo realizar alguma coisa de útil no setor da instrução pública. Não se fizeram grandes reformas e nem tampouco se acelerou o ritmo do desenvolvimento escolar. A reforma do ensino normal, as pequenas mas oportunas providências adotadas na esfera do ensino rural, o decidido empenho no sentido de atenuar o “déficit” escolar que se acentuou, ainda mais, com a incúria de administrações anteriores, a sensível ampliação da rede primária com a criação num só ano de mais de mil classes, tudo isto, em verdade, pouco representaria se a gestão do ministro Vicente de Paula Lima não se caracterizasse antes de tudo pela vontade alta e honesta de servir à instrução pública. Realmente, o grande mal por que passa a educação paulista tem residido sobretudo na ausência de homens, e, mais do que homens, talvez de programas. Ninguém pretende que a educação deva estar completamente desligada da política. O progresso social e econômico, condição básica do aperfeiçoamento político, encontra sempre na educação o seu principal fundamento. Transformar, todavia, os serviços educacionais num simples instrumento da politicagem, sobrepondo os interesses partidários aos objetivos da escola, constitui, na atual conjuntura, a regra invariável que tantos prejuízos nos tem causado. Pelo número de seus professores, técnicos, inspetores, burocratas etc., a Secretaria da Educação é o setor administrativo mais cobiçado pelos partidos. Por este motivo, quando por ela passa um homem que, apesar de político, sabe preservar os interesses mais altos da educação, como é o caso do ministro Vicente de Paula Lima, mobilizam todos os recursos da intriga mesquinha com o objetivo de restaurar na Secretaria o império da politicalha. (Uma gestão feliz OESP, 7 de junho de 1958, p.3).

E o jornal elogiou também a atuação de Carlos Correa Mascaro no cargo:

Mas, o que melhor ilustra a situação em que se encontram os diversos serviços da Secretaria da Educação é o próprio Departamento de Educação. Órgão técnico, por excelência, este departamento dirigido, no passado, por figuras marcantes do ensino paulista foi quase completamente desfigurado há alguns anos com a efetivação de um de seus diretores. [...] Felizmente, os últimos diretores do Departamento e, especialmente, o prof. Carlos Correa Mascaro, compreenderam a situação e procuraram coloca-lo em sua função técnica e orientadora. O ponto alto da gestão do ministro Vicente de Paula Lima foi o de apoiar as iniciativas de específico alcance educacional e o de prestigiar o trabalho dos técnicos honestos e estudiosos que não procuram fazer de seus cargos simples meios de ascensão política. A organização das missões pedagógicas e culturais que em Presidente Prudente realizou durante uma semana, o seu primeiro trabalho de assistência e orientação ao professorado correspondeu ao propósito de restituir ao Departamento as funções que justificaram a sua criação. (Uma gestão feliz OESP, 7 de junho de 1958, p.3).

Por fim, o jornal exaltou o apoio de Paula Lima às comemorações do Manifesto dos Pioneiros, que comemorara, recentemente, 25 anos, e, também, ao Código de Educação. Tornando-se, assim, para o jornal, um justo motivo de orgulho aos paulistas a

sua administração. Assim, terminaria um período de relação incomum que o jornal teve com uma autoridade à frente da Secretaria de Educação do Estado. Nesse tempo, o jornal criticou a precariedade do ensino como um problema sistêmico, credenciando Paula Lima como um homem esforçado à procura de soluções. Com essa abordagem, o jornal blindou Jânio Quadros de críticas e valorizou a indicação e continuidade de um quadro udenista na pasta. Comparando com os anos anteriores na mesma década, o jornal teve outra medida em sua cobertura e em suas opiniões, demonstrando que os interesses políticos e partidários do OESP determinavam sua linha editorial nos assuntos educacionais.

Como o Departamento de Educação prosseguiu com iniciativas aos cuidados de Carlos Correa Mascaro, nome também conceituado no jornal, a cobertura da publicação continuou a exaltar os empreendimentos da pasta educacional. Como no editorial “Financiamento de construções escolares”, que elogiava a parceria entre o Estado e a União (por meio do INEP, dirigido por Anísio Teixeira) para novos prédios a serem edificadas (Financiamento de construções escolares. OESP, 31 de agosto de 1958, p. 3) e na matéria intitulada “Promoção automática para algumas classes em 1959”, que apresentou o plano experimental do governo para algumas classes de grupos escolares dos cursos primários⁷³, encabeçado o plano pelo novo diretor geral do Departamento de Educação, Luiz Contier em parceria com o Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE)⁷⁴. O jornal publicou um texto mais rigoroso sobre o tema, ouvindo a opinião do educador Almeida Junior e trazendo, na exposição do intelectual, a experiência dos Estados Unidos (Promoção automática para algumas classes... OESP, 31 de agosto de 1958, p. 25). Como de costume, quando o assunto ganhava importante notoriedade para o jornal, apareceria também o parecer do jornal nas páginas de *Notas e Informações*, como foi o caso do editorial “Promoção automática” (Promoção automática. OESP, 12 de janeiro de 1958, p. 3). Por fim, o jornal convocou o então técnico do CRPE, Luiz Pereira, para escrever o artigo “A promoção automática na escola primária”, no qual teceu críticas à medida de forma antecipada por parte do governo⁷⁵.

⁷³ Sobre a experiência, ver Viégas e Souza (2010).

⁷⁴ Dentro do tema, estudos estavam sendo realizados no órgão de pesquisa, sob a orientação de Dante Moreira Leite. Foi o caso do artigo “Promoção automática e adequação do currículo ao desenvolvimento do aluno”, publicado, em 1959, na revista do CRPE, *Pesquisa e Planejamento*.

⁷⁵ O OESP traria novos elementos em matérias publicadas no dia 23 de novembro, intitulada “Fatores de reprovações: dia escolar e ano letivo curtos” e no dia 25 de novembro com “Elevado o índice de reprovações este ano”.

No âmbito municipal, como o “inimigo” Adhemar de Barros se mantinha no cargo, os ataques continuariam a acontecer em suas páginas informativas e espaços de opinião. No dia 12 de agosto, o jornal publicou a seguinte manchete: “O prefeito não quer receber as professoras substitutas”. Segundo a matéria:

Os representantes das professoras substitutas do ensino primário tentaram ontem novamente avistar-se com o prefeito ou com o vice-prefeito, ou, pelo menos obter que lhes fosse marcada uma audiência. Como se sabe, há dias, um grupo de substitutas permaneceu mais de 10 horas, inutilmente, à espera do vice-prefeito na porta de seu gabinete, no Ibirapuera. Desde fevereiro último, essas professoras vêm ministrando aulas em classes por elas próprias organizadas à espera de que as autoridades municipais cumpram a promessa que fizeram de admiti-las no serviço.

Todavia, ontem não foram recebidas pelo prefeito nem pelo vice-prefeito. E, afinal, foram informadas de que para conseguir que lhes marquem uma audiência necessitam, previamente, de obter uma autorização do secretário de Educação e Cultura. (O prefeito não quer receber...OESP, 12 de agosto de 1958, p. 12).

A prefeitura, então, emitiu uma nota de esclarecimento, publicada pelo jornal. Nela, o gabinete do prefeito anunciou providências a serem tomadas para a solução do problema. Em nota, é informado que o secretário de educação, sr. Ítalo Fittipaldi já estava ciente do problemas e encontrava-se em busca de medidas para atender as professoras voluntárias, que teriam uma atenção especial nas designações que estariam por acontecer. No comunicado, a gestão municipal esclareceu o problema e explicou o reparo a ser feito:

É que as primeiras 3 dezenas de designações feitas, em função de orientação anterior à posse do sr. Ítalo Fittipaldi, atingiram muitos professores voluntários, cujas classes ou escolas foram atribuídas a outros, que nada haviam feito em favor do Ensino Primário Municipal, pois apareciam pela primeira vez e eram logo aquinhoados, em prejuízo dos que estavam em exercício, muitos desde fevereiro. Mas isto se desfez mediante a anulação das referidas designações, por ordem do sr. prefeito da Capital, que entendeu bem a situação em que foram injustamente colocados muitos professores voluntários, categoria que teve a sua razão de ser, enquanto não era expedido o decreto n. 3875, de maio último, que institui o quadro de professores substitutos.

Com a anulação geral das designações feitas, voltou-se à estaca zero. E agora em função de recomendações, expressão do prefeito A. de Barros, terão preferência para designação os chamados professores voluntários, que realmente prestaram bons serviços ao Ensino Municipal e satisfaçam todas as exigências legais para a investidura no quadro de professores substitutos. (O prefeito não quer receber...OESP, 12 de agosto de 1958, p. 12).

Com a nota, a prefeitura procurava esclarecer que não havia tido convocação oficial para estarem no Ibirapuera e que a comissão de professores presente recebera todas as orientações necessárias das medidas a serem adotadas pela Administração Municipal. O jornal, nesse caso, publicou o outro lado, dando espaço para a resposta da prefeitura, mas explorou em destaque, como sugere a manchete, a falta de diálogo da autoridade máxima, Adhemar de Barros, com as profissionais que queriam resolução do caso.

Na edição do dia 30 de setembro, o jornal voltou a expor o prefeito, às vésperas da eleição para governador. Primeiramente, em nota intitulada “A situação do professorado municipal” que afirmava que as professoras não estavam sendo atendidas pelo prefeito na garantia de conseguirem classes como titulares. Na mesma página do jornal é apresentada a manchete “O prefeito da Capital não cumpriu a promessa” quanto a entrega, prometida por Adhemar de Barros, de prédio para o colégio estadual e Escola Normal “Brásílio Machado”. Segundo o OESP, houve protesto de estudantes, que foram ignorados pelo prefeito.

Figura 26 - “O prefeito da Capital não cumpriu a promessa”. Reportagem publicada no jornal O Estado de S. Paulo



Fonte: (O prefeito da Capital não cumpriu..., O Estado de S. Paulo, 1958, p. 19).

Acervo: Acervo Estadão online. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>>. Acessado em: 25 de julho de 2018.

Na matéria, o jornal explicou que a obra havia sido prometida há nove anos, sendo iniciada apenas na administração de Lino de Mattos, mas seguiram lentamente. Após passeata dos estudantes, o prefeito Adhemar de Barros prometeu entregar o prédio até o mês de agosto. Como a promessa não se cumpriu, os estudantes, que estavam tendo aulas provisoriamente no espaço do Grupo Escolar “Marechal Deodoro”, resolveram ir aos jornais e programas de televisão protestar e entraram de greve em

protesto pela não entrega do prédio. (Prédio para colégio. OESP, 30 de setembro de 1958, p. 19). A polêmica seria resquício do convênio escolar, no qual a prefeitura cedia os prédios ao governo estadual. Como a obra havia começado em 1955, o prédio ainda estava sendo aguardado pelo governo. A polêmica retornou às páginas do jornal no ano de 1959.

Em 1958, Adhemar de Barros empreendeu esforços na tentativa de se tornar novamente Governador do Estado de São Paulo. Para esse fim, utilizou-se da máquina pública da Prefeitura para se promover. Nesse sentido, os temas educacionais e, em especial, o professorado paulista, estaria envolvido em sua campanha. Como na *Mensagem ao Professorado Paulista*, que publicou em diversos órgãos de imprensa, com exceção do jornal *O Estado de São Paulo*, sempre fechado a propagandas do político.

Figura 27 - “Ao professorado paulista”. Carta de Adhemar de Barros publicada no jornal *Folha da Manhã*

AU PROFESSORADO PAULISTA

Dirijo-me hoje, já na antevespera das eleições de 3 de outubro, numa atitude consciente: de reconhecimento cívico, ao Professorado Paulista, que sempre me compreendeu e me auxiliou a sua magnífica e valiosa colaboração, nas duas oportunidades em que estive à frente dos destinos de São Paulo.

Classe admirável, pelas suas tradições de cultura e de trabalho, pelas suas preocupações constantes com os problemas fundamentais da educação da infância e da juventude e da Instrução Paulista, por seu interesse sempre merecido do meu Governo atenção e providências especiais, em harmonia com os seus justos e naturais anseios.

Podem, hoje, os professores Paulistas, pelas suas prestígio e condições de classe, num movimento cívico louvável, “maís prédios escolares” e “melhores condições de vida para o professor”.

E o que fiz eu, quando no Governo do Estado, sendo encaminhar esses dois problemas: para soluções adequadas, na certeza de que, realmente, São Paulo terá melhor ensino, quando suas escolas dispuserem de condições dignas de trabalho, e os professores viverem garantidos por vencimentos compatíveis com a dignidade de sua alta missão social, e por leis e regulamentos que lhes assegurem tranquilidade e segurança, e suas naturais pretensões de renovação e promoção no magistério?

As construções escolares foram tema constante da minha administração e graças a essa diretiva fui funcionário, em 1947, o Convênio Escolar que existia apenas no papel, com o que se tornou possível a construção de mais de 150 grandes prédios escolares na Capital, que hoje constituem a base sobre que repousa todo o ensino estadual da cidade.

Entendo que a vida do professor se altera em três pontos: na sua formação cultural e profissional, na remuneração condigna e certa de respeito aos seus direitos e interesses e, também, nas condições ambientes de trabalho.

Por isso, determinei, em 1948, que se realizassem concursos para provimento de todos os cargos do magistério estadual, de tal forma que a oportunidade de ingresso, de renovação e promoção se oferecesse, em condições iguais, para todos os candidatos, sem necessidade de injunções de qualquer espécie.

Concursos dessa natureza foram instituídos, através de legislação específica, para os professores do ensino secundário, normal, industrial e agrícola, enquanto outros se realizaram para nomeação de diretores de grupos escolares, de ginásios, colégios, escolas normais e profissionais, ou para inspetores escolares e delegados de ensino.

Realizaram-se, no meu Governo, o primeiro do resultado às leis, na vida funcional do magistério público, medida que se adotou, em atenção aos justos anseios da classe do professorado e na defesa legítima do próprio interesse do povo, que terá melhor ensino, na proporção do bem-estar em que viverem a escola e os seus mestres.

Quanto à remuneração dos professores, sempre a esmagadora problema sério e merecedor de estudos e providências capazes de resolvê-lo a contento, pois compreendo que nenhum professor poderá desempenhar bem a sua tarefa, na educação das novas gerações, se lhe faltarem meios materiais para dar vida digna à sua família.

O professor precisa ganhar bem, para que se possa esperar dele completa dedicação à obra educativa. Na época, fiz o que me foi possível, mas agora, com um orçamento muito maior, será mais fácil promover o reajuste dos vencimentos do magistério estadual, de todos os graus e ramos do ensino público.

Éra meu propósito, e nesse sentido dei ordens expressas, realizar a reorganização completa dos órgãos dirigentes e técnicos do ensino estadual, que ainda têm a estrutura de vinte anos, sofrendo nas consequências do microcefalismo, que lhe estranhalha as mais avançadas ideias e iniciativas. Os estudos chegaram à fase final, mas era tarde. Vejo que, depois de quase dez anos, nada se fez, nesse sentido.

Será esse, pois, um dos primeiros setores a ser atacado no meu Governo. Isto é, a reforma a ampla do Departamento de Educação, de maneira que se ajuste às premissas necessidades do ensino estadual.

Considero, portanto, estas possibilidades de desenvolvimento cultural e aperfeiçoamento profissional para o professorado, através de bolsas de estudos, de estágios de observação e prática, dentro ou fora do país, e com o que se completará a série de providências destinadas a dar novo rumo à escola paulista e à vida do professor.

Desejo tornar efetiva, desta vez, através de experiências concretas, a Municipalização do ensino, prevista na constituição da República e defendida, com tanto ardor, por educadores de renome no cenário nacional, como o prof. Anísio Teixeira, Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério de Educação e Cultura e prof. João de Deus Cardoso de Mello, que espousou a ideia, depois de viver os problemas educacionais paulistas, como Secretário de Educação do meu Governo.

Defendo, como princípio fundamental da sobrevivência democrática do país, a necessidade de fortalecimento dos Municípios, que são as células vivas da nossa organização política e da própria vida nacional.

A Municipalização do Ensino, que tem vários e nobres motivos, outros motivos que a justificam, como meio de combate ao nomadismo do magistério, tão prejudicial à escola, será, também, mais um fator de prestígio para os Municípios e de garantia de continuidade da obra educativa de seus filhos.

Vamos esmiuçar para a Municipalização do ensino, porém, com a cautela necessária exigida por um empreendimento complexo dessa natureza, para evitar, inclusive, que se repitam em outros Municípios de São Paulo, os desastres do Instituto Intermediário de ensino municipal da Capital, sem estudos prévios e sem embasamento legal competente, e que está reclamando as medidas corretivas que já determinei, enquanto de forma-lo, pela estruturação, pelo funcionamento do sistema e pela boa produtividade da escola, mas uma experiência vitoriosa da municipalização do ensino.

A Educação só se efetiva, como obra de bem-estar e progresso dos povos, quando realizada em condições favoráveis, onde predomina a harmonia, a paz, a segurança, a tranquilidade, a compreensão, o estímulo e a recompensa devida ao trabalho do professor.

É isso que ofereço ao Professorado Paulista, na reafirmação do meu apreço à admirável obra que vem realizando e na certeza de que saberei corresponder à confiança com que sempre me distinguiu o Magistério de São Paulo.

Adhemar de Barros

FOLHA DA MANHÃ — 3.a-feira, 30 de setembro de 1958 — ASSUNTOS GERAIS — Pag. 3

Fonte: Jornal Folha da Manhã

Acervo: Acervo Folha, disponível em <https://acervo.folha.com.br/>

No documento, o candidato se dirigia ao professorado paulista, que, segundo a carta, sempre mereceu atenção e prestígio em suas administrações. O político afirmou ter lutado pelas melhores condições de trabalhos da categoria, promoção de concursos

públicos e pelas construções escolares. Já sobre a municipalização empreendida na prefeitura defendeu que:

Desejo tornar efetiva, desta vez, através de experiências concretas, a Municipalização do ensino prevista na Constituição da República e defendida, com tanto ardor, por educadores de renome no cenário nacional, como o professor Anísio Teixeira, Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério de Educação e Cultura e prof. João de Deus Cardoso de Mello, que esposou a ideia, depois de viver os problemas educacionais paulistas, como Secretário de Educação do meu Governo.

Defendo como princípio fundamental da sobrevivência democrática do país, a necessidade de fortalecimento dos Municípios, que são as células vivas da nossa organização política e da própria vida nacional. Vamos caminhar para a Municipalização do ensino, porém, com a cautela necessária exigida por um empreendimento complexo dessa natureza, para evitar, inclusive, que se repitam em outros Municípios de São Paulo, os desacertos da instituição intempestiva do ensino municipal da Capital, sem estudos prévios e sem embasamento legal competente, e que está reclamando as medidas corretivas que já determinei, capazes de torná-lo, pela estruturação, pelo funcionamento do sistema e pela boa produtividade da escola, mais uma experiência vitoriosa da municipalização do ensino. (Ao professorado paulista, 1958, p. 3).

O documento deixa transparecer a municipalização como política pública considerada, pela gestão de Adhemar, como bem sucedida e que poderia ser replicada nos demais municípios de São Paulo.

3.2. A eleição de Carvalho Pinto e o otimismo do jornal com o novo governador

O ano começou com a mesma preocupação dos anos anteriores: a questão das matrículas de alunos para o Ensino Primário. Segundo reportagem, “40 mil crianças não conseguirão matrícula” (40 mil crianças não conseguirão matrícula. OESP, 1 de janeiro de 1959, p.5) O problema seria agravado pelo número elevado de reprovações – cerca de 300 mil – acarretando um excesso de alunos nas escolas, impedindo novas matrículas. Os dados eram da secretaria de educação, por meio dos estudos efetuados pelo chefe do Serviço de Controle e Cadastro Escolar, Eduardo Santos de Almeida.

A administração de Jânio Quadros findara, e o novo governador eleito, Carvalho Pinto, assumiria no dia 31 de janeiro. Mas, como era da base eleitoral do político, as medidas nos últimos meses da gestão tiveram continuidade após o pleito. O jornal apresentou medidas projetadas pelo órgão estadual na matéria “Crise de escolas primárias; adota providências o governo” (Crise de escolas primárias; adota

providências o governo. OESP, 4 de janeiro de 1959, p. 18). Entre as soluções apresentadas, estava a possibilidade de criação de um sexto ano do Ensino Primário, sugerido pelo diretor do INEP, Anísio Teixeira. No dia 21 de janeiro, o novo governador anunciou sua equipe, tendo como novo Secretário Estadual de Educação o professor Antonio de Queiroz Filho, do Partido Democrata Cristão (PDC)⁷⁶.

Na Prefeitura da Capital, o início do ano seria marcado pelo concurso para admissão de 1500 professoras primárias, como noticiado na edição de 16 de janeiro. Segundo esta informação do jornal, o regulamento estava submetido à autorização do prefeito e o critério de concessão dos pontos de tempo de aproveitamento por parte das profissionais em exercício seria considerado na soma geral para os casos das substitutas que pleiteavam sua condição de membros do ensino primário municipal. Ainda de acordo com a reportagem, “a administração municipal somente abrirá concurso a professoras estranhas ao Ensino Primário da Prefeitura no caso de o nível intelectual das concorrentes revelar-se baixo, não permitindo o preenchimento dos lugares” (Concurso para admissão de 1500 professoras primárias. OESP, 16 de janeiro de 1959, p.7). A matéria também informou que as matrículas nas escolas municipais seriam feitas nos dias 1 a 10 de fevereiro⁷⁷.

Na matéria intitulada “O Ensino Primário Abrigará Mais de 300 Mil Alunos em 59” o jornal traz espaço para os dados da Prefeitura. Conforme os dados apresentados por Elisiário Rodrigues de Sousa, diretor do Departamento Municipal de Educação, existia a capacidade de 60.000 alunos que poderiam se matricular na rede, representando um aumento de 9 mil vagas sobre o ano de 1958. Além disso, informou que a porcentagem de reprovação de alunos na Prefeitura foi de 30%, havendo decréscimo em relação a 1957, quando alcançou 40% de reprovação total. Esse dado permitiu o aumento de vagas para o novo ano letivo. Em harmonia com tais dados, apresentados pela reportagem, “o decréscimo de reprovações prende-se ao fato de 90%

⁷⁶ O próprio OESP publicou a biografia do indicado: “Nasceu em Caconde, no dia 14 de janeiro de 1910. Cursou o Colégio São Luís e a Faculdade de Direito de São Paulo, diplomando-se em 1931. Foi primeiro orador do Centro Acadêmico XI de Agosto. Ingressando no Ministério Público, exerceu a promotoria em Batatais, Piracicaba, Campinas, Santos e São Paulo. Visitou a Europa, tendo feito um Curso de Direito Penal Comparado na Sorbonne. Procurador da Justiça do Estado, exerceu o cargo de diretor-geral dos Presídios, ocupando a pasta da Justiça na administração Jânio Quadros. Politicamente, milita no PDC, onde ingressou vindo do movimento do “Economia e Humanismo”. É deputado federal, ocupando a presidência do Diretório Regional de São Paulo daquela agremiação. Além de vários trabalhos jurídicos é autor de um livro de ensaios: ‘Caminhos Humanos’. É professor de Direito Penal da Faculdade Paulista de Direito da PUC”. (OESP, 21 de janeiro de 1959, p. 4).

⁷⁷ Na edição do dia 28 de janeiro de 1959 o jornal noticiaria as instruções relativas a matrículas nas escolas primárias municipais. (OESP, 28 de janeiro de 1959, p.10).

das classes municipais funcionarem com apenas dois períodos de quatro horas, e somente 10% possuírem períodos tresdobrados” (Manobra do Prefeito... OESP, 29 de janeiro de 1959, p.10). Já o governo do Estado ainda não havia apresentado estimativas.

Um fato inusitado até então, o jornal publicou avanços nas ações da Prefeitura, com resultados positivos na melhora da demanda e diminuição da reprovação. Por outro lado, o Estado estava com um quadro de reprovação expressiva (300 mil alunos) e em *déficit* de matrículas em virtude do enorme número de alunos mantidos no ensino primário.

Além dos dados, que permitiriam críticas ao ensino estadual, um fato novo pode ser considerado na guinada do jornal, contrapondo novamente ensino municipal e estadual, mas dessa vez em favor do primeiro. A nova governabilidade na composição política de Carvalho Pinto tirou a pasta da Educação das mãos da UDN⁷⁸, dando o cargo indicado ao PDC. Antes, o jornal fazia um paralelo em defesa do ensino estadual e pela retomada do Convênio Escolar por ter, na pasta estadual “um dos seus”, o deputado Vicente de Paula Lima, homem de estima do jornal. Também, com a derrota de Adhemar nas eleições, o jornal poderia tratar assuntos da municipalidade sem evidenciar o nome do político que procuraria então se promover com seus feitos.

Por esse motivo, nesse novo momento histórico, o jornal tratou a expansão do ensino municipal sem um jornalismo tendencioso contrário a iniciativa. Outro exemplo foi a edição do dia 4 de fevereiro, na qual o jornal traz em destaque a manchete “Até dia 7 as Inscrições no Ensino Primário Municipal”, credenciando o trabalho realizado pela secretaria municipal, no trabalho realizado pelo chefe do Ensino Municipal, Elisiário Rodrigues de Souza, em completar o levantamento de novas classes ou de remanejamento de alunos, com o objetivo de assegurar a vaga a todos os interessados. De acordo com a reportagem, a orientação foi feita a todos os chefes de região, a fim de garantir a afluência em todos os estabelecimentos de ensino primário. Sobre a articulação entre Prefeitura e Estado, de forma harmoniosa escreve o jornal:

Não existe, atualmente, qualquer convênio entre o Estado e o Município sobre as diretrizes do ensino primário. Todavia, mantendo contatos pessoais, decidiram os responsáveis pelas Secretarias de Educação dos dois Executivos coordenar seus trabalhos, com o objetivo de favorecer a inscrição de alunos, assegurando aos mesmos as vagas às quais são candidatos. Acredita-se que com essas providências os inscritos que não obtiverem matrículas em determinados estabelecimentos de ensino serão encaminhados a

⁷⁸ O partido ficaria com a Secretaria da Agricultura, a cargo de responsabilidade de José Bonifácio Coutinho Nogueira.

outros, num intercâmbio entre escolas municipais e estaduais. (Até dia 7 as inscrições no Ensino Primário Municipal. OESP, 4 de fevereiro de 1959, p. 10).

Sobre a criação de novas escolas, afirmou à reportagem o professor Elisiário Rodrigues de Sousa que novos galpões seriam criados e que estes estavam sendo, aos poucos, substituídos por edifícios de alvenaria. Além disso, apresentou que, no último ano, 14 prédios foram inaugurados em substituição aos galpões existentes. Para o período letivo, que se iniciaria no ano seguinte, outros 14 estavam previstos, com editais e plantas aprovados e em processo de licitação público aprovado. Sobre os números municipais, o jornal apresentou:

Atualmente conta a Prefeitura com 120 escolas isoladas em todo o Município. No último ano, ao se iniciarem as aulas, cerca de 60 mil crianças frequentavam aulas nessas escolas, completando-as o ano letivo com um total de mais de 50 mil estudantes.

Acreditam as autoridades municipais do ensino primário que somente em poucos bairros, onde chegam constantemente nordestinos, o problema ainda poderá apresentar alguma preocupação, pois em tais zonas a demanda é insuperavelmente maior que a capacidade do Município e do Estado, juntos. Esse problema também está sendo considerado, embora existam dificuldades sérias para o atendimento de inscrições em número bastante superior a qualquer estimativa. (Até dia 7 as inscrições no Ensino Primário Municipal. OESP, 4 de fevereiro de 1959, p. 10).

Figura 28 - Escola Municipal do Canindé ⁷⁹ (1959)



Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo
Acervo Fotográfico disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/foto/>

⁷⁹ Escola situada na Rua Comendador Nestor Pereira e denominada EMEF Infante Dom Henrique

Figura 29 - Escola Municipal do Canindé (1959)



Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo

Acervo Fotográfico disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/foto/>

Figura 30 - Escola Municipal do Canindé (1959)



Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo

Acervo Fotográfico disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/foto/>

Figura 31 - Escolas Municipais Agrupadas do Tatuapé (1959⁸⁰)



Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo
Acervo Fotográfico disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/foto/>

Figura 32 - Grupo Escolar Dona Leonor Mendes de Barros (1959)



Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo
Acervo Fotográfico disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/foto/>

⁸⁰ Escola situada na Rua Itapura, atualmente é denominada EMEF Jackson de Figueiredo; em primeiro plano, Praça Barão de Itaquí.

Figura 33 - Grupo Escolar Vila Alpina⁸¹ (1959)



Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo
Acervo Fotográfico disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/foto/>

Figura 34 - Escolas Municipais Agrupadas do Parque Sevilha⁸² (1959)



Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo
Acervo Fotográfico disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/foto/>

⁸¹ Atualmente é denominada EMEF Professor Queiroz Filho

⁸² Atualmente, esta escola, situada na Rua Madri, é denominada EMEF Barão de Mauá.

Por fim, o jornal veiculou que, por recomendação do prefeito, todas as escolas deveriam estar funcionando em apenas dois períodos, com 4 horas de aula em cada turno.

A realidade apresentada pela reportagem fugia do padrão dos anos anteriores, quando o ensino primário municipal foi criticado ou ignorado no espaço informativo da publicação.

No editorial principal do jornal do dia 6 de fevereiro, foi publicado o texto “O eterno problema”, sobre a insolúvel resolução da falta de vagas no ensino primário em São Paulo. Nessa publicação, de *Notas e Informações*, o jornal comemorou o resultado do pleito eleitoral para governador e disse que esperava soluções por parte do novo administrador eleito:

[...] as eleições de 3 de outubro nos libertaram, pelo menos em São Paulo, da chusma de aproveitadores e demagogos. Temos à frente da governação do Estado um homem que, pelo seu apartidarismo e a sua perfeita identificação com as tradições bandeirantes, não pode deixar de colocar no primeiro lugar das suas preocupações o interesse e o prestígio do Estado que o elegeu. (O eterno problema. OESP, 6 de fevereiro de 1959, p. 3).

E continuou o texto do jornal:

Evidentemente que não iremos exigir do prof. Carvalho Pinto o milagre de resolver em quatro anos todos os problemas acumulados ao longo de uma série de administrações corruptas e ineptas. O problema do ensino, todavia, mormente o do ensino primário, é daqueles que não podem escapar à atenção de um governo verdadeiramente responsável. Para além de todos os prejuízos morais e materiais que esse problema pode constituir para o futuro econômico e social deste Estado, está ainda o que de vergonhoso representa para São Paulo o acúmulo anual de centenas de milhares de crianças impedidas, por falta de escolas, de adquirirem os conhecimentos elementares do alfabeto. Não acreditamos, de resto, que o governo houvesse de abrir falência para lhe dar solução adequada. Em quatro anos, com esforço e boa vontade, muito se pode fazer. E se ao fim do quadriênio que ora começa o prof. Carvalho Pinto viesse a inscrever no seu ativo a solução definitiva do ensino primário em todo o Estado, teria nisso já títulos de sobra para se impor à veneração e ao apreço de todos os seus concidadãos. (O eterno problema. OESP, 6 de fevereiro de 1959, p. 3).

Ao contrário da gestão anterior, que recebera o respaldo do jornal por ter um secretário de confiança, a atual teria que mostrar serviço para receber o apreço da publicação em suas páginas. O secretário, indicado pelo governador, tinha a desconfiança do OESP por ser um membro do PDC. Preocupação essa que aparecia no editorial do dia 14 de fevereiro, com o título “Sobre a administração escolar”. Na

opinião do jornal, não eram infundados os receios de alguns setores do ensino oficial, em relação aos rumos e orientações educacionais da atual gestão por estar sobre possível influência de interesses confessionais, particularmente da Igreja Católica.

A preocupação do jornal era que o debate que acontecia nas esferas da administração federal e presentes na tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com a alegação da “liberdade de ensino”, em favorecimento à iniciativa privada, tivesse a vez no Estado de São Paulo. Assim escreveu sobre o “temor” apresentado pelo jornal em relação ao secretário⁸³ e sua equipe formada e duas medidas preocupantes da administração:

Pelas suas vinculações políticas e religiosas, o atual secretário da Educação – e não vai nenhum despreço a suas qualidades intelectuais e morais – poderá favorecer, inadvertidamente, a criação de um ambiente hostil aos interesses do ensino oficial. Dois de seus primeiros atos – o afastamento do titular efetivo e a nomeação de um novo diretor para o Departamento de Educação – foram recebidos com reservas pela opinião pública. Conhecidas as relações do titular efetivo com o sr. Jânio Quadros e a discreta posição assumida pelo partido do prof. Queiroz Filho diante do pleito que se aproxima, o primeiro deles teve um significado caracteristicamente político. (Sobre a nova administração escolar. OESP, 14 de fevereiro de 1959, p. 3).

O segundo problema apresentado se referia ao novo chefe do Departamento de Educação. O jornal começou elogiando o novo titular:

O segundo, todavia, a nomeação do dr. Carlos Pasquale, reveste-se de um significado especial. O novo titular do Departamento de Educação, administrador experimentado e profundo conhecedor dos problemas do ensino secundário, é indiscutivelmente um dos líderes mais atuantes do ensino particular. Como diretor do Departamento Nacional de Educação no governo Café Filho, o sr. Carlos Pasquale realizou uma administração empreendedora e foi organizador do Fundo Nacional do Ensino Médio, sem dúvida uma das mais importantes realizações, no campo da educação, nestes últimos anos. (Sobre a nova administração escolar. OESP, 14 de fevereiro de 1959, p. 3).

Não obstante, sua trajetória profissional, fazendo carreira inteiramente fora dos quadros do ensino oficial, era motivo de desconfiança dos interesses que representaria no cargo. Para tanto, o jornal compara com a tradição de quadros profissionais que passaram de maneira exitosa pelo cargo, desenvolvendo iniciativas de modernização da secretaria, como a instituição dos exames vestibulares para o acesso aos cursos normais, organização de missões pedagógicas, estudos do problema da aprovação automática,

⁸³ A desconfiança seria recorrente e apareceria também no mês de maio, em editorial intitulado “Discriminação ideológica” (OESP, 10 de maio de 1959, p. 3).

entre outros. Eram esforços parciais, mas que não poderiam ser interrompidos. Dessa forma, o jornal concluiu: “Se o novo diretor do Departamento de Educação souber completar estas iniciativas não lhe faltará certamente o apoio da opinião pública e se desfarão os receios e as apreensões existentes.” (Sobre a nova administração escolar. OESP, 14 de fevereiro de 1959, p. 3).

Em mais um caso, o jornal “dá as cartas” para a nova administração, buscando comprar o apoio em seu trabalho de formação da opinião pública, caso a gestão siga um rumo educacional que familiarize com os preceitos do OESP. A publicação desconfiava do Carlos Pasquale, que, ao contrário de outros nomes que passaram pelo cargo, em especial Carlos Correa Mascaro, não vinha da tradição universitária ou de instituições próximas da orientação do jornal.

No mês de fevereiro o jornal expôs outro conflito envolvendo o prefeito da cidade de São Paulo. Segundo a reportagem, do dia 7 de fevereiro, com o título “Colégio S. Paulo: nega-se a Prefeitura a dar os prédios”. Adhemar de Barros se negou a ceder prédio destinado à instituição enquanto a União não devolvesse 12 milhões de cruzeiros relativos à participação federal na execução do empreendimento.

Conforme o secretário de Educação e Cultura da Prefeitura, a construção era fruto de um convênio entre o governo federal, estadual e municipal, custeando o primeiro valor cobrado, as autoridades estaduais forneceriam o corpo docente, o mobiliário, o material didático e administraria o Colégio. Por fim, a prefeitura assumiu integralmente os termos do convênio, aplicando de forma adiantada o valor na construção do edifício, que custou 60 milhões. O edifício, que estava concluído pela prefeitura, faltando apenas a ligação da força de luz. O secretário, em nota publicada no jornal, declarou que o prédio só seria entregue no momento que a União cumprisse o seu acordo. (Colégio S. Paulo. OESP, 07 de fevereiro de 1959).

A necessidade da entrega de prédios municipais para o ensino secundário estadual ganhou destaque nas páginas do jornal, como na matéria do dia 13 de fevereiro, intitulada “Cursos estaduais em prédios municipais”, no qual a reportagem apresentou o ofício de Nelson da Cunha Azevedo, diretor-geral substituto do Departamento de Educação, da Secretaria da Educação do Estado, ao presidente da Comissão de Construções Escolares, da Prefeitura de São Paulo, propondo um acordo entre o Estado e a Prefeitura para utilização dos prédios municipais para cursos secundários, ofertados pelo Governo.

Na autorização solicitada, e publicada na grande imprensa, o Estado alegou que a criação da rede própria municipal não constituía um empecilho para um programa de ação comum, e solicitou:

Não possuindo a Prefeitura Municipal o sistema próprio de ensino secundário, e diante da presente necessidade de melhores instalações para os estabelecimentos do Colégio Estadual “Franklin Delano Roosevelt”, do Ginásio Estadual “Prof. Francisco Roswell Freire” e do Colégio Estadual e Escola Normal “Brasílio Machado”, consultamos a Vossa senhoria sobre a possibilidade de cessão dos prédios dessa municipalidade, localizados no Parque D. Pedro II, em São Miguel Paulista e na Vila Mariana para abrigar aqueles educandários.

Creemos que o estabelecimento de um acordo preliminar a respeito da utilização desses prédios inauguraria uma nova fase de cooperação entre o Estado e o Município, permitindo a expansão da rede oficial de ensino primário e secundário em bases mais seguras. (Cursos estaduais em prédios municipais. OESP, 13 de fevereiro de 1959, p. 7).

O assunto reapareceu no jornal no dia 26 de fevereiro. No texto “Novo substitutivo ao projeto do ensino primário municipal”, que trouxe tratativas de debate sobre novo projeto do ensino primário municipal na Câmara. Segundo o propositor, vereador Corinto Baldoíno, o plano compreendia a educação em cooperação com o Estado, atendendo jovens de 7 a 14 anos. A ideia de cooperação, para o autor do documento, favoreceria o retorno ao debate sobre o convênio escolar entre as partes (Novo substitutivo ao projeto ... OESP, 26 de fevereiro de 1959, p. 4). Na mesma matéria, o jornal apresentou protestos do vereador Prestes Franco, que informou à reportagem que numeroso grupo de professoras substitutas não recebeu seus proventos, protestando sobre o fato: “Se o prefeito não é capaz de organizar e manter o ensino municipal, por que não o devolve, honestamente, ao Estado?” (Novo substitutivo ao projeto ... OESP, 26 de fevereiro de 1959, p. 4).

Sobre a possibilidade de retomada do Convênio, uma nota publicada no dia 1 de março de 1959 advertiu que o diretor-geral do Departamento de Educação do Estado, Carlos Pasquale, constituiu uma comissão para tratativas do tema e acolheu sugestões da Comissão de Construções Escolares da Prefeitura de São Paulo, designando Jayr de Andrade (que era diretor do Instituto de Educação “Fernão Dias Pais”), Nelson Cunha Azevedo, chefe do Ensino Primário, Vicente Minicucci, chefe do Serviço de Prédios Escolares. (Convênio Escolar. OESP, 1 de março de 1959, p. 18).

Já no dia 4 de março a publicação trouxe a matéria “Estado e Município debates os pontos do convênio escolar”. Segundo a reportagem do jornal, membros da comissão

designada pelo Estado deveriam reunir-se na data com a Comissão de Construção Escolares da Prefeitura para organizarem entendimentos na questão do convênio e temas relativos a cessão de prédios para funcionamento de escolas primárias e ginásios.

O texto informou que estava esclarecido, nas conversações das partes, que a municipalidade caberia um caráter supletivo ao tema, cujas normas deveriam ser ditadas pelo Estado. Além disso, existia um problema de limite da prefeitura na arrecadação de impostos em zonas rurais, tendo, assim, o Estado um potencial maior de dotação para custeio e manutenção de escolas. A reportagem lembrou que a gestão municipal interrompera, anos antes, o acordo firmado entre as partes, por divergências políticas que resultaram em danos para o ensino. Agora, segundo o texto, a prefeitura começou a sentir o peso do encargo, sendo necessário retomar os acordos anteriores e entrega dos prédios ao Estado.

Ainda em conformidade com a reportagem, os técnicos da Prefeitura acreditavam que o restabelecimento do convênio traria benefícios ao ensino municipal dentro das bases de um novo acordo a ser construído. O texto terminou trazendo um balanço do ensino municipal e as expectativas para a reunião que viria a acontecer:

Após a denúncia do convênio, a Municipalidade prosseguiu nas construções, então para formação dos seus próprios estabelecimentos de ensino primário. Sob sua jurisdição, atualmente, existem 40 escolas com 247 salas de aulas e mais 196 agrupamentos de galpões com 436 salas, que custaram aos contribuintes a quantia aproximada de 600 milhões de cruzeiros.

No momento estão sendo construídos 10 grupos escolares de alvenaria para o ensino primário, num valor de mais de 120 milhões de cruzeiros.

Todo esse patrimônio, caso sejam bem-sucedidos os entendimentos que hoje se iniciam, será entregue futuramente ao Estado, sabendo-se, conforme já divulgamos, que esse é o principal assunto a ser tratado na reunião entre a comissão do Estado e a Comissão de Construções Escolares.

Sabe-se também que nesta primeira reunião serão estudados o programa de estudos que envolverá o setor de construções de escolas, e as adaptações dos prédios do ensino primário que facilitem também o prosseguimento do ensino secundário. (Estado e Município debatem... OESP, 4 de março de 1959, p. 10).

O jornal, seguindo fontes que tinha na comissão, demonstrou otimismo no acordo entre as partes. Ressaltando, novamente, seu apressamento em manter a instrução pública administrada pelo Governo do Estado.

No dia 12 de março, o jornal apresentou matéria com otimismo que destacava: “Aprovado na reunião de ontem o esboço do convênio escolar”. Expondo

detalhadamente as deliberações da reunião, o texto informou que o acordo valeria por dez anos e, após o término, os prédios cedidos pela municipalidade retornariam a sua responsabilidade. Na proposta, a administração municipal voltou a arcar apenas com os terrenos e construção de prédios. Quanto ao professorado municipal existente na cidade o jornal apresentou que várias versões apareceram sobre o destino dos profissionais e que, embora nos quadros da prefeitura não constasse como um órgão definido o ensino municipal, ele estava sendo mantido com parte da dotação de vinte por cento da arrecadação de impostos municipais, que seria anualmente destinado ao ensino no município, verba essa que, com a assinatura do convênio, passaria a ser empregada na construção de novos prédios.

Para o grupo que elaborara o plano, as escolas já existentes poderiam ser mantidas, com ajuda supletiva da Prefeitura, até que o Estado assumisse a responsabilidade do corpo docente e prédios. Existia, ainda, a possibilidade de reaproveitamento das professoras com contrato vigente nos parques infantis, mas que nas próximas reuniões se definiria o tema. Por fim, o jornal difunde o tom amistoso do trabalho:

Alguns integrantes da comissão municipal acreditam que uma solução satisfatória será encontrada, trazendo ainda maiores vantagens para os professores municipais. O que parece certo é que será sustada qualquer nova admissão de professores no ensino municipal, visto que os entendimentos entre as comissões do Estado e da Prefeitura caminham num clima de cordialidade, demonstrando ambas as partes o empenho de beneficiar o ensino neste Município. Os resultados alcançados em apenas duas reuniões estão sendo considerados como dos melhores, tudo indicando que ainda este mês estejam definitivamente redigidas as bases do convênio escolar. (Aprovado na reunião de ontem... OESP, 12 de março de 1959, p.11).

O tema reapareceu no jornal, em nota, do dia 25 de março, intitulada “Primeiro passo para o novo convênio escolar”. No texto, o jornal afirmara que existia a tendência de aprovação, na reunião marcada para o dia entre as comissões do Estado e Prefeitura, da proposta de convênio escolar. Conforme apurou a reportagem, a primeira proposta, apresentada no jornal nas semanas anteriores, era mais rígida e, o novo projeto em pauta estava mais elástico, prevendo obrigações mais equilibradas entre ambas as partes. A meta do grupo de estudos era a de apresentar o documento para apreciação das autoridades do poder executivo para a ordenação da criação de novos estabelecimentos de ensino. (Primeiro passo para o novo... OESP, 25 de março de 1959, p.10).

Ao contrário do que o jornal apostava, não houve deliberações definitivas no tema. A cobertura jornalística do jornal pouco retratou as controvérsias. Todavia, no dia 1 de abril, como resultado das reuniões, em pequena nota o jornal apresentou encaminhamentos criados pelos membros da Comissão de Educação e Cultura ao prefeito da Capital, principal resistência na consolidação do Convênio. Eram as questões:

- 1) Pretende o Executivo Municipal manter o ensino primário. Em que bases e proporções?
- 2) Pretende o Executivo restabelecer o convênio de ensino com o Estado? Em que bases?
- 3) Se pretende restabelecer o convênio de ensino com o Estado, que critério adotará para prosseguir com o ensino primário sob sua responsabilidade?
- 4) Pretende o Executivo instituir e manter escolas municipais de outros graus de ensino além do primário? Ou pretende instituir regime de cooperação com outros poderes ou instituições?
- 5) Planeja o Executivo Municipal instituir e manter escolas de ensino industrial na forma da lei federal nº3.552 de 16-2-59? (Primeiro passo para o novo... OESP, 25 de março de 1959, p.10).

Apesar do jornal não ter noticiado os encaminhamentos das reuniões que afastaram a possibilidade do acordo de cooperação entre o poder estadual e municipal, este apresentou questões da comissão, deixando patente que, o principal entrave para o encaminhamento da questão era o prefeito da capital, Adhemar de Barros.

No dia 10 de abril novamente o tema é retomado, quando foram entregues às autoridades os dois esboços do projeto e o Relatório do Convênio Escolar. Nos planos apresentados, foram colocadas as possibilidades de cooperação mútua entre Estado e Município, com as porcentagens de aplicação que seriam destinadas pelos governos para a construção e administração de prédios escolares, o auxílio às instituições de ensino primário e de escolas particulares, a inspeção municipal e a assistência técnica das escolas. O documento⁸⁴, com os dois croquis do projeto de lei e o relatório foram publicados na íntegra pelo OESP.

O documento exibiu numericamente os indicadores do ensino municipal e estadual na capital paulista, apresentando as condições das instalações e o tipo de aparelhamento e os turnos distintos em cada unidade. Além disso, apresentou dados de projeção, a necessidade de crescimento da rede de escolas para atender as demandas à

⁸⁴ Assinaram o documento os integrantes da Comissão Mista: Jayr de Andrade, Nelson Cunha Azevedo e Vicente Minicucci, como representantes do Departamento de Educação do Governo do Estado e os senhores José Olavo de Freitas, Cyro Ribeiro Pereira, Raul Belliger e Celso Hahns, representantes da Prefeitura Municipal de São Paulo, tendo como secretária a sra. Idaly Iacy Novani Forghieri.

procura de vagas. Para a comissão, esta era a única alternativa viável para sanar a calamidade apontada era o restabelecimento do convênio. As duas propostas se dividiam com alternativas distintas, conforme apresentou o projeto publicado no jornal:

VI. 1 - Por este esboço a Prefeitura continuaria a construir prédios escolares cedendo-os ao Estado, porém, em menor volume, visto ter que atender às despesas com o sistema de ensino municipal.

VI. 2 - No segundo esboço foi prevista a encampação imediata e total do ensino primário municipal pelo Estado. Esta fórmula permitiria a edificação escolar em maior escala, eliminando o déficit de prédios em prazo relativamente curto, constituindo-os praticamente, no restabelecimento do antigo convênio escolar, que tão relevantes serviços prestou ao ensino primário da capital. (Entregues às Autoridades... OESP, 10 de abril de 1959, p. 10).

O OESP publicou o texto na íntegra, com meia página da edição e, além disso, a repercussão do documento por parte do Departamento de Educação, do governo do Estado. No ato do recebimento das cópias, o professor Carlos Pasquale declarou à reportagem que a situação do ensino tornaria necessária uma articulação entre os poderes. Para o chefe do departamento, a situação só se resolveria com a construção imediata de três mil salas de aula para atendimento do ensino primário. (Entregues às Autoridades... OESP, 10 de abril de 1959, p. 10).

No dia 11 de abril, o jornal ainda ecoou o documento. Em nota intitulada “Opiniões sobre o convênio escolar”, apresentou a opinião do secretário estadual e a tendência, por parte do professorado, de aceitar a segunda proposta, que levaria o ensino municipal a ser entregue ao comando do Estado, ao contrário do que defendiam os dirigentes do Ensino Primário Municipal.

Por sua vez, o secretário estadual, Queiroz Filho, reiterou que os dois projetos seriam estudados, mas, instado a dar sua opinião, declarou que seu posicionamento não ia de encontro a nenhuma das duas propostas, pois afirmou ser a favor da municipalização progressiva do ensino.

O jornal acentuou a preferência, por parte do órgão público, do segundo projeto, desconsiderando a possibilidade de ser rejeitado o texto:

Diretores de órgãos educacionais da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura tencionam manifestar-se contra o primeiro projeto do convênio escolar, elaborado pela comissão de representantes do Estado e do Município, o qual preconiza a encampação pelas autoridades estaduais do Ensino Primário Municipal.

Segundo informante ligado àquela secretaria municipal, a preferência é pelo segundo projeto, nos termos do qual o Estado, paulatinamente assumirá o controle das escolas primárias. (...) De acordo com o que se pôde observar ontem na Secretaria de Educação e Cultura, a

maioria do professorado da Prefeitura, ao contrário dos dirigentes do Ensino Primário Municipal, é a favor da transferência das escolas e do corpo docente ao Estado. (Opiniões sobre o convênio escolar... OESP, 11 de abril de 1959, p.8).

Como a minuta dos dois projetos de convênio escolar estavam à espera do parecer do governador e do prefeito, o jornal buscou criar um clima, tendendo a posição de entrega da responsabilidade ao poder estadual.

O OESP só voltaria a tratar do tema no dia 21 de abril noticiando que os projetos continuavam a ser examinados pelas autoridades. A publicação lembrou ao leitor que

[...] um dos projetos propõe a extinção do ensino primário municipal e a sua absorção pelo Estado, o outro sugere a sua manutenção. Aceitando este último projeto, a Municipalidade obrigaria-se a construir prédios escolares, para entrega ao Estado, que os utilizaria por um período de dez anos. A situação dos professores primários da Capital permaneceria inalterada. (Convênio Escolar... OESP, 21 de abril de 1959, p.10).

O jornal apresentou também que, “segundo pessoas ligadas à Comissão do Convênio Escolar, a Prefeitura deverá aceitar o convênio com o Estado” (Convênio Escolar... OESP, 21 de abril de 1959, p.10). A mesma fonte disse que um dos membros da Comissão defendia que o ensino deveria ser municipalizado e subvencionado pelo Estado, pois o mesmo já tinha “muito com que se preocupar com o ensino primário no Interior” (Convênio Escolar... OESP, 21 de abril de 1959, p.10).

Enquanto as minutas dos dois projetos de convênio escolar não recebiam um parecer final do gabinete do secretário de Educação, outro projeto em tramitação na Câmara Municipal tomava o tempo e preocupação da administração municipal. A propositura do projeto de lei do Executivo que pretendia desdobrar o Departamento de Educação, Assistência e Recreio da Prefeitura em Departamento de Educação e Departamento de Recreio e Assistência. O projeto, que contava com diversos substitutivos no legislativo, fez com que, no mês de maio, como noticiado na edição do dia 26 de abril, fosse constituída uma comissão⁸⁵ a fim de elaborar um substitutivo final, à luz dos estudos realizados.

A proposta encorpou a oficialização do ensino primário municipal. Em outras palavras, estaria em disputa dois projetos de lei, um organizado por uma comissão de técnicos dos executivos municipal e estadual e um projeto de lei da Câmara Municipal. Os dois documentos tinham conflitos de interesse.

⁸⁵ Os vereadores responsáveis pela pauta eram Helena Junqueira, Rubens do Amaral e Corinto Baldoíno.

Na edição do dia 22 de maio, o jornal noticiou que o Secretário das Finanças da Prefeitura entregou ao prefeito Adhemar de Barros uma representação solicitando a oposição ao veto total à propositura do projeto de lei do Ensino Primário Municipal. Para o secretário, estava encaminhada a inclinação a celebração do Convênio Escolar com o Estado, mediante ao qual o mesmo ficaria incumbido da manutenção do ensino primário, cabendo ao poder municipal a construção dos prédios escolares.

Assim, a Prefeitura demorou a tomar um parecer diante de dois caminhos. Na edição de 2 de junho o jornal noticiou o “Provável veto parcial à lei do ensino primário municipal”. Segundo as informações da reportagem, em reunião com representantes de secretarias, o prefeito estava inclinado a vetar o projeto na íntegra, mas recuou por causa da pressão da Câmara Municipal, que ameaçara até mesmo a pedir o impeachment de Adhemar de Barros caso não levasse à frente o projeto de lei. A principal discórdia se referia a efetivação dos professores, pois o executivo defendia a realização de concurso.

Na matéria publicada, o jornal evidenciou a discordância de opinião dos secretários de Educação e Cultura, João Gomes Martins Filho⁸⁶, e o de Finanças, José Soares de Souza, sendo o primeiro a favor do projeto e o segundo contrário à oficialização do ensino primário municipal.

O OESP explicou que o secretário das Finanças, logo após a reunião, em declarações à imprensa, expôs o seu ponto de vista, dizendo que caso o decreto fosse promulgado, como havia sido aprovado pela Câmara, a Prefeitura em breve não iria dispor de recursos para construir prédios escolares, pois a quase totalidade das verbas destinadas ao ensino seriam consumidas com o pagamento dos vencimentos do professorado e do pessoal burocrático necessário ao funcionamento do novo departamento.

Por seu lado, o secretário de Educação e Cultura salientou ser favorável à manutenção do Ensino Primário Municipal, sem que isso impeça a celebração de convênios escolares entre a Prefeitura e o Estado. Reconhece o secretário que há deficiências no EPM [Ensino Primário Municipal], as quais, entretanto, na sua opinião, podem ser corrigidas pelos meios que a legislação prevê. O Ensino Primário Municipal, a seu ver, tem provado bem, apesar de tudo. Concluindo,

⁸⁶ João Gomes Martins Filho (1908-1993) filho de João Gomes Martins, colonizador de Martinópolis. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1934, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no Largo de São Francisco. Por ser o primogênito, centralizou todas as negociações de terras, exercendo grande influência política em Martinópolis e região. Foi fundador e presidente da Associação Rural de Presidente Prudente. Foi deputado federal entre 1946 a 1951 Martins Filho também e pelo PSD. Exerceu vários cargos na administração estadual. Em 1968 ingressou no cargo de Juiz Federal, na 7ª Vara da Justiça Federal, em São Paulo. Aposentou-se nesse cargo em 22 de novembro de 1978.

informou que estão em fase adiantada os estudos feitos em sua Secretaria sobre as minutas do novo convênio escolar, elaboradas por uma comissão especial de representantes do Estado e do Município. (Provável veto parcial. *OESP*, 2 de junho de 1959, p. 17).

Segundo a reportagem, caso o convênio fosse aprovado seria firmado no novo edifício do colégio São Paulo, no Parque D. Pedro II, ainda não entregue pela prefeitura à Secretaria de Educação do Estado.

A decisão tomada por Adhemar de Barros iria contra a opinião do jornal e, a partir do dia 3 de junho, o *OESP* atacou novamente a Prefeitura em relação aos assuntos educacionais. Em uma sequência de reportagens, ao longo do mês, o prefeito foi criticado pelo órgão, conforme as imagens abaixo.

Figura 35 - “Descaso da Municipalidade Sacrifica os Estudantes”: Reportagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*



Fonte: (Descaso da Municipalidade..., *O Estado de S. Paulo*, 1960, p. 9).

Acervo: Acervo Estadão online. Disponível em:<<https://acervo.estadao.com.br/>>. Acessado em: 25 de julho de 2018.

Figura 36 - “Desinteresse da Prefeitura pelo Convênio Escolar com o Estado”: Reportagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*

PAGINA DEZESSIS

O ESTADO DE S. PAULO — TERÇA-FEIRA, 23 DE JUNHO DE 1959

Desinteresse da Prefeitura pelo Convênio Escolar com o Estado

Deve Ser Direto o Amparo à Pesquisa Científica

Será entregue amanhã ao sr. A. Barros, o parecer da Secretaria de Educação e Cultura sobre as minutas do novo convênio escolar. Sabese que o secretário das Finanças é contrário à proposta de repatriamento de 65% da Prefeitura depender 65% das verbas destinadas ao ensino Cultural, que acrescentou ser o próprio secretário da Educação e, em fim, favorável à celebração do convênio. O chefe do gabinete do prefeito, a respeito.

Será entregue amanhã ao sr. A. Barros, o parecer da Secretaria de Educação e Cultura sobre as minutas do novo convênio escolar. Sabese que o secretário das Finanças é contrário à proposta de repatriamento de 65% da Prefeitura depender 65% das verbas destinadas ao ensino Cultural, que acrescentou ser o próprio secretário da Educação e, em fim, favorável à celebração do convênio. O chefe do gabinete do prefeito, a respeito.



Pronto-Socorro
Será inaugurado sábado o posto de Pronto-Socorro anexo ao Hospital Municipal.

DR. CESIO NEGREIROS
Dentista — Rua X
C/da 17 de 19 horas — Av. Ipiranga
C/da 1071, 14, 1041, 901 — Tel. 38-814

CASACO DE VISON SELVAGEM
Venha-se um baculo novo de vison selvagem, completo, em modo de cor. — Ver e tratar à RUA TEXAS, 215 — BROOKLYN NOVO — das 14 às 17 horas.

Boa notícia
Mr. Worldwide...

Fonte: (Desinteresse da Prefeitura..., *O Estado de S. Paulo*, 1959, p. 16).
 Acervo: Acervo Estadão online. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>>. Acessado em: 25 de julho de 2018.

Figura 37 - “Cerca de 1.600 professores punidos indiscriminadamente pelo prefeito”: Reportagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*

O ESTADO DE S. PAULO — QUARTA-FEIRA, 24 DE JUNHO DE 1959

PAGINA ONZE

Cerca de 1.600 professores punidos indiscriminadamente pelo prefeito

Comandos da D.S.T.

Em comando realizado na noite de ontem, a Esquadra da Polícia Antidrogas (14 veículos, 10 militares e 4 civis particulares), foram mandados 6 condutores de caminhão, que tiveram suas carteiras apreendidas por estarem sem habilitação.

Entre as motocicletas particulares, um foi detido por dirigir embriagado. Os comandos saíram na rua Domingos de Morais seguida com Louie Gato e posteriormente na Av. Brigadeiro Luís Antonio equipada com sr. Brasil.

O sr. A. de Barros há muito pede a sanção dos atos da Prefeitura com exercício de suas funções de inspetor regional. As penalidades serão aplicadas nas assessorias dos professores, em suas respectivas escolas, no seu direito e obrigações.

O inquérito deverá também apurar se responderem pela coloração Municipal, sr. Eládio Rodrigues, que é servidor do Estado.

AS PENALIDADES

Assembleia de Médicos e Engenheiros
Reuniram-se os médicos e engenheiros para discutir a possibilidade de interposição de recurso ao Conselho de Medicina, sob a presidência de prof. Nélcio Rêgo, presidente da Associação Paulista de Médicos.

PORTARIA INTERPRETATIVA
Causaram estranhamento na Prefeitura a interpretação e as falhas de portaria, que atingiu indiscriminadamente todos os professores.

Fonte: (Cerca de 1.600 professores..., *O Estado de S. Paulo*, 1959, p. 11).
 Acervo: Acervo Estadão online. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>>. Acessado em: 25 de julho de 2018.

Figura 38 - “Denunciado o Prefeito da Capital pelos Professores”: Reportagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*

O ESTADO DE S. PAULO — QUINTA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 1959

Denunciado o Prefeito da Capital pelos Professores

Em nota divulgada ontem, a Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo — APENSOESP — denunciando todos os atentados cometidos contra o ensino, aponta a execução pública o nome do prefeito da Capital. A razão dessa atitude é o descaio do sr. A. de Barros pela sorte de milhares de jovens alunos, impedindo a instalação de vários colégios estaduais.

O dinheiro arrecadado ao povo, para tal fim. Associação de classe, entidades governamentais, alunos, pais de alunos, professores têm-se dirigido ao burgomestre da Capital, expondo os motivos de urgência de tal medida, mas a exa. faz ouvidos de mercador; não tem coragem para negar completamente o que se pede, e promete entregar dentro de breves dias os prédios; e assim, de ano para ano, de mês para mês, vai protelando a entrega dos prédios; às vezes, deite declaração dizendo que os prédios se destinam a escolas municipais, desdizendo o que afirmou na véspera.

Prossaque o comunicado dizendo que afirmou na véspera.

ACÇÃO CRIMINOSA

EXECUÇÃO PÚBLICA
Finaliza o documento da seguinte maneira: “A Associação dos Professores Municipais Extranumerarios”

A Comissão de Defesa da Classe da Sociedade Médica da Municipalidade de São Paulo, em conjunto com a Associação dos Engenheiros Municipais, realizou uma assembleia geral da classe, no dia 22 do corrente. As 20 e 30 horas, na Associação Paulista de Medicina, a fim de tratar da entrega de vencimentos. Deverão comparecer o presidente o prof. Mário Degasi, presidente da Associação Paulista de Medicina, dr. José Soares de Azevedo, presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo, dr. Manoel de Figueiredo Ferraz, eng. Augusto Lindenberg, presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo e eng. Alberto De Zangallo, presidente da Associação dos Engenheiros Municipais.

ASSUMPTÃO TEIXEIRA
JOSE BONACIO, 303
PRAÇA DA BARRAGEM

adorno's
últimas
para moda
e doces

NOVIDADES FOTOGRAFICA

Fonte: (Denunciado o Prefeito..., *O Estado de S. Paulo*, 1959, p. 12).
 Acervo: Acervo Estadão online. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>>. Acessado em: 25 de julho de 2018.

Figura 39 - “Manobra do Prefeito no episódio dos prédios escolares”: Reportagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*



Fonte: (Manobra do Prefeito..., O Estado de S. Paulo, 1959, p. 27).

Acervo: Acervo Estadão online. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>>. Acessado em: 25 de julho de 2018.

Após um ano sem voltar ao tema, no dia 3 de junho⁸⁷, o jornal noticiou reportagem com o título “Descaso da Municipalidade Sacrifica os Estudantes”. Na matéria, apresentaria o caso do Colégio Estadual D. Pedro II⁸⁸, que estava concluído desde setembro de 1958, mas que estava inativo. O jornal denunciou que os alunos estavam utilizando uma estrutura prestes a ruir e foi demonstrado, em fotos, o prédio antigo em uso e o novo, ainda não entregue. Segundo o texto:

O terreno em que se situa o antigo prédio da Escola não é dos mais firmes. Debaxo dos alicerces do edifício passa o córrego do Carmo. Já apareceram várias rachaduras nas paredes do prédio. Por ocasião das recentes inserções aos exames de admissão, apareceu uma fenda ao lado da porta de entrada e em consequência, a direção do colégio determinou a realização dos exames em sala situada em outra ala mais segura do edifício. (Descaso da Municipalidade Sacrifica...OESP, 3 de junho de 1959, p. 9).

A reportagem então afirmou que um alto funcionário da prefeitura esteve no novo prédio e alegara que alguns ajustes ainda seriam necessários antes da utilização do novo prédio, que fora construído em convênio com o governo federal. O jornal noticiava também que uma passeata pública, em protesto ao atraso da entrega, estava marcada para o dia 10 de junho.

O dia 4 de junho o OESP apresenta a reportagem “Vetada parcialmente a lei que oficializa o ensino primário”, em especial os artigos do projeto de lei que abriam

⁸⁷ Também no dia 3 de junho seria assinado o Decreto Lei nº 5.606, que criou, na Secretaria de Educação e Cultura, o Departamento do Ensino Primário. A notícia não foi divulgada no jornal.

⁸⁸ Atual Escola Estadual São Paulo. O colégio teve diversas denominações desde sua fundação em 1894: Ginásio São Paulo (1943), Colégio do Estado da Capital (1945), Colégio Estadual Franklin Delano Roosevelt (1946), Colégio Estadual Presidente Roosevelt (1956), Colégio Estadual de São Paulo (1983), EESG Pastor Leivas Macalão (1983).

possibilidade de criação a cargos burocráticos, de maneira a tornar obrigatória a prestação de concurso municipal entre o professorado para a obtenção de efetivação no serviço público. Segundo parecer do prefeito, publicado no jornal, se prevalecesse o texto, seria realizada desde logo vultosa despesa que comprometeria todo o orçamento do município no custeio do professorado municipal efetivado. Acolhido o veto, poderiam ser mantidos os professores que, mediante concursos periódicos, passariam a ocupar os cargos existentes. Além disso, a mensagem do prefeito à Câmara mencionava ofício do governador referente a celebração do convênio escolar. Sobre o assunto, falaria o prefeito sobre a proposição do município de aceitar os termos do Convênio Escolar:

Nessas condições, a fim de que seja possível a celebração de novo convênio de ensino com o Estado, torna-se imperativo o acolhimento da presente impugnação, com o que ficará a matéria disciplinada em termos condizentes com o superior interesse público que a ambos os poderes municipais cumpre preservar, no desenvolvimento de suas atividades dentro do campo atribucional que lhes é traçado pela legislação maior. (Vetada parcialmente a lei... OESP, 4 de junho de 1959, p. 4).

Na mesma página do jornal, outra matéria mostrava que “Preconiza o Secretário da Educação o ‘Congelamento’ do Ensino Municipal”. Segundo o texto, Queiroz Filho enviara há dias ao governador Carvalho Pinto, ofício em que externava o seu ponto de vista em relação ao estabelecimento do convênio escolar. Alegaria o secretário que não tinha retorno da Prefeitura em relação ao caso dos prédios destinados ao Ensino Secundários, trancados à revelia do prefeito.

O Secretário apresentaria, em seguida, seu parecer em relação às possibilidades de convênio escolar. Diria à reportagem ser favorável à manutenção do ensino municipal, entrosando-o com o estadual:

Sopesados os aspectos positivos e negativos de cada uma das soluções propostas pela Comissão [...] esta parece ser a que, na conjuntura atual, melhor atende aos interesses gerais do ensino e às conveniências dos respectivos serviços de ambos os governos, pois, mantendo a possibilidade de desenvolver o Município adequado programa de construções escolares, não cria os complexos problemas que adviriam da encampação, pelo Estado, do ensino primário municipal. (Preconiza o Secretário da Educação... OESP, 4 de junho de 1959, p. 12).

Continuaria o secretário alegando que, adotados os índices recomendados pela Comissão Mista, caberia ao município atender, dentro do orçamento, a 35% para o

custeio do ensino primário municipal, e 65% para o financiamento de prédios. E apresentaria seu parecer:

A fórmula em apreço [...] oferece, ainda, a vantagem de não criar, talvez prematuramente, para as duas Administrações, a necessidade de um pronunciamento definitivo e irrevogável, em face do ensino primário municipal, iniciativa muito recente, que atravessa, agora, uma fase de experiência e diante do qual, devemos colocar-nos em atitude de prudente observação. Caso venha a verificar-se a conveniência da manutenção do serviço municipal de ensino, devidamente entrosado com o sistema estadual de educação, poderia ser em futuros convênios, mantida e, até, elevada a porcentagem que se lhe destina. Demonstrada a hipótese contrária, seria então, oportuno considerar-se a solução consubstanciada pela segunda fórmula oferecida pela Comissão Mista. (Preconiza o Secretário da Educação... OESP, 4 de junho de 1959, p. 12).

No dia seguinte, o jornal publicou a manchete “Convênio Escolar: aceita em termos a proposta do Estado”. Segundo o texto, o prefeito teria enviado ofício ao governador concordando com a proposta do novo convênio escolar, que destinaria 65% dos recursos para a construção de prédios escolares, e o restante do valor para despesas com o ensino primário municipal.

O jornal trouxe ainda que, diante do posicionamento de Adhemar de Barros, novos entendimentos estariam por acontecer, entre as autoridades, após a Câmara deliberar sobre o veto parcial do prefeito ao projeto de lei que oficializava o Ensino Municipal. Além disso, a notícia divulgava que em julho seriam realizados concursos de provas e títulos entre o professorado paulista, dependendo da resolução do projeto de lei no legislativo. O provimento seria para 1.600 cargos de professor primário, 100 de diretor escolar, 16 de inspetor escolar, 8 de chefe de seção, 1 de chefe de região e 1 de orientador pedagógico. (Convênio Escolar... OESP, 5 de junho de 1959, p.8).

Já no dia 12 de junho do mesmo ano, o jornal apresentou nota sobre a rejeição ao veto do prefeito feito pela Comissão de Justiça da Câmara, que analisava o projeto de lei de oficialização do ensino primário em relação ao provimento dos cargos dos professores. As demais impugnações do Executivo foram mantidas.

Em 18 de junho, o OESP fez matéria negativa à administração municipal. Com o título “Denunciado o Prefeito da Capital pelos Professores”, o jornal apresentaria nota da APESNOESP – Associação dos Professores do Ensino Secundário de São Paulo⁸⁹ – intitulada “O prefeito e os prédios escolares”, assinada pelo professor Antonio de Souza Teixeira Júnior, secretário geral da entidade, repudiando o impedimento do

⁸⁹ Atual APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

funcionamento de colégios estaduais em virtude do “descaso do sr. A. de Barros” que deixava “pela sorte milhares de jovens alunos” (Denunciado o Prefeito da Capital. OESP, 18 de junho de 1959, p.12).

O editorial do jornal também se posicionou sobre tema, o qual estava sendo apresentado em diferentes edições do impresso. Com o título “O prefeito e os colégios estaduais”, o jornal denuncia o caso dos três colégios que o Estado postulava receber: o de São Miguel Paulista, o de Brasília Machado (Vila Mariana) e o do Parque D. Pedro II. Assim trouxe o espaço opinativo:

As notórias deficiências observadas nas instalações escolares ressurgem, destacadas, de tempos a tempos, nas colunas dos jornais, que para a questão vêm solicitando com urgência o cuidado das autoridades responsáveis. Todavia, decorridas algumas semanas sobre o início dos anos letivos, faz-se o silêncio.

E é preciso a notícia de qualquer incidente grave para que a situação volte a ser agitada, conforme se verificou muito recentemente no Colégio Estadual do Parque D. Pedro II, cujo edifício ameaça ruína. Mas até que este clamor passou, entretanto, e o silêncio permaneceria, não fossem as manifestações de estudantes ultimamente registradas. (O prefeito e os colégios estaduais. OESP, 20 de junho de 1959, p. 3).

Após relembrar o documento da associação de professores, publicado anteriormente no jornal, o editorial afirma que a opinião pública esperava que os prédios fossem utilizados para a finalidade que os projetou e terminaria o texto criticando o prefeito da capital:

A posição do sr. A. de Barros é, como tantas vezes, a do mais evidente desinteresse pelas necessidades da população escolar de São Paulo e nada há que possa justificar. Que efeitos políticos ou outros procurará alcançar o improbo administrador com a sua obstinada recusa? (O prefeito e os colégios estaduais. OESP, 20 de junho de 1959, p. 3).

No dia 23 de junho, o jornal apresenta a reportagem intitulada “Desinteresse da prefeitura pelo Convênio Escolar com o Estado”. O texto informa que seria entregue o documento da Secretaria de Educação e Cultura sobre as minutas, com parecer favorável à celebração do convênio. Porém, segundo apuração da reportagem, o chefe de gabinete do prefeito afirmaria que a assinatura do novo Convênio estava “ainda bastante crua” e que Adhemar de Barros estava desinteressado na elaboração do novo acordo. O jornal noticiaria que existiriam pareceres conflituosos entre a Secretaria de Finanças e Secretaria de Educação e Cultura e, além disso:

O pretexto para o desinteresse da administração em relação ao convênio da administração em relação ao convênio está na rejeição, pela Câmara, do veto do prefeito à forma de provimento dos cargos do Departamento do Ensino Primário. Ademais, consta que a Prefeitura

ingressará em juízo, com ação própria, para anular a efetivação de professores, conseqüente da rejeição do veto. Se tal ocorrer, a questão do convênio não será encaminhada enquanto não se pronunciar a Justiça sobre a questão da efetivação. (Desinteresse da prefeitura. OESP, 23 de junho de 1959, p. 16).

No dia 24 de junho, o jornal novamente fez uma reportagem contrária a Adhemar de Barros, com o título “Cerca de 1600 professores punidos indiscriminadamente pelo prefeito”. Segundo a reportagem, o prefeito apenou professoras que foram pressionar o gabinete do prefeito pela assinatura dos termos de criação do Departamento do Ensino Municipal. O prefeito considerou o ato um prejuízo ao dia letivo o ato. Antes mesmo da apuração do inquérito, Adhemar de Barros providenciou o desconto do dia de todos os profissionais e mandou suspender todos os professores em exercício no cargo de inspetores regionais, que estariam comandando a manifestação, segundo a Prefeitura.

Por ser tratar de um ato político que contou com apoio de membros internos da gestão, o prefeito solicitou também o desconto dos vencimentos dos servidores estaduais colocados à disposição da Prefeitura para trabalhar no setor do ensino. Tal pedido objetivava punir, em especial, o então chefe do Ensino Primário Municipal, Elisiário Rodrigues de Souza, que era servidor estadual. O jornal teceria comentário sobre a “portaria intempestiva” do prefeito:

Causaram estranheza na Prefeitura a intempestividade e as falhas da portaria, que atinge, indistintamente, todos os professores em número de cerca de 1600 quando compareceram ao Ibirapuera 500 apenas, aproximadamente. As punições foram impostas antes mesmo da abertura de inquérito e não em caráter preventivo, mas definitivo. Ademais, embora a portaria assinale em um dos seus itens que o inquérito deva ter andamento urgente, só foi baixada quase um mês depois da ocorrência, o que constitui evidente contradição. (Cerca de 1600 professores...OESP, 24 de junho de 1959).

O jornal escancarou as fragilidades do prefeito no tratamento das questões do ensino municipal, bem como demonstraria que existiam resistências dentro do corpo docente municipal, que orquestraram uma ação duramente reprimida por Adhemar de Barros, levando-o a demitir Elisiário Rodrigues de Souza do cargo de Diretor do Departamento Municipal do Ensino. Em seu lugar assumiria outro profissional vinculado ao Centro do Professorado Paulista e, também, atuante na imprensa, o professor Máximo de Moura Santos⁹⁰.

⁹⁰ Nasceu em São Paulo, em 1893, formado pela Escola Normal Secundária da Capital, começou sua atuação no magistério no interior paulista, atuando em Bananal, Campos Novos do Paranapanema,

O educador dirigiu, a partir de 1951, a *Revista do Magistério*, que segundo seu editorial, era um órgão destinado à defesa da classe de professores. Sua publicação seria importante espaço no debate do surgimento do ensino primário municipal, sendo o auto um entusiasta da política pública.

Na edição do dia 25 de junho, a matéria “Prédios escolares: perderia a Prefeitura a causa na Justiça”, traria um tom intimidador ao caso recorrente no jornal:

Se a prefeitura persistir no seu propósito de não entregar o prédio construído para o Colégio Estadual de São Paulo, o governo do Estado poderá recorrer à Justiça, que esta lhe dará ganho de causa. Foi o que informou ontem a sra. Leontina Cardieri, assistente da chefia do Serviço de Prédios Escolares, da Secretaria de Estado para os Negócios da Educação. (Prédios escolares. OESP, 25 de junho de 1959, p. 11).

O jornalismo de *OESP* inverteu a informação, trazendo como um fato consumado a opinião da funcionária da secretaria estadual. Como no tema o jornal tinha posição contrária aos interesses da administração municipal, a reportagem foi feita dentro de um formato que, em sua estratégia editorial, prejudicaria a prefeitura ante a opinião pública. A reportagem continuaria lembrando o caso do acordo e explicaria que as partes firmaram a construção do colégio São Paulo em 1956, com a assinatura dos termos feita por Carlos Pasquale, na qualidade à época de diretor do Departamento Nacional de Educação, Vicente de Paula Lima, então secretário estadual de Educação e Juvenal Lino de Mattos, como prefeito da Capital. Segundo o jornal, o então administrador da cidade assinou o termo em separado do Governo do Estado, por desavenças políticas.

Por fim, o jornal afirmaria que os casos do colégio de São Miguel e de Vila Mariana eram diferentes, pois, nesses casos, o terreno era da Prefeitura e foi construído com auxílio da União e Estado, tendo o município apenas o compromisso de entrega-

Ubatuba e Taquaritinga. Em São Paulo, a partir de 1922, organizou novos cursos preparatórios. Diplomado em Farmácia e Odontologia, Moura Santos exerceu ambas as profissões, fazendo jus ao título de professor honorário da extinta escola de Farmácia e Odontologia de Pindamonhangaba, pela publicação da obra “Estomatites e Piorréia”. Em 1932, reingressou no Magistério oficial, nomeado assistente técnico de ensino, cargo máximo da carreira, a convite de Sud Menucci, então diretor geral do Ensino de São Paulo. Aposentou-se em 25 de setembro de 1951 e passou a dirigir a *Revista do Magistério*, órgão destinado à defesa da classe de professores. Deixou inúmeras obras, entre elas: *O Professor Policarpo*; *Coletânea de Artigos Em defesa do Professorado*; *Curso de Admissão*; *Programa Escolar (Ciências, Geografia, História e Linguagem, em colaboração com Plínio Paulo Braga)*; *O Bom Colegial (em colaboração com sua filha Lígia)*; *O Bom Ginásiano (em colaboração com Francisco Lopes de Azevedo)*. Após uma vida inteira de dedicação à causa da Educação, Máximo de Moura Santos faleceu em 1961, em São Paulo, aos 68 anos.

los. Ainda – apresentaria a notícia – não estava obrigado a fazer a entrega dos prédios, ao contrário do Pedro II, que tinha um contrato que o obrigaria.

Ao mesmo tempo que a cobertura jornalística do *O Estado de S. Paulo* aumentaria a pressão na administração da prefeitura, estava se constituindo uma aproximação política com o governo estadual. O jornal daria grande projeção aos feitos da pasta estadual e às ações do governador, em especial o planejamento governamental, o Plano de Ação do Governo do Estado (PAGE) da gestão Carvalho Pinto (1959-1963), como ficou conhecido. Um plano desenvolvimentista, envolvendo diversificadas áreas, entre elas a Educação⁹¹.

A partir do mês de julho, o OESP passou a dar grande destaque ao empreendedorismo da administração estadual, em especial em edições do domingo, com textos detalhando as medidas tomadas. Na edição de 12 de julho, seria publicado “O Plano de Ação Prevê a Criação de 166 Prédios para Escolas Secundárias” (O Plano de Ação Prevê... OESP, 12 de julho de 1959, p. 17). Já no dia 19 de julho, a matéria apresentava “O Plano de Ação Construirá Mais Sete Mil Salas de Aula” (O Plano de Ação Construirá... OESP, 19 de julho de 1959, p. 17).

Em texto entusiástico, o editorial “O ensino no plano de ação”, do dia 31 de julho, que o governo Carvalho Pinto inaugurava “uma nova fase na história do ensino paulista” e que, até o presente instante, o Estado teve apenas medidas provisórias, pouco planejadas. O Plano representava “uma compreensão realística das necessidades do ensino público e de seus problemas mais urgentes” (O ensino no plano de ação... OESP, 31 de julho de 1959, p. 3).

Nos dias 2 e 7 de agosto, o jornal aprofundou a análise do PAGE, em editoriais também intitulados como “O ensino no Plano de Ação”.

Quanto ao tema da entrega dos edifícios escolares, o jornal o retomou, na edição de 6 de agosto, com a manchete “O governador pede ao prefeito a entrega dos prédios dos colégios”. Nessa reportagem, o diário desenvolveu um texto destoante do padrão no tema e em relação ao conflito entre Prefeitura e Estado, pois apresentou também “a versão da Prefeitura”, como escreveu em subtítulo no corpo da reportagem. Dados informativos referentes ao problema estabelecido também constaram no texto publicado.

⁹¹ Sobre o Plano de Ação de Carvalho Pinto e as iniciativas na Educação, foi consultado Costa (2014).

Segundo o ofício, publicado no matutino, o governador pretendia assumir os três prédios e concluir as obras, já que a Prefeitura alegava ser o atraso das obras a justificativa para a não entrega dos colégios.

Figura 40 - “O governador pede ao prefeito a entrega dos prédios dos colégios”: Reportagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*

O governador pede ao prefeito a entrega dos prédios dos colégios

Diante da situação que criou com a recusa do Prefeito da Capital em entregar os prédios destinados a três colégios estaduais, recusa que deu causa à greve dos alunos dos três estabelecimentos, o governador do Estado resolveu dirigir-se ao sr. A. de Barros, solicitando-lhe a entrega dos edifícios. Como a Prefeitura alegue, para justificar a recusa, que os prédios ainda não estão terminados, o professor Carvalho Pinto diz que, em seu estado, encontra-se em questão nesse momento o Estado está disposto a receber os edifícios no estado em que se encontram, comprometendo-se a realizar todos os trabalhos complementares necessários à conclusão das obras e ao funcionamento das casas de ensino a serem ali instaladas.

Carta de que v. exe. interessado no problema da educação e sentido da necessidade da juventude paulista, compreende o alcance social da medida em proposta, apresentando os protestos de seus alunos e considerações.

ENTENDIMENTOS COM OS

O prof. Queiroz Filho, secretário da Educação, esteve ontem pela manhã no Colégio Estadual São Paulo, a fim de estar em entendimento com os alunos que se encontram em greve desde segunda-feira. O encontro com representantes de alunos e com a Congregação da escola, o titular da pasta de Educação reiterou os conselhos para que os estudantes voltassem à aula. Considera justa a pretensão dos alunos, porém acredita que o assunto pode ser resolvido por outros meios.

Para tratar do problema da greve dos estudantes dos Colégios Estaduais de São Paulo, da Vila Mariana e de S. Miguel Paulista, reuniram-se ontem à noite, na sala 426 do prédio da rua 15 de Novembro, 228, os dirigentes dos grandes sindicatos dos estabelecimentos oficiais da ensino secundário da Capital. Participaram da reunião os diretores das entidades que congregam os estudantes secundários de S. Paulo, horas e 20 e São Miguel Paulista.

Os trabalhos iniciaram-se às 20 horas e 20 e não tinham terminado à hora em que fechamos esta edição do jornal de hoje. A essa altura já tinham decidido aderir ao movimento de alunos do Ginásio Estadual do Jardim Paulista.

É possível que o movimento se alaste, quando se declarar greve geral em favor de protesto contra a Prefeitura, que se recusa a entregar os prédios dos três estabelecimentos acima men-

Novos documentos sobre a corrupção de fiscais

O presidente do Sindicato dos Horrelheiros, sr. Geraldo Santana de Oliveira, apresentou ontem perante a comissão de Inquérito mais quinze documentos para provar

a eleição dos delegados que representarão a União dos Perceveiros da Sorocabana. Convenção Contra a Cerejeira, instalada amanhã, nesta Capital.

Fonte: (O governador pede ao prefeito..., *O Estado de S. Paulo*, 1959, p. 14).

Acervo: Acervo Estadão online. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>>. Acessado em: 25 de julho de 2018.

No documento do governador Carvalho Pinto, é exposto o apelo dos estudantes, mestres e pais de alunos, bem como de associações de antigos alunos em solidariedade à causa, segundo o chefe do executivo estadual. Já o Secretário Estadual de Educação, segundo a reportagem, esteve no dia anterior no Colégio Estadual São Paulo para entendimentos com os alunos em greve. Considerando as pretensões dos alunos como justas, não teria conseguido resolver o caso, já que a Prefeitura não teria atendido à solicitação da entrega dos prédios.

Por sua vez, a “versão da Prefeitura” apresentaria os motivos da falta de acordo:

Procurando justificar a recusa do prefeito em entregar os prédios construídos mediante convênios, especialmente para neles serem instalados os três colégios estaduais, autoridades municipais declaram que os edifícios não estão concluídos e, pois, não podem ser entregues. Mas – acrescentam – mesmo que estivesse prontos, a entrega dependeria da assinatura do convênio escolar entre o Estado e a Prefeitura. (O governador pede ao prefeito... OESP, 6 de agosto de 1959, p. 14).

Segundo a municipalidade, o acordo tinha sido firmado entre União, Estado e a Prefeitura para o Colégio Estadual de São Paulo, precisando de outros termos entre as partes para a destinação dos prédios. Segundo o jornal, algumas autoridades municipais acusavam o secretário estadual de estar alimentando os protestos como forma de resolução. Para expor a alegação, o jornal ouviu o presidente da Comissão de

Construções Escolares da Prefeitura, Dr. José Olavo de Freitas, que declarou estar convencido da responsabilidade da autoridade da pasta da Educação na polêmica traçada. Assim disse à reportagem:

“Não acredito nos bons propósitos de s. exa. – afirmou o presidente da Comissão – pois o secretário sabe perfeitamente que a entrega dos prédios depende da assinatura do convênio e que este depende de suas providências. Todavia, deixa, nos contatos com os estudantes, a aparência de que a Prefeitura é a culpada. Em segundo lugar, os edifícios não estão terminados e no interior deles existem pedreiros, carpinteiros, eletricitistas etc. trabalhando”. (O governador pede ao prefeito... OESP, 6 de agosto de 1959, p. 14).

Além disso, o engenheiro José Olavo de Freitas criticou que, com a abertura de concorrência para instalações elétricas para o prédio do Parque Dom Pedro II, acreditava que se aproveitariam da pressão existente para se beneficiarem na cotação de preços acima da norma, o que poderia retardar o processo, tendo que ser reaberto. E concluiu:

“Reafirmo – completou – que os edifícios pretendidos não poderão ser entregues antes de terminados e, principalmente, sem a assinatura do convênio que está em mãos do sr. Queiroz Filho, já constando o pleno acordo de governador e de prefeito”. (O governador pede ao prefeito... OESP, 6 de agosto de 1959, p. 14).

O jornal termina reportagem afirmando que o Grêmio Estudantil do Ensino Secundário se reuniria com os alunos dos colégios de Vila Mariana e São Miguel Paulista e, segundo o movimento, existia um indicativo de greve, se alastrando para outras escolas.

A ação dos estudantes secundários ganhou corpo e, no dia 11 de agosto, foi noticiado em destaque: “25 Mil Alunos em Greve na Capital; Adere o Interior”. Assim apareceu no jornal a informação:

Até ontem, 25 mil estudantes já haviam aderido ao movimento, encabeçado por três estabelecimentos estaduais cujas novas instalações, embora prontas e inauguradas há muito tempo, não foram entregues até agora, pela Prefeitura, ao Estado, por obstinação do chefe do Executivo Municipal. Os estudantes chegaram a cogitar da ocupação forçada dos edifícios, mas não lograram o intento em virtude do forte policiamento estabelecido em torno dos prédios. Por outro lado, o movimento grevista recebeu apoio de estudantes de diversas localidades do Interior. Se o caso não for resolvido rapidamente, é possível que todos os estudantes secundários do Estado, cujo número se eleva a cerca de 250 mil, se declarem em greve. Enquanto isso, dirigentes de grêmios estudantis organizam piquetes e, ao mesmo tempo, percorrem colégios de S. Paulo, a fim de convencer seus colegas a entrar em greve. (25 Mil Alunos em Greve... OESP, 11 de agosto de 1959, p. 48).

O jornal noticiou o caso e deu visibilidade ao movimento estudantil, colocando a possibilidade de todo os estudantes do Estado se mobilizarem contra a medida do prefeito, Adhemar de Barros, de não entregar os três prédios na Capital. Na mesma matéria, o secretário estadual, Queiroz Filho, tentando apaziguar, novamente apelou para que os estudantes voltassem às aulas e aguardassem as negociações com a municipalidade.

A publicação acompanhou uma comissão de alunos que teria ido ao Ginásio Estadual e Escola Normal “Firmino de Proença”, na Mooca, para pedir a adesão dos estudantes, mas não tiveram a autorização do diretor da unidade para o contato direto com os estudantes. Também, o jornal noticiou que a divisão da Câmara Municipal de São Paulo, tendo a vereadora Helena Iracy Junqueira como liderança a favor da entrega dos prédios, tinha sido atendida na convocação de uma sessão extraordinária para debater o caso.

Além disso, o jornal destacou que, naquela data da notícia, às 16 horas, na Praça da Sé, os estudantes em greve se reuniram em protesto e havia a possibilidade de ocuparem os prédios não entregues. A Comissão de Greve entregou também um comunicado à imprensa de apelo aos pais, alegando que “a greve é de caráter estritamente pacífico e que são infundados quaisquer boatos de depredações e violências por parte dos grevistas” (O governador pede ao prefeito... OESP, 6 de agosto de 1959, p. 14). Em seguida, o jornal apresentaria dados da greve na capital e em cidades do interior, como Bauru, Piracicaba, Araraquara e Barretos.

Por fim, a longa matéria apresentou que o serviço de imprensa do gabinete do prefeito havia veiculado ataques ao governador do Estado, feitos pelo engenheiro José Olavo, presidente da Comissão de Construções de Escolas, que o governador queria tomar os prédios ainda em reformas para alegar que as obras teriam sido feitas pelo poder estadual. O jornal apresentou as críticas do funcionário municipal:

Aproveitando-se de uma situação adrede preparada para hostilizar o prefeito, lança mão de expediente de undécima hora, procurando fazer crer a intenção de ajudar, quando na realidade nada mais tem feito senão a de criar tropeços à ação realizadora do município, em favor do problema do ensino. A disseminação de notícias infundadas, quanto a supostos riscos de ruína do Colégio Estadual de São Paulo, edifício antigo, provocou descontentamento entre a classe estudantil e, conseqüentemente, a levou à atitude extrema da greve; A atitude do governo do Estado somente demonstra a repetição de surrados métodos demagógicos. Basta que se diga que, sem qualquer consulta prévia à Prefeitura, o governo do Estado, em puro desperdício,

entulhou de móveis o prédio da rua Frederico Alvarenga, onde funciona, no momento, o Colégio Estadual de São Paulo, expondo-os a estragos, amontoando tudo, impossibilitando o livre tráfego, tudo com fins de ostentação. O Estado, que há anos se nega a colaborar na solução de questões vitais e prementes, surge agora com paliativos, fazendo germinar discórdias, que geraram a greve que ora se processa. (O governador pede ao prefeito... OESP, 6 de agosto de 1959, p. 14).

O técnico disse que o ofício, entregue antes pelo governador, diminuía o trabalho da engenharia municipal e que a Prefeitura entregara nos últimos anos mais de setenta prédios ao governo, os quais, atualmente, estavam malcuidados.

Concluindo a reportagem, o jornal informou que o prefeito pretendia responder ao ofício do governador Carvalho Pinto, no entanto, segundo “fontes oficiosas” a tendência era Adhemar de Barros manter seu propósito de não entregar os prédios por não estarem prontos.

Um dia após, o jornal não publicou o ofício, mas trouxe o teor do documento em nota intitulada “O Prefeito Denuncia o Convênio” (OESP, 12 de agosto de 1959, p. 38). A informação apresentada afirmava que o prefeito entrara em contato com o ministro da Educação, procurando dar propriedade exclusiva à Prefeitura aos novos prédios construídos. Como a União participara das obras do Colégio D. Pedro II com apenas 5 milhões, e não os 12 milhões prometidos, a prefeitura devolveria o ordenado, pois o acordo não se firmara como previsto. Segundo a nota, somente a Prefeitura e a União tinham participação no acordo, sendo o Estado mero beneficiado.

No dia 13 de agosto, o jornal apresentou a seguinte manchete: “Suspensa a Greve dos Alunos; Será Mediador o Cardeal”. Segundo a reportagem, atendendo aos apelos do Secretário Estadual, o Cardeal-Arcebispo Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, conhecido como Cardeal Motta⁹², seria mediador da polêmica travada. O católico atenderia a um apelo de Adhemar de Barros, seu amigo⁹³.

⁹² Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota (1890 - 1982) nasceu em Bom Jesus do Amparo, no município de Caeté (MG). Ordenado em junho de 1918, foi nomeado bipo titular de Algisa (MG) em 1932. Em 1935 foi elevado a arcebispo de São Luís do Maranhão. Nessa arquidiocese, criou a seção estadual da Ação Católica Brasileira (ACB). EM 1944 foi nomeado para a arquidiocese de São Paulo, substituindo dom José Gaspar de Afonseca e Silva. Em fevereiro de 1946, foi elevado ao cargo de cardeal pelo papa Pio XII, tendo sido o primeiro arcebispo brasileiro a receber o título. Em abril seguinte criou em São Paulo a primeira universidade católica do país — a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo —, que veio a ser instalada em agosto. No mês seguinte participou do lançamento da pedra fundamental da nova basílica de Aparecida do Norte (SP). Em 1951 foi promotor de uma semana de estudos sobre a família, da qual participaram Lucas Nogueira Garcez, governador de São Paulo, e o general José Bina Machado. Foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entidade máxima da Igreja Católica no país, tendo participado da sessão de sua instalação em junho de 1952. Nessa ocasião foi escolhido o primeiro presidente da CNBB. Em janeiro de 1954, por ocasião do quarto centenário da fundação de São Paulo, inaugurou a nova catedral da cidade. Em maio de 1957 celebrou a primeira missa

Segundo o prefeito, e publicado na matéria do jornal, “O que for decidido pelo eminente prelado será por nós referendado. Está o assunto em boas mãos e deverá ser resolvido sem desprestígios para o poder público municipal” (Suspensa a Greve dos Alunos... OESP, 13 de agosto de 1959, p. 48).

O jornal era solidário ao movimento dos estudantes, noticiando os últimos piquetes e novas adesões às greves, além de lembrar os “esforços” do governo do Estado para a resolução do caso, recebendo os prédios da Prefeitura, mesmo que inconclusos.

No dia 14 de agosto, seria apresentada a nota “Prédios escolares: entrega em 90 dias” (Prédios escolares... OESP, 14 de agosto de 1959, p.32). No texto o jornal noticiou que, já na qualidade de mediador, na pendência entre o Estado e o Município, o Cardeal Motta se reuniu com o governador Carvalho Pinto, acompanhado do bispo-auxiliar da Arquidiocese, D. Paulo Rolim Loureiro, e do secretário da Educação do Estado, Queiroz Filho. Na conversa ficou definido o prazo de três meses para a entrega dos prédios. Por sua vez, o governador afirmaria que com a entrega dos prédios teria a providência do anúncio das aulas o mais rápido possível. O jornal também apurou que o prefeito tinha uma lista de exigências, como receber um valor do Estado, que a Prefeitura julgara ser credor, para confirmar a entrega dos prédios. O texto publicado concluiu afirmando que existiria a possibilidade de uma nova paralização dos alunos, liderada pela Comissão de Greve, caso não chegassem a bom termo as partes.

No dia seguinte, outra notícia sobre o tema foi publicada, demonstrando as reinvidicações de Adhemar de Barros: “Para Entregar os Prédios o Prefeito Quer Dinheiro e Complacência Para a CMTC” (Para Entregar os Prédios... OESP, 15 de agosto de 1959, p.11). O texto informou que uma Comissão de auxiliares do prefeito entregou um relatório ao Cardeal exigindo do Estado o pagamento de 800 milhões de cruzeiros, os quais a prefeitura alegaria ter a receber em relação a débitos gerais, em

em Brasília, futura capital do país, então em construção. Ainda em 1957 obteve uma emissora de rádio para a cidade de Aparecida. Para a arquidiocese de São Paulo, adquiriu a Rádio 9 de Julho e lançou o jornal O São Paulo, além de criar a Faculdade Teológica Nossa Senhora da Assunção. Em 1958 deixou a presidência da CNBB, cargo que voltou a ocupar de 1963 a 1964. Alegando avançada idade e pouca saúde, pediu ao papa Paulo VI exoneração das funções e responsabilidades ligadas à arquidiocese de São Paulo. Substituído na capital pelo cardeal Agnelo Rossi, foi transferido para ser Arcebispo de Aparecida em abril de 1964. Foi membro da Academia Mineira de Letras e dos institutos históricos e geográficos de São Paulo e de Minas Gerais.

⁹³ Segundo Gaspari (2014, p.251), Cardeal Motta era amigo íntimo do político, a ponto de aconselhá-lo na casa da amante, nas horas de crise.

especial de indenizações pelas valas abertas em vias públicas e dívidas com a CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos).

O OESP retomou com informações do tema na matéria “Prédios Escolares: Novas Gestões do Cardeal Mota” (Prédios Escolares... OESP, 14 de agosto de 1959, p.11). O arcebispo pretendia garantir uma reunião com os dois chefes do executivo para oficializar um acordo e definir os termos da entrega dos colégios. O jornal também informou que a Secretaria Estadual estava em vias de acordo um abono das faltas dos alunos grevistas e possibilidade de reposição dos exames aos quais não compareceram.

O jornal ficou duas semanas sem apresentar novidades no caso e, no dia 26 de agosto apresentou um desfecho em destaque em sua edição: “Instalação de Ginásio Municipal nos Prédios do Parque Pedro II” (Instalação de Ginásio... OESP, 26 de agosto de 1959, p.10). O serviço de imprensa da prefeitura informaria a abrupta decisão de Adhemar, indo de encontro com as expectativas de Carvalho Pinto, criando um ginásio municipal, denominado “Cidade de S. Paulo”, nos edifícios construídos no Parque Pedro II. O prefeito anunciaria também que as aulas começariam ainda no mesmo ano⁹⁴.

O OESP então lembraria que a decisão do prefeito em não entregar esse e mais os outros dois prédios gerou movimento de greve por parte dos secundaristas, contidos com a mediação do Cardeal Motta, que se aquiesceu com a situação criada, mas, se necessário, os estudantes entrariam em manifestações, caso o problema perdurasse. A informação contaria aos leitores que, após conversa entre as partes, havia sido eleita uma comissão par acertar o acordo. Porém, foram todos pegos de surpresa com a declaração do prefeito por meio de sua assessoria de comunicação.

Diante do fato, o jornal voltou a utilizar o espaço de *Notícias Diversas* para desenvolver sua opinião em relação ao ocorrido. O texto denominado “Estudantes Enganados” apresentou que, depois de um movimento grevista que prejudicava os estudantes, agora estavam sendo ludibriados na questão que lutaram. O espaço opinativo relembrou o fato:

Cansados de esperar, de pleitear e de exigir, os rapazes chegaram a pensar na ocupação dos prédios *manu militari*, uma vez que o Estado, e principalmente a Prefeitura, não chegavam nunca a um acordo para que os estabelecimentos pudessem entrar imediatamente em uso.

Com aquela improbidade que o caracteriza, o sr. A. de Barros tergiversou o quanto pôde, visando enganar os estudantes.

Assim, há mais de ano, a 16 de setembro de 1958, dia do 64º aniversário da instalação do Ginásio do Estado, transferiu a entrega

⁹⁴ Os ginásios secundários seriam oficializados no Decreto Nº 4.465, de 20 de novembro de 1959, que instituiu o ensino municipal de ciclo secundário.

dos prédios sob o fundamento de que as obras não estavam terminadas. Em janeiro deste ano afirmou que se recusava efetuar a transmissão porque o Estado devia 13 milhões à Prefeitura. (Estudantes Enganados... OESP, 24 de setembro de 1959, p.10).

E o jornal continuaria apresentando as “desculpas” de Adhemar de Barros:

Em julho último, Adhemar voltou a mentir: não entregara os prédios porque faltam verbas para conclusão das obras. Em julho, diante da gravidade da situação criada, e quando o sr. Carvalho Pinto declarou que o Estado assumiria a responsabilidade da terminação dos edifícios, veio a público com a história de que precisava acertar contas com o Estado antes de tomar outra qualquer providência. (Estudantes Enganados... OESP, 24 de setembro de 1959, p.10).

Por fim, lembrou a fala do prefeito alegando que, com a participação do Cardeal Motta na negociação, a palavra dele seria a definitiva:

Ora, o ilustre chefe da Igreja de São Paulo anunciou que em noventa dias a situação estaria normalizada – e até agora muito pouco foi feito para a terminação dos trabalhos. O prefeito não está empenhado em cumprir a palavra, nem se incomoda em deixar em posição duvidosa perante os estudantes o próprio cardeal-arcebispo de São Paulo. Diante disso, agitam-se desde já os rapazes, dispostos a reagir contra o crime contra o ensino que se pretende perpetrar. Não querem mais suportar o descaso e o desprezo a que foram relegados, por haverem acreditado na palavra de quem jamais deveria mentir. Esse é mais um “serviço” que São Paulo fica a dever ao chefe do Partido Social Progressista. Vejamos agora, passadas as eleições, se teremos outra vez a repetição do movimento grevista – que tantos prejuízos causa ao ensino – ou o que dirá o improbo administrador para explicar o seu comportamento indigno, que deixa em má situação até mesmo o chefe de nossa Igreja. (Estudantes Enganados... OESP, 24 de setembro de 1959, p.10).

Assim, o jornal trouxe para suas páginas com enorme reincidência um assunto que a pauta do OESP julgou ser relevante dar cobertura e acompanhamento. O caso dos três colégios esboçava uma briga política entre as partes, na qual o jornal tomou posição em favor do governo do Estado, contra o prefeito do município, que, à sua maneira, utilizava de artimanhas para desacelerar a entrega dos prédios. A possibilidade de instituir o Ensino Secundário Municipal, tão como aconteceu com o Ensino Primário, à época de Juvenal Lino de Mattos e Wladimir de Toledo Piza, surgiria de conflito político entre os poderes municipais e estaduais.

Figura 41 - – Ginásio Municipal do Tucuruvi⁹⁵



Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo

Acervo Fotográfico disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/foto/>

A única matéria que sairia nesses meses no OESP, sobre o ensino primário municipal, seria publicada no dia 24 de setembro, quando o jornal informou que o Departamento de Ensino Primário desenvolveu uma sindicância de apuração de irregularidades ocorridas nas Escolas Agrupadas de Vila Formosa, existindo animosidade entre o diretor da escola e o corpo discente, em virtude da intromissão de política partidária no estabelecimento. O texto informou que o processo da sindicância estava em andamento e que o diretor fora afastado do cargo (Concluídas a sindicância... OESP, 24 de setembro de 1959, p.11).

No dia seguinte, a edição traria que “Reiniciam-se as aulas nas Escolas de Vila Formosa” (Reiniciam-se as aulas... OESP, 25 de setembro de 1959, p. 10). Na oportunidade, o jornal trouxe palavras do diretor do Departamento de Ensino Primário Municipal, Máximo de Moura Santos, que determinaria punição aos responsáveis pelos acontecimentos, em especial a um inspetor escolar, que teria dado entrevista à imprensa, criticando a administração e apontando falhas no ensino primário da Prefeitura.

No dia 2 de outubro, o ensino municipal voltou às páginas do jornal com pequena nota noticiando a oficialização do ensino municipal. No texto, o jornal afirmou que o prefeito recebera com reservas a notícia da interposição de seu recurso ao projeto de lei da Câmara que oficializara o ensino municipal. (O orçamento e a educação. OESP, 2 de outubro de 1959, p. 3).

⁹⁵ Atual Escola Estadual Albino César.

Em 4 de outubro, seria publicada a notícia “Escassas verbas para construções escolares”, a qual informaria que, em virtude da criação do Departamento de Ensino Primário Municipal, a administração da cidade contaria, para o ano subseqüente, com escassas verbas para construções escolares. Segundo o texto, a maior parte dos recursos seria utilizada para as despesas dos órgãos auxiliares do ensino, como bibliotecas, parques, recantos e recreios infantis. Do valor previsto de mais de 1 bilhão e trezentos milhões, somente 300 milhões de cruzeiros poderiam ser aplicados na construção de novos prédios escolares e novos órgãos auxiliares do ensino. Segundo o jornal:

A criação do Departamento de Ensino Primário Municipal ocasionou despesas de ordem burocrática exigindo a manutenção de funcionários de carteira em maior número. A efetivação do professorado prevista na lei que criou o departamento onerará ainda mais as dotações destinadas ao ensino. Contra essa efetivação feita pela Câmara a administração intentou um recurso judicial perdendo em primeira instância. O prefeito há dias, em declarações à imprensa, deu a entender a disposição da Prefeitura de recorrer à instância superior. (Escassas verbas. OESP, 4 de outubro de 1959, p.21).

A crítica situação orçamentária para construções escolares, resultante da criação do Departamento de Ensino Primário Municipal, dificultaria a celebração de um novo convênio escolar entre a Prefeitura e o Estado, continuou o jornal. Com o problema da escassez de verbas, não haveria recursos para o cumprimento de um acordo de construção de escolas a serem entregues ao poder estadual. Segundo fontes da reportagem ligadas ao setor de construções, a Prefeitura não teria sequer meios para atender às suas necessidades de novos prédios para a substituição dos galpões escolares que funcionavam nas escolas primárias municipais.

Sobre o problema político entre Estado e Município, a seção *Notícias Diversas* publicou, no dia 6 de novembro, texto opinativo com o título “O prefeito e o ensino”, em nova guinada de ataques ao opositor político do jornal. O prefeito havia vetado a lei, decretada pela Câmara de comodato ao Governo do Estado, dos edifícios e instalações destinados ao Ginásio de São Miguel Paulista. Assim o jornal explicou:

O conflito que surgiu há meses entre o Estado e o Município, em virtude de se recusar o último a cumprir os termos do convênio escolar, volta, uma vez mais, às colunas dos jornais. [...] O tema é já perfeitamente conhecido da opinião pública, razão por que seria ocioso evoca-lo de novo, desde a raiz. Essencialmente, cumpre ressaltar apenas o pormenor de o sr. A. de Barros não querer aceitar as disposições de um acordo livre e comumente estabelecido. (O prefeito e o ensino...OESP, 6 de novembro de 1959, p.8).

O texto continuou afirmando que a posição era incompreensível, já que os estudantes aguardavam uma solução e até haviam entrado em greve por causa da indefinição, interrompida apenas por causa do Cardeal Motta. Para o jornal, seria mais uma ação demagógica do prefeito contra o convênio escolar. O espaço do jornal então concluiu sua crítica alegando que os motivos do conflito criado pelo prefeito tinham a intencionalidade de beneficiá-lo com a medida política:

Por detrás de cada gesto, de cada palavra e de cada ação do sr. A. de Barros se esconde, por via de regra, algo que ele não tem coragem de confessar francamente. Desde há muitos anos que assim se revelou, confundindo e ludibriando. E é exatamente no que ele omite que se deve procurar sempre a causa profunda dos inconfessáveis fins que busca alcançar.

Neste conflito, que seria ridículo se não fosse dramático, o chefe do PSP não se desvia da sua inalterável linha de negociar. Quer realizar mais um negócio “vendendo” ao Estado os edifícios que a Municipalidade se obrigou a erguer, como participação natural de uma entidade que não pode, que não deve alhear-se de problemas de tão transcendente importância como é o do ensino em São Paulo.

O sofisma já não convence ninguém. Os paulistas sabem perfeitamente que o sr. A. de Barros tomou posição contra as aspirações e as necessidades dos estudantes de São Paulo. (O prefeito e o ensino...OESP, 6 de novembro de 1959, p.8).

Uma semana depois, o jornal retornou ao caso, em matéria intitulada “Manobra do Prefeito no episódio dos prédios escolares”.

O texto, em tom opinativo e depreciativo a Adhemar de Barros, informou que o cardeal-arcebispo D. Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta deixara de ser mediador no caso dos colégios, conforme ofício tornado público pelo prefeito. Segundo a carta, a situação da CMTC travara qualquer negociação com o Estado. O jornal, transcrevendo trechos da carta do chefe do Executivo:

Afirma que, assim, se viu forçado a vir à presença de s. ema. para agradecer a valiosa cooperação e o alto espírito público do cardeal-arcebispo, “por não julgar justo que se continue a expor a nobre pessoa de v. eminência por todos os títulos respeitáveis, neste caso em que o governo já não esconde o desejo de não cooperar”. Anuncia que vai debater o assunto por outras vias e conclui com as saudações de praxe. (Manobra do prefeito... OESP, 17 de novembro de 1959, p. 15).

Após o parágrafo noticioso, o jornal teceu seu parecer: “Como se verifica do resumo acima publicado, o sr. A. de Barros fugiu inteiramente ao assunto dos prédios escolares, para colocá-lo em outro terreno, inteiramente alheio à mediação, visando assim tirar proveito do episódio para seus interesses políticos” (Manobra do prefeito... OESP, 17 de novembro de 1959, p. 15).

Em seguida, o jornal conclui com informações relativas à organização dos estudantes, reunidos na sede da UPES (União Paulista dos Estudantes Secundaristas), que iriam propor à Assembleia Legislativa a desapropriação dos prédios em posse da municipalidade.

Diante do impasse, o OESP utilizou novamente seu espaço editorial de *Notas e Informações* para reforçar a opinião recorrente nas páginas de notícias do matutino. No dia 5 de dezembro, foi apresentado o texto “O caso do ginásio de São Miguel Paulista”, no qual a Câmara Municipal estava a favor da entrega dos prédios, mas o prefeito estaria agindo contra a defesa dos acordos firmados. Assim opinou o jornal sobre os acontecimentos:

Que o sr. A. de Barros fugisse ao cumprimento de um acordo, já era grave, pois que nunca ofereceu argumentos justificativos da sua inexplicável atitude, a não ser que se compreendam os relacionados com o seu propósito de obter compensações que o convênio escolar não prevê. Mas mais grave ainda é a posição extremamente assumida, por revelar franca rebeldia à última decisão da Câmara Municipal. Prejudicou, primeiro, a população escolar, pois as instalações que o município possui não bastam. Desrespeitou um convênio. Provocou uma greve de estudantes. Provocou uma greve de estudantes. Promoveu agitações várias. E, agora, não dá seguimento às determinações do Legislativo municipal. Que se pode esperar de um Prefeito que atua como o sr. A. de Barros? Bem pouco, francamente: apenas que se vá, deixando o lugar que ocupa a outro que sirva às aspirações dos paulistas e que não se sirva desse posto para articular manobras de exclusivo interesse pessoal ou partidário. (O caso do ginásio de São Miguel Paulista. OESP, 6 de dezembro de 1959, p.3).

O prefeito reforçaria seu parecer e, no dia 8 de dezembro o jornal noticiou, em pequena nota, a “Instalação dos ginásios municipais⁹⁶”. Diria o texto:

O secretário de Educação e Cultura da Prefeitura designou três professores para tratarem da instalação dos três ginásios, criados pelo prefeito, nos prédios do Parque D. Pedro II, de Vila Mariana e de São Miguel. Deverão eles traçar as diretrizes que orientarão a instalação dos cursos de admissão a esses estabelecimentos. Os ginásios começarão a funcionar no próximo ano letivo. Recordar-se que os prédios onde estão instalados foram construídos pela Prefeitura para educandários estaduais. (Instalação dos ginásios municipais. OESP, 8 de dezembro de 1959, p. 17).

⁹⁶ Dos três prédios para ginásios municipais, apenas um se mantém sob a responsabilidade da Prefeitura. As escolas do Parque D. Pedro II e da Vila Mariana voltariam aos cuidados do Estado em 1962. Já o Colégio de São Miguel Paulista seria dividido em dois. Atualmente a parte destinada à prefeitura é denominada EMEF Arquitecto Luís Saia. Sobre a escola foi consultado o endereço eletrônico: http://www.saomiguelpaulista.com.br/portal/index.php?secao=news&id_noticia=2678&subsecao=21, consultado no dia 28 de julho de 2018.

Figura 42 - Ginásio e Escola Municipal de São Miguel⁹⁷ (1959)



Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo
Acervo Fotográfico disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/foto/>

Figura 43 - Maquete do Ginásio e Escola Municipal de São Miguel (1959)



Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo
Acervo Fotográfico disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/foto/>

⁹⁷ Atualmente esta escola, situada na Rua Américo Gomes da Costa esquina com Avenida Marechal Tito, é denominada EMEF Arquiteto Luís Saia.

Figura 44 - Ginásio Municipal Dom João VI⁹⁸



Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo

Acervo Fotográfico disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/foto/>

Figura 45 - Colégio Cidade de São Paulo



Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo

Acervo Fotográfico disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/foto/>

Já no dia 20 de dezembro, o jornal publicou “O prefeito nomeia correligionários e pune professores”, em mais uma matéria negativa para Adhemar de Barros. Segundo o texto, oito professores municipais, que eram acusados de

⁹⁸ Fachada principal da escola situada à Rua Afonso Celso, atual Escola Estadual Brasília Machado

encabeçar movimento a favor da criação do Departamento de Ensino Primário, que resultaria na efetivação do professorado, tinham sido punidos com demissão (O prefeito nomeia correligionários... OESP, 20 de dezembro de 1959, p. 26).

Por fim, o último destaque dado no ano ao tema dos colégios foi a matéria do dia 24 de dezembro, intitulada “Estuda-se a requisição judicial do prédio do ginásio de S. Miguel”.

O jornal explicou que, embora a edilidade já tivesse aprovado uma lei em sentido contrário, a prefeitura continuava a se recusar a entregar o prédio, com precárias condições e a título provisório de funcionamento. Dos 700 alunos aprovados no exame de admissão do Ensino Secundário, somente 57 poderiam cursar o ginásio em 1960. O Governo e a Câmara Municipal se preparavam para adotar as medidas exigindo a entrega do prédio. Em seguida, o OESP publicou a denúncia desenvolvida pela Mesa da Câmara Municipal.

Figura 46 - “Estuda-se a requisição judicial do prédio do ginásio em S. Miguel”: Reportagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*

Estuda-se a requisição judicial do prédio do ginásio em S. Miguel

Enquanto a Prefeitura continua recusando-se a fazer entrega do prédio que abrigará o Ginásio Estadual de São Miguel Paulista — embora a Edilidade já tenha aprovado uma lei em sentido contrário — o único estabelecimento de ensino secundário daquela localidade funciona em precárias condições, a título provisório, e apenas durante o período noturno. De aproximadamente 700 alunos aprovados nos exames de admissão, somente 57 poderão cursar o referido ginásio em 1960, caso não seja resolvida a pendência com a Prefeitura.

Em vista dessa situação, o governo do Estado e a Câmara Municipal preparam-se para adotar medidas visando a entrega do

Paulista, vem perante Vossa Excelência com fundamento no artigo 14 da Lei Federal n.º 1.078, de 10 de abril de 1950, combinado com o artigo 4.º da Lei Federal n.º 3.228, de 3 de janeiro de 1959, denunciar o sr. Adhemar Pereira de Barros, Prefeito Municipal de São Paulo, pela prática de ato que implica a recusa ao cumprimento de lei municipal, constituindo tal fato crime de responsabilidade. “CS-V” do delito no artigo 1.º, alínea “2”, da Lei Municipal n.º 5.661, de 30 de novembro de 1959, dispõe taxativamente em seu artigo 1.º: “Artigo 1.º — Obriga-se o Município a ceder, em comodato, ao Governo do Estado de São Paulo, sob os artigos 1.º, 2.º e seguintes do Código Civil, aplicáveis ao contrato, os edifícios e instalações destinadas ao Ginásio de São Miguel Paulista, situadas entre a antiga Estrada São Paulo-Rio de Janeiro, Travessa Vila Americana e Rua “C”, no Distrito de São Miguel Paulista, assinadas na planta anexa que-

oficial — que o prefeito está disposto a gastar mais de 15 milhões de cruzeiros em materiais escolares, visando com isso dar um aspecto de “colégio modelo” ao Ginásio Municipal que pretende pôr em funcionamento.

ENTENDIMENTOS COM O ESTADO

Há alguns meses, pressionado pela opinião pública e pela greve organizada por estudantes de outros colégios em situação mais ou menos semelhante, o prefeito mostrou-se disposto a um entendimento — tendo o cardeal Moia como mediador — com as autoridades estaduais.

Como se recorda, a alegação do chefe do Executivo municipal para justificar a não entrega

Fonte: (Estuda-se a requisição..., *O Estado de S. Paulo*, 1959, p. 12).

Acervo: Acervo Estadão online. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>>. Acessado em: 25 de julho de 2018.

O matutino resumiria em suas páginas o caso do colégio:

A história da construção do novo prédio para o Ginásio Estadual de São Miguel Paulista vem se desenrolando desde a administração Jânio Quadros à testa da Prefeitura Municipal. Naquela época foram dados os passos iniciais para a desapropriação de um terreno, no qual seria posteriormente construído o colégio.

Diante da situação em que se encontrava então o Executivo Municipal, com suas verbas limitadas devido ao déficits da administrações anteriores, foi preciso recorrer a uma firma particular que fez a doação da importância de cerca de 10 milhões de cruzeiros para a compra de materiais de construção.

O prédio ficou praticamente concluído na gestão do sr. Toledo Piza, porém, foi inaugurado quando o sr. A. de Barros já era prefeito da Capital. Esse limitou-se a despender uma única verba para os serviços

de pintura do edifício e não procedeu a iluminação e até agora não possui instalações elétricas.

Acredita-se que perto de 20 milhões foram gastos na construção do Ginásio, o qual deverá comportar 1600 alunos, ao passo que o colégio atual de S. Miguel Paulista não apresenta condições para que nele estudem nem um terço desse total, principalmente se for levado em conta que, de manhã e à tarde, funciona como escola primária. (Estuda-se a requisição judicial... OESP, 24 de dezembro de 1959, p.12).

Segundo teria apurado o veículo de comunicação, o prefeito estava disposto a investir 15 milhões em materiais escolares e estrutura para dar aspecto de “colégio modelo” ao ginásio precursor. O jornal lembrou também no texto as tratativas e negociações com o Estado, as quais não teriam tido o efeito esperado, por manobra política de Adhemar de Barros.

A reportagem foi concluída informando que, reafirmando o propósito de não abrir mão do Ginásio de São Miguel Paulista, o prefeito, por decreto, deu o nome de “Ginásio Municipal D. Pedro I” ao colégio. Por sua vez, os Ginásios do Parque D. Pedro II e o de Vila Mariana receberam, respectivamente, as denominações de “D. Pedro II” e “D. Pedro VI”.

Em 1960, o tema dos prédios escolares ainda garantiu espaço no jornal, como no texto publicado com o título “Prédios Escolares: Medidas Judiciais Contra o Estado”. A reportagem, publicada no dia 9 de janeiro, apresentou a informação que o prefeito acusou o governo de São Paulo de negligenciar e não conservar os prédios construídos pela Prefeitura. Adhemar de Barros teria solicitado, então, uma vistoria e entrou com medida judicial contra o Estado. Assim o OESP apresentou o fato:

Nos “consideranda” assinala o chefe do Executivo Municipal que a Prefeitura, em razão de convênio escolar que no passado manteve com o Estado, fez construir a sua custa centenas de prédios e de galpões para funcionamento de grupos escolares, de ginásios, de colégios e de escolas normais; que todos esses imóveis, de acordo com o convênio, foram entregues à conservação do Governo de São Paulo; que “ao contrário disso, o Governo do Estado, menosprezando o sacrifício e a elevada colaboração da Prefeitura do Município de São Paulo à causa do ensino público na Capital, não cumpriu até hoje as suas obrigações, abandonando de modo a encontrar-se hoje em situação verdadeiramente ruínosa”; que a Prefeitura, “para perpetuar a prova dessa incrível desídia e para constatar o estado em que se encontram tais prédios, promoveu vistoria judicial “ad perpetuam rei memoriam”; que ficou nessa vistoria “exuberantemente provado o péssimo uso que o Governo do Estado fez dos prédios que recebeu novíssimos, mas que estão hoje em petição de miséria, com raríssimas exceções”; e que, “como ficou judicialmente constatado, o Governo do Estado de São Paulo, faltando a solenes compromissos assumidos, revelou-se inteiramente incapaz de conservar, sequer em regulares

condições, vultoso patrimônio pertencente à Prefeitura, inclusive expondo a perigo de vida e saúde a população escolar, administrativa e docente que utilizava os mesmos prédios” (Prédios Escolares... OESP, 9 de janeiro de 1960, p. 8).

No dia 15 de janeiro retomou ao tema, com o título “Prédios escolares: prossegue a pendência”. O chefe do gabinete do prefeito acusaria de mentiroso o gabinete do Secretário Estadual de Educação, que afirmaria que os prédios cedidos pela prefeitura, no tempo do Convênio Escolar, estavam em bom estado. A vistoria judicial solicitada por Adhemar de Barros atestaria mau uso, segundo perito da Fazenda do Estado, André Peres Velasco. Teriam sido examinados grupos e galpões de prédios escolares em seus mobiliários, materiais didáticos e clínicos, além de utensílios. Segundo o jornal:

Consoante comunicado da chefia do gabinete do sr. A. de Barros, a vistoria concluiu acharem-se em mau estado 79 dos 104 prédios examinados, em estado regular de conservação, 14; em bom estado, 9; em estado elogiável, 2. Foram encontrados formigueiros, com perigo de afetar as fundações, infiltrações de água, sanitários quebrados, piscina estragada por falta de água, goteiras, portas e janelas quebradas, calhas entupidas, gabinetes médicos e odontológicos fechados por falta de profissionais. (Prédios escolares...OESP, 15 de janeiro de 1960, p. 11).

A partir do final do mês de janeiro, o jornal começaria a trazer informações sobre vagas em escolas. Porém, daria um foco nas escolas estaduais, como na matéria “De 1 a 10 de fevereiro as matrículas nas escolas de ensino primário do Estado” (De 1 a 10 de fevereiro... OESP, 29 de janeiro de 1960, p. 12), e na nota “Matrículas nas escolas primárias” (Matrículas nas escolas... OESP, 3 de fevereiro de 1960, p. 10). A única edição que trouxe dados do ensino municipal foi a do dia 11 de fevereiro, em nota intitulada “Encerradas as matrículas no ensino primário”. Afirmou o jornal:

Calcula-se em 16 mil o número de vagas nas escolas primárias municipais neste ano letivo. Segundo as autoridades municipais, essas vagas preencheram-se nos primeiros dias de matrícula. Embora exista quem seja favorável ao desdobramento do período diário de aula, o que elevaria o número de vagas, as autoridades do Departamento do Ensino Primário, em sua maioria, são de opinião que deve ser adotado, exclusivamente, o regime de dois períodos. Aliás, essa limitação é determinada pela própria lei que institui o ensino primário municipal. No ano passado, matricularam-se no primeiro ano primário 21.659 alunos; no segundo, 14.837; no terceiro, 10.909, e no quarto ano, 2.977 alunos. (Encerradas as matrículas... OESP, 11 de fevereiro de 1960, p. 12).

Já no dia 16 de fevereiro, na matéria “Não houve, a rigor, falta de vagas nas escolas primárias” foi apresentado dado oficiais disponibilizado pelo Departamento de

Ensino Primário pelo nome de seu diretor, Carlos Correa Mascaro. O jornal trouxe informações de matrículas e providências previstas pelo governo:

As autoridades do ensino primário estadual estão dispostas a criar, neste ano, tantas classes de urgência quantas forem necessárias, para que não fiquem crianças sem escolas. Argumentam, no entanto, que até ontem pelo menos não dispunham dos dados referentes ao excedente, que, no entanto, segundo informaram, é mínimo, facilmente corrigível e, portanto, virtualmente inexistente.

A Secretaria já dispõe de todo o material escolar necessário, que será remetido para os setores da Capital que venham a necessitar de classes de urgência. O problema mais sério é a do transporte desse material, cogitando-se de solicitar-se à Estrada de Ferro Sorocabana ou à Força Pública caminhões para a remessa. (Não houve, a rigor... OESP, 16 de fevereiro de 1960, p. 19).

As autoridades estaduais também apresentariam informações sobre os edifícios e suas condições. O governo pretendia desenvolver pesquisas sobre as condições de alunos excedentes na periferia e o déficit de escolas.

O jornal trabalhou com dados oficiais fornecidos pelas autoridades do governo do Estado, em especial o chefe do Departamento. Por sua vez, a mesma reportagem trouxe breve nota sobre a prefeitura, com informações fornecidas pelo gabinete do prefeito, informando que as aulas tinham se iniciado em todas as escolas primárias municipais, tendo 16.000 crianças sendo atendidas.

Já as escolas que funcionariam em dois períodos, de quatro horas cada uma, começariam na data da publicação. Além disso, o jornal informou que haviam sido inaugurados três prédios de escolas agrupadas nos bairros de Capela do Socorro⁹⁹, da Cidade Patriarca¹⁰⁰ e do Canindé¹⁰¹. Por fim, o jornal noticiou também que os exames de admissão dos três ginásios municipais, instalados no Parque D. Pedro II, na Vila Mariana e em São Miguel Paulista, foram adiados e deveriam ser realizados no dia subsequente. (Não houve, a rigor... OESP, 16 de fevereiro de 1960, p. 19).

Dessa forma, o jornal manteria uma tendência pouco aprofundada nos assuntos educacionais, trabalhando com informações coletadas de forma oficial, sem cobertura, apuração ou informações novas. Por sua vez, a Prefeitura, com aparelhagem estatal inferior ao Governo do Estado e, além disso, tendo um opositor do jornal à frente do cargo, teria pouco espaço nas notas de prestação de serviço e nos fatos que envolviam o ensino municipal.

⁹⁹ Atual EMEF Heitor de Andrade.

¹⁰⁰ Atual EMEF Visconde de Cairú.

¹⁰¹ Atual EMEF Infante Dom Henrique

Outra marca do jornal no começo do ano, já presente no ano anterior ao ser apresentado o Plano de Ação do Estado, foi o entusiasmo com a gestão de Carvalho Pinto. O OESP trouxe projeção ao político desproporcional aos antecessores no cargo. Como apresentado anteriormente nesta pesquisa, os feitos da gestão de Jânio Quadros eram credenciados ao seu secretário Vicente de Paula Lima.

Na edição do dia 30 de janeiro, o jornal publicou duas matérias afirmativas ao governador na mesma página do jornal, o texto “Importantes Inaugurações no 1º Aniversário do Governo Carvalho Pinto” e, tratando diretamente do tema educacional, o texto “Desenvolve-se a ação do governo do Estado no setor educacional”.

Figura 47 - “Importantes Inaugurações no 1º Aniversário do Governo Carvalho Pinto”: Reportagem publicada no jornal O Estado de S. Paulo



Fonte: (Importantes Inaugurações..., O Estado de S. Paulo, 1960, p. 10).

Acervo: Acervo Estadão online. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acessado em: 25 de julho de 2018.

Dias depois, em 2 de fevereiro, o OESP trouxe matéria comemorando o 1º ano de gestão do governador.

A reportagem apresentou o político como um líder popular, “nos braços do povo”. Além disso, também na mesma página, o jornal mostrou dados educacionais no texto “Matrículas: Grande afluência as escolas primárias” e que afirmaria, com base nas palavras do Secretário da Educação, que a secretaria estava aparelhada para garantir a

criação de novas matrículas ou classes de emergência, para o atendimento da população escolar de São Paulo.

Assim, o jornal também apresentou resultados positivos da administração do governador no campo educacional.

Mas a publicação foi além, apresentando matéria em tom de campanha eleitoral, de página inteira, com os feitos de Carvalho Pinto em seu primeiro ano no cargo. A publicação mostrou dados com sínteses, fotos e textos por áreas, como “Água e esgoto”, “Aeroportos”, “Agricultura” etc.

Figura 48 - “Entusiasmo Popular nas Comemorações do 1º Aniversário da Administração”: Reportagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*



Fonte: (Entusiasmo Popular..., O Estado de S. Paulo, 1960, p. 15).
 Acervo: Acervo Estadão online. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acessado em: 25 de julho de 2018.

Para o ensino seriam apresentados os seguintes dados:

- PRIMÁRIO – Concluídos 100 grupos escolares de 6 salas cada um e iniciados 109 outros; valor das obras: 45 milhões de cruzeiros;
- SECUNDÁRIO – Terminados 59 prédios para ginásios, colégios e escolas normais; 44 outros estão em construção; valor das obras: 832 milhões de cruzeiros;

PROFISSIONAL – Concluídas 16 Escolas de Iniciação Agrícola e 2 Escolas Industriais; em construção mais 4 Escolas Industriais; valor das obras: 45 milhões de cruzeiros.

SUPERIOR – Aplicados no Ensino Universitário 203 milhões de cruzeiros em obras de urbanização geral, da Faculdade de Filosofia e da Escola Politécnica. (Carvalho Pinto: Um ano de governo... OESP, 9 de fevereiro de 1960, p. 13).

Também em destaque, o jornal apresentou matéria no dia 15 de março com a “Mensagem do governador ao Legislativo”, na qual, segundo o OESP, “apresenta desta vez, inovações verdadeiramente revolucionárias no gênero” (Mensagem do governador... OESP, 15 de março de 1960, p.25), descrevendo detalhes do Plano de Ação em desenvolvimento.

Figura 49 - “Carvalho Pinto: Um ano de governo”: Reportagem publicada no jornal O Estado de S. Paulo

CARVALHO PINTO: UM ANO DE GOVERNO



Água e Esgotos
NA CAPITAL — Concluídas 207 km de redes de água e redes de 201 redes esgotos de km de rede de esgoto e 7.500 novas ligantes. Valor das obras em 1 bilhão.

NO SANTOS — 17 km de rede e 3.200 novas ligantes, custando 200 milhões de cruzeiros.

NO IMPERIAL — Concluídas 44 novas redes de água e 17 de esgoto, em investimento de obras de água em 100 milhões e de esgoto em 70 milhões, de custando 160 milhões de cruzeiros.

Síntese de algumas das realizações da administração estadual em 12 meses

207 km de redes de água e 201 km de redes de esgoto. Valor das obras em 1 bilhão.

17 km de rede e 3.200 novas ligantes, custando 200 milhões de cruzeiros.

44 novas redes de água e 17 de esgoto, em investimento de obras de água em 100 milhões e de esgoto em 70 milhões, de custando 160 milhões de cruzeiros.

16 Escolas de Iniciação Agrícola e 2 Escolas Industriais concluídas; em construção mais 4 Escolas Industriais. Valor das obras: 45 milhões de cruzeiros.

203 milhões de cruzeiros aplicados no Ensino Universitário em obras de urbanização geral, da Faculdade de Filosofia e da Escola Politécnica.



Aeroporto
Concluída a pavimentação das pistas de Aviação. 1.000 metros x 70 m. Sem custo de terra de terra de Aviação e Escolas Industriais e 1.000 metros de pista de Aviação Intercontinental de Vitória. Valor das obras em 1 bilhão.

Usinas Elétricas
Terminada a instalação de uma das geradoras de 10 mil kw na Usina Lacerda Nogueira Soares, em São João do Rio Preto, cidade de São João do Rio Preto, em 1959.

Paranápanema — Terminada a instalação de uma das geradoras de 10 mil kw na Usina Lacerda Nogueira Soares, em São João do Rio Preto, cidade de São João do Rio Preto, em 1959.

Serra — Instalada a Usina de Serra (100 mil kw), que deverá funcionar em 1960, custando 1.000 milhões de cruzeiros.

São Paulo — Instalada a Usina de São Paulo (100 mil kw), que deverá funcionar em 1960, custando 1.000 milhões de cruzeiros.

Alta Paulista — Terminada a instalação de uma das geradoras de 10 mil kw na Usina Lacerda Nogueira Soares, em São João do Rio Preto, cidade de São João do Rio Preto, em 1959.

Ensinio
CONCLUÍDAS 16 ESCOLAS DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA E 2 ESCOLAS INDUSTRIAIS; EM CONSTRUÇÃO MAIS 4 ESCOLAS INDUSTRIAIS. VALOR DAS OBRAS: 45 MILHÕES DE CRUZEIROS.

203 MILHÕES DE CRUZEIROS APLICADOS NO ENSINO UNIVERSITÁRIO EM OBRAS DE URBANIZAÇÃO GERAL, DA FACULDADE DE FILOSOFIA E DA ESCOLA POLITÉCNICA.

Agricultura
Criação de Estações, Clusters de Extensão Agrícola e Distritos Agrícolas industriais e em construção — 277 — adquiridos 100 hectares para o cultivo de mandioca, construção de 8 colônias de 100 mil hectares cada para cultivo de mandioca e 200 mil hectares para cultivo de algodão, em 1959.

Ferrovias
Modernização dos equipamentos, terminada a construção de 100 km de trilhos de aço, em 1959.

Justiça e Segurança
Construção de 100 milhões de cruzeiros em obras de urbanização geral, da Faculdade de Filosofia e da Escola Politécnica.

Soziedade Pública
Unidades sanitárias concluídas — 40 — em obras de 27 milhões de cruzeiros em obras de urbanização geral, da Faculdade de Filosofia e da Escola Politécnica.

Banco do Estado
Modernização dos equipamentos, terminada a construção de 100 km de trilhos de aço, em 1959.

Funcionalismo
Construção de 100 milhões de cruzeiros em obras de urbanização geral, da Faculdade de Filosofia e da Escola Politécnica.



Caixa Econômica
Construção de 100 milhões de cruzeiros em obras de urbanização geral, da Faculdade de Filosofia e da Escola Politécnica.



Rodovias
Construção de 100 milhões de cruzeiros em obras de urbanização geral, da Faculdade de Filosofia e da Escola Politécnica.

Fonte: (Carvalho Pinto..., O Estado de S. Paulo, 1960, p. 13).
Acervo: Acervo Estadão online. Disponível em:<https://acervo.estadao.com.br/>. Acessado em: 25 de julho de 2018.

O entrosamento do governador com o jornal era tanto que, em entrevista na qual afirmou ser o trabalho da gestão a valorização do ensino industrial, chegou a afirmar, com frase que se tornaria manchete no matutino, “Mais técnicos e menos doutores” pede o governador” (OESP, 26 de março de 1960, p. 36). Sendo exaltado no dia

seguinte, em editorial do jornal com o mesmo título e que corroboraria com a premissa do político:

São ainda muitos os pais que vivem na obsessão de dar aos filhos uma educação universitária mesmo quando eles não revelam a menor vocação para as carreiras que lhe são impostas. Tudo se passa como se em matéria de instrução os chamados cursos superiores fossem a única realidade existente. Ou um diploma universitário ou coisa alguma... Eis a alternativa. [...] O projeto do sr. Carvalho Pinto, que reorganiza o ensino profissional de São Paulo, abrindo-lhe novas perspectivas chega assim na hora própria. Tem s. exa. plena razão: precisamos de “mais técnicos e menos doutores” (Mais técnicos e menos doutores... OESP, 27 de março de 1960, p. 3).

Ao contrário do que aconteceu na gestão de Jânio Quadros, quando era seu secretário Vicente de Paula Lima, o protagonista das ações educacionais na nova administração era o governador, o qual sempre levaria o crédito pelos feitos.

A guinada do jornal a favor do governador era reflexo das conversações políticas para as eleições presidenciais que se aproximavam. A UDN, partido próximo dos interesses do jornal, estava em negociações para a formação da aliança em torno da candidatura a presidente de Jânio Quadros, padrinho político de Carvalho Pinto. Assim, o governador era um importante cabo político para que São Paulo, o Estado mais populoso do país, votasse em peso no ex-prefeito e ex-governador.

Além disso, o prefeito da capital e ex-governador, Adhemar de Barros, se lançava também como candidato, e era um forte concorrente aos votos paulistas. Dessa forma, o jornal daria grande projeção ao governador e aos seus feitos políticos em um ano de administração. Como a exaltação do jornal, no dia 21 de junho, ao noticiar: “49 municípios visitados pelo governador em 2 dias”.

Assim, nesse momento histórico, os fatos noticiados pelo jornal eram mais elencados ao chefe do executivo que ao seu secretário na pasta da educação. Seria o caso do decreto que regulamentava o Fundo de Construção Escolar do Plano de Ação do Estado. As matérias publicadas sobre o assunto nos dias 19 e 22 de junho de 1960 deram crédito exclusivo ao governador. Nesta última data, houve matéria com foto, mostrando o governador assinando o decreto e recebendo homenagens.

Figura 50 - “49 municípios visitados pelo governador em 2 dias”: Reportagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*

ESTADO DE S. PAULO — TERÇA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 1960



49 municípios visitados pelo governador em 2 dias

DO ENVIADO ESPECIAL

O governador Carvalho Pinto encerra, hoje, às 16 horas, em Avaré, sua viagem pelo “trem especial” através da Alta e Média Sorocabana, iniciada sábado. As 12 horas, em Presidente Wenceslau, foram previstos os seus dois dias cerca de 800 quilômetros, tendo o chefe do Executivo paulista visitado 49 municípios, atendido cerca de 60 prefeitos de toda a região, além do prefeito e um comissão de vereadores da cidade de Bela-Vista, do Paraná, solicitando do governador extensão da energia elétrica de São Grande até aquele município.

O sr. Carvalho Pinto encerrará 49 dias de viagem, atendendo mais de 50% das reivindicações apresentadas. De acordo com informação do sr. Nereu César de Moraes, secretário particular do governador, seriam necessários cerca de três meses para que esses prefeitos fossem atendidos, nos Campos Elíseos, em audiência nominal.

O novo sistema de despacho do governador consiste em atender um prefeito no trajeto entre duas estações, substituído logo por outro que temera o lugar para despacho. No entanto, numerosos prefeitos de municípios por onde o trem desmontado de “municípios” pelo prefeito de Presidente Wenceslau, em todas as estações, foi obrigado a atender ao entusiasmo popular nas cidades de Bauraciana, Parguacu Paulista, Palmíal, Ottonópolis, Presidente Prudente e Queiroz. Cesar, desceu de trem com o governador em praça pública, e os dois viajantes, sempre, as vantagens do novo sistema de despacho, onde o governador poderia melhor auxiliar as necessidades do município; o novo estilo do governo iniciado em São Paulo pelo sr. Jânio Quadros, em 21 de março, citando o seu anterior como um “surgido e reperto de laboratório”, e citando o sr. Carvalho Pinto para liberar o algodão; e um apelo a fim de que todos os brasileiros de São Paulo se aliam, para que o nosso colégio eleitoral seja ainda no próximo pleito, 4 milhões de eleitores.

CONSAÇÃO POPULAR

Nessa viagem o sr. Carvalho Pinto pôde verificar, pessoalmente, a realidade de seu prestígio, pois foi recebido entusiasmadamente em todos os municípios, mesmo nas regiões onde passou já pela maquiagem, como Palmíal e Itaipava. Em São Grande, o sr. Carvalho Pinto ficou vivamente emocionado com a manifestação popular, principalmente pela homenagem que lhe foi prestada pelo sr. Evandro, cantando uma música composta para o dia de sua chegada, tendo observado, ainda, que não haverá qualquer violação ao direito. “O que lhe devia o Ottonópolis pagara. Mas apenas o que lhe devia e no devido tempo”, declarou o governador. Em Queiroz, o sr. Carvalho Pinto reafirmou todos os pontos de sua mensagem tranquilizadora à população local, enviada quando os ânimos eram mais acalorados.

CREDITO ESPECIAL

O governador Carvalho Pinto prometeu ainda crédito especial aos pequenos lavradores de Palmíal, por intermédio do Banco do Estado. Esses lavradores enfrentam dificuldades financeiras por ter a agência do Banco do Brasil de Assis cortado seu crédito, devido que se conheceu a decisão do Supremo Tribunal Federal, que invalidou todos os títulos de prioridade expedidos pelo Estado.

As palavras do chefe do Executivo, que falou durante 25 minutos perante mais de 6 mil pessoas, dizem novo alento à população e aos comerciantes de Palmíal, que já se mostram mais otimistas quanto à possibilidade de se encontrar para o caso uma solução que não traga prejuízo ao município.

Logo depois da partida do trem de Sorocabana, que levou a Palmíal o governador Carvalho Pinto, grande massa popular cercou o trem na praça da Malhada, Brasil, onde, ante as promessas formais feitas pelo chefe do Executivo, apozar o fogo simbólico.

Fin

R U /

“Cas A Dire sorado Ca simo solu inscrições dos na, f sur”, em l vário ser tede socii zadas tod

Financiamento do amendoim

Durante a parada do trem especial na estação de Candido Mota, o governador Carvalho Pinto discursou, fazendo críticas ao confisco cambial e à política agrícola do governo federal. Afirmou, ainda, aos lavradores da região, que o Banco do Estado está amparando a lavoura, através do financiamento, referindo-se ao do amendoim e garantindo preço justo para os agricultores. No fim da semana, o governador percorreu a Alta e a Média Sorocabana.

Fonte: (49 municípios visitados..., *O Estado de S. Paulo*, 1960, p. 17).
 Acervo: Acervo Estadão online. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>>. Acessado em: 25 de julho de 2018.

Outra notícia publicada pelo jornal foi a demissão de Queiroz Filho do cargo de Secretário de Educação do Estado. Alegando afastamento para cuidar da campanha de Jânio Quadros à presidência, o político indicou outro quadro do PDC para a continuidade da administração, Luciano Vasconcelos Carvalho. Além de publicar a carta de demissão do político e os agradecimentos públicos do governador Carvalho Pinto, o jornal aludiu no texto informativo seu parecer sobre o declínio da função por parte do professor, na matéria “Demitiu-se Queiroz Filho; Designado Novo Secretário”:

Numerosas eram ontem à noite as especulações a respeito dos motivos que levaram o prof. Queiroz Filho a demitir-se – algo de surpresa – da pasta da Educação. Em sua carta o sr. Queiroz Filho apresenta um motivo: a necessidade de dedicar-se à campanha dos srs. Jânio Quadros e Fernando Ferrari. Observa-se, porém, que o prof. Queiroz Filho foi levado a pedir demissão também pela sua pouca vocação para ocupar cargos executivos. Intelectual, estudioso e dedicado por excelência à teoria, o professor Queiroz Filho sempre deu preferência a atividades que lhe deixassem o tempo necessário para uma ação doutrinária intensa. Durante sua gestão à frente da Secretaria da Educação, comenta-se repetidamente que o titular preferia deixar a cargo de seus auxiliares de imediata confiança (auxiliares quase todos requisitados à Secretaria da Justiça e pouco especializados em assuntos de educação) os problemas administrativos, para poder dedicar-se mais aos assuntos políticos e ideológicos. Por duas vezes, no ano passado, licenciou-se, uma das quais para tratar da campanha partidária, ocasião em que já se admitia a possibilidade de seu afastamento definitivo da pasta da educação. (Demitiu-se Queiroz Filho... OESP, 4 de fevereiro de 1960, p.4).

Figura 51 - “Dez bilhões para a construção de prédios escolares no Estado”: Reportagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*



Fonte: (Dez bilhões..., *O Estado de S. Paulo*, 1960, p. 20).

Acervo: Acervo Estadão online. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>>. Acessado em: 25 de julho de 2018.

O texto escrito pela reportagem é elucidativo da tendência presente no jornal ao longo daquela década: apresentar reportagens com tons opinativos, muitas vezes pautados em juízo pessoal do redator do texto, sem confirmação precisa dos dados expostos. A principal crítica ao político era ser leigo nos assuntos educacionais e não ter loteado os cargos públicos de técnicos especialistas em educação.

No dia 6 de fevereiro, o jornal apresentou a reportagem intitulada “Permanecerá o diretor do Dep. de Educação”, na qual noticiou que o professor Carlos Pasquale continuaria no cargo atendendo aos apelos do ex-secretário e do governador. O jornal também informou que Luciano Vasconcelos Carvalho ainda não estava à par das atribuições da pasta que iria comandar (Permanecerá o diretor... OESP, 6 de fevereiro de 1960, p. 12).

Tempos depois, o jornal expôs o afastamento por 70 dias do titular, por motivos de viagem à Europa. Neste período, Carlos Pasquale o substituiria no cargo. (Transmitido o cargo... OESP, 14 de abril de 1960, p. 12).

O jornal também noticiou, no dia 24 de abril, ações do Grupo de Trabalho constituído pela Secretaria da Educação visando, como diria o título da matéria, “Novos métodos de ensino no Estado”. (Novos métodos de ensino... OESP, 24 de abril de 1960, p.22).

Porém, ao longo do ano, o jornalismo sobre temas educacionais desenvolvidos pelo jornal, diminuiu o espaço das questões do ensino estadual e municipal para discutir em âmbito nacional a tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional. O jornal trouxe análises minuciosas do projeto de lei, os pareceres, os substitutivos, em especial a tendência privatista apresentada por Carlos Lacerda e as ações articuladas de movimentos da sociedade civil, compostos por intelectuais, estudantes, operários e órgãos da imprensa, em especial o jornal *O Estado de S. Paulo*.

Começava a se constituir a Campanha em Defesa da Escola Pública. Além de noticiar as ações da Campanha, as atividades dos estudantes, palestras, participação de professores em Comissões na Câmara dos Deputados e lançamento de manifestos e livros, o jornal também trouxe artigos de personagens envolvidos no movimento e opiniões oficiais do jornal, em seu editorial na seção *Notas e Informações*¹⁰².

Mas, além do espaço noticioso, o jornal criaria outra estratégia corriqueira ao longo de 1960. Publicaria aos domingos longos textos em caráter de relatos sobre práticas de professores chamadas como “Campanha pela dignificação do Magistério”¹⁰³, relatando vícios existentes em escolas particulares nos atos de diretores e professores nas mesmas.

A estratégia do jornal seria comprovar que a escola pública seria a única instituição a oferecer transparência e fiscalização necessária para a prática do ensino.

Na temática do ensino primário, o destaque do OESP foi a publicação de dois artigos de Renato Jardim Moreira intitulados “Diagnóstico do ensino primário”, no dia 5 de junho e “Reconstrução do ensino primário paulista”, apresentando dados de levantamentos realizados no Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo e elaborando uma crítica em realização ao projeto de Lei de Diretrizes e Bases e sobre o novo plano de edificações do governo do Estado. O jornal reforçou a relevância do debate proposto pelo articulista no editorial denominado “Sobre o ensino primário”, publicado no dia 8 de junho de 1960.

O Estado de S. Paulo também dedicou diferentes edições ao tema da reestruturação da Secretaria de Educação. Na edição do dia 16 de setembro, o jornal anunciou “Proposto o desdobramento do Departamento de Educação”, tomando-se por base as deliberações em plenária que aconteceram na Convenção dos Delegados do Ensino, no Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo. (Proposto o

¹⁰² Ver Carvalho (2003).

¹⁰³ O jornal divulgou uma série de depoimentos publicados em edições do domingo. Os textos foram publicados sem assinatura ou com a abreviação dos nomes. Acabaram sendo veiculados os respectivos artigos: “Professores sistemáticos”; “Professores inábeis”; “Professores ineficientes”; “Professores irresponsáveis”; “Diretores irresponsáveis”; “Um professor afável”; “Lição de alunos a professores”; “Um professor original” e, por fim, o artigo “Conclusão e objetivo da campanha pela dignificação do magistério”, como um manifesto de protesto criticando o ensino particular no país.

desdobramento... OESP, 16 de setembro de 1960, p. 11). A proposta previa a reestruturação de divisão do Departamento de Educação em dois departamentos, o do Ensino Elementar e o do Ensino Médio.

No dia 24 de setembro, o jornal retomaria o tema, apresentando a “Proposta nova estrutura para a Secretaria da Educação” (Proposta nova estrutura... OESP, 24 de setembro de 1960, p. 36). A publicação detalhou resoluções do grupo de trabalho sobre a reestruturação e o parecer do secretário estadual.

No dia posterior, o jornal publicou o editorial “Reestruturação da Secretaria da Educação” (Reestruturação da Secretaria... OESP, 25 de setembro, p.3), apresentando opinião que ia ao encontro das formulações da pasta e do relatório do responsável pelo grupo de trabalho, Custódio de Almeida.

O jornal continuou a trazer espaço ao tema em matéria do dia 7 de outubro, intitulada “Apresentado o relatório sobre problemas do ensino” (Apresentado o relatório... OESP, 7 de outubro de 1960, p.9) e na edição do dia 22 de dezembro, em nota com o título “Programa da Secretaria da Educação” (Programa da Secretaria da Educação... OESP, 22 de dezembro de 1960, p.19).

O OESP também elogiou o governador Carvalho Pinto pela criação da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP). Em artigo, escrito por Carlos Correa Mascaro, intitulado “Novos horizontes para a pesquisa científica em São Paulo”, o intelectual criticaria o pouco espaço na imprensa ao feito, tão importante para São Paulo:

Registrou-se, há dias, no Palácio Campos Elíseos, um acontecimento que está fazendo exercer profunda influência no futuro do Estado de São Paulo e do País, mas que infelizmente não alcançou, na imprensa e em outras agências de esclarecimento e formação da opinião pública, o lugar que lhe competia de direito. É que, nos jornais – impressos, radiofônicos e televisionados – o espaço e o tempo são concedidos com prioridade, a assuntos de outra natureza, especialmente políticos, como se depreende da extensão indefinida emprestada ao rescaldo dos resultados do último prélio eleitoral, a que se ligam, imediatamente, as negociações em torno da eleição que se avizinha, ou a nomeação, agora anunciada, do futuro prefeito da Capital. É que jornalistas e repórteres em sua maioria não conseguem vencer a velha bossa pelas disputas político-partidárias, numa democracia, na verdade, sem partidos como a em que vivemos. Enquanto isso, perdem-se, na vala comum dos acontecimentos sem registro, fatos destinados a maior repercussão e desperdiçam-se excelentes oportunidades para que a opinião pública se esclareça em outros domínios, fora dos limitados quadros rotineiros, com a divulgação e o comentário de matéria de inegável interesse coletivo e popular. (MASCARO, 1960, p.48).

O autor elogiaria o pronto acolhimento de Carvalho Pinto da reivindicação de grupo de professores e, no Plano de Ação do Estado, foi previsto fundo e investimento na criação da Fundação para a investigação técnica e científica.

Sobre o ensino municipal, novamente apagado das páginas do jornal, o OESP publicou apenas duas menções até o final de 1960. No dia 24 de setembro, trouxe o texto “O prefeito efetiva os professores”. A matéria informou o despacho publicado efetivando os professores substitutivos do Ensino Primário Municipal. Segundo o jornal, o ato se daria por “manobra eleitoreira” do prefeito visando conseguir votos, às vésperas da eleição presidencial. (O prefeito efetiva os professores. OESP, 24 de setembro de 1960, p.10).

Por fim, a última menção ao sistema municipal em 1960 foi uma nota no dia 28 de dezembro, a qual noticiou que o prefeito nomearia Fued Boueri¹⁰⁴ para exercer o cargo de diretor do Departamento de Ensino Primário da Prefeitura. (Ensino Primário Municipal. OESP, 28 de dezembro de 1960, p.10).

No ano seguinte seria eleito o novo prefeito da capital paulista, Prestes Maia (UDN), inaugurando um novo período na cidade e, da mesma forma, um novo tratamento do jornal aos temas municipais.

¹⁰⁴ O técnico substituiria, no cargo, Danton Castilho Cabral, que, por sua vez, entrara no lugar de Máximo de Moura Santos.

4. Considerações Finais

Ao retratar o discurso educacional do *O Estado de S. Paulo*, ao longo da década de 1950, em relação à constituição das políticas públicas de expansão do ensino primário em São Paulo, foi possível detectar a forma como o jornal se organizou diante dos fatos políticos, mantendo uma frente de oposição ao político Adhemar de Barros e conciliando a pauta da educação com as afinidades políticas dos organizadores da publicação jornalística.

O surgimento de um fato novo, a criação do ensino primário municipal, fez que o jornal construísse uma narrativa contrária a proposta em diferentes espaços do jornal ao longo dos anos.

Adentrar no universo de uma grande publicação propiciou detectar a força persuasiva do órgão de imprensa como formador de opinião com diferentes formas de convencimento na formação da opinião pública, como explica Campos (2009, p. 18):

Força persuasiva que não se evidenciava, aliás, apenas no convencimento racional e argumentativo de editoriais, artigos ou notícias, mas também por meio de imagens iconográficas, figuras de linguagens, publicidade diversa, poemas e tantos outros artifícios presentes diariamente [...].

O OESP construiu sua narrativa sobre o ensino primário e o surgimento do ensino primário municipal dentro de um posicionamento que coincidissem com sua trajetória política. Os principais mentores do jornal participaram da criação do partido União Democrática Nacional (UDN) e conciliaram pautas do órgão partidário com os interesses do jornal, tendo um posicionamento amistoso em assuntos educacionais no período em que Vicente de Paula Lima esteve à frente da pasta de educação do governo do Estado, criando uma polarização com a gestão municipal, comandada por partidos de oposição, ora PSP, ora PTB.

Assim, opinião e informação se confundiram no fazer jornalístico do órgão, tendo uma estrutura opinativa em diferentes seções do jornal, não apenas no editorial de *Notas e Informações*. Uma seara que, historicamente, a grande imprensa nunca teve de forma clara bem resolvida, tornando a objetividade pouco formulada, como explica Perseu Abramo:

O reino da objetividade é a informação, a notícia, a cobertura, a reportagem, a análise, assim como reino da tomada da posição era a opinião, o comentário, o artigo, o editorial. É fundamental separar e distinguir informação de opinião, indicar as diferenças de conteúdo e forma dos gêneros jornalísticos, e apresentar toda a produção

jornalística ao leitor/telespectador de forma que ele perceba imediatamente o que é exposição da realidade e o que éajuizamento de valor. (ABRAMO, 2003, p. 41).

Ao longo da década de 1950, o jornal OESP se modernizou, aumentando sua tiragem e número de páginas e acolhendo diversificados intelectuais do meio acadêmico, que contribuíram com a publicação, tendo como preocupação vital um projeto cultural de formação da elite intelectual, como o próprio diretor do jornal, Júlio de Mesquita Filho, explicou em entrevista apresentada nesta pesquisa.

O pensamento educacional foi formulado dentro dos quadros da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e, em especial, no assunto da municipalização do ensino, Carlos Correa Mascaro foi a principal referência na tese contrária à criação da nova rede de ensino. Porém, o mesmo personagem foi figura atuante na Secretaria Estadual de Educação, que estava em conflito com a Prefeitura. Tornando, assim, a voz oficial de uma das partes a versão utilizada pela publicação.

Procurou-se, na pesquisa, apresentar também novos elementos sobre o surgimento das primeiras escolas municipais e o tratamento diferenciado de outros meios de comunicação. Cada jornal deu um tipo de tratamento à criação das escolas municipais, alguns de forma técnica, outros entusiastas e outros críticos. O OESP deu pouca importância à solenidade de oficialização do ensino e se destacaria como oposição à ação da Prefeitura de São Paulo.

Na década de 1960, a rede municipal iria se consolidar, em especial no período do regime militar. Essa mesma rede, que surgiria com dificuldades no final dos anos 1950, teria melhor aparelhamento, com prédios de alvenaria, constituição de materiais pedagógicos e desenvolvimento de plano de carreira ao professorado, criando uma distinção, ao longo das décadas, em muitos aspectos, da rede estadual.

Aos olhos de hoje, vendo a complexidade que atingiu a rede municipal de ensino de São Paulo, espaço este que atuo, é patente que a atuação do OESP utilizou artimanhas de conteúdo técnico para sua oposição. Estratégia parecida da utilizada, no mesmo período, contra a criação de novas escolas de ensino secundário para atendimento das classes populares. Elementos teóricos de administração de recursos públicos, formulados principalmente por Carlos Correa Mascaro, sustentavam tecnicamente a tese do jornal, contrário a expansão do ensino em detrimento ao aparelhamento do ensino primário estadual. O jornal alegaria ser contrário à

descentralização do ensino devido à imaturidade do sistema político brasileiro, composto de políticos que não teriam compromisso com a causa da educação.

O posicionamento do *O Estado de S. Paulo*, naquela circunstância histórica, era político, por ser uma medida organizada por uma base partidária de frentes consideradas populistas, como o PTB e PSP. A pauta educacional estava, cada vez mais, na agenda política, sendo espaço de disputa e de interesse dos personagens que atuavam no período e que utilizariam a questão educacional para se promoverem.

Analisar a coerência e os casuísmos das vozes na imprensa é fundamental para compreender as articulações políticas de determinadas frentes de atuação dentro dos temas educacionais. A opinião e a informação, no caso analisado, andaram juntas na oposição a personagens políticos pouco familiarizados com os interesses do jornal. Esse tema pode render novas pesquisas que busquem compreender o desenvolvimento do ensino primário municipal nas décadas seguintes e a possível revisão do pensamento do órgão, tendo em vista a bem sucedida continuidade do ensino municipal.

A imprensa atua organizadamente na sociedade, como pode constatar na análise do jornal *O Estado de S. Paulo*, durante toda a década de 1950. O periódico aproveitou pautas educacionais, sempre se posicionando, por meio de interlocutores com notório saber sobre tema, para fazer oposição política, nos casos de administrações as quais era contrário, ou ainda para defender homens públicos na conta do jornal, como eram os casos de quadros políticos da UDN.

O jornalismo praticado utilizou-se de elementos de padrão de manipulação, como apresentados por Perseu Abramo, para atingir seu objetivo perante a opinião pública. Elementos como a inversão da opinião pela informação, a ocultação de fatos, a fragmentação de dados e indução seriam corriqueiros de tema. No OESP eram frágeis as técnicas de jornalismo visando garantir o contraditório e apuração precisa dos fatos. A modernidade se dava em outros tópicos, como criação de suplementos temáticos, grande número de colaboradores do meio científico, grande tiragem e número de páginas.

A “voz do dono” seria expressa em diferentes espaços da publicação, informativos e opinativos, em especial as matérias com manchetes críticas à municipalização do ensino e na seção *Notícias Diversas*, outro tipo de editorial que se expressaria nas páginas do jornal.

Compreende-se, ao concluir a pesquisa, que a análise da cobertura jornalística favorece detectar a articulação política da imprensa e a circulação das ideias na formação da opinião pública, que se nutre também de outros elementos para se

constituir. Os donos do *O Estado de S. Paulo*, nascidos para perder suas campanhas, segundo Mylton Severiano (2012), teriam outra derrota ao emergir e se consolidar o ensino municipal paulistano.

Referências

ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: O jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ABREU, Ivanir Neves. *Convênio Escolar: Utopia Construída*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2007.

ABREU, Alzira Alves de. (org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ALMEIDA JÚNIOR, Antonio. *E a Escola Primária?* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio do século XX*, Bauro/SP: EDUSCO, 2001.

ARRUDA, Laércio Pires de. *Nabantino Ramos: O modernizador da imprensa paulista*. Tese de doutorado. Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2007.

AZEVEDO, Aroldo de (org.). *A cidade de São Paulo: estudo de geografia urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958.

AZEVEDO, Fernando de. *Figuras de meu convívio: Retratos de família e de mestres e educadores*. 2. Ed. Rev. e aum. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: as técnicas do jornalismo*. São Paulo: Ática, 1990.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990b.

BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*. In: BARRETO, Lima. *Prosa Seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BONTEMPI Jr., Bruno. *Laerte Ramos de Carvalho e a constituição da História e Filosofia da Educação como disciplina acadêmica*. Uberlândia: EDUFU, 2015.

_____. Em defesa de “legítimos interesses”: o ensino secundário no discurso educacional de O Estado de S. Paulo (1946-1957). *Revista Brasileira de História da Educação*. n° 12. Jul./Dez, 2006.

CALDEIRA, Mário Henrique de Castro. *Arquitetura para educação: escolas públicas na cidade de São Paulo (1934 – 1962)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2006.

CAMPOS, Raquel Discini de. *Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): Educação e História*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

_____. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. *Revista Brasileira de História da Educação*. v.12., n.1 (28), p. 45-70, jan./abr. 2012.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino (Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”)*. São Paulo: Alfa- Ômega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: Imprensa paulista – 1920 – 1945*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

CARVALHO, João do Prado Ferraz de. *A Campanha em defesa da escola pública em São Paulo (1960 – 1961)*. Tese de Doutorado. PUC/SP. São Paulo, 2003.

COSTA, Angélica Irene da. *As obras escolares do Plano de Ação do Governo do Estado (PAGE): a educação em novas formas*. 2014. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel em tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2000.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*. São Paulo, n.35, p. 253-270, 2007.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DELORENZO, Roseli Gonçalves. O Ensino Municipal da Capital de São Paulo (Teoria e Estrutura). Dissertação de Mestrado. São Paulo. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1985.

DINES, Alberto. *O papel do jornal: Uma releitura*. São Paulo: Summus, 1986.

DRUGG, Kátia Issa. *O Ensino Municipal de São Paulo: Análise do Planejamento Curricular*. São Paulo: Loyola, 1979.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERREIRA, Márcia dos Santos. 2001. O Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (1956 /1961). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação/ Universidade de São Paulo.

FISCHMANN, Roseli. *Estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo* (um estudo de fatores condicionantes). Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Educação, USP, 1988.

GAMA, Lúcia Helena. *Nos bares da vida. Produção cultural e sociabilidade em São Paulo – 1940-1950*. São Paulo: SENAC, 1998.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. 2 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GIL NETO, Antonio (org.). *A memória brinca: Uma ciranda de histórias do ensino municipal paulistano*. São Paulo: SINESP, 2008.

GODOY, Alexandre Pianelli. O modelo escolar paulistano na revista Escola Municipal (1968-1985). *História da Educação* (UFPel) , v. 17, p. 101-128, 2013.

GODOY, Alexandre Pianelli; CIAMPI, Helenice. Histórias divergentes na intelectualidade docente: trajetórias formativas nas memórias de professoras do ensino municipal de São Paulo (1964-1985). *Revista Brasileira de História da Educação* , v. 17, p. 263-291, 2017.

GOMES; Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para delimitação do objeto de estudo. In: GOMES; Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Orgs.). *Intelectuais Mediadores: Práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONÇALVES, Mauro Castilho. 1997. Uma incursão nas relações entre educação e ciências sociais em São Paulo através da revista Pesquisa e Planejamento (1955-1966). Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC/SP

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HUTCHINSON, Bertram et alii. Mobilidade e trabalho: um estudo da cidade de São Paulo. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1960.

JEANNENEY, Jean-Noël. A Mídia. RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LARIZZATTI, Dóris Sathler de Souza. “A luz dos olhos de um povo”: Os projetos de Educação do jornal *O Estado de S. Paulo*. 1920-1934. Mestrado em Educação. PUC/SP, 1999.

LATTOUF, Marlene de Paulo. *As origens do ensino municipal de São Paulo e a participação feminina*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2011.

LATTOUF, Marlene de Paulo; HILSDORF, Maria Lúcia. A participação das mulheres nas origens do Ensino Municipal de São Paulo. Congresso Brasileiro de História da Educação. Anais História e Memória da Educação Brasileira, Natal: UFRGN, 2002.

LORENZOTTI, Elizabeth. *Suplemento Literário, que falta ele faz! : 1956-1974 do artístico ao jornalístico: vida e morte de um caderno cultural*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

LOVATO, Amilton. *Adhemar: Fé em Deus e pé na tábua*. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto. 2005.

MAGALHÃES, Felipe Santos. Varrendo a imprensa: A ascensão de Jânio Quadros e o periodismo paulistano (1947-1951). *Projeto História*. São Paulo, n.35, 2007.

MAIA, Ana Beatriz Feltran. *O ensino superior em O Estado de S. Paulo: uma análise dos editoriais de Laerte Ramos de Carvalho sobre a USP. (1947-1964)*. (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo: 2013.

MASCARO, Carlos Correa. Município e Ensino no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/ São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo, 1959.

_____. Governo Estadual Orçamento e Ensino. São Paulo: Universidade de São Paulo. Cadernos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1959b.

_____. O município de São Paulo e o ensino primário. Boletim nº 211, Administração Escolar e Educação Comparada, FFCL-USP, 1960.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed., 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2013.

MATHIESON, Louisa Campbell. *Vozes impressas: a Reforma de 1920 em pauta na imprensa paulista*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. 2017.

MEDINA, Cremilda de Araújo. *Notícia: um produto à venda* (Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial). São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

MELO, João de Deus Cardoso de. Municipalização do ensino primário. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Vol. XVIII, N. 48, Out.- Dez. 1952.

MELO, José Marques de. *Jornalismo Opinativo: Gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed.; Campos do Jordão, SP: Editora Mantiqueira, 2003.

MORSE, R. Formação Histórica de São Paulo, da comunidade a metrópole. Difusão Européia de Livro, 3ª edição, São Paulo, 1970.

MUSTAPHA, Samir Ahmad dos Santos. *Trajetória e atuação dos intelectuais e técnicos nas Divisões de Pesquisa do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo em sua primeira fase (1956-1961)*. Dissertação de Mestrado. PUC/SP. São Paulo.

PEDREIRA, Fernando. A essência do jornalismo moderno. *In: Suplemento Cultural (O Estado de S. Paulo)*, 13 de outubro de 1985, p. 6-8).

PILAGALLO, Oscar. *História da Imprensa Paulista: Jornalismo e Poder de D. Pedro I a Dilma*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PINHEIRO, Ana Regina. Memória herdada. A educadora Carolina Ribeiro e o vanguardeiro ensino paulista. *Revista Colombiana de Educación*. N. 61. Bogotá, Colômbia, 2011.

ROIZ, Diogo da Silva. Dos “discursos fundadores” à criação de uma “memória coletiva”: formas de como escrever a(s) história(s) da Universidade de São Paulo. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 19. São Paulo: 2009.

ROMERO, Mariza. *Inúteis e perigosos no Diário da Noite, São Paulo, 1950-1960*. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2011.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva. *Escola Municipal: A rede de ensino da capital paulista em revista (1968 – 1985)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: Educação: História, Política, Sociedade. 2016.

_____. *Origem da rede municipal de ensino de São Paulo*. Seminário apresentado no *XXVIII Simpósio Nacional de Educação da ANPUH*, Florianópolis, 2015.

SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global, 1982.

SEVERIANO, Mylton. *Nascidos para perder*. História do Estadão, jornal da família que tentou tomar o poder pelo poder das palavras – e das armas. Florianópolis: Insular, 2012.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da hora: A influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Summus Editorial, 1991.

SILVA, Heber Ricardo da. *A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SIRINELLI, François-Jean. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRG/ FGV. 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SPÓSITO, Marília Pontes. *O povo vai à escola: A luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Loyola, 1984.

TEIXEIRA, Anísio. A municipalização do ensino primário. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro: INEP, V.27, n° 66; abr. / jun. 1957.

TELLES JÚNIOR, Goffredo. *A folha dobrada: Lembranças de um Estudante*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

TOLEDO PIZA, Wladimir de. *Depoimento*. São Paulo: n/d., 1976.

VICENTINI, Paula Perin. “Uma metralhadora a serviço do professorado” na grande imprensa: A coluna de Elisiário Rodrigues de Sousa no Diário de S. Paulo (1943-1963). In: *V Congresso Brasileiro de História da Educação*. Aracajú: UFS/UNIT/SBHE, 2008.

VIÉGAS, Lygia S.; SOUZA, Marilene P. R. Promoção automática nos anos 1950: a experiência pioneira do Grupo Experimental da Lapa (São Paulo). *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 38, n. 2, p. 499-514, 2012.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: Memórias de um repórter*. 6 Ed. Rio de Janeiro: Record, 1988.

XAVIER, Libânia Nacif. 1999. O Brasil Como Laboratório. Educação e Ciências Sociais no Projeto dos Centros Brasileiros de Pesquisas Educacionais CBPE/ INEP/ MEC (1950 -1960). Bragança Paulista (SP). Ed. Universidade São Francisco.

FONTES:

O Estado de S. Paulo

“Mais técnicos e menos doutores”, pede o governador. *O Estado de S. Paulo*. p. 36, 26 de março de 1960.

22 mil crianças sem matrícula em 1955. Deverá ser resolvido em grande parte o problema do ensino primário na Capital. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p.7, 20 de janeiro de 1956.

25 mil alunos em greve na capital; Adere o Interior. *O Estado de S. Paulo*. p. 48, 11 de agosto de 1959.

49 municípios visitados pelo governador em 2 dias. *O Estado de S. Paulo*. p. 17, 21 de junho de 1960.

67% das crianças das escolas primárias são organicamente deficientes. *O Estado de S. Paulo*. p.10, 3 de abril de 1957.

A atuação do Estado no setor do ensino em 1957. *O Estado de S. Paulo*. p. 12, 3 de abril de 1958.

A construção de mais 17 grupos escolares. *O Estado de S. Paulo*. p. 40, 21 de abril de 1960.

A construção pela Prefeitura Municipal de galpões escolares. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p. 19, 8 de dezembro de 1955.

A entrega de grupos e galpões escolares ao governo do Estado. Carta enviada pelo prefeito ao chefe do Executivo Estadual. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p.14, 7 de fevereiro de 1956.

A infelicíssima visita. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 6 de outubro de 1951.

A luta contra o analfabetismo. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p.3, 24 de maio de 1952.

A municipalização do ensino. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p. 10, 4 de dezembro de 1957.

A organização dos sistemas educativos. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 17 de fevereiro de 1957.

A politicagem e a demagogia querem criar ginásios em cidades que mal comportam um grupo escolar: A Comissão de Educação e Cultura alerta a Assembleia, num longo e fundamentado parecer. Na Assembleia Legislativa Estadual. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 5 de março de 1950.

A propósito da Secretaria da Educação. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p.3, 17 de março de 1953.

A reforma da Secretaria da Educação. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p.4, 22 de fevereiro de 1953.

A reforma da Secretaria da Educação. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p.3, 14 de março de 1953.

A Reforma da Secretaria da Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 10, 10 de março de 1953.

A Secretaria da Educação. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 2 de agosto de 1953.

A situação do ensino oficial paulista. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 10 de julho de 1951.

A Solução do Problema do Ensino Primário na Capital. *O Estado de S. Paulo*. p. 24, 2 de junho de 1957.

A sombra “ademarista” na Secretaria da Educação. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p. 10. 10 de junho de 1951.

Adiado o II Congresso de Educação de Bauru. *O Estado de S. Paulo*. p. 21, 3 de junho de 1958.

Afastamento de servidores da Secretaria da Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 11, 13 de abril de 1960.

Ainda a pasta da Educação. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3. 6 de novembro de 1951.

Ainda não foi escolhido o novo secretário da educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 3. 23 de outubro de 1951.

Ainda não foi resolvido o caso das 564 professoras. *O Estado de S. Paulo*. p. 9, 1 de junho de 1957.

Ainda o ensino primário. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 12 de junho de 1960.

ALMEIDA JÚNIOR, Antonio. Férias em demasia. *O Estado de S. Paulo*. p. 15, 29 de abril de 1955.

ALMEIDA JÚNIOR, Antonio. Férias em demasia. *O Estado de S. Paulo*. p. 13, 3 de maio de 1955b.

ALMEIDA JÚNIOR, Antonio. Férias em demasia. *O Estado de S. Paulo*. p. 5, 6 de maio de 1955c.

Ameaça ao Ensino Primário. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 2 de novembro de 1956.

Ampliação do Ensino Primário Municipal. *O Estado de S. Paulo*. p. 12, 27 de março de 1958.

Aposentada a ex-secretária da educação. Notícias do Interior. *O Estado de S. Paulo*. p. 11, 30 de outubro de 1955.

Apresentado o relatório sobre problemas do ensino. *O Estado de S. Paulo*. p. 9, 7 de outubro de 1960.

Aprovada a agenda do primeiro Congresso Estadual de Educação. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 7, 10 de abril de 1956.

Aprovado na reunião de ontem o esboço do convênio escolar. *O Estado de S. Paulo*. p. 11, 12 de março de 1959.

Assinado o decreto criando o ensino primário municipal. *O Estado de S. Paulo*. p. 10, 3 de agosto de 1956.

Assistência aos escolares. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 8, 31 de maio de 1957.

Assistência do Convênio Escolar. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p. 10, 3 de setembro de 1954.

Até dia 7 as inscrições no Ensino Primário Municipal. *O Estado de S. Paulo*. p. 10, 4 de fevereiro de 1959.

Atendidas todas as crianças que se dirigiram às escolas. *O Estado de S. Paulo*. p. 6, 22 de março de 1957.

Bases para uma ampla reforma do ensino em nosso estado. Na Assembleia Legislativa Estadual. *O Estado de S. Paulo*. p. 6, 6 de julho de 1950.

Boas as perspectivas para solução do caso das matrículas primárias. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 14, 9 de setembro de 1956.

Boletim da Secretaria da Educação. Instrução Pública. *O Estado de S. Paulo*. p. 5, 7 de março de 1952.

Carvalho Pinto anuncia a composição do Secretariado. O mais moço tem 35 anos de idade e sete são bacharéis em Direito. *O Estado de S. Paulo*. p. 4, 21 de janeiro de 1959.

Carvalho Pinto: Um ano de governo. *O Estado de S. Paulo*. p. 13, 2 de fevereiro de 1960.

Centro de Educação Municipal. *O Estado de S. Paulo*. p. 13, 29 de janeiro de 1957.

Cerca de 1600 professores punidos indiscriminadamente pelo prefeito. *O Estado de S. Paulo*. p. 11, 24 de junho de 1959.

Cerca de 28 milhões de merendas para as Escolas Primárias no Ano Passado. *O Estado de S. Paulo*. p. 8, 14 de março de 1959.

Colaboração dos Leitores: O ensino primário. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 25 de fevereiro de 1950.

Colégio S. Paulo: Nega-se a Prefeitura a dar os prédios. *O Estado de S. Paulo*. p. 7, 7 de fevereiro de 1959.

Com vistas à Secretaria da Educação. Colaboração dos Leitores. *O Estado de S. Paulo*. p.3, 17 de janeiro de 1952.

Comissão mista do ensino primário. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.12, 12 de setembro de 1957.

Completa desorganização no setor do ensino público. Na Assembleia Legislativa Estadual. *O Estado de S. Paulo*. p. 4, 11 de junho de 1950.

Concluídas a sindicância nas escolas de Vila Formosa. *O Estado de S. Paulo*. p. 11, 24 de setembro de 1959.

Concurso para admissão de 1500 professoras primárias. *O Estado de S. Paulo*. p. 7, 16 de janeiro de 1959.

Congresso Estadual de Educação. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 5, 17 de janeiro de 1953.

Congresso Estadual de Educação. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 18, 12 de agosto de 1956.

Construção de 64 galpões para instalação de classes primárias. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.2, 24 de novembro de 1955.

Construção de galpões escolares. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.13, 16 de abril de 1957.

Construção de novas escolas na Capital. Instrução Pública e Educação. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 7, 4 de setembro de 1956.

Convênio escolar entre o estado e o município da capital. *O Estado de S. Paulo*. p.7, 26 de janeiro de 1952.

Convênio Escolar na Capital – Progridem os trabalhos da comissão mista do ensino. *O Estado de S. Paulo*. p. 11, 28 de agosto de 1957.

Convênio Escolar. *O Estado de S. Paulo*. p. 10, 21 de abril de 1959.

Convênio Escolar. *O Estado de S. Paulo*. p. 18, 1 de março de 1959.

Convênio Escolar. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 1 de abril de 1959.

Convênio Escolar. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 13 de março de 1959.

Convênio Escolar. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 25 de março de 1959.

Convênio Escolar: aceita em termos a proposta do Estado. p. 8, 5 de junho de 1959.

Criação de cargos no magistério primário e secundário do Estado. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.7, 10 de dezembro de 1955.

Criação de mais duzentas classes de ensino primário nesta capital. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.4, 17 de fevereiro de 1956.

Criação de unidades escolares pela Prefeitura de São Paulo. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p.12, 1 de abril de 1956.

Criado pela Prefeitura Municipal o Serviço de Assistência ao Escolar. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 7, 4 de setembro de 1956.

Crise de escolas primárias; adota providências o governo. *O Estado de S. Paulo*. p. 18, 4 de janeiro de 1959.

Críticas ao Secretário da Educação; Informações sobre a aplicação das verbas do convênio escolar. Câmara Municipal. *O Estado de S. Paulo*. p. 5. 27 de março de 1952.

Cursos estaduais em prédios municipais. *O Estado de S. Paulo*. p. 7, 13 de fevereiro de 1959.

De 1 a 10 de fevereiro as matrículas nas escolas de ensino primário do Estado. *O Estado de S. Paulo*. p. 12, 29 de janeiro de 1960.

Debates de problemas da Secretaria da Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 15, 28 de agosto de 1960.

Debates sobre problemas do ensino. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. , p.7, 6 de abril de 1954.

Debates sobre problemas do ensino. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.7, 8 de abril de 1954.

Debates sobre problemas do ensino. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.3, 9 de abril de 1954.

Debates sobre questões do ensino. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p. 11, 31 de agosto de 1954.

Decreto sobre construções escolares será assinado hoje. *O Estado de S. Paulo*. p. 17, 21 de junho de 1960.

Deficiências do ensino primário e situação aflitiva do povo. *O Estado de S. Paulo*. p.2, 20 de outubro de 1950.

Delegados do ensino debatem questões da educação primária. *O Estado de S. Paulo*. p. 12, 8 de março de 1958.

Demagogia com o ensino. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p. 7, 4 de setembro de 1956.

Demagogia pseudo municipalista. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 10 de janeiro de 1957.

Demitiu-se Queiroz Filho; Designado Novo Secretário. *O Estado de S. Paulo*. p. 4, 4 de novembro de 1960.

Demora injustificável. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p.3, 31 de dezembro de 1955.

Denunciado o Prefeito da Capital pelos Professores. *O Estado de S. Paulo*. p. 12, 18 de junho de 1959.

Descaso da Municipalidade Sacrifica os Estudantes. *O Estado de S. Paulo*. p. 9, 3 de junho de 1959.

Desenvolve-se a ação do governo do Estado no setor educacional. *O Estado de S. Paulo*. p. 10, 30 de janeiro de 1960.

Desfaz acusações o sec. da Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 9, 29 de agosto de 1960.
Desinteresse da Prefeitura pelo Convênio Escolar com o Estado. *O Estado de S. Paulo*. p. 16, 23 de junho de 1959.

Desinteresse dos homens pelo magistério primário. *O Estado de S. Paulo*. p. 10, 24 de junho de 1959.

Desorganização e aulas extraordinárias. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p.3, 29 de janeiro de 1955.

Dez bilhões para a construção de prédios escolares no Estado. *O Estado de S. Paulo*. p. 11, 22 de junho de 1960.

Dinamização da escola na reestruturação do ensino. *O Estado de S. Paulo*. p. 15, 29 de abril de 1958.

Diretor do Departamento de Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 9, 1 de janeiro de 1959.

Discriminação ideológica. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 10 de maio de 1959.

Do ensino primário. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 30 de setembro de 1958.

É de 3% o excedente da população escolar. *O Estado de S. Paulo*. p. 11, 19 de fevereiro de 1960.

Educação da Municipalidade. Posse do novo secretário de educação. *O Estado de S. Paulo*. p.13, 16 de fevereiro de 1954.

Elevado o índice de reprovações este ano. *O Estado de S. Paulo*. p. 14, 25 de dezembro de 1958.

Encerradas as matrículas no ensino primário. *O Estado de S. Paulo*. p. 12, 11 de fevereiro de 1960.

Encerrou-se domingo o I Congresso de Educação promovido em Rib. Preto. *O Estado de S. Paulo*. p. 14, 25 de setembro de 1956.

Ensino gratuito em escolas da capital. . *O Estado de S. Paulo*. p.8, 23 de janeiro de 1957.

Ensino municipal – Curso de metodologia. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.6, 2 de abril de 1957.

Ensino Municipal. Estágio de educadores municipais. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 8, 19 de novembro de 1956.

Ensino Municipal. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 7, 31 de outubro de 1956.

Ensino Municipal. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.7, 30 de maio de 1957.

Ensino Municipal. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.10, 19 de fevereiro de 1957.

Ensino Municipal. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p. 7, 18 de maio de 1957.

Ensino Municipal. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 24 de abril de 1959.

Ensino Municipal: Criadas 360 novas classes de “emergência”. *O Estado de S. Paulo*. p. 11, 26 de fevereiro de 1958.

Ensino Primário – 40 mil crianças não conseguirão matrícula. *O Estado de S. Paulo*. p. 8, 1 de janeiro de 1959.

Ensino Primário Municipal. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.15, 30 de junho de 1957.

Ensino Primário Municipal. *O Estado de S. Paulo*. p. 10, 28 de dezembro de 1960.

Ensino primário municipal. *O Estado de S. Paulo*. p. 13, 11 de março de 1958.

Ensino Primário na capital. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.7, 21 de setembro de 1957.

Ensino primário na Capital. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.7, 1 de junho de 1957.

Ensino Primário: Criadas ontem outras 213 classes de “emergência”. *O Estado de S. Paulo*. p. 11, 27 de fevereiro de 1958.

Entregues às Autoridades os Esboços e o Relatório do Convênio Escolar. *O Estado de S. Paulo*. p. 9, 10 de abril de 1959.

Escassas verbas para construções escolares. *O Estado de S. Paulo*. p. 21, 4 de outubro de 1959.

Escolas de três horas. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 6 de maio de 1956.

Está quase resolvido o caso das matrículas. *O Estado de S. Paulo*. p. 8, 13 de fevereiro de 1959.

Estado e Município debatem os pontos do convênio escolar. *O Estado de S. Paulo*. p. 10, 4 de março de 1959.

Estado e Prefeitura não chegaram a acordo sobre os prédios escolares. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p.7, 4 de fevereiro de 1956.

Estruturação do Fundo de Construção Escolar. *O Estado de S. Paulo*. p. 15, 10 de agosto de 1960.

Estuda a Sec. da Educação a produção de material escolar para venda a baixo preço. *O Estado de S. Paulo*. p. 8, 9 de janeiro de 1960.

Estudantes enganados. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p. 10, 24 de setembro de 1959.

Estuda-se a requisição judicial do prédio do ginásio em S. Miguel. *O Estado de S. Paulo*. p. 12, 24 de dezembro de 1959.

Estudo de problemas de administração escolar. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p. 16., 5 de setembro de 1954.

Estudo dos problemas do ensino primário de S. Paulo. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.10, 21 de agosto de 1957.

Excesso de Professores Municipais. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.8, 16 de maio de 1957.

Fatores de reprovações: dia escolar e ano letivo curtos. *O Estado de S. Paulo*. p. 18, 25 de novembro de 1958.

Fechadas 90 escolas municipais. *O Estado de S. Paulo*. p.17, 1 de outubro de 1957.

Festejado ontem o “Dia do Professor”. Mensagem do secretário da Educação ao professorado. *O Estado de S. Paulo*. p.13, 16 de outubro de 1956.

Financiamento de construções escolares. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 31 de agosto de 1958.

Financiamento do ensino. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 6 de abril de 1958.

Financiamento no Ensino: Construção de ampla rede de edifícios escolares-padrões. *O Estado de S. Paulo*. p. 9, 29 de março de 1958.

Funcionam até em 4 turnos 82% dos Grupos do Estado. *O Estado de S. Paulo*. p. 11, 22 de maio de 1959.

Fundo para construção de escolas no Estado. *O Estado de S. Paulo*. p. 22, 19 de junho de 1960.

Ganha vulto a greve dos estudantes das escolas secundárias. *O Estado de S. Paulo*. p. 38, 12 de agosto de 1959.

Ginásios, Colégios e Escolas Normais. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 16 de maio de 1950.

Grupos da Prefeitura sem uso. Pesa Séria Ameaça sobre o Ensino primário da capital. *O Estado de S. Paulo*. p.14, 5 de setembro de 1957.

Horários do ensino municipal. *O Estado de S. Paulo*. p. 18, 24 de novembro de 1959.

Impedidas de frequentar as escolas públicas cerca de 30 mil crianças. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.5, 25 de novembro de 1955.

Incompatibilidades incoercíveis. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3. 20 de outubro de 1951.

Iniciados os estudos para atender ao problema da falta de escolas. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 7, 5 de julho de 1956.

Iniciam-se amanhã as aulas nos grupos. A situação do ensino primário, suas deficiências e o que as autoridades de educação estão fazendo. . *O Estado de S. Paulo*. p.29, 17 de fevereiro de 1957.

Iniciam-se dia 18 as aulas nas escolas primárias oficiais. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.10, 12 de fevereiro de 1957.

Iniciam-se hoje as aulas nas escolas primárias. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.8, 16 de fevereiro de 1956.

Instalação de Ginásio Municipal nos prédios do Parque Pedro II. *O Estado de S. Paulo*. p. 10, 26 de agosto de 1959.

Instalação dos ginásios municipais. *O Estado de S. Paulo*. p. 17, 8 de dezembro de 1959.

Instala-se amanhã em Ribeirão Preto o I Congresso Estadual de Educação. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 7, 15 de setembro de 1956.

Irregular a compra de um planetário pela secretaria de educação. Câmara Municipal. *O Estado de S. Paulo*. p. 6, 6 de março de 1952.

Irregularidades no Ensino Municipal. *O Estado de S. Paulo*. p.12, 8 de maio de 1957.

Levantamento sanitário dos alunos das escolas municipais. *O Estado de S. Paulo*. p.12, 26 de março de 1957.

Mais técnicos e menos doutores. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 27 de março de 1960.

Manifesto de Professores Municipais à População. *O Estado de S. Paulo*. p.4, 22 de março de 1957.

Manobra do Prefeito no episódio dos prédios escolares. *O Estado de S. Paulo*. p. 10, 29 de janeiro de 1959.

MASCARO, Carlos Correa. Administração do ensino e financiamento. *O Estado de S. Paulo*. 6º Caderno, 9 de outubro de 1960.

MASCARO, Carlos Correa. Administração do ensino e financiamento. *O Estado de S. Paulo*. 6º Caderno, 18 de setembro de 1960.

MASCARO, Carlos Correa. Governo estadual, orçamento e ensino. 6º Caderno. *O Estado de S. Paulo*. 9 de agosto de 1959.

MASCARO, Carlos Correa. Governo estadual, orçamento e ensino. Conclusão. 6º Caderno. *O Estado de S. Paulo*. 16 de agosto de 1959.

MASCARO, Carlos Correa. Novos horizontes para a pesquisa científica em São Paulo. 6º Caderno, 6 de novembro de 1960.

MASCARO, Carlos Correa. Por uma política definida de educação em São Paulo. *O Estado de S. Paulo*. p.11, 2 de junho de 1953.

Matrícula garantida para crianças que procurarem escolas estaduais. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.9, 13 de fevereiro de 1957.

Matriculadas 202.500 crianças em escolas oficiais da Capital. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p.7, 11 de fevereiro de 1956.

Matrículas nas escolas municipais. *O Estado de S. Paulo*. p. 12, 25 de janeiro de 1958.

Matrículas nas escolas primárias. *O Estado de S. Paulo*. p. 10, 3 de fevereiro de 1960.

Matrículas: grande afluência às escolas primárias. *O Estado de S. Paulo*. p. 15, 2 de setembro de 1960.

Maus professores e relaxamento administrativo. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 20 de abril de 1950.

Melhor aproveitamento das escolas municipais. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.7, 13 de novembro de 1957.

Mensagem do ex-secretário da Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 28, 1 de junho de 1958.

Mensagem do governador ao Legislativo. *O Estado de S. Paulo*. p. 25, 15 de março de 1960.

Mensagem do secretário da Educação ao professorado paulista. *O Estado de S. Paulo*. p. 12, 1 de janeiro de 1955.

MESQUITA FILHO, Julio. A formação do jornalista. A formação do jornalista. *O Estado de S. Paulo*. p. 77. 4º CADERNO – Literatura e Arte. 24 de março de 1957.

MOREIRA, Renato Jardim. Diagnóstico do ensino primário paulista. *O Estado de S. Paulo*. 6º Caderno, 5 de junho de 1960.

MOREIRA, Renato Jardim. Reconstrução do ensino primário paulista. *O Estado de S. Paulo*. 6º Caderno, 31 de julho de 1960.

Municipalismo às avessas. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p.3, 17 de março de 1956.

Municipalização do ensino. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p.3, 23 de fevereiro de 1957.

Municipalização do ensino. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 21 de março de 1958.

Na Assembleia Legislativa Estadual – Mesa redonda para o exame do convênio escolar. *O Estado de S. Paulo*. p.7, 7 de agosto de 1952.

Na Assembleia Legislativa Estadual. Convênio escolar entre o Estado e Município. *O Estado de S. Paulo*. p. 2, 5 de junho de 1952.

Na Secretaria da Educação. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p.3. 02 de agosto de 1951.

Não faltarão vagas no curso primário. *O Estado de S. Paulo*. p. 20, 9 de novembro de 1960.

Não houve, a rigor, falta de vagas nas escolas primárias. *O Estado de S. Paulo*. p. 19, 16 de fevereiro de 1960.

Necessidade de um programa. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 28 de março de 1958.

Necessidade de uma definição. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p.3. 30 de setembro de 1951.

Necessidades do ensino primário. *O Estado de S. Paulo*. p. 12, 14 de maio de 1958.

Nota oficial da UDN explicando as razões de sua participação no governo do Estado. *O Estado de S. Paulo*. p.4, 19 de outubro de 1955.

Novas escolas municipais. *O Estado de S. Paulo*. p. 11, 19 de setembro de 1957.

Novas escolas primárias para todo o Estado. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p.9, 5 de novembro de 1955.

Novo convênio de ensino. Câmara Municipal. *O Estado de S. Paulo*. p.5. 21 de fevereiro de 1952.

Novo diretor geral do departamento de Educação. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.11, 22 de dezembro de 1955.

Novo substituto ao projeto do ensino primário municipal. *O Estado de S. Paulo*. p. 4, 26 de fevereiro de 1959.

Novos grupos escolares da municipalidade. *O Estado de S. Paulo*. p. 15, 16 de março de 1957.

Novos grupos escolares serão criados em 1956. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p.8, 19 de novembro de 1955.

Novos métodos de ensino no Estado. *O Estado de S. Paulo*. p. 22, 24 de abril de 1960.

Numerosos grupos escolares já com lotação completa. *O Estado de S. Paulo*. p. 16, 16 de dezembro de 1960.

O caminho a seguir. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 10 de abril de 1957.

O carro adiante dos bois. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p. 20, 11 de novembro de 1956.

O caso da construção dos prédios escolares. *O Estado de S. Paulo*. p.13. 19 de agosto de 1954.

O caso da repetência no ensino primário discutido por educador.. *O Estado de S. Paulo*. p. 8, 21 de dezembro de 1957.

O caso do ginásio de São Miguel Paulista. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 5 de dezembro de 1959.

O convite do sr. Janio Quadros ao prof. Almeida Jr. Secção Livre. *O Estado de S. Paulo*. p. 15, 3 de fevereiro de 1955.

O custo do ensino. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p. 11, 27 de abril de 1960.

O descalabro do ensino paulista. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p.3, 6 de dezembro de 1951.

O ensino em perigo. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p. 9, 6 de setembro de 1957.

O ensino no orçamento. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 25 de agosto de 1959.

O ensino no plano de ação. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 31 de julho de 1959.

O ensino no plano de ação. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 2 de agosto de 1959.

O ensino no plano de ação. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 7 de agosto de 1959.

O ensino no programa administrativo do candidato interpartidário. *O Estado de S. Paulo*. p. 4. 8 de março de 1953.

O ensino primário abrigará mais de 300 mil alunos em 59. *O Estado de S. Paulo*. p. 10, 29 de janeiro de 1959.

O ensino primário e a ação do atual ministro. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 19 de janeiro de 1950.

O ensino primário na Capital. *O Estado de S. Paulo*. p. 11, 25 de janeiro de 1958.

O ensino primário na Capital. *O Estado de S. Paulo*. p. 15, 3 de setembro de 1957.

O Ensino Primário no Estado de S. Paulo. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 10.21 de novembro de 1952.

O entrosamento do ensino municipal e estadual no interior do estado. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.5, 30 de outubro de 1957.

O eterno problema. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 6 de janeiro de 1959.

O governador pede ao prefeito a entrega dos prédios dos colégios. *O Estado de S. Paulo*. p. 14, 6 de agosto de 1959.

O governo vai construir 134 prédios escolares na Capital. *O Estado de S. Paulo*. p. 9, 26 de junho de 1959.

O hábito de pedir. Colaboração dos leitores. *O Estado de S. Paulo*. p. 6, 2 de julho de 1950.

O novo governo do Estado. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p.3, 1 de fevereiro de 1955.

O novo Secretariado paulista. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3. 25 de agosto de 1953.

O orçamento e a educação. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 2 de outubro de 1959.

O plano de ação construirá mais sete mil salas de aula. *O Estado de S. Paulo*. p. 17, 19 de julho de 1959.

O plano de ação prevê a criação de 166 prédios para escolas secundárias. *O Estado de S. Paulo*. p. 17, 12 de julho de 1959.

O prefeito e o ensino. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p. 8, 6 de novembro de 1959.

O prefeito e os colégios estaduais. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 20 de junho de 1959.

O prefeito efetiva os professores. *O Estado de S. Paulo*. p. 10, 24 de setembro de 1960.

O prefeito não quer receber as professoras substitutas. *O Estado de S. Paulo*. p. 12, 12 de agosto de 1958.

O prefeito nomeia correligionários e pune professores. *O Estado de S. Paulo*. p. 26, 20 de dezembro de 1959.

O problema das matrículas na capital. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.2, 18 de fevereiro de 1956.

O problema das matrículas nas escolas primárias da Capital. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.5, 6 de fevereiro de 1957.

O problema do ensino primário na Capital. *O Estado de S. Paulo*. p. 8, 9 de fevereiro de 1957.

O problema do ensino primário na Capital. O sr. Vicente de Paula Lima refuta declarações do secretário da Educação da Prefeitura. *O Estado de S. Paulo*. p. 10, 7 de setembro de 1957.

O sacrifício do ensino. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p. 8, 18 de outubro de 1956.

O sec. da Educação elogia a reforma do ensino na Inglaterra. *O Estado de S. Paulo*. p. 10, 2 de julho de 1960.

Oficialização do ensino primário. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 12 de junho de 1959.

Opiniões sobre o convênio escolar. *O Estado de S. Paulo*. p. 8, 11 de abril de 1959.

Os problemas do ensino primário em São Paulo. Carta enviada pelo secretário da Educação do Município ao titular da pasta da Educação do Estado. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 7, 23 de agosto de 1956.

Os problemas do ensino primário em São Paulo. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 7, 25 de julho de 1956.

Os programas escolares. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 12 de fevereiro de 1950.

Para entregar os prédios o prefeito quer dinheiro e complacência para a CMTC. *O Estado de S. Paulo*. p. 11, 15 de agosto de 1959.

Paralisadas numerosas obras da Comissão do Convênio Escolar. *O Estado de S. Paulo*. p. 16, 9 de janeiro de 1955.

Pede o Executivo devolução de projeto sobre o ensino. Câmara Municipal. *O Estado de S. Paulo*. p. 4, 12 de dezembro de 1957.

Pedida a criação de mais 1500 cargos de professor primário. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 5, 28 de julho de 1956.

Pedida maior ação municipal. *O Estado de S. Paulo*. p. 11, 21 de outubro de 1971.

Pediu demissão o secretário de Educação e Cultura do Município. *O Estado de S. Paulo*. p. 17, 30 de novembro de 1954.

PEREIRA, Luiz. A promoção automática na escola primária. 6º Caderno. *O Estado de S. Paulo*. 26 de outubro de 1958.

Permanecerá o diretor do Dep. de Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 12, 6 de fevereiro de 1960.

Plano de ensino – obrigação urgente. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p.3. 25 de julho de 1954.

Plano para melhorar a situação do ensino primário no Interior. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p.7, 21 de janeiro de 1956.

Plano para o ensino primário elaborado pela Municipalidade. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.12, 4 de julho de 1957.

Política, educação e moralidade. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p.3 13 de junho de 1954.

Pontos do programa do sr. Prestes Maia para os bairros periféricos de São Paulo. *O Estado de S. Paulo*. p. 4, 14 de fevereiro de 1957.

Por falta de vagas muitas crianças ficarão sem escola em São Paulo. *O Estado de S. Paulo*. p. 7, 2 de fevereiro de 1957.

Por uma nova orientação. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 24 de janeiro de 1957.

Posse do Diretor Geral do Departamento de Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.4, 3 de fevereiro de 1954.

Posse no Departamento de Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.7, 2 de fevereiro de 1954.

Preconiza o Secretário da Educação o “Congelamento” do Ensino Municipal. *O Estado de S. Paulo*. p. 12, 4 de junho de 1959.

Prédio para colégio: O prefeito da Capital não cumpriu a promessa. *O Estado de S. Paulo*. p. 19, 30 de setembro de 1958.

Prédios escolares: entrega em 90 dias. *O Estado de S. Paulo*. p. 32, 14 de agosto de 1959.

Prédios escolares: Medidas judiciais contra o Estado. *O Estado de S. Paulo*. p. 8, 9 de janeiro de 1960.

Prédios escolares: Novas Gestões do Cardeal Mota. *O Estado de S. Paulo*. p. 11, 19 de agosto de 1959.

Prédios escolares: perderia a Prefeitura a causa na Justiça. *O Estado de S. Paulo*. p. 11, 25 de junho de 1959.

Prédios escolares: prossegue a pendência. *O Estado de S. Paulo*. p. 11, 15 de janeiro de 1960.

Primeiro passo para o novo convênio escolar. *O Estado de S. Paulo*. p. 10, 25 de março de 1959.

Problemas da rede do ensino secundário no Estado de São Paulo. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. 15 de setembro de 1954, p. 7.

Problemas do ensino na Capital. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 6, 19 de junho de 1956.

Problemas do ensino primário. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p. 12, 1 de setembro de 1954.

Processos despachados pelo secretário da educação. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.18, 25 de dezembro de 1955.

Programa a cumprir. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 23 de março de 1958.

Programa da Secretaria da Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 19, 22 de janeiro de 1960.

Projeto Oportuno. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 15 de abril de 1956.

Promoção automática para algumas classes em 1959. *O Estado de S. Paulo*. p. 25, 31 de agosto de 1958.

Promoção automática. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 12 de setembro de 1958.

Proposições relativas ao ensino público e ao magistério. Na Assembleia Legislativa Estadual. *O Estado de S. Paulo*. p. 4, 21 de julho de 1950.

Proposta nova estrutura para a Secretaria da Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 36, 24 de setembro de 1960.

Proposto o desdobramento do Departamento de Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 11, 16 de setembro de 1960.

Provável veto parcial à lei do ensino primário municipal. *O Estado de S. Paulo*. p. 17, 2 de junho de 1959.

Providência oportuna. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 11 de maio de 1958.

Reconduzido o diretor geral da secretaria da educação. *O Estado de S. Paulo*. p.8. 9 de janeiro de 1952.

Reestruturação da Secretaria da Educação. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 25 de setembro de 1960.

Regulamentação do Fundo de Construções Escolares. *O Estado de S. Paulo*. p. 13, 23 de dezembro de 1959.

Reiniciam-se as aulas nas Escolas de Vila Formosa. *O Estado de S. Paulo*. p. 10, 25 de setembro de 1959.

Reivindicações dos professores primários. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 4, 5 de setembro de 1954.

Remoções e permutas no ensino primário. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p.4, 18 de maio de 1952.

Remuneração dos professores. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 4 de agosto de 1950.

Rendimento escolar. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 6, 19 de junho de 1956.

Renovação de mentalidade. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p.3. 25 de maio de 1951.

Reorganização geral da Secret. Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 13, 23 de abril de 1960.

Resposta do secretário da educação às críticas do magistério público primário. Instrução Pública e Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 5, 4 de julho de 1956.

Resquícios de Mazelas Passadas. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p.8, 7 de junho de 1951.

Retrocesso inconveniente. *O Estado de S. Paulo*. p. 12, 14 de abril de 1957.

RIBEIRO, José Querino. Bases e diretrizes para a reforma da Secretaria de Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 8, 26 de fevereiro de 1953.

Semana de Estudos das Autoridades Escolares. *O Estado de S. Paulo*. 29 de agosto de 1954, p. 13.

Semana de Estudos do Departamento de Educação. *O Estado de S. Paulo*. 22 de agosto de 1954, p.20.

Semana de Estudos promovida pelo Departamento de Educação. *O Estado de S. Paulo*. p.12, 18 de agosto de 1954.

Seria substituído por outro integralista o secretário de educação e cultura da municipalidade. *O Estado de S. Paulo*. p. 5, 4 de janeiro de 1958.

Sexto ano primário. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p.12, 18 de fevereiro de 1956.

Situação do ensino primário no Brasil de 1954 a 1958. *O Estado de S. Paulo*. p. 16, 11 de novembro de 1958.

Sobram vagas nas escolas primárias. *O Estado de S. Paulo*. p. 8, 19 de fevereiro de 1959.

Sobre a nova administração escolar. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 14 de fevereiro de 1959.

Sobre o Departamento de Educação. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p.3, 11 de novembro de 1955.

Sobre o Departamento de Educação. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p.3, 11 de novembro de 1955.

Sobre o Departamento de Educação. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*, p. 413 de novembro de 1955.

Sobre o ensino primário. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 28 de junho de 1960.

Sobre o ensino primário. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 9 de fevereiro de 1950.

Sórdida Exploração. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*. p. 9, 14 de fevereiro de 1957.

Subvenção do Estado ao ensino municipal. *O Estado de S. Paulo*. p. 13, 21 de março de 1957.

Suspensa a greve dos alunos, será mediador o Cardeal. *O Estado de S. Paulo*. p. 48, 13 de agosto de 1959.

Tomaram posse os novos titulares da Pasta de Educação e Agricultura. *O Estado de S. Paulo*. Discurso do novo secretário da Educação, sr. Paula Lima. p.4, 22 de outubro de 1955.

Transmitido o cargo na sec. da Educação. *O Estado de S. Paulo*. p. 12, 14 de abril de 1960.

Um ano de realizações populistas. *O Estado de S. Paulo*. p. 20, 23 de março de 1958.

Um ensino primário maior e melhor. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 16 de fevereiro de 1958.

Um problema moral - o ensino paulista. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p.3, 28 de janeiro de 1951.

Um programa oportuno. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 4, 23 de outubro de 1955.

Uma gestão feliz. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 7 de junho de 1958.

Uma medida urgente. Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. p. 3, 4 de agosto de 1950.

Vetada parcialmente a lei que oficializa o ensino primário. *O Estado de S. Paulo*. p. 12, 4 de junho de 1959.

Diário Oficial da Cidade de São Paulo

Ensino Municipal de São Paulo comemora seu jubileu de ouro. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*. p. 1, 24 de agosto de 2006, ano 51, número 161.

DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO. Primeiras escolas funcionaram improvisadas em galpões de madeira. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*. p. 2, 24 de agosto de 2006, ano 51, número 161.

SÃO PAULO, Decreto nº 34.030, de 14 de março de 1994.

Diário de S. Paulo

SOUSA, Elisiário Rodrigues de. Preocupemo-nos com os interesses da criança. *Diário de S. Paulo*. 4 de fevereiro de 1956. p. 6.

_____. Batalha de sacrifício sem glória. *Diário de S. Paulo*. 7 de fevereiro de 1956b, p.6.

_____. Debates sobre ensino na Câmara Municipal. *Diário de S. Paulo*. 8 de fevereiro de 1956c, p.6.

_____. O ensino primário na capital. *Diário de S. Paulo*. 11 de julho de 1956d, p.6.

_____. O sistema escolar municipal atende ao imperativo constitucional e aos interesses da população. *Diário de S. Paulo*. 13 de julho de 1956e, p.6.

_____. Ensino Primário Municipal na Capital. *Diário de S. Paulo*. 24 de julho de 1956f, p.6.

_____. Instituído o Ensino Primário Municipal. *Diário de S. Paulo*. 3 de agosto de 1956g, p. 6.

_____. Ensino primário municipal na Capital. *Diário de S. Paulo*. 28 de agosto de 1956h, p. 6.

Última Hora

Ensino Primário Municipal. *Última Hora*, 1 de agosto de 1956, p. 5.

Estado e Município disputam o direito de manter escolas. *Última Hora*, 10 de agosto de 1956, p. 6.

Instituído o Ensino Primário Municipal. *Última Hora*, 3 de agosto de 1956, p. 5.

Instruções as professoras municipais. *Última Hora*, 31 de agosto de 1956, p. 5.

Já foram criadas cento e quarenta escolas primárias municipais. *Última Hora*, 28 de agosto de 1956, p. 5.

Nomeia o prefeito as primeiras cem educadoras da municipalidade. *Última Hora*, 24 de agosto de 1956, p. 5.

MAIA, Prestes. Ensino Municipal II. *Última Hora*, 10 de agosto de 1956b, p. 4.

MAIA, Prestes. Ensino Municipal III. *Última Hora*, 11 de agosto de 1956c, p. 4.

MAIA, Prestes. Ensino Municipal. *Última Hora*, 9 de agosto de 1956, p. 4.

Nomeia o prefeito as primeiras cem educadoras da municipalidade. *Última Hora*, 24 de agosto de 1956, p. 5.

Quatrocentas unidades escolares municipais funcionarão até 1957. *Última Hora*, 14 de agosto de 1957, p.7.

RIZZINI, Carlos. A caceteação do ensino. *Última Hora*, 4 de agosto de 1956, p. 2.